



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS LATINO-
AMERICANOS (PPG IELA)**

***FAITS DIVERS: NARRATIVAS DE TRANSGRESSÃO E CRIME NO RIO DE
JANEIRO DO INÍCIO DO SÉCULO XX (1901-1904)***

ISADORA LUIZA FRANCISCA ALVES FLORES

FOZ DO IGUAÇU

2018



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS LATINO-
AMERICANOS (PPG IELA)**

***FAITS DIVERS: NARRATIVAS DE TRANSGRESSÃO E CRIME NO RIO DE
JANEIRO DO INÍCIO DO SÉCULO XX (1901-1904).***

ISADORA LUIZA FRANCISCA ALVES FLORES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Estudos Latino-Americanos.

Orientador: Prof. Dr. Andrea Ciacchi.

FOZ DO IGUAÇU

2018

ISADORA LUIZA FRANCISCA ALVES FLORES

***FAITS DIVERS: NARRATIVAS DE TRANSGRESSÃO, CRIME E PODER NO RIO
DE JANEIRO NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XX.***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Estudos Latino-Americanos.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Andrea Ciacchi
UNILA

Prof. Dr. Pedro Cristóvão dos Santos
UNILA

Prof. Dra. Lericé de Castro Garzoni
IFSULDEMINAS

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação da Biblioteca Latino-Americana
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA

F632

Flores, Isadora Luiza Francisca Alves.

Faits divers: narrativas de transgressão e crime no Rio de Janeiro do início do século XX 1901-1904 / Isadora Luiza Francisca Alves Flores. - Foz do Iguaçu, 2018.
198 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino Americanos. Foz do Iguaçu-PR, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Andrea Ciacchi.

1. Correio da manhã (Rio de Janeiro, Brasil). 2. Crimes contra mulheres. 3. República Velha, 1889-1930. 4. Imprensa - História - 1901-1904. 5. Mulheres - História. I. Ciacchi, Prof. Dr. Andrea. II. Universidade Federal da Integração Latino Americana. III. Título.

CDU 070(091)"1901-1904"

Dedico este trabalho a Bruno, Jade,
Clebes e Bethânia.

AGRADECIMENTOS

Após um longo período de muitas tarefas, construções e desconstruções para elaborar essa dissertação, é chegada a hora de agradecer. E isso também não é nada fácil, especialmente no pelo temor de cometer alguma injustiça. Para a realização desse trabalho, contei com a inestimável ajuda de várias pessoas. Cada qual, a sua maneira, costurou minha dissertação com retalhos de conhecimentos, saberes e experiências. Sendo assim, de antemão, peço desculpas, caso minha tarefa – escrever essa dissertação - deixe a desejar a expectativas de quem sonhou isso comigo.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, prof. Dr. Andrea Ciacchi, que tão pacientemente, me auxiliou ao longo da realização desse trabalho, intervendo com comentários e orientações generosas.

A banca pela disponibilidade e as valiosas orientações.

Também agradeço ao PPG-IELA, seu corpo docente e servidores. À UNILA, instituição que financiou essa pesquisa permitindo a sua concretização.

E por fim, mas não menos importante, agradeço à minha família, a meu *cookie* Jade, as companheiras Mariana e Thai, e amorosamente, ao Bruno, pela paciência, o carinho e a ajuda incansável em desvendar os segredos matemáticos de tabulações, planilhas e tabelas.

Aos que estavam e permaneceram comigo, aos que se achegaram, mas que precisaram ir, enfim, a todos e todas que estiveram de algum modo comigo durante essa jornada meu agradecimento de todo coração!

*“E tropeçou no céu como se ouvisse música
E flutuou no ar como se fosse sábado
E se acabou no chão feito um pacote tímido
Agonizou no meio do passeio náufrago
Morreu na contramão atrapalhando o público...”*

(Chico Buarque)

RESUMO

Rio de Janeiro, virada do século XIX para o XX: pouco mais de dez anos após o advento da República a então Capital Federal, se via palco de tensões, rivalidades e contradições sociais que se materializavam nos corpos e nas ruas estreitas da cidade. Buscando interrogar esse contexto histórico, a presente dissertação aborda representações vinculadas por notícias de crimes e transgressões envolvendo mulheres publicadas pelo diário Correio da Manhã, entre os anos de 1901 e 1904. De forma que, a partir do levantamento e análise de *faits divers* publicados pelas primeiras 1000 edições do referido jornal objetivamos refletir sobre os sentidos conferidos aos gêneros, em especial ao feminino, naquele momento histórico. Demonstramos assim, que, enquanto construções intelectuais permeáveis a outros tipos de discursos, tais reportagens vincularam classificações e significações a partir das quais pudemos desvelar debates e projetos de diferentes atores sociais, sobretudo no que diz respeito as suas leituras das tidas diferenças sexuais e do perigo da degenerescência do tipo nacional.

Palavras-chave: Correio da Manhã. Faits Divers. Primeira República. Imprensa. Gênero.

ABSTRACT

Rio de Janeiro, early twentieth century: a little more than ten years after the proclamation of Republic, the city was filled with tensions, rivalries and social contradictions. In order to examine this historical context, the following dissertation studies the representations from news of crimes and transgressions involving women and published by the newspaper *Correio da Manhã*, between the years of 1901 and 1904. Based on the analysis and analysis of *faits divers* published by the first 1000 editions of this newspaper, we aimed to reflect on the senses conferred on gender in that historical moment. Through the course of this dissertations we have shown that, as intellectual constructions permeable to other types of discourse, the news implied classifications from which we were able to unveil debates and projects of different social actors, especially regarding their readings of the sexual differences and the danger of the degeneracy of the national type.

Key words: *Correio da Manhã*. *Faits Divers*. First Brazilian Republic. Press. Gender.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Proporção de <i>faits divers</i> de suicídios e tentativas protagonizadas por Homens X Mulheres	92
Gráfico 2 – <i>Faits divers</i> de suicídios e tentativas protagonizadas por homens	92
Gráfico 3 – <i>Faits divers</i> de suicídio e tentativas protagonizadas por mulheres	93
Gráfico 4 – Homens agressores x Mulheres Agressoras	168

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Mulher agredida – A navalha – Em Bemfica	13
Imagem 2 - Disposição dos <i>faits divers</i>	71
Imagem 3 - Tentativa de Suicídio	72
Imagem 4 - Por Amor	73
Imagem 5 - Acto de Desespero	74
Imagem 6 - Suicídio de uma menor.....	83
Imagem 7 - Tentativa de Suicídio	88
Imagem 8 – Desesperada	95
Imagem 9 - Coeficiente de suicídios nos estados a cada 100.000 habitantes ...	97
Imagem 10 - Nº absolutos das tentativas e suicídios, por Estados	99
Imagem 11 - Tentativa de suicídio	100
Imagem 12 - Ainda e Sempre	101
Imagem 13 - Ainda?...	101
Imagem 14 - Tentativa de suicídio - Ainda o amor	101
Imagem 15 - Sempre o amor - Uma Infeliz tentativa de suicídio	102
Imagem 16 – Suicídio	108
Imagem 17 - Scenas de Amor	110
Imagens 18 I e II - Por Amor	113
Imagem 19 - Amor funesto, triste fim. Suicídio de uma jovem	115
Imagem 20 - Tentativa de suicídio	118
Imagem 21 – Suicídio	119
Imagem 22 – Suicídio	124
Imagem 23 – Suicídio	129
Imagem 24 - Um Typo	130
Imagem 25 - Sedução e dinheiro – Violência carnal	131
Imagem 26 - Sedução – Caso Complicado	132
Imagem 27 - Menor ladra	134
Imagem 28 – Rapto	135
Imagem 29 - Um rapto em Nictheroy	136
Imagem 30 – Rapto	137
Imagem 31 I - Seductor e Algoz – Uma serie de crimes	144

Imagens 31 II e III - Seductor e Algoz – Uma serie de crimes	145
Imagens 31 IV - Seductor e Algoz – Uma serie de crimes	146
Imagens 32 I e II – Evandra	148
Imagem 33 I - Seductor e Algoz – Uma serie de crimes	152
Imagens 33 II e III - Seductor e Algoz – Uma serie de crimes	155
Imagens 34 I e II - Seductor e Algoz – Uma serie de crimes	158
Imagem 35 - Seductor e Algoz – Uma serie de crimes	162
Imagens 36 I e II - Seductor e Algoz – Uma serie de crimes	163
Imagem 36 III - Seductor e Algoz – Uma serie de crimes	164
Imagem 37 - Mulher-Homem	167
Imagem 38 - Que Marido	171
Imagem 39 I e II - De cabelinho na venta	173
Imagem 40 - Às Direitas	174
Imagem 41 - De cabelinho na venta!	175
Imagem 42 - De cabelinho na venta! Mulher Faquista	175
Imagem 43 - De cabelinho na venta! Mulher perigosa na rua Riachuelo	176
Imagem 44 - Ciúmes e facada. De cabelinho na venta!	176
Imagem 45 - Mulher furiosa - Amante ferido - Quatro facadas	177
Imagem 46 - Desordem e xadrez	178
Imagem 47 - O Jacarandá	179
Imagem 48 - Correrias na rua Frei Caneca	179
Imagem 49 - Desordens e Bordoadas	180
Imagem 50 - Policial Mordido – Terrível desordeira	180
Imagem 51 – Prisão Injusta.....	187

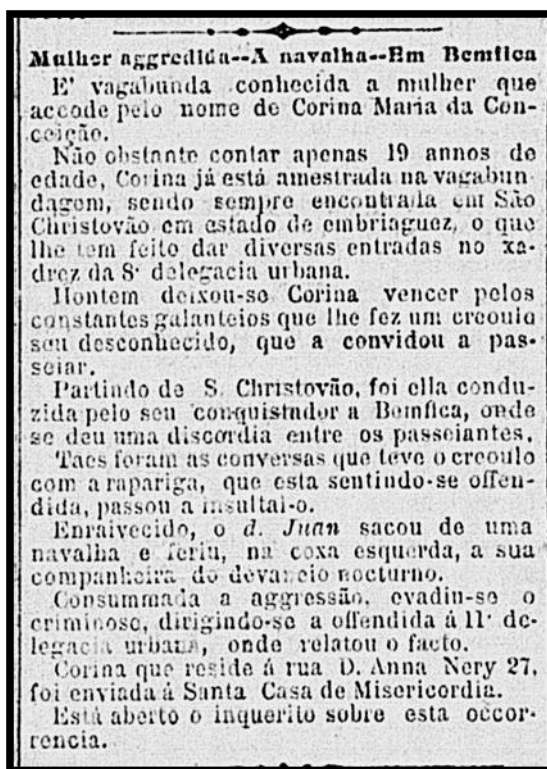
SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: OS CONTEXTOS DO PAPEL E DO CHUMBO	22
1.1 Edmundo Bittencourt e o <i>Correio da Manhã</i> : entre Representações e Disputas	22
1.2 “Engenhoso Aparelho de Aparições e Elipses”: Leituras sobre a Inventividade Jornalística nas Páginas do Correio da Manhã	31
CAPÍTULO 2: CONTEXTOS DO SANGUE	44
2.1 Narrativas de Transgressão no Início do Século XX	44
2.2 Sensacionais: Literatura Popular e Narrativas de Crimes	51
2.3 <i>Faits Divers</i>	63
CAPÍTULO 3: OS CONTEXTOS DO FEMININO: “MARIA” E “EVA” REVISITADAS POR JURISTAS, MÉDICOS E JORNALISTAS	76
3.1 Leituras do Intento Suicida Feminino: Virgens, Ébrias e Trelouçadas de Amor.	82
3.2 “Exuberâncias” e “Aberrações” do Instinto Sexual: Entre Sedutores, Algozes e Hediondos Crimes.....	125
3.3 “Desordeiras”: “Mulheres-homem” e “Valentonas” de “Cabelinho nas ventas”..	166
CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
REFERÊNCIAS	191

INTRODUÇÃO

Em 6 de fevereiro de 1903, sob o título “Mulher Agredida – A Navalha – Em Bemfica”, seria publicada pelo jornal *Correio da Manhã* uma notícia a respeito de uma suposta agressão perpetrada contra Corina Maria da Conceição. Sob a epígrafe “Na Polícia e nas Ruas”, seção então destinada pelo *Correio* a reportagens centradas em crimes e mistérios, a manchete da citada reportagem figuraria destacada em negrito, anunciando para seus leitores a vítima, a arma e o local do crime que seria reconstruindo sensacionalmente no corpo da notícia:

Imagem 1 – Mulher agredida – A navalha – Em Bemfica



Extraída do *Correio da Manhã*, Edição n.605, p.2. Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1903.

Exprimida em um espaçamento apertado, com um corpo de letra pequena e já desgastado pelo tempo, tal notícia propõe-nos uma imagem nada lisonjeira de sua protagonista, cuja desqualificação já começaria na “cabeça”¹ da reportagem. Corina, vítima de uma navalhada, foi então categorizada como uma “vagabunda conhecida”

¹ Jargão jornalístico do período que denomina às considerações precedentes à notícia propriamente dita.

devido a supostas múltiplas passagens pelo “xadrez” e episódios de bebedeira. Juízo de impropriedade, ao que tudo indica, agravado ainda pela sua idade, tendo em vista como, segundo a narrativa, “nada obstante 19 anos de idade”, a então considerada menor, já seria “amestrada na vagabundagem”. Ainda de acordo com a versão disposta pelo *Correio*, depois de se deixar “vencer” pelos galanteios de um “creoulo” “seu desconhecido”, a moça teria aceitado passear em sua companhia. Passeio que, de acordo com a reportagem, teria sido interrompido por desavenças, que escalaram, culminando na agressão sofrida por Corina, que acabou ferida na coxa esquerda com um corte de navalha.

Notemos como a conduta passada de Corina é investida de importância para apreensão do ocorrido, de modo que parece implícita certa relação de causalidade entre a suposta conduta “vagabunda” da jovem e a violência por ela sofrida. Com efeito, a menção de alguns elementos (passagens pela polícia, embriaguez, ter se “deixado” “conquistar” por um desconhecido), uma vez antecedida pela sua desqualificação, desvela-nos prováveis parâmetros a partir dos quais, nesse contexto histórico, determinadas vivências do feminino poderiam ser estigmatizadas. E é justamente objetivando analisar as representações vinculadas pela cobertura jornalística de crimes envolvendo mulheres para desvelar algumas das idealizações e estigmas pelos quais então diferentes atores concebiam o feminino, que se apresenta a presente dissertação.

Fazendo-nos das palavras de Sandra Jatahy Pesavento (2006) em “Cultura e Representações: uma trajetória”, entendemos por representação a prática humana de “re-apresentar” o mundo, “pela linguagem e pela forma, e, também, pela encenação do gesto ou pelo som -, a representação dá a ver e remete a uma ausência” (PESAVENTO, 2006, p.49). Assim sendo, ausente, Corina foi representada para os leitores do *Correio* como uma “vagabunda conhecida”. Ou seja, sua maneira de estar no mundo foi significada pelo autor da reportagem, explicitando-nos assim, uma (des)qualificação possível, mas não necessariamente unívoca, dessa vivência feminina, nessa conjuntura histórica. Segundo Roger Chartier (1988) em *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*, a representação permite a articulação de três modalidades de relação com o mundo social:

[...] em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, pelo qual a realidade é

contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; em segundo lugar, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição, e por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns “representantes” marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade (CHARTIER, 1988, p.27).

Sem, portanto, negar as possíveis apropriações e ressignificações de que podem ser objeto, Chartier (1988) enfatiza que as representações, enquanto percepções do social, não seriam de forma alguma discursos neutros, pelo contrário, produziriam e responderiam às estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas). De forma que, para o autor, as investigações sobre as representações deveriam sempre localizá-las em relação a um campo de concorrências e competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação (CHARTIER, 1988, p.17).

Perspectiva teórica que também embasaria a análise proposta por Valéria Guimarães (2013) em sua obra *Notícias Diversas: suicídios por amor, leituras contagiosas e cultura popular em São Paulo dos anos dez*. A partir da afirmação de Chartier (1988, p.62) de que o real seria condicionado pela maneira como os homens o pensam e o transpõem, Guimarães (2013) postula o conceito de representação como a chave para a decifração do processo de circulação dos chamados *faits divers*. Gênero esse, pelo qual a autora apreendera as reportagens criminais como “crônicas aparentadas com o folhetim” e que, como tais, comportariam um generoso espaço para ficcionalização e o melodrama (GUIMARÃES, 2013, p.23).

Em exercício analítico bastante original e de muita influência no desenvolvimento da presente pesquisa, os *faits divers* figurariam na análise da autora, não apenas a partir da tipologia estrutural estipulada por Roland Barthes (1977), mas objetivando a percepção de elementos do imaginário de sua época, implícitos nas trajetórias humanas propostas nessas reportagens (GUIMARÃES, 2013, p.60). Como aporte dessas narrativas, a imprensa periódica é postulada, portanto, como um “canal privilegiado para mapear o imaginário de determinada sociedade através da análise das representações sociais que estão contidas em seus textos” (GUIMARÃES, 2013, p.30). Observemos, nesse sentido, que embora estudos centrados no fenômeno da criminalidade não constituam, necessariamente,

uma novidade das últimas décadas², apenas a partir dos primeiros anos do século XXI apareceriam trabalhos privilegiando reportagens criminais datadas na Primeira República, como principal fonte para a interrogação dessa conjuntura histórica.

Dentre essas pesquisas, destacamos a dissertação *O Crime em Letra de Forma* de Ana Porto (2003), na qual a historiadora se propôs a analisar notícias dessa natureza publicadas pelo jornal *O Estado de São Paulo* nos anos de 1880, 1890, 1900 e 1910. Levantamento a partir do qual Porto, embora detectasse um sentido geral em prol da idealização de uma sociedade pautada pela ordem, compreenderia essas narrativas como criações carregadas de ambivalências, cuja recepção poderia escapar aos sentidos pedagógicos ambicionados por seus idealizadores.

Também tomando como fonte primária reportagens criminais, porém voltando sua análise a folhas cariocas, Ana Ottoni (2012), em sua tese de doutorado “*O Paraíso dos Ladrões*”: *Crime e Criminosos nas Reportagens Policiais da Imprensa (Rio de Janeiro, 1900-1920)* focou sua análise nas representações de crimes e criminosos, noticiadas nas primeiras décadas do século XX. A também historiadora optou por privilegiar ocorrências protagonizadas por ladrões e cabos eleitorais/capangas publicadas pelos três maiores jornais cariocas da época: o *Jornal do Brasil*, o *Correio da Manhã* e a *Gazeta de Notícias*. Priorizando, assim, problemas de ordem social/nacional e/ou racial, motivações políticas/eleitorais e deficiências no policiamento, Ottoni postulou que as ambiguidades em torno da República, nação e direitos presentes na imprensa faziam parte de um processo tenso de disputas decorrente de um período rico em projetos, experimentos inerentes à construção da nação republicana no Brasil.

Voltando seus empreendimentos analíticos para o mesmo recorte geográfico, Marília Rodrigues de Oliveira (2014), na sua dissertação *A Tragédia da rua Januzzi: narrativas sensacionais, justiça, ciência e moral no Rio de Janeiro da Primeira República*, tomou como objeto a cobertura jornalística de vários jornais a respeito de

² Ver: Chalhoub, Sidney. **Trabalho Lar e Botequim. O Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. São Paulo, Brasiliense; Fausto, Boris. **Crime e Cotidiano: A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo, Brasiliense, 1984; Esteves, Martha Abreu. **Meninas Perdidas: Os Populares e o Cotidiano do Amor do Rio de Janeiro da Belle Époque**. São Paulo, Paz e Terra, 1989; Neder, Gizlene, **A Polícia na Corte e no Distrito Federal 1831-1930**. Rio de Janeiro, PUC/RJ. 1981; Pinheiro, Paulo Sérgio (org.) **Crime, Violência e Poder**. São Paulo, Brasiliense.1983. Soihet, Rachel 1989. **Condição Feminina e Formas de Violência: Mulheres Pobres e Ordem Urbana 1890-1920**. Rio de Janeiro, Forense Universitária etc.

um único caso: a morte da esposa de um oficial do Exército, que posteriormente ficaria conhecida como a “Tragédia da Rua Januzzi”. Com o objetivo de analisar o processo de construção dessa ocorrência como um crime sensacional, ou seja, cuja discussão pública mobilizasse falas, experiências e projetos de diferentes atores sociais, Oliveira se utilizou de reportagens publicadas por vários jornais, percebendo as aproximações narrativas dessas construções intelectuais com os populares *romances de sensação*. Tal trabalho auxiliou-nos, e muito, na percepção dessas sensacionais reportagens dentro de um horizonte de expectativas simbólicas, forjado também pela circulação e consumo de uma gama de ficções sensacionais, que abrangia desde romances populares, até os folhetins diariamente publicados por muitos jornais.

Considerando tais produções, localizamos esta proposta de investigação, de maneira que não consideramos as notícias de crime como meros instrumentos de controle social. Os *faits divers* são aqui analisados enquanto produzidos em diálogos com outros discursos, mas cujos sentidos poderiam ser reinterpretados e apropriados por seus leitores. Talvez essa seja uma das maiores carências do presente trabalho, uma vez que embora reconheçamos que a possibilidade de distintas interpretações desses textos por seus leitores, desvela-las demonstrou-se uma tarefa particularmente difícil. De maneira que, mais importante que tomar tais reportagens como descrições da realidade, ou instrumentos de controle social efetivos, buscaremos desvendar os elementos do imaginário da época a partir dos quais os jornalistas produziam as suas versões dos fatos de forma a entreter e mobilizar emocionalmente seu público.

O interesse por esta temática surgiu durante a conclusão da minha graduação em História – América Latina. Desenvolvendo a pesquisa que culminaria no trabalho de conclusão de Curso “*Quem não é pelo Brasil, é contra o Brasil!*”: *A Semana Ilustrada de Henrique Fleiuss e a Guerra da Tríplice Aliança*, entrei em contato com alguns jornais cariocas das décadas finais do século XIX. Embora, na ocasião, consultasse essas fontes procurando pistas dos desdobramentos no cotidiano de cariocas em um dos maiores conflitos armados da história do país, também me saltariam aos olhos algumas notícias de crimes, muito provavelmente em função de seus garrafais títulos anunciando mistérios e tragédias.

Intrigada, acabei me deparando com uma expansão progressiva do espaço ocupado pelas descrições dos mais vários tipos de delitos, desde furtos até homicídios, incluindo também suicídios. Ocorrências reconstruídas, ora em teor de lamentação, ora espanto e até mesmo escárnio, ironizando a ingenuidade das vítimas ou a inaptidão de atrapalhados criminosos, cujas empreitadas acabavam no “xadrez”. Com claro intuito de mobilizar emocionalmente seus leitores, entretê-los seja pela comoção ou mesmo pelo humor, tais breves reportagens pareciam exprimir os esforços de seus autores em significar, categorizar e construir a realidade que os cercava.

De forma que, a partir do estudo dessas fontes, me vi diante a possibilidade de acessar representações que me auxiliassem na percepção de alguns dos sentidos conferidos ao feminino e, em certa medida, também ao masculino, no contexto da virada do século XIX para o XX. Conjuntura histórica que percebemos condicionada também por uma ampla produção intelectual, que legitimava as desigualdades experimentadas por homens e mulheres na vida pública e privada a partir da interpretação de supostas características atávicas dos seus sexos biológicos (LAQUEUR,1990; MARTINS, 2004). Abordagem, essa, aportada por uma ampla literatura voltada à experiência das mulheres no período (ARAUJO, 1995; SOIHET,1989; ESTEVES, 1989) e por estudos que percebem o gênero como uma ferramenta analítica para análise das relações sociais (SCOTT, 1994, 1995; LAQUEAR,1990; MARTINS, 2004).

Com a finalidade de também detectar os desdobramentos desses processos de significação da diferença sexual, na mediação jornalística da experiência de mulheres envolvidas em episódios de transgressão, escolhemos centrar nossos esforços interpretativos nos *faits divers* vinculados nas primeiras mil edições do diário carioca *Correio da Manhã*. Fundado em 1901 pelo advogado Edmundo Bittencourt, esse periódico seria consagrado por seu virulento oposicionismo ao governo federal e reconhecido pela literatura voltada à História da Imprensa como um jornal de ambições populares, polêmico e que, já nas primeiras décadas do século, se constatava sucesso de público (BARBOSA, 2010a, 2013; MARTINS e LUCA, 2006, 2008; SODRÉ, 1998).

Todavia, a opção pela análise do periódico não esteve atrelada apenas à sua posição como uma das cinco mais importantes folhas do início do século XX

(BARBOSA, 2010a, p.41). Em certa medida, tal escolha responde ao nosso intuito em interrogar o contexto do Rio de Janeiro que, nessa época, despontava como a capital de um recente regime republicano. Cidade de condições habitacionais precárias que, em 1906, já concentraria mais 500 mil habitantes não apenas concentrando o maior contingente de população negra do Sudeste, mas consolidada com um porto de chegada de um intenso fluxo imigratório e por isso com um desequilíbrio demográfico expressivo entre os sexos (CHALHOUB,2001, p.43-44).

Outro fator considerado foi a qualificação da folha proposta por Valéria Guimarães (2014) em seu artigo “Primórdios da história do sensacionalismo no Brasil: os faits divers criminais”. Deslocando seu olhar para as origens do fenômeno do *faits divers* no país, Guimarães (2014, p.124) analisaria os principais jornais cariocas, classificando o *Correio* enquanto “muito sensacionalista”. Segundo a autora, ainda no primeiro ano da folha, tais reportagens chegaram a ocupar em algumas edições 40% da superfície do periódico. De maneira que, visando a análise dessas narrativas, que ao longo da pesquisa se revelaram importantes artifícios para manutenção do seu público leitor, levantamos as ocorrências dessas reportagens nos números publicados pelo diário entre o período de 15 de junho de 1901 a 9 de março de 1904.

Enfim, procuramos conceituar algumas dessas ocorrências, desvelando, nas suas entrelinhas, alguns dos sentidos construídos sobre os gêneros masculino e feminino, estabelecendo assim, o diálogo dessas narrativas com áreas externas ao jornalismo. Para tal, o presente trabalho encontra-se dividido em três capítulos. O primeiro capítulo, “Os contextos do Papel e do Chumbo”, tem como objetivo apresentar o aporte impresso no qual tais narrativas foram publicadas. Recorremos a uma série de produções nas quais figuraram representações do *Correio* e do seu fundador Edmundo Bittencourt. Promove-se assim o diálogo entre perspectivas contemporâneas à folha, como o romance de Lima Barreto *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* e o livro *O Rio de Janeiro do meu tempo* de Luís Edmundo, com produções acadêmicas mais atuais, centradas nos estudos da Imprensa. A partir desse esforço interpretativo, também buscamos tencionar a imagem pela qual o diário foi consagrado, almejando assim a percepção da inventividade jornalística por trás do teor oposicionista, pela qual a folha é até hoje reconhecida.

No segundo capítulo, “Contextos do Sangue”, tecemos algumas considerações sobre contexto de produção e consumo de narrativas sensacionais centradas em transgressões no início do século XX. Instigados pela descrição da produção de um *faits divers* veiculada por Barreto em *Recordações* e aportados por pesquisas centradas na literatura popular, dentre as quais destacamos *Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)* de Alessandra El Far (2004) e *Folhetim – Uma história* de Marlyse Meyer (1996), estabelecemos conexões entre os chamados romances de sensação, os folhetins e os *faits divers*, no que diz respeito tanto a suas temáticas, mas também em termos narrativos e estruturais. Para apenas então propor uma definição mais retida do gênero jornalístico pelo qual localizaremos as reportagens criminais a que centraremos nossa análise: o *faits divers*.

No terceiro e último capítulo, “Os Contextos do Feminino: “Maria” e “Eva” Revisitadas por Juristas, Médicos e Jornalistas”, voltamo-nos a análises dos *faits divers* propriamente ditos. Nesse sentido, recorreremos a algumas considerações de Thomas Laqueur (1990) em *Making Sex: Body and Gender from the Greeks to Freud*, Ana Paula Vosne Martins (2004) em *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX* e clássicos da literatura sobre as experiência feminina, como Martha de Abreu Esteves (1989), em sua obra *Meninas Perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*, Rachel Soihet (1989) em *Condição Feminina e Formas de Violência: Mulheres Pobres e a Ordem Urbana 1890-1920*, Magali Gouveia Engel (1992) *Meretrizes e doutores: Saberes Médicos e Prostituição no Rio de Janeiro, 1840-1890* etc. Nesse capítulo também nos utilizamos de algumas fontes da época, dentre as quais destacamos as monografias do prestigiado jurista Francisco José Viveiros de Castro (1934;1936), *Attentados ao Pudor e Delictos Contra Horna da Mulher*.

Aportados por essa bibliografia procuramos, primeiramente, contextualizar algumas das especificidades dos discursos sobre as então concebidas atávicas diferenças entre os sexos. Empenhamos então nossos esforços interpretativos em notícias centradas nos intentos e suicídios protagonizados por mulheres, procurando detectar, em meio a tantas tragédias, idealizações a respeito do amor, do celibato e de paixões patológicas. Dando continuidade a algumas dessas questões, retemos nossa análise em reportagens centradas nos tidos crimes sexuais, a partir das quais

erigiremos algumas concepções da época, no que diz respeito à honra feminina, à degeneração e à perversão sexual. Por fim, construímos algumas considerações a respeito de feminilidades desordeiras como as mulheres de “cabelinho nas ventas”, cujos episódios de “valentia” desafiavam algumas das concepções divulgadas a respeito do tido “sexo frágil”.

CAPÍTULO 1: OS CONTEXTOS DO PAPEL E DO CHUMBO

1.1- EDMUNDO BITTENCOURT E O *CORREIO DA MANHÃ*: ENTRE REPRESENTAÇÕES E DISPUTAS.

Em julho de 1901, aproximadamente um mês depois do lançamento do primeiro número do matutino *Correio da Manhã*, a imagem do seu fundador e editor chefe, Edmundo Bittencourt (1866-1843) já se torna elemento de disputa simbólica nas páginas de outros periódicos. Sucesso de público e declaradamente opositora à administração do Presidente da República Manuel Ferraz de Campos Sales (1841-1913), a folha autointitulada “de opinião” nesse breve período desde que começara a circular pela então capital, já causava impacto. Verificando-se logo nas edições iniciais do diário, destacadas nas primeiras páginas sob títulos garrafais, duas campanhas que contestavam a atuação da administração pública: A primeira, em apoio à insatisfação popular em relação aos preços das passagens dos bondes³, e a segunda, denunciando supostas irregularidades na distribuição de carnes frescas⁴ na capital.

À vista disso, Bittencourt, que antes da publicação do jornal era pouco conhecido na cidade, tornou-se objeto de elogios, mas também da caneta afiada dos cartunistas do *Cidade do Rio* e alvo de indignação, em especial na sessão de “A pedidos” do *Jornal do Commercio*⁵ (GARZONI, 2011, p.158-159). Não obstante, ao longo dos anos que se seguiriam, a produção de diferentes representações em torno da figura do criador do *Correio* e do seu diário, não se limitaria aos esforços representativos vinculados pelo seu próprio jornal, ou mesmo às páginas de seus concorrentes. Graças às características e ao sucesso de seu empreendimento jornalístico, a figura Bittencourt seria representada ainda em produções de outras naturezas, satirizada no primeiro romance de Lima Barreto, e interpretada de

³ O aumento no valor das passagens dos bondes da Companhia de São Cristóvão deflagrou protestos da população, o que por sua vez resultou em motes para uma série de reportagens referentes aos “Acontecimentos de São Cristóvão”.

⁴ O jornal trouxe a público o conteúdo de um suposto inquérito instaurado em junho de 1900, a partir do qual questionara a qualidade da carne vendida pela empresa *Salgado, Cardoso & C.*, bem como a legitimidade do seu monopólio.

⁵ Segundo caracteriza Barbosa (2010), sem aspiração de ser popular, fazendo questão de acentuar o seu trânsito entre a classe dominante o *Jornal do Commercio* “orgulha-se de ser “o jornal das classes conservadoras, lidos pelos políticos, pelos homens de negócios, pelos funcionários graduados”- o *Jornal do Commercio* é o periódico mais caro do Rio” (BARBOSA, 2010, p.45).

maneira saudosista nos esforços pela reconstituição do passado do literato Luís Edmundo em seu livro *Rio de Janeiro do meu tempo*, e, mais recentemente, pesquisas acadêmicas centradas nos estudos da Imprensa.

Nas entrelinhas do citado romance de estreia de Lima Barreto, que colaborou com o jornal em 1905⁶, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, Bittencourt fora satirizado enquanto um homem não afeito às letras, arrogante, amante dos prazeres, das *cocottes* e temido por seus empregados. A obra, publicada em 1909, teve a visão satírica do *Correio* e seus colaboradores, postulada pela primeira vez, em 1952, pelo biógrafo e historiador Francisco Assis Barbosa na obra *A Vida de Lima Barreto*:

Efetivamente, como pouca gente letrada no Brasil hoje ignora, o romance de Lima Barreto [*Recordações do Escrivão Isaías Caminha*] é uma sátira ao *Correio da Manhã*, escolhido dentre os demais por ser o de maior sucesso, o mais representativo, o mais típico, o mais retratável dos órgãos da imprensa da época. (BARBOSA, 2012, p.195)

Traçando paralelos entre alguns pontos da trajetória de Isaías e a do próprio Barreto, Lília Schwarcz (2017), autora da recente biografia *Lima Barreto: Triste Visionário*, também sustenta a tese do caráter autobiográfico do livro:

[...] *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, vinha repleto de eventos extraídos da biografia íntima de Lima, misturados com personagens, fatos e características do jornalismo da época. Assim, se boa parte do enredo era dedicada à denúncia dos jornalistas e da vida que levavam [...] a obra, no seu conjunto, não se limitava a isso. Investia igualmente em temas de difícil trato, e caros ao escritor, tais como as diferenças sociais expressas em termos de cor, raça, classe e região. Não por acaso o personagem sai do subúrbio para ganhar a cidade grande; é pobre, jovem, bem-educado, tem “uma tez cor de pronunciadamente azeitonada”, e andava cheio de planos. Tudo muda quando ele perde a inocência e assume o tom cético da maturidade (SCHWARCZ, 2017, p.211).

O romance que com a acidez usual de Barreto tocaria na ferida republicana da desigualdade, expondo as diferenças sociais que marcaram a sociedade no pós-Abolição, narra as desventuras de Isaías Caminha, um jovem mestiço afeito aos estudos e muito ambicioso, que sonhando com a capital e o título de “doutor”, deixa o interior e se muda para o Rio de Janeiro. Na cidade, Isaías acaba se deparando com preconceito e a progressiva frustração de suas ambições. O jovem, então, sem

⁶ No *Correio da Manhã*, em 1905, Lima Barreto teria colaborado com um texto misto de reportagem com literatura “Os subterrâneos do Morro do Castelo” que fala das escavações no Rio de Janeiro “e de um suposto tesouro escondido desde os tempos dos jesuítas que a tradição popular conservava na memória” Segundo Valéria Guimarães 2010, p.281, Barreto também teria sido “tarimbeiro de redação

dinheiro e praticamente passando fome, encontra o meio para a sua subsistência trabalhando como “contínuo” na redação de um jornal de estrondoso sucesso, o *Globo*. Segundo Schwarcz (2017), apesar de o livro não ter alcançado sucesso imediato de crítica ou mesmo de público, como objetivava Barreto, o seu primeiro romance, inspirado nos moldes do realismo inglês, conteve a “pólvora para agitar o cenário intelectual da época, sobretudo, da imprensa” (SCHWARCZ, 2017, p.211).

As críticas do autor aos literatos então envolvidos com o jornalismo teriam tido, nesse sentido, papel fundamental na construção do texto, contribuindo, no entanto, conforme Schwarcz (2017), para a recepção negativa da obra, que foi duramente criticada. Segundo a autora, esse grupo de intelectuais “[...] ainda pequeno, mas bastante autorreferente, [...] foi duramente atingido pelos ataques desferidos por Lima com seus “pseudônimos” mal disfarçados” (SCHWARCZ, 2017, p.211), sendo “[...] descritos como dândis sem responsabilidade social e com formação artificial e importada” (SCHWARCZ, 2017, p.211). Em resposta a tal representação, Barreto foi desmerecido pela crítica literária do período sob o argumento que havia feito uso da “descrição de pessoas conhecidas, pintadas de um modo deprimente” (*Notícia*, 14 de dezembro de 1909), chegando a ser acusado de ter publicado “uma crônica íntima de vinganças” por Alcides Maya (*Diário de Notícias*, 16 de dezembro de 1909).

Contudo, a crítica de Barreto não se circunscreveu apenas aos literatos, mas à lógica empresarial que começava a influenciar a prática do jornalismo da época. Nesse sentido, como já havíamos adiantado, há especial ênfase no texto de uma representação negativa do proprietário do *Correio*, empreendimento do “jornalismo burguês” e como tal satirizado enquanto “tirânica manifestação do capitalismo” (BARRETO, 1995, p.51). Por sua vez, o homem por trás de tal empreendimento foi lido, não somente enquanto um fanfarrão arrogante, mas também como um homem que tinha no jornal uma forma de ascender materialmente e simbolicamente. Empregando o termo de Schwarcz (2017), percebemos Edmundo Bittencourt “mal-disfarçado”, sob o pseudônimo de “Ricardo Loberant”, diretor do fictício *Globo*, construído por Barreto enquanto alguém que, uma vez consciente de que era desprovido de “[...] talento, sem pertinácia e paciência, para atingir à fortuna e aos grandes cargos”, tinha no jornal “um depósito inexaurível de emoções, sempre a

esporeá-lo, a excitá-lo e bastante forte para marcar a sua pessoa e os seus atos” (BARRETO, 1995 p.54).

A despeito do seu valor literário, cabe destacar que, no contexto em que fora publicada, a sátira de Barreto ao *Correio*, seu fundador e colaboradores, não passou incólume na redação do diário, rendendo ao literário o título de *persona non grata*. De tal modo que Barreto foi completamente ignorado nas páginas do periódico até da década de 1920, silêncio que só foi quebrado para noticiar a morte do escritor, em novembro de 1922. Observemos, contudo, que mesmo na pequena nota que noticia a morte do literato, o jornal não deixou de plasmar uma perspectiva um tanto degradante da sua vida:

Morreu pela madrugada de hontem o romancista Lima Barreto. Esse escritor nascera em 1881, contando, portanto com 41 annos de idade. [...] Lima Barreto, como todo o mundo sabe, passou a vida na mais incorrigível das boemias. Essa forma de viver terminou por lhe abalar fundamente a saúde, afetando-lhe diferentes órgãos. Ultimamente os seus males se agravaram, vindo o jornalista e literato a falecer pela madrugada de ontem. (*CORREIO DA MANHÃ*, 3 de novembro de 1922, p.2).

Diante da análise do romance de estreia de Lima Barreto, percebemos um nítido contraste entre a perspectiva apresentada pelo autor, àquela apresentada por Luiz Edmundo⁷, no capítulo “*Correio da Manhã*” do seu livro *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Tal como Barreto, Edmundo também colaborou no *Correio da Manhã* em seus primeiros anos, tendo ainda trabalhado junto a Bittencourt no jornal cujo espólio daria origem ao *Correio, A Imprensa* (1898-1901) de Rui Barbosa de Oliveira (1849-1923). Em 1932, o autor lançou o seu primeiro livro oriundo de esforços pela reconstrução do passado, *O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis*. Seis anos depois, diante do sucesso do livro, lançou o já citado *O Rio de Janeiro do meu Tempo*, propondo um panorama da cidade na “alvorada do século”. A obra dedicaria onze dos seus 39 capítulos ao jornalismo do início do século XX, sendo o primeiro deles intitulado “O jornalismo na alvorada do século”, outros dez intitulados com os nomes dos periódicos de destaque nos quais se centravam, sendo o seu último capítulo nomeado “*Correio da Manhã*”, em homenagem ao jornal, que nas palavras do autor surgiria:

⁷ Luís Edmundo (Luís Edmundo de Melo Pereira da Costa) foi um jornalista, poeta, cronista, memorialista que nasceu no Rio de Janeiro em 1878, e faleceu na mesma cidade em 1961. Também foi consagrado como terceiro ocupante da Cadeira 33, eleito em 18 de maio de 1944, na sucessão de Fernando Magalhães e recebido pelo Acadêmico Viriato Correia em 2 de agosto de 1944.

[...] rompendo as normas e que os outros, até então, havia estabelecido, trincheira de ação ativa e patriótica, capaz de confundir e vencer tão forte e perigosa grei, folha exclusivamente nossa, onde se defendessem os conculcados interesses do povo que uma fatalidade histórica oprimia, humilhava (EDMUNDO, 2003, p.645).

Edmundo vai ainda mais longe, terminado seu livro defendendo que em toda história do jornalismo brasileiro não houve “página mais bela, nem mais proveitosa, que essa que ele [Bittencourt] nos traçou, a golpes de talento e de coragem”. Trazendo ainda como frase final de sua obra a rogação “Como nós devemos a esse homem!” (EDMUNDO, 2003, p.656). De forma que, se o proprietário da folha fora representado por Barreto, enquanto um homem “muito alto e muito magro” “anguloso”, “com um grande bigode de grandes guias, louro, de um louro sujo, tirando para o castanho” cuja postura entregava uma “falta de firmeza, de certa segurança de gestos e olhar, própria dos vencedores” (BARRETO, 1995, p.53). Edmundo o descreve como “Alto, magro, elegante, dentro sempre, de amplas sobrecasacas cor-de-cinza” exaltando-o enquanto um homem “jovem”, de audácia e que com “nem trinta anos”, despertaria a “adormecida consciência nacional” ao fundar seu jornal, “um aparelho economicamente independente e rigorosamente brasileiro” (EDMUNDO, 2003, p.645-646). Visões antagônicas que, uma vez revisitadas pelo pesquisador Nelson Werneck Sodré, na clássica obra *A História da Imprensa no Brasil* em 1966, servem de ponto de partida para algumas de suas considerações sobre o desenvolvimento na imprensa na virada do século.

Na obra, publicação reconhecida pela sua importância para os estudos da história da imprensa no país, o pesquisador postula que os periódicos da imprensa carioca, a partir de 1895, já começam a se definir com estruturas empresariais, localizando assim na mudança do século, a transição da pequena para a grande imprensa de jornalismo burguês (SODRÉ, 1998, p.266-278). Sob uma perspectiva marcada pelo materialismo histórico, Sodré pautou tal transformação, atrelando-a ao avanço tecnológico experimentado no período. O autor, nesse sentido, postula essa transformação enquanto parte necessária de uma etapa do desenvolvimento do capitalismo no país. Assim sendo, para o historiador e ainda que o mesmo cite alguns das vozes críticas a processo, não haveria o que “se lastimar” diante do contraste entre a:

[...] fase do jornal de circunstância, arrimando a uma figura de prestígio, e a nova fase, a da empresa jornalística cada vez mais complexa e cada vez mais inserida na complexidade de estrutura social em mudança, emergindo

progressivamente a burguesia. A passagem ao jornalismo de empresa era, entretanto, etapa historicamente necessária, significava avanço; o jornalismo individual é que já estava superado (SODRE, 1998, p.288).

A forma generosa pela qual o *Correio da Manhã* e seu proprietário foram apresentados por Sodré (1998), influenciou expressivamente a produ o acadêmica posterior no que se refere à folha. Vale ressaltar, nesse sentido, que em uma nota de rodapé, Sodré (1998) ainda adiciona à sua narrativa elogiosa, pertinentes dados a respeito da biografia de Bittencourt:

Edmundo Bittencourt (1866-1943) nasceu em Santa Maria, província do Rio Grande do Sul e fez os seus primeiros estudos em Porto Alegre, onde colaborou em A Reforma, de Silveira Martins. Depois de breve passagem por S. Paulo, veio para o Rio de Janeiro, em 1889, provisionando-se em solicitar no Foro, enquanto concluía os preparatórios e tirava o curso de direito. Começou a advogar com Rui Barbosa e Sancho de Barros Pimentel. Em 1898 foi liquidificada a sociedade que mantinha A República, cujo espólio Rui Barbosa e Carlos Bandeira adquirem fundando A Imprensa, que Edmundo Bittencourt, secretariou e que, suspensa em 25 de abril de 1900, voltou a circular em 2 de janeiro de 1901, mas foi liquidada pela crise financeira e desapareceu a 24 de abril quando Edmundo comprou-lhe o material e arrendou o prédio da rua Ouvidor, 117, dando início ao *Correio da Manhã*, lançado a 15 de junho de 1901, que se caracterizou desde logo como jornal de oposi o, o que lhe valeu grande prestígio nas camadas populares. [...] Como Ireneu Marinho, dez anos depois, Edmundo Bittencourt foi dos últimos exemplos de esforço para fazer um jornal, tornando-o de iniciativa individual em empresa próspera (SODRÉ, 1998, p. 287).

Ressalvamos, todavia, que a perspectiva de Sodré sobre o diário e seus colaboradores foi embasada, justamente, a partir de excertos do já citado texto de Luís Edmundo. Sodré (1998) também critica “*Recorda es*” e, apesar de reconhecer a obra como “o romance da imprensa brasileira do início do século, povoado de literatos mais ou menos frustrados” (SODRÉ, 1998, p.304) desqualifica a sátira de Barreto do *Correio* postulando-a enquanto caricata. O autor precede ainda tal posicionamento com a observa o de que Barreto não teria ultrapassado na reda o do *Correio* “a situa o de colaborador externo, aliás, an nimo, com uma só reportagem, embora significativa” (SODRÉ, 1998, p.304).

Sodré (1998) observa, nesse sentido, que:

Não é esse o aspecto que enfraquece a sua sátira porém; mas o fato de que situou pequenos detalhes, alguns saborosos evidentemente, outros exatos, mas não compreendeu como o papel do jornal que satirizou era positivo, naquela etapa e na rela o das condi es vigentes (SODRÉ 1998, p.304).

Dentre os estudos centrados na história da imprensa, localizamos também alinhados à visão de Sodré (1998), no que diz respeito ao *Correio da Manhã*, os livros *A Imprensa e Cidade* (2006) e *História da Imprensa no Brasil* (2008). Sendo o primeiro livro de autoria de Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca e o segundo uma coletânea organizada pelas mesmas autoras. Ambos trazem considerações voltadas aos aspectos mais gerais do *Correio da Manhã*, pontuando o posicionamento do diário na conjuntura histórica da sua criação, a partir do caráter oposicionista pelo qual a folha fora consagrada. É importante salientar, nesse sentido, que a influência dos postulados de Sodré, é perceptível de forma mais explícita na obra *A Imprensa e a Cidade*. No livro, Martins e Luca (2006) citam o autor, ao distinguirem o diário enquanto “inovador”, postulando que o *Correio da Manhã*, sob administração do “jovem advogado Edmundo Bittencourt, [...] balançou o jornalismo comprometido da República de Campos Sales” (MARTINS; LUCA, 2006, p.50).

Outras análises voltadas ao desenvolvimento dos meios de comunicação no país, devem ser mencionadas, dentre as quais encontram-se os livros *História Cultural da Imprensa: Brasil 1900-2000* de 2010, *História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900*, do mesmo ano e a *História da comunicação no Brasil* de 2013, todos de autoria da historiadora cultural Marialva Barbosa. Baseada na concepção de *sistemas de comunicação* de Robert Darnton, as duas primeiras obras de Barbosa (2010a; 2010b) têm como objetivo, a construção de uma História Cultural da Imprensa no país. De forma que, em tais análises, a autora assume uma perspectiva que preza pela percepção do contexto cultural e dos usos conferidos às produções dessa natureza. Nesse sentido e ainda que tenhamos encontrado, no decorrer da presente pesquisa, algumas limitações no que diz respeito à percepção das formas pelas quais, os leitores se apropriaram das narrativas que nos propomos a analisar, nos alinhamos com o posicionamento de Barbosa (2010a; 2010b). Buscando assim, indícios que nos subsidiem na hipótese de que as práticas de leitura do início do século influenciaram também a forma como as notícias foram propostas, pelos próprios veículos de comunicação.

Cabe destacar ainda que Barbosa (2010a), a despeito de centrar sua pesquisa à conjuntura do jornalismo de uma forma mais geral, não enfoca sua análise apenas ao oposicionismo e o caráter combativo do *Correio da Manhã*. A

pesquisadora também localiza o diário entre os cinco mais importantes periódicos em circulação na alvorada do século, grupo à que referencia enquanto “senhores do tempo”. Para Barbosa (2010a), ao longo das duas primeiras décadas do século, esse grupo composto pelo *Jornal do Brasil*, o *Jornal do Commercio*, a *Gazeta de Notícias*, o *Correio da Manhã* e *O Paiz*, participaria:

[...] intensamente do movimento da criação de um novo tipo de jornalismo que muda drasticamente o padrão editorial das publicações. Editando com destaque notícias policiais e reportagens envoltas em carga de neutralidade, procuram construir uma representação ideal da sociedade. E para isso são fundamentais as estratégias redacional e editorial de isolar os artigos pretensamente informativos e classificados como neutros e objetivos, daqueles que são claramente opinativos. A opinião se isola definitivamente no artigo de fundo que ocupa a principal coluna na primeira página em todas essas publicações (BARBOSA, 2010a, p.48).

Não somente, Barbosa (2010a) localizaria ainda que as:

[...] bases para a construção do ideal de objetividade do jornalismo, que seriam aprofundadas com as reformas por que passariam os jornais cinquenta anos mais tarde, estão lançadas na virada do século XIX para o XX. A rigor, o mito da objetividade deve ser percebido na longa duração, como um simbolismo construído pelas próprias empresas jornalísticas e pelos jornalistas para assim cunhar uma distinção, no sentido que confere a esta palavra Bourdieu (1989), ou um lugar autorizado de fala. Quando no início dos anos 1900, o texto aconselha que o jornal deve - em função da nova temporalidade em que está imerso o cotidiano da cidade e de seus habitantes - dizer o que se passou, como se passou e em que condições; está de fato, inventado aquilo que anos mais tarde seria conhecido como lide. Tudo isso, utilizando-se do ideal máximo de reprodução da realidade e da verdade (BARBOSA, 2010a, p.40).

Barbosa (2010a), ao propor um panorama jornalismo carioca na primeira década do século XX, enquanto um cenário de mudanças e transformações, enfatiza também o papel decisivo nesse processo das novas tecnologias importadas da Europa. Para a autora, essas tecnologias teriam sido de fundamental importância para a paulatina construção do jornalismo, como um lugar da informação neutra e atual (BARBOSA, 2010a, p. 24). Construção que teria ocasionando que a opinião, gradativamente, fosse separada de uma ideia de informação isenta (BARBOSA, 2010a [*ibidem*])). Não somente, Barbosa (2010a) também destaca o impacto desses artefatos tecnológicos, inclusive no que toca ao imaginário e ao comportamento dos moradores da capital. Postulando, assim, o papel das novas tecnologias nos processos, pelo quais foram idealizadas novas dimensões às concepções temporal e espacial, para a pesquisadora, decisivas na conformação do novo mundo, simbólico que emergia com o final do século XIX (BARBOSA, 2010a, p.23).

O cinematógrafo, o fonógrafo, o gramofone, os daguereótipos, a linotipo, as Marinonis são algumas das tecnologias que invadem a cena urbana e o imaginário social na virada do século XIX para o XX, introduzindo amplas transformações no cenário urbano e nos periódicos que circulam na cidade. A entrada em cena desses modernos aparelhos tecnológicos produz alteração significativa no comportamento e na percepção dos que passam a conviver quotidianamente com eles. E nos periódicos multiplicam-se as descrições estupefadas com as transformações que a tecnológica coloca em cena (BARBOSA, 2010a, p.21-22).

Conjuntura de mudanças e transformações tecnológicas permitiram que *Correio da Manhã* se consolidasse como:

[...] um produto de venda fácil e intensa. E o preço determina essa característica. Assim, é um dos mais baratos da cidade custando o exemplar avulso, 100 réis. De 1901, quando aparece o primeiro número até 1910 aumentam sua tiragem de 3 mil para 30 mil exemplares. No final da primeira década do século alardeiam com orgulho o fato de o jornal ser distribuído não só na cidade como em outras unidades da federação. Também é motivo para orgulho seguidamente referendado o fato de ser impresso em modernas máquinas Marinoni e utilizar papéis importados da Casa Prioux & Cia, de Paris (BARBOSA, 2010a, p.43-44).

Outras pesquisas de natureza acadêmica voltadas ao estudo do fenômeno da comunicação no país, também referenciam aos anos iniciais da folha e a forma como o *Correio*, em questão de uma década, se tornou uma das grandes folhas da capital. Destacamos, esse sentido, apesar de poucas e recentes, verifica-se inclusive a existência de produções centradas especificamente ao *Correio da Manhã*. Dentre elas, a edição dos *Cadernos da Comunicação: Coleção Memória*, da Secretaria Especial de Comunicação Social da Prefeitura do Rio de Janeiro, intitulada “*Correio da Manhã: Um compromisso com a Verdade*” de 2001. Produção marcada, como se observa já no título, por um teor, em certos momentos, bastante saudosista em relação ao jornal. Enfatizamos, contudo, que apesar do teor excepcionalmente elogioso, tal edição nos auxilia especialmente na compreensão da imagem plasmada contemporaneamente da folha. Tendo em vista que a proposta da *Coleção Memória dos Cadernos de Comunicação*, financiada pela prefeitura do Rio de Janeiro, é realizar “um resgate da imprensa nacional através da trajetória de jornais, revistas e outros meios de comunicação que já circularam, e a razão de não mais existirem”⁸.

Outra pesquisa centrada no *Correio da Manhã* e suas especificidades e que serve para nossa análise, sobretudo no que diz respeito a compreender a missão

⁸ Site do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro <http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/cadernos-de-comunicacao> acessado em 10/07/2017.

editorial proposta pelo jornal e os artifícios pelos quais, o mesmo buscou mobilizar o público leitor, é a tese de doutorado da historiadora Lericice de Castro Garzoni, *Arena de combate: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX)*, apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas em 2012. Garzoni também proferiu uma pertinente comunicação “Nós, em nome do povo, cujo direito defendemos: o *Correio da Manhã* e a campanha contra as carnes verdes em 1901” em 2009, no XXV Simpósio Nacional de História e publicou um artigo na *Revista Topoi*, “Disputas políticas e disputas por leitores: a criação do *Correio da Manhã* (1898-1901)” em 2011. Produções que nos subsidiaram com uma perspectiva mais retida e multidimensional, da inventividade pela qual o jornal se inseriu no início do século XX. Reconhecendo nesse sentido, a importância dos recursos narrativos mobilizados pelo diário para atrair o público no processo pelo qual, o jornal se firmou um sucesso mercadológico.

1.2 “ENGENHOSO APARELHO DE APARIÇÕES E ECLIPSES”: LEITURAS SOBRE A INVENTIVIDADE JORNALÍSTICA NAS PÁGINAS DO *CORREIO DA MANHÃ*.

Em um determinado momento de *Recordações*, um famoso romancista, Veiga Filho, segundo Schwarcz (2017) personagem que satirizaria o escritor Coelho Neto, vai à redação do jornal checar se a folha noticiaria uma conferência que ele havia proferido. Como todos pareciam ocupados, o escritor acaba por acatar a sugestão de um secretário e escreve o texto ele mesmo. Ao escutar o texto em questão sendo lido em voz alta, Isaías, o protagonista do romance de Lima Barreto, se vê, ainda que momentaneamente, absorvido, “convencido” diante do “malabarismo vocabulário” pelo qual Veiga Filho tecia comentários elogiosos a respeito de uma conferência que ele mesmo havia proferido, mas que seriam publicados no jornal como considerações de um jornalista (BARRETO, 1995, p.63-64).

Após a leitura, Isaías percebe a forma que aquelas palavras haviam repercutido nele e se perguntando sobre como seriam lidas pelo Brasil, tem um vislumbre do poder da imprensa, que então caracteriza como um engenhoso aparelho de “aparições e elipses, espécie complicada de tablado de mágica e espelho de prestidigitador, provocando ilusões, fantasmagorias, ressurgimentos,

glorificações e apoteoses” (BARRETO, 1995, P.64). Metáfora que nos parece bastante oportuna, uma vez que apreende a produção periódica enquanto uma plataforma que articula discursos, operando-os, articulando-os e por que não, instrumentalizando-os, muitas vezes por meio também de omissões e distorções, de forma a propor determinadas representações e investir certos sentidos aos acontecimentos que opta por cobrir.

Ainda que Barreto atribua o poder desse aparelho à “estupidez das multidões” (BARRETO, 1995, p.64), discordaremos desse posicionamento, refutando a passividade dos leitores, uma vez que, como já anunciamos, tomamos o público como capaz de se apropriar e inclusive significar as representações a ele propostas. Todavia, reiteramos a importância da percepção da intencionalidade e mais importante ainda, da inventividade por trás da forma pela qual a produção periódica articula os mais variados artifícios e elementos narrativos, de forma a mobilizar seus leitores. Assim, compreender o funcionamento de uma peça integrante desse aparelho de luz e sombras, “aparições e elipses”, reconhecendo, entretanto, que os sentidos conferidos a representações por ela projetadas, podem fugir ao controle de seus operadores, parece-nos fundamental, em especial, ao centrarmos nossa análise em um diário como o *Correio da Manhã*. Periódico que, tão frequentemente, evocou aos seus leitores e a categoria “povo”, de forma a se legitimar e negociar sua credibilidade diante do contexto editorial em que se inseria.

Utilizar-nos-emos, para tal análise, de alguns dos postulados da pesquisadora da Comunicação, Sílvia Saraiva de Macedo Lisboa (2012; 2014). Em sua tese *Jornalismo e a Credibilidade percebida pelo leitor – Independência, Imparcialidade, Honestidade, Objetividade e Coerência*, aborda a credibilidade enquanto o *capital simbólico* do jornalismo (LISBOA, 2012, p.32). Também nos auxilia definindo que tal conceito pode ser abordado sob dois prismas: o da *credibilidade constituída* pela fonte de informação e da *credibilidade percebida* pelo interlocutor (LISBOA, 2012, p. 88). Para autora, a *credibilidade constituída* dependeria também das características da fonte e o quanto essas se aproximariam:

[...] das dimensões ideais e socialmente reconhecidas sobre o que torna uma fonte confiável (como competência e integridade), que envolvem qualidades como conhecimento técnico, habilidade discursiva e honestidade em relação aos interesses que motivam sua fala. Embora estes sejam indicadores “objetivos”, há na credibilidade constituída aspectos subjetivos que são de difícil mensuração, mas não podem ser desprezados porque influenciam na percepção do nível de confiabilidade de uma fonte e seu

discurso. A credibilidade percebida pelo interlocutor será resultado do reconhecimento – ou não – da confiabilidade da fonte a partir dos indicadores presentes na credibilidade constituída (LISBOA, 2012, p.88).

De forma que a *credibilidade percebida* é resultado de uma intensa e permanente negociação de sentidos entre o jornalismo e seu público. (LISBOA, 2012, p.24). Apesar disso, em seu artigo, “Credibilidade no Jornalismo uma nova Conceituação” de 2014, Lisboa (2014) infere que:

Uma fonte pode se construir discursivamente como um enunciador credível, baseado em atributos valorizados como competência, honestidade, coerência. Mas a audiência a quem ela se reporta precisa reconhecê-la como tal para que o conceito ganhe valor em um ato de comunicação. A credibilidade percebida pelo leitor sofre influência direta da credibilidade constituída, porque está baseada nos indicadores sobre os quais esta última se assenta (LISBOA, 2014, p.6).

Com efeito, se nos voltarmos novamente à análise das citadas interpretações pelas quais a folha e o seu criador, Edmundo Bittencourt, foram representados através de décadas, percebemos um fator comum. Pesquisadores, tal como cronistas e literários, localizaram seus discursos a respeito do *Correio da Manhã* também a partir da originalidade, com a qual a folha teria se posicionado diante do contexto experimentado pela imprensa, nas primeiras décadas do século XX. Diante dessas perspectivas e também da dificuldade em verificar a recepção do público por outros caminhos além da análise dessas produções, propomos algumas considerações a respeito, não somente dos esforços do jornal por constituir sua credibilidade, mas também algumas das perspectivas pelas quais sua credibilidade fora reconhecida, *percebida*.

Nesse sentido, constata-se por meio dessas leituras e como já havíamos adiantado, que uma das mais importantes opções instrumentalizadas pelo corpo editorial do jornal, foi expressa pelo seu constante esforço em construir a sua imagem e, portanto, sua *credibilidade*, enquanto um jornal popular (BARBOSA, 2010a, p.42). E como tal, um diário cujo oposicionismo, se propunha a serviço do “povo”. (GARZONI, 2009, p.9). Posicionamento ao qual se resumiriam muitas das análises citadas sobre a folha, que a reconheceriam enfatizando, sobretudo, a sua dimensão combativa diante o governo de Campos Sales (EDMUNDO, 2003, p.246; SODRÉ, 1998 p.286; MARTINS & LUCA, 2006, p.50), sem, necessariamente, problematizar os artifícios pelos quais tal oposicionismo teria sido proposto.

Postulamos a partir de tal observação, influenciados, especialmente pelas análises de Lisboa (2012; 2014), de Garzoni (2009; 2011; 2012) e fazendo uso da metáfora de Barreto (1995), que tal opção discursiva do diário, de se posicionar “pelo povo” e em oposição a Campos Sales, teria sido articulada pela folha também por meio de uma série de “aparições e elipses”. Perspectiva que, por sua vez, não tem como objetivo negar a aspiração dos colaboradores do diário, ou mesmo de seu proprietário, em defender o povo, muito menos lhe atribuir caráter de pura e exclusiva manipulação. Mas de incitar outro olhar, que tencione a imagem pelo qual o *Correio da Manhã* fora consagrado e a forma como o diário instrumentalizou a missão editorial de defender o povo dizendo a verdade, anunciada já na sua primeira edição, em 15 de junho de 1901.

O número inicial do *Correio da Manhã* trouxera o formato que suas edições manteriam, majoritariamente, até pelo menos 1905. Com seis páginas, o número trazia as duas últimas compostas por anúncios dos mais variados produtos e serviços e as três primeiras, divididas em oito colunas de texto de cima para baixo, onde grupos de linhas preenchidas por letras em uma fonte pequena e de espaçamento apertado eram interrompidos por títulos em negrito de reportagens ou de colunas e, eventualmente, por pequenos anúncios de uma linha. Na primeira página dessa edição, sob o título garrafal “*Correio da Manhã*” verifica-se um artigo de apresentação assinado pelo próprio Bittencourt e direcionado para o “povo”:

Poucas palavras e muita sinceridade, porque desta columna estamos escrevendo para o povo. O *Correio da Manhã* não tem, nem terá ligação alguma com partidos políticos. É uma folha livre, que vai se consagrar com todo ardor à causa da justiça, da lavoura e do comércio, isto é – à defesa dos direitos do povo, do seu bem estar e de suas liberdades (*CORREIO DA MANHÃ*, 15 de junho de 1901, p.1).

Diante desse excerto podemos tecer duas considerações. A primeira é que a categoria “povo”, proposta pelo jornal, demonstra-se bastante abrangente, tendo em vista como a mesma seria ancorada pela causa da “justiça, da lavoura e do comércio”. Causa que evoca por si só a três termos de considerável amplitude, pelos quais poderíamos localizar tanto o latifundiário, o grande comerciante, como também o pequeno mascate e até mesmo os operários pobres. Sobretudo, uma vez que o termo de justiça é evocado, conceito que em toda sua abstração e em especial nesse contexto, podia ser interpretado de forma bastante difusa. O outro ponto que devemos observar, é que, como o próprio jornal admitiria a seguir, a alegação pelo

posicionamento em prol do povo não era, necessariamente, nenhuma novidade entre os jornais do período. Muito pelo contrário, na virada do século XIX para o XX, conforme nos subsidia Alessandra El Far (2004) em sua obra *Páginas de Sensação: Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)* o “povo” fora uma categoria mercadológica em ascensão, sendo cada vez mais visada, e como tal, “evocada” pelos mais variados setores:

Com o desenvolvimento do comércio, o “povo”, ou seja, essa massa sempre crescente e informe de pessoas começava a representar um público consumidor em constante expansão. Para ele foram escritos livros, abertas lojas, elabora [...]. Diante das novas perspectivas, proprietários dos mais diferentes negócios passaram a divulgar mercadorias baratas, acessíveis a uma ampla parcela da população, identificada sobre a denominação de “popular” ou “para o povo” (EL FAR, 2004, p.75).

Tracemos então, os primeiros passos em prol de uma aproximação de algumas das operações, pela qual o seu corpo editorial buscou fundar e legitimar tal disposição, não necessariamente original, mas bastante abrangente. Nesse sentido, Bittencourt, além de disponibilizar uma folha de preço acessível, postulou que o diferencial da sua proposta ao tomar a “causa do povo” estaria vinculado, sobretudo, à forma pela qual o jornal se propunha a manter tal posicionamento:

A praxe de quantos até hoje se tem proposto a pleitear no jornalismo a causa do direito e das liberdades populares, tem sido sempre começar por afirmar ao público a mais completa neutralidade – o *Correio da Manhã* desgarra dessa praxe (CORREIO DA MANHÃ, 15 de junho de 1901, p.1)

O jornal alega, portanto, abdicar da neutralidade, posicionando-se enquanto uma folha de opinião, novamente legitimando tal posicionamento em nome do povo:

Em seu bom senso, nas observações de cada dia, sobejamente sabe o povo que essa nota de neutralidade com que certa imprensa tem por costume carimbar-se é, bastas vezes, um estratagema para, mais a gosto e a jeito, poder ser parcial e mercenária. Jornal que se propõe e que de véras defender a causa do povo, do commercio e da lavoura, entre nós, não pode ser um jornal neutro. Há de, forçosamente, ser um jornal de opinião e, neste sentido, uma folha política. Não da política [...] interesseira dos partidos; mas da política patriótica, sóbria e sã [...]. Mas dessa política, desapaixonada e nobre, só uma imprensa francamente livre e independente pode se ocupar. Jornaes que servem aos interesses de um partido não podem pratical-a, e muito menos, aquelles que se deixam avassalar pelo governo, entram em contacto com a verba secreta da policia ou são iniciados nos impenetráveis mysterios das duas maçonarias de negócios, que se chama, entre nós, Thesouro Federal e Banco da República. Esses vínculos, mercê de Deus, nem terá jamais o *Correio da Manhã* (CORREIO DA MANHÃ, 15 de junho de 1901, p.1)

O comentário de Bittencourt, propondo o diário como um contraponto aos jornais que manteriam “contacto com verba secretas” e que, como tal, se utilizariam da “neutralidade” para não se posicionar diante da má “política”, vai de encontro com a postura pela qual o periódico fora consagrado. Não coincidentemente, na sua análise do desenvolvimento da imprensa no país, Sodré (1998) caracteriza que:

O *Correio da Manhã* vinha romper, efetivamente, o cantochão de louvores ao governo de Campos Sales que presidia a política de estagnação, onerando terrivelmente as classes populares. Quebrava a placidez aparente, alcançada pelo suborno, pela sistematizada corrupção institucionalizada, a compra da imprensa (SODRÉ, 1998, p.287).

Contudo, é pertinente observar que, anos depois, Campos Sales, no livro “Da Propaganda à Presidência”, admitiria que, de fato, fez uso de verbas “não-declaradas” para subvencionar “gazetas industriais”. O ex-presidente afirmou tal montante, alegados “Rs. 1.000:000\$000”, enquanto a única soma aplicada no seu governo sem autorização explícita do congresso (SALES, 1983, p. 179). Na citada obra, Sales (1983) busca também justificar, suas ações conferindo-lhes caráter de necessidade, diante na ausência de um órgão oficial e de “vasta circulação” pelo qual pudesse “[...] descortinar os seus intuitos, preparar a opinião e defender os seus atos” restando assim “[...] recorrer às colunas das gazetas industriais abertas à concorrência” (SALES, 1983, p. 174). Diante dessa conjuntura, destacamos que, mesmo entre as representações menos favoráveis a folha, como é o caso da sátira contida em *Recordações* (1995), a postura de oposição dos primeiros anos do jornal é caracterizada enquanto atrevida e as suas denúncias aos “graúdos” interpretadas como o grande diferencial do diário:

[...] o jornal atraía, tinha um desempenho de linguagem, um grande atrevimento, uma crítica corajosa às coisas governamentais, que, não se sabendo justa, era acerba e parecia severa. [...] Trazia novidade: além de desabrimento de linguagem e um franco ataque aos dominantes, uma afetação de absoluta austeridade e independência, uma colaboração dos nomes amados do público, lembrando por este aspecto os jornais antigos que a nossa geração não conhecera. O Rio de Janeiro tinha então poucos jornais, quatro ou cinco, de modo que era fácil ao Governo e aos poderosos comprar-lhes a opinião favorável. Subvencionados, a crítica em suas mãos ficava insuficiente e cobarde. Limitavam-se aos atos dos pequenos e fracos subalternos da administração; o aparecimento d'O Globo levantou a crítica, ergueu-a aos graúdos, ao presidente, aos ministros, aos capitalistas, aos juizes, e nunca os houve tão cínicos e tão ladrões. Foi um sucesso; os amigos do Governo ficaram em começo estuporados, tontos, sem saber como agir. Respondiam frouxamente e houve quem quisesse armar o braço do sicário. A opinião salvou-o (BARRETO, 1995, p.54).

Isso posto, observemos como o teor combativo do jornal é satirizado por Barreto (1995) como uma característica que também garantiu a folha sucesso mercadológico. E, embora não limitemos o oposicionismo da folha nesses termos, quase que exclusivamente enquanto artifício de apelo ao público, não descartamos a possibilidade de que seu caráter combativo também tenha assumido tal dimensão. Propomos, nesse sentido, a percepção da forma pela qual sua combatividade também pode ter sido vinculada de modo a estabelecer não somente uma imagem do diário em si, mas, sobretudo de articular tal imaginário buscando credibilidade junto ao público:

Para que o público, descrente destas coisas, se convença da sinceridade com que estamos escrevendo, basta pensar nos nomes que vão apparecer, diariamente nas columnas de honra desta folha. Nella vão collaborar, formando-lhe o pensamento, os homens mais illustres, os espíritos de mais aprimorada cultura, de que se pode orgulhar este paiz; [...] Vão escrever neste jornal, com as responsabilidades de seus nomes, desde o jurisconsulto ao alto funcionário de vida inteiramente alheia às luctas partidárias; do monarchista de antiga fé inquebrável até o republicano mais intransigente e apaixonado, e ao, lado delles, o fino e puro artista, em cuja alma translúcida e formosa ha pela política, e pelos políticos sobretudo, a mais entranhada e persistente aversão. A despeito daquellas divergências, estes homens formam nesta folha uma grande família intellectual, unida pelo seu carinhoso amor às letras, pelos seus sentimentos de honra e liberdade, e, sobretudo, por um enternecido amor por esta Pátria, agora afflieta e desarmada (*CORREIO DA MANHÃ*, 15 de junho de 1901, p.1).

No excerto do artigo de apresentação, propõe-se a imagem de uma redação composta por uma “família intellectual” que, apesar das “divergências” era unida, sobretudo pelo seu patriotismo e honra. Bittencourt sugere, portanto, uma formação plural do seu corpo editorial, parecendo-nos também reforçar, portanto, o apelo popular da sua folha de “opinião”. E não necessariamente por propor que leitores, com diferentes posicionamentos se sentiriam representados, até por que nem todos os grupos políticos que discutiam os rumos da nova república, seriam contemplados pelo posicionamento da folha. Mas, sobretudo, tendo em vista, como discursivamente, o proprietário da folha aportara essa pluralidade no amor à pátria e em meio a um texto que postulava o papel do jornal enquanto “a serviço” e “em defesa do povo”.

Sem embargo, de forma a compreendermos o posicionamento da diretoria do Correio e sua visão da causa patriótica, recorreremos a outras considerações de Garzoni (2011) a respeito do alinhamento político de Bittencourt, e como tal, seu

vínculo intelectual com aquele, a quem o advogado gaúcho se referiria enquanto “Mestre”: Rui Barbosa. Segundo a autora:

A aliança entre esses dois homens e, conseqüentemente, entre Rui Barbosa e o *Correio da Manhã*, seria bastante duradoura, o que pode ser comprovado no engajamento do jornal na Campanha Civilista de 1909-1910 e pela correspondência que trocaram até o início da década de 1920 (GARZONI, 2011, p 159).

Diante dessa constatação, e da posição assumida pelo *Correio* na sua campanha das *Carnes Verdes*, Garzoni (2011) em seu artigo “Disputas políticas e disputas por leitores: a criação do *Correio da Manhã* (1898-1901)”, compara os primeiros anos do *Correio da Manhã*, com breve trajetória do diário *A Imprensa* de Rui Barbosa, cujo primeiro número fora lançado no dia 5 de outubro de 1898. A folha em questão teve organização de Carlos Viana Bandeira, cunhado de Rui Barbosa, que ocupava o cargo de editor-chefe. Por sua vez, os textos de Barbosa, eram publicados, majoritariamente, na primeira página, no espaço da “coluna de honra”, sempre carregados de linguagem erudita (GARZONI, 2011, p.160). Ainda segundo Garzoni (2011), no primeiro desses artigos, “Projetos e Esperanças”, Barbosa anunciaria umas de suas maiores bandeiras: a sua defesa pela revisão da Constituição Brasileira de 1891.⁹

Bittencourt, que conforme já nos havia subsidiado Sodré (1998), teria advogado junto a Rui Barbosa, também trabalhou na folha. Com efeito, Garzoni (2011) postula que o nome do advogado gaúcho figurou a ata da Assembleia de Instalação e Estatutos da Sociedade Anônima *A Imprensa*, publicada no Diário Oficial de 29 de outubro de 1898, como um dos seus membros do Conselho Fiscal (GARZONI, 2011 p.170). Demonstrando engajamento com o posicionamento político da folha, na ocasião da primeira crise financeira d’*A Imprensa*, em 1900, Bittencourt teria chegado a expressar o desejo de adquiri-la. Segundo Garzoni (2011), o gaúcho o teria feito, preocupado que o fechamento da folha fosse interpretado como “deserção” por parte de Rui Barbosa (GARZONI, 2011, p.170), a quem se referia como “Mestre”.

⁹ Aprovada em fevereiro de 1891 tal constituição, inspirada no federalismo norte-americano, só seria reformada em 1926. Contudo, a autonomia dos estados membros da federação havia sido objeto de debates intensos na constituinte, com recorrentes enfrentamentos entre unionistas, entre os quais se destacava o próprio Rui Barbosa, e federalistas, isto é, partidários de estados com ampla autonomia política.

Conforme nos subsidia a autora, por meio de correspondências a colegas Bittencourt revelaria ainda:

Além da preocupação em conservar a imagem de Rui, ele também se manifestava em relação à folha, para a qual gostaria de dar uma nova feição. Sua proposta era de que o jornal mudasse de propriedade e de características, mas mantivesse o mesmo fundador, “uma coisa para nós sagrada”. Se sua proposta tivesse sido aceita, Bittencourt assumiria *A Imprensa*, ao invés de abrir um novo jornal. Porém, como vimos, essas intenções foram frustradas, já que coube a Ulisses Soares Brandão, colega de Rui Barbosa, a reorganização da empresa naquele momento (GARZONI, 2011, p.170).

Observemos, nesse sentido, que diante da compra dos espólios d'*A Imprensa*, que fechou em 1901, o advogado gaúcho de fato, fundou uma folha de feições bastante distintas daquelas adotadas no diário de seu “Mestre”. O formato adotado pelo *Correio* dispôs, já em suas primeiras edições, de colunas voltadas a públicos diversos. Dentre as quais, destacamos “Vida Acadêmica”, “Sport”, “Dia Social”, “Theatro” e a “Marinha”, todas, intercaladas de breves anúncios, notícias de crime e relatos sensacionalistas. Para Garzoni, (2011) tais colunas serviriam de indicativo dos esforços do diário em “congregar leitores oriundos de diferentes classes sociais” (GARZONI, 2011, p.170), ponto cuja análise converge com algumas das considerações de Barbosa (2010a) que observa como:

As estratégias editoriais, redacionais e administrativas do *Correio da Manhã* para se tornar um jornal popular atravessam toda a primeira década do século. As mais expressivas são, sem dúvida, a inclusão de colunas de queixas e reclamações na esteira do sucesso conseguido pelo Jornal do Brasil, com a publicação de suas “Queixas do Povo”. Ainda em junho de 1901, incluem a coluna “Pelos Subúrbios”, publicando notas diversas sobre os bairros servidos pela E. F. Central do Brasil e arredores e seus moradores. A publicação dessa fala é constante no jornal. Além das cartas avulsas, algumas assinadas e outras não, edita as queixas dos habitantes da cidade, recebidas pessoalmente ou por carta, intermediando pedidos ao poder público, também através da coluna “Reclamações”. Ainda no primeiro ano de seu funcionamento começam a publicar os telegramas distribuídos pela Agência Havas na coluna “Pelo Telégrafo” (BARBOSA, 2010a, p.42).

Postulamos nesse sentido que, embora a efêmera folha de Rui Barbosa também tenha vinculado diferentes esforços pela articulação de diferentes públicos, eles não conseguiram alcançar a mesma repercussão daqueles propostos no *Correio*, cujo sucesso alcançou pouco mais de meio século, ultrapassando os limites da Primeira República. Ou seja, diante da trajetória trilhada pelas duas folhas, sobretudo, no que tange às escolhas editoriais do *Correio*, Garzoni (2011) conclui que *A Imprensa* e o diário de Bittencourt não representaram um projeto único. A

autora ressalva, no entanto, que seus proprietários mantiveram uma mesma militância política (GARZONI, 2011, p.172). Inferimos, portanto, que a perspectiva pela qual o *Correio* localizava sua defesa do povo, atendia a uma postura revisionista, fundada na defesa da limitação da ação dos estados. Em tal grau que, nos seus artigos de honra do diário, “A revisão da Constituição também era apontada como a condição necessária para empreender outras reformas, como a eleitoral e a judiciária” (GARZONI, 2011, p.172). Assim sendo, conforme Garzoni (2011):

A oposição do jornal a Campos Salles e a Rodrigues Alves não indicava uma questão circunstancial, relacionada, apenas, aos erros administrativos e políticos desses homens. Ao contrário, esse posicionamento era o reflexo das investidas do jornal contra a própria “Política dos Governadores” (GARZONI, 2011, p.171).

Destacamos ainda, que a forma pela qual o jornal operara tal oposição, também se diferenciaria daquela adotada pelo seu “mestre”. Tendo em vista como o *Correio da Manhã* assumira, inclusive no que diz respeito ao estilo dos seus editoriais de honra, outra abordagem. Assim, se na folha de Rui Barbosa parecia haver:

[...] um descompasso entre os textos eruditos do editor-chefe e o estilo das notícias policiais, no *Correio* essa linguagem era empregada pelo diretor, em seus próprios artigos, nos momentos em que falava em nome da opinião do jornal como um todo (GARZONI, 2011, p.172).

Bittencourt, fazendo uso dessa linguagem apelativa, fazia questão de demarcar a postura da sua folha embasando na difusão da verdade:

O povo está cansado, o povo sente que lhe occultam a verdade, e que transformam até seus clamores em um antiphona sacrilega de applausos, O povo quer a verdade; elle comprehende que só Ella salva e redime, embora às vezes fira. E hoje, magoa é dizel-o, todo programma de um jornal, sincero e independente, [...], se pode ser resumir nestas palavras: Adizer a verdade. É para dizê-la que aqui estamos (*CORREIO DA MANHA*, 15 de junho de 1901, p.1).

Ao afirmar esse compromisso pela verdade, o proprietário nos parece empreender seus esforços em reiterar aquilo que Lisboa (2012), caracteriza enquanto o *compromisso moral* que envolve o processo comunicativo. Conforme nos indica a autora, a credibilidade também enquanto uma “percepção qualitativa” se formaria amparada nesse compromisso, estabelecido ao longo do tempo, e na medida em que o periódico tem sua autoridade reconhecida, conquistando assim, a

confiança do público ao qual se dirige (LISBOA, 2012, p.30). Não obstante, aportados, sobretudo pela comunicação “Nós, em nome do povo, cujo direito defendemos”: o *Correio da Manhã* e a campanha contra as carnes verdes em 1901 também de autoria de Lericé Garzoni (2009), percebemos como a despeito de tal posicionamento, nas campanhas deferidas pelo jornal, houve espaço também para a instrumentalização de imprecisões, ocultamentos e até mesmo a ficcionalização dos episódios cobertos pela folha.

Garzoni (2009), ao analisar a série de reportagens que compunham a campanha do periódico, contra a administração da empresa responsável pela distribuição de carnes verdes¹⁰, destaca a vinculação, já no primeiro artigo da série, de três denúncias sobre o tema: “[...] o preço elevado da carne, sua péssima qualidade – devido ao suborno pago aos funcionários municipais – e, enfim, a existência de um inquérito interrompido por questões políticas” (GARZONI, 2009, p.3). Ademais, logo no primeiro artigo dessa campanha, intitulado “Escândalo – Um inquérito abafado”, a autora já percebe “muitos indícios da forma como esses temas seriam abordados” (GARZONI, 2009, p.3), referindo-se justamente aos ocultamentos, imprecisões e, até mesmo, aos diálogos inventados que constataria ao longo desse conjunto de reportagens. Para a pesquisadora, Bittencourt nesse artigo:

[...] escreve como se estivesse conversando com o público e narra uma história sem especificar quando ela havia ocorrido e como chegara ao seu conhecimento. Menciona apenas que teve acesso a uma “cópia autêntica” do inquérito, sem explicar sua origem. Mais que isso, ele cria cenas e diálogos dos personagens envolvidos (GARZONI, 2009, p.3-4).

Garzoni (2009) postula ainda que a intenção desse primeiro artigo parece ter sido de causar “indignação, mais que informar ou explicar o que havia acontecido”, o que, por sua vez, seria feito “aos poucos, em cada um dos textos subsequentes, como capítulos de um mesmo volume” (GARZONI, 2009, p.4). A pesquisadora observa como, em seus artigos seguintes, Bittencourt “exploraria a fronteira entre jornalismo e literatura para prender a atenção de seu leitor” (GARZONI, 2009, p.4), diferenciando-se assim, da cobertura conferida por outras folhas ao caso. Como o *Jornal do Brasil* e seus artigos “mais diretos e resumidos” ou *Jornal do Commercio* que relegou a questão a seção “A pedidos”, “sendo a maior parte reações

¹⁰ Termo que designava as carnes frescas.

indignadas às provocações de Bittencourt – o que parece ser, justamente, um dos objetivos desse advogado” (GARZONI, 2009, p.4).

Não somente, Garzoni (2009) também comenta a forma proposital com que Bittencourt, ao longo da campanha, expôs o inquérito de forma que dificultava a contraposição de diferentes depoimentos, excluindo ainda informações como a procedência ou mesmo período a que se referia à documentação na qual se embasava suas denúncias (GARZONI, 2009, p.9-10). Omissão, para autora, parecia mais estratégica que casual, “pois gerava uma confusão a ser esclarecida um pouco mais a cada dia” (GARZONI, 2009, p.9). Alimentando assim, o verdadeiro folhetim político que a “questão das carnes verdes” havia se tornado, de forma que:

[...] para o bem ou para o mal, seu nome e seu jornal iam sendo mencionados em profusão, alcançando a publicidade desejada. As provocações dão início a um longo debate. Enquanto os escritos do Correio diziam estar “fundados em documentos e no testemunho de pessoas sérias”, a Empresa de Carnes Verdes vinha a público dizer que o “inquérito foi uma extravagância perversa”, pois reunia testemunhos de pessoas “cujo valor moral é muito discutível”. O mais curioso é que quanto mais o diretor do Correio afirma ter documentos e provas, menos ele referencia suas fontes (GARZONI, 2009, p.5).

Os artigos dessa campanha, marcados pelo “tom de uma conversa informal” e sendo “entremeados por acusações inflamadas e diálogos inventados” (GARZONI, 2009, p.10), evidenciariam, que o objetivo de Bittencourt não era simplesmente informar seus leitores, mas também “criar um clima de contestação e, sobretudo, uma identificação com as causas populares” (GARZONI, 2009, Ibidem). De forma que, toda crítica ou sátira decorrente da forma com que a campanha era conduzida, fosse localizada pelo jornal como “um fardo a ser carregado por aqueles que se dispõe a falar “em nome do povo” (GARZONI, 2009, ibidem). Diante dessas observações, e levando em consideração o contexto a que nos referimos, uma conjuntura histórica na qual a imprensa ainda dava os primeiros passos no que diz respeito ao estabelecimento de seu caráter objetivo (BARBOSA, 2010a, p. 40.), percebemos como o *Correio da Manhã* buscou se legitimar perante o público e o mercado editorial, também se utilizando de artifícios que contradiziam o intento que o mesmo anunciara em 15 de julho de 1901, de acima de tudo, “dizer a verdade”.

De maneira que, através de “elipses e aparições”, o periódico parece ter buscado constituir sua credibilidade, de forma que esta fosse percebida atrelada em elementos que propuseram uma identificação com “a causa popular”. A

combatividade pela qual a folha fora consagrada está, portanto, condicionada também aos seus esforços para a conquista e manutenção de um público cativo. Esforços esses, que como veremos ao longo do presente trabalho, não se restringiram aos artigos de honra ou as campanhas encabeçadas por Bittencourt, mas que também são perceptíveis nas notícias vinculadas pelo jornal, em especial àquelas construídas a partir do relato melodramático de “scenas de sangue”.

CAPÍTULO 2: OS CONTEXTOS DO SANGUE

2.1 NARRATIVAS DE TRANSGRESSÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Acercando-se de outra “memória” de Isaías Caminha de seus tempos da redação do Globo, somos introduzidos a uma das empreitadas da fictícia folha em conquistar leitores. Dessa vez, por meio da construção de notícias sensacionais centradas em crimes, *faits divers*. Isaías que, certo dia, às “cinco para seis” já tinha “feito o serviço do dia e ia sair”, foi surpreendido quando Lemos, “repórter de polícia”, entra na redação “ofegante e deslumbrado” (BARRETO, 1995, p.80). O homem então, “com a palavra entrecortada, oprimindo felicidade” anuncia um “grande crime”, “um mistério” em Santa Cruz, onde um casal vestido luxuosamente foi encontrado decapitado, presumivelmente morto a facadas (BARRETO,1995, p.80).

Todos os circunstantes ouviram estupefatos a breve narração do repórter. Depois de um curto silêncio, choveram as perguntas. Lemos nada sabia; recebera a notícia do Teixeira que estivera na polícia, onde pouco mais sabiam. A notícia viera de Santa Cruz pelo telégrafo... Leporace, que raramente saía de sua natureza de celentério, pôs-se nervoso e começou a dar as providências, a explorar o caso:

— Já um boletim... Já!

E logo rapidamente, Adelermo começou a traçar em letras garrafais a notícia que o Lemos trouxera. Eu fui pregá-lo à porta; da sacada, Leporace avaliava o efeito. O primeiro curioso que passou, parou e ficou-se a ler. Vieram outros e em breve uma multidão estacionava em frente do jornal. A notícia espalhou-se rapidamente, com uma rapidez de telégrafo, com essa rapidez peculiar às notícias sensacionais que, nas grandes cidades, se transmitem de homem a homem quase com a velocidade espantosa da eletricidade. O doutor Loberant entrou, atravessando a custo por entre a multidão. Tinha ouvido qualquer coisa e correu ao jornal. Que houve? Perguntou. Contaram-lhe. A sua fisionomia abriu-se risonha, sorridente e feliz. Ia vender mais mil ou dois mil exemplares (BARRETO, 1995, p. 80-81).

Os jornalistas da redação que praticamente “nada sabiam” sobre o crime, trataram, incitados por Loberant, de produzir mais boletins sobre o ocorrido, que como observara Isaías por “misteriosa faculdade das multidões, aquele caso, vulgar um mês antes ou depois, naquele dia tomou a proporção de um acontecimento, de um fato pouco comum” (BARRETO,1995, p.82). Em resposta, alguns jornais da tarde, deram cabo de colocar nas ruas uma segunda edição. No entanto o Globo, “com os seus cartazes contínuos, distraia os compradores” (BARRETO, 1995, p.84). Em certo ponto, eram tantos os boletins que “alguns já cobriam os outros”, mas o “povo continuava aglomerado”.

[...] A rua encheu-se ainda mais. Havia gente de toda a sorte: velhos, moços, burgueses, operários, senhoras — gente de todas as idades e condições. Os que ficavam mais distante, no passeio fronteiro, para ver melhor, punham-se nos bicos dos pés, cheios de ansiedade. Quando subi a escada, voltei-me um instante e vi aquela centena de pessoas, com as pálpebras arregaladas, o pescoço erguido, esforçando-se por ler aquele carapetão formidável forjicado naquela fábrica de carapetões que se chama o jornal (BARRETO, 1995, p.84).

Diante da cena representada por Lima Barreto, do impacto nos corpos e cotidiano daqueles transeuntes que, ansiosamente, esperavam por novas informações, alguns nas pontas dos pés, e aportados por Barbosa (2010a p.39), que verifica nas primeiras décadas do século XX uma crescente preferência do público por acontecimentos policiais, questionamo-nos, inicialmente, a respeito daquilo que proposto na narrativa de *Recordações* como “estranha e misteriosa faculdade” das multidões (BARRETO, 1995, p.82). E ainda que reconheçamos o caráter ficcional, e, portanto, potencialmente exagerado da descrição de Barreto (1995) do impacto de notícias dessa natureza no cotidiano dos transeuntes da rua Ouvidor, não excluimos a hipótese da existência de um conjunto de condições históricas e culturais que conformaram na sociedade carioca na virada do século XX um contexto também permeada pelo consumo de narrações centradas em transgressões e que, como tal, permitia que determinados casos policiais alcançassem repercussões consideráveis, ainda que efêmeras.

Nesse sentido, embora verificássemos no contexto do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século uma situação de alfabetismo atípica do restante do país:

Enquanto 80% dos brasileiros não sabiam ler nem escrever, quase metade da população carioca aparecia, nos dados oficiais, liberta desse mal. Segundo o censo de 1890, a população da capital federal era de 522 mil habitantes, um número que praticamente havia dobrado em relação ao recenseamento de 1872; Desse meio milhão de moradores, 57,9% dos homens e 43,8% das mulheres foram registrados como alfabetizados, o que representava, em termos numéricos, cerca de 270 mil pessoas capazes de ler e escrever. Com o novo século, o índice populacional cresceu de modo acelerado. Em 1906, havia na cidade 811.443 almas, cujo montante de possíveis leitores ultrapassava os 400 mil (EL FAR, 2004, p.13).

E reconhecendo o possível otimismo republicano por trás desses números, não vinculamos a difusão dessas narrativas, exclusivamente ao hábito da leitura individual, mas também a outras práticas de sociabilidade do seu conteúdo. Conforme Marco Morel, no capítulo de sua autoria do livro *História da Imprensa do Brasil* (2008), no século XIX as tipografias e livrarias, cujas vendas não se atinham

apenas aos impressos, dispendo também de artigos de diversos, de roupas até purgativos, eram localizadas em pontos de circulação privilegiados da malha urbana (MOREL, 2008, p.38), o que por sua vez, viabilizaria outras formas de sociabilização dos impressos.

De maneira que, Morel (2008) já verifica pouco mais de cinquenta anos antes que “[...] impressos, leituras coletivas, cartazes e papéis circulando de maneira intensa pelas ruas, incorporam-se ao cotidiano da população” (MOREL, 2008, p.38). Barbosa (2013) em seu livro *História da comunicação no Brasil* também postula que no século XIX, os quarteirões do comércio enquanto espaço:

[...] onde as práticas orais de comunicação se misturavam com mais intensidade aos modos letrados. [...] Na rua, portanto, materializavam-se redes de comunicação, deixando à mostra modos de comunicação, tanto os que eram dominantes na antiga ordem, como os novos que surgiam ao sabor das tecnologias que permitiam a proliferação da palavra impressa (BARBOSA, 2013, p.100).

Destacamos também a sociabilização das notícias realizada pelos vendedores avulsos, muitos deles “pequenos jornaleiros”¹¹. Menores que nas décadas finais do século XIX invadiriam as ruas anunciando a todo pulmão as manchetes da *Gazeta de Notícias*, estratégia posteriormente adotada por outros jornais tentando aguçar a curiosidade de possíveis compradores (CHAGAS, 2013, p.35). Curiosidade, segundo observaria Machado de Assis ainda em 1892, saciada, em especial, por notícias centradas em crimes e transgressões. “O homem gosta dos grandes crimes” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 25 de setembro de 1892, p.1) o autor anunciaria, atribuindo ao fenômeno do gosto do público por “grandes crimes” a realização simbólica alcançada pelo seu consumo, descrito pelo autor como “banquete pantagruélico”.

Digam o que quiserem: o homem gosta dos grandes crimes. Esta sociedade estava expirando tédio. Uma ou outra sentença sobre negócios e ações nominais mal satisfazia a curiosidade e não de todos, porque há muita gente que não conta de cem pontos para cima; eu nem creio em milhares de contos. Ratonices de queijos e outras miudezas são como os biscoitos velhos e poucos; enganam o estomago, não matam a fome. E a fome vivia, crescia, sem nada que lhe puzesse termo, até que um gato descobriu no

¹¹ Na sua tese de doutorado “*Extra! Extra!: os jornaleiros e as bancas de jornais como espaço de disputas pelo controle da distribuição da imprensa e da economia política dos meios*” Viktor Henrique Carneiro De Souza Chagas (2013), afirma que muitos imigrantes jovens recém-chegados, “italianinhos” sem condição de ingressar no mercado formal, buscaram complementar a renda como vendedores de jornais. Ainda segundo o autor “[...] a estratégia de contatar esses menores vendedores foi usada pela primeira vez pelo jornalista Ferreira de Araújo, à frente de grande reforma na imprensa com o lançamento da *Gazeta de Notícias*, em 1875” (CHAGAS, 2013, p.35).

largo do Depósito aquelle tronco de gente, foi um banquete pantagruélico. Um simples pedaço de cadáver, ensopado em mistério, bastou a faltar toda cidade. Os mais gulosos pediam ainda a cabeça, as pernas e os braços. O mar, imensa panela, despejou esse manjar último. Agora pedimos cozinheiros; venham os cozinheiros. Não sabemos tudo; não basta haver comido e perguntado pelos cozinheiros. Há muito mais o que saber, - o processo e as minúcias da cozinha. (Gazeta de Notícias, Setembro, 25 de 1892, p.1).

No texto escrito para a *Gazeta de Notícias*, e publicado no dia 25 de setembro de 1892, o literato observa a repercussão estrondosa do aparecimento de um tronco humano, atribuindo a resposta polvorosa ao caso, à momentânea saciedade da “fome” da população por relatos minuciosos de crimes que a livrasse, ainda que momentaneamente, do tédio cotidiano. A partir da metáfora do autor, no qual a cena do crime é representada como uma “panela”, e os criminosos “cozinheiros”, percebemos a participação implícita de outros agentes na execução desse “banquete”. Afinal alguém havia de dispor para o público do “processo e as minúcias da cozinha”. Percebemos, portanto, nas entrelinhas da crônica, trabalhando entre a “cozinha” e a o “faminto público”, repórteres, jornalistas e redatores, vinculando para os leitores de suas folhas, narrativas recheadas de violência, melodrama e em alguns casos, até mesmo elementos fictícios.

Subsidiando-nos tal perspectiva, recorreremos aos postulados de Valéria Guimarães (2013) em seu livro *Notícias Diversas: suicídios por amor, leituras contagiosas, e cultura popular em São Paulo dos anos dez* no qual a autora estuda as notícias de suicídio veiculadas pela folha *Estado de São Paulo* nos anos dez do século XX. Diante dos frequentes “banquetes” dispostos pela imprensa, Guimarães (2013) constata o gradual desenvolvimento de “uma sociedade midiática” e que teria no noticiário de crimes, um dos seus principais componentes (GUIMARÃES, 2013, p.20). Ainda segundo a pesquisadora, os casos das “seções de variedades, conhecidos no jargão jornalístico pela expressão francesa *faits divers*, fatos diversos, em tradução literal”, teriam a “função de satisfazer a curiosidade e entreter”, ou seja, “uma notícia popular, voltada para o grande público” (GUIMARÃES, 2013, p.20). No entanto, longe de se conformar “uma simples nota comunicando uma ocorrência policial” (GUIMARÃES, 2013 p.20) a autora verifica na constituição dessa notícia popular, outros recursos, dentre quais destaca um forte teor folhetinesco (GUIMARÃES, 2013, p.20).

Característica que também verificamos ao longo do levantamento dos *faits divers* que figuraram as páginas do jornal a que Lima Barreto centrou sua sátira: O *Correio da Manhã*. Sob títulos garrafais tal como “Desordeiros”, “Tentativa de Suicídio”, “Por Amor” “Perverso” “A Pau” “Navalhadas”, essas notícias, nos primeiros anos do *Correio da Manhã*, estiveram majoritariamente concentradas na segunda e terceira página, e algumas, construídas inclusive fazendo uso de um recurso editorial tipicamente folhetinesco, a fragmentação. Sendo, portanto, ainda que em uma mesma página entrecortadas por subtítulos como “Depoimentos – Na Delegacia – No Necrotério” de forma a aumentar o suspense. Anunciando assim, um estilo de redação sensacionalista que segundo Barbosa (2010a), se verificaria com ainda mais força na folha a partir de 1905, resultando em textos que fazem supor “um leitor titubeante seguindo as letras impressas das notícias de crimes e tragédias do cotidiano” que então, “se espalham por todo o jornal” (BARBOSA, 2010a, p.43). Nesse sentido, cabe contextualizar que conforme também nos subsidia Barbosa (2010a), nas primeiras décadas do XX percebe-se uma crescente valorização da reportagem, e como tal dos repórteres de forma que:

[...] passam a escrever verdadeiras crônicas do cotidiano, subindo morros, descrevendo os bastidores das religiões populares, montando reportagens em série sobre curanderismo, favelas e outros temas. Algumas vezes, valem-se de expedientes não muito éticos para conseguir a reportagem inédita e sensacional. Bisbilhotar as conversas alheias, ler sorrateiramente textos sobre uma mesa ou mesmo em bondes, são apenas algumas das ações para conseguir o furo de reportagem. Podem também se transformar em outro personagem para elaborar a história (BARBOSA, 2010a, p.38-39).

A pesquisadora destaca, também, como:

A valorização do ineditismo também transforma o trabalho. O repórter passa a ser o elemento principal para a composição da notícia. Dele se espera "o furo de reportagem", a informação sensacional, todos os detalhes do fato. O que importa para o leitor é "a notícia, a impressão do fato, o fato com todas as suas minúcias, todos os pormenores, todos os seus detalhes" (BARBOSA, 2010a, p.40).

Verifica-se, portanto, a inventividade jornalística em várias etapas do processo de construção desses *faits divers*. Primeiramente, na seleção pela qual, diariamente, dentre a infinidade de casos policiais que marcavam o conturbado cotidiano carioca no início do século, corpos editoriais optavam pela cobertura de determinados crimes em detrimento de outros. Posteriormente, pelos meios “criativos”, e não necessariamente éticos, pelos quais os repórteres, figuras que nesse contexto ganhavam cada vez mais importância, garantiam a vinculação de

seus “pormenores e minúcias”. Tal como no uso de determinados elementos narrativos na construção dos seus textos, inclusive de elementos ficcionais. Escolha tal, muitas vezes, operacionalizada, sob o pretexto de fornecer detalhes inéditos, “furos de reportagens”.

E ainda que na perspectiva de Barreto (1995), a construção dessas reportagens estivesse circunscrita enquanto fruto da manipulação da notícia pelo jornal, na sua visão uma “fábrica de carapetão”, não tomamos tal explicação como suficiente para localizar, em sua totalidade, os fatores que impeliriam a crescente preferência do público (BARBOSA, 2010a, p.39) em consumir essas narrativas. Aportados por Marília Rodrigues Oliveira, em sua tese de mestrado *A Tragédia da Rua Januzzi: narrativas sensacionais, justiça, ciência e moral no Rio de Janeiro da Primeira República*, localizamos a discussão pública de notícias de crimes como capaz de mobilizar falas, experiências e projetos de diferentes atores sociais (OLIVEIRA, 2014, p.15).

Potência essa, que percebemos já no primeiro número do *Correio da Manhã*, no qual o seu fundador, em outro trecho do já citado artigo de apresentação, propõe sua oposição ao projeto político de Campos Salles citando a notícia de um “misterioso e estranho suicídio” (*CORREIO DA MANHÃ*, 15 de junho de 1901, p.1) presumivelmente veiculada pelo *Jornal do Comércio*. Ao fazê-lo, além de criticar a postura do concorrente ao reportar o ocorrido, Bittencourt também vincula a ineficiência da administração pública em debelar a crise econômica então verificada no país, ao “desespero” que levaria uma suposta “grande massa de vítimas dos nossos desastres econômicos” “desgraçados sem pão e sem emprego” a considerarem o suicídio “nas horas negras do desanimo” (*CORREIO DA MANHÃ*, 15 de junho de 1901, p.1). O teor apelativo dos argumentos de Bittencourt explicita, nesse sentido, seu esforço de propor a legitimidade da combatividade de sua folha, e como tal do projeto político a que ela se dispunha, também se fazendo da mobilização emocional de seus leitores.

A partir da análise das reportagens veiculadas por diferentes periódicos sobre o assassinato de Edina do Nascimento, cujo principal suspeito foi seu marido Paulo do Nascimento, Oliveira (2014), nos subsidia a percepção da importância das características dos crimes, para que os mesmos aportassem determinados discursos e apropriações. O local do crime e a condição social dos envolvidos eram fatores

que também podiam influenciar na repercussão que o caso alcançaria. E como tal, nas escolhas editoriais e narrativas pelas quais essas reportagens seriam veiculadas pelos jornais. Oliveira (2014) reforçaria nesse sentido, que a forma “polissêmica de construção de notícias” teria ligação com o “[...] próprio processo de desenvolvimento da imprensa no período” (OLIVEIRA, 2014, p.17).

No final do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro passava por grandes transformações sociais, que incluíam uma transformação da feição de seus grandes jornais. Os periódicos habitualmente vendidos somente por assinatura, voltados, sobretudo, para propaganda política de grupos bem delimitados, cediam espaço para o nascimento de outras folhas ligadas a empresas comerciais, que passariam a depender muito mais de suas vendas para manter-se (OLIVEIRA, 2014, p.17).

Essas folhas, que conforme já adiantamos passam, a partir do final do século XIX, a ser comercializadas de forma avulsa “[...] nas ruas da cidade por um preço módico” haviam de garantir “[...] sua sobrevivência através da ampla tiragem e da venda de espaço publicitário – dependendo, portanto, do interesse do possível público leitor” (OLIVEIRA, 2014, p.17). Não obstante:

Como veículos de comunicação entre setores sociais diversos que eram, essas folhas respondiam a demandas sociais mais amplas, desenvolvendo abordagens e temas de notícias que gerassem o interesse num maior número de potenciais leitores. Se o desenvolvimento de tecnologias vividas no início do século XX permitiu que os jornais tivessem instrumentos para construção de reportagens capazes de vender um número maior de jornais e gerar lucros às empresas comerciais, estes periódicos traziam dilemas e debates de interesse de membros de diferentes camadas sociais (OLIVEIRA, 2014, p.19).

Oliveira (2014) postula nesse sentido que, ao mobilizar aquilo que denomina uma *gramática emocional*, de forma a construir determinados crimes enquanto sensacionais, a imprensa lidaria também com densas questões sociais (OLIVEIRA, 2014, p.19). Assim, “[...] para além da construção de uma narrativa dramática, marcada por intrigas familiares e capaz de atrair o interesse do público leitor”, essas narrativas evidenciariam “discussões sobre temas controversos neste contexto histórico” (OLIVEIRA, 2014, p.84). E em virtude da sua apropriação do estilo narrativo melodramático, tais reportagens apresentariam uma proeminente interface com debates que diziam respeito aos preceitos morais da época (OLIVEIRA, 2014, P.95). Hipótese proposta pela autora a partir da detecção na cobertura da imprensa da Tragédia da Jacuzzi, para Oliveira (2004), do uso de uma linguagem hiperbólica

que se fazia de cenas muitas vezes ficcionais dos supostos dramas vividos pelo casal protagonista do ocorrido, característica que aproximava essas reportagens:

[...] de um estilo de narrativa melodramática que optava por uma polarização dos personagens: sendo a vítima, sensível e meiga e o seu marido, um homem agressivo e insensível. A dicotomia entre a vilania e virtude é uma característica principal de um sistema ficcional melodramático, que adquiriam cada vez mais espaço no mercado editorial no final do século XIX. Obras como *A Noiva do assassinado*, publicada em 1897, assinada por Maria das Dores, ganhavam destaque por justamente associar histórias de crimes misteriosos com uma narrativa típica do melodrama. A escolha pela construção da história da Tragédia da rua Januzzi a partir de uma dramaturgia do excesso, sem meias articulações, encontra-se presente, principalmente, nos periódicos que buscavam atrair um público mais amplo de leitores – como *A Noite*, *A Época*, *O Imparcia*, *Correio da Manhã* - e que concediam grandes espaços de suas folhas às notícias de crime” (OLIVEIRA, 2014, p.83-84).

E uma vez que, o presente trabalho propõe a análise da mediação instrumentalizada pelos reportagens de crimes vinculadas pelo *Correio da Manhã* a respeito de episódios de transgressão de mulheres de forma que sejam acessados alguns dos códigos públicos do passado, suas normas e convenções. Consideramos necessária a realização de algumas contextualizações sobre a produção literária popular sensacional e folhetinesca do período, antes mesmo de uma conceituação mais retida a respeito do *faits divers*, gênero jornalístico pelo qual localizaremos tais reportagens. Produção essas que, conforme Oliveira (2014) e Guimarães (2013) nos indicam, ao detectar o caráter melodramático, “folhetinesco” dos *faits divers*, influíra na construção e vinculação das “scenas de sangue” produzidas pelos jornais do início do século XX.

2.2 SENSACIONAIS: LITERATURA POPULAR E NARRATIVAS DE CRIMES

As relações estabelecidas entre a literatura popular sensacional e a produção jornalística centrada em crimes foram representadas enquanto próximas em outro trecho de *Recordações*.

— “Crime no Pampa”, gritou o Oliveira.
Adelermo Caxias não compreendeu bem o título de Oliveira e perguntou:
— Por que pampa?
[...]
— Pampa não é campo? Caxias, apesar da justificativa, não o quis e perguntou a outro:
— Qual deve ser, Floc?
— “Bucolismo e tragédia”?
— Qual! É erudito...

— “Ciúme e crime”.

— Por que ciúme?

Por fim, chegou Leporace e lembrou um título rocambolês de romance popular: “Descampado da morte”. Boa idéia! — gritaram todos; e Adelermo pôs-se a escrever (BARRETO, 1995, p.82)

No fragmento acima, é descrita a discussão que tomou a redação do *Globo* para decidir o título para a notícia referente aos dois corpos decapitados de Santa Cruz. Barreto (1995) ao incluir uma menção de um “romance popular” enquanto um suposto fator de inspiração para a escrita da reportagem, incitou-nos não somente à indagação da influência da literatura popular na produção das narrativas sensacionalistas vinculadas pelo jornal, mas também do impacto da difusão dessas brochuras baratas no cotidiano carioca da virada do século. Provocados por tal menção, buscamos vestígios dessa produção nas obras de outros literatos e cronistas, e encontramos observações a seu respeito em meio à coletânea de crônicas *A Alma Encantadora das Ruas do flâneur* João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto (1881-1921), mais conhecido pelo pseudônimo de João do Rio.

Os textos que constituem essa obra foram escritos entre 1904 e 1907, e publicados no jornal *Gazeta de Notícias* e na revista *Kósmos*. Dentre essas crônicas, nos centramos naquela de título *Mercadores de Livros e as leituras nas Ruas*, publicada originalmente pela *Gazeta de Notícias* em 12 de fevereiro de 1906. Texto que descreve “inquérito psicológico” a que João do Rio teria se dedicado depois de analisar alguns dos títulos que expostos na espécie de “biblioteca popular” de “Arcanjo”, um “italiano, analfabeto” que há dez anos vendia livros e jornais na esquina do Teatro S. Pedro (RIO, 1995, p. 47). Percorrendo as ruas da cidade João do Rio constataria vendedores de livros, por todas as partes:

[...] uma chusma incontável que, todas as manhãs, se espalha pela cidade, entra nas casas comerciais, sobe os morros, percorre os subúrbios, estaciona nos lugares de movimento. Há alguns anos, esses vendedores não passavam de meia dúzia de africanos, espapaçados preguiçosamente como o João Brandão na praça do Mercado. Hoje, há de todas as cores, de todos os feitios, desde os velhos maníacos aos rapazolas indolentes e aos propagandistas da fé (RIO, 1995, p.47).

Reconhecendo, portanto, a expansão desses vendedores por várias localidades, tal como certa diversidade entre esses homens e seus métodos:

Há os solenes — o velho Maia, que aprecia as encadernações vermelhas; foi guarda-livros e virou para a infelicidade quando, um dia, se lembrou de decorar todo o dicionário latino de Saraiva. Há os que têm apelido— Espelho de Psyché, pobre homem, negociante, que a má sorte faz andar agora de cesta ao braço, com uma fita verde no chapelinho. Há os escandalosos relapsos — o Conegundes, negralhão de cavanhaque, gritador. Há os que durante o trabalho percorrem as tabernas, e para impingir aos caixeiros um dos volumes ingerem em cada uma dois da branca — o Artur. Há os que têm admirações literárias — o Camões, zanaga, que vos recita o I Canto dos Lusíadas de cor (RIO, 1995 p.47).

Entretanto, João do Rio (1995) generaliza a categoria, conferindo-lhe caráter de inferioridade, associando a profissão à vadiagem. Chega a afirmar que esses homens apregoavam “dois dias na semana para descansar os outros cinco” (RIO,1995, p.47-48), lamentando a difusão dessa profissão, para João do Rio “ávida e lamentável” em um “arregimentar de pobres propagandistas do Evangelho e do Espiritismo, de homens que a sorte deixou de proteger, de malandros cínicos, de rapazes vadios” (RIO,1995, p.48). O autor atribui o aumento do número desses vendedores nas ruas, ao lucro que supostamente esses homens tirariam das vendas dos livros baratos, segundo o autor, “no mínimo, seiscentos por cento” (RIO,1995, p.48).

João do Rio também critica o conteúdo das obras vendidas, no texto caracterizadas enquanto “folhetos sarrabulhentos de crimes e de sandices” (RIO, 1995, p.48). Leituras perigosas, exemplares de uma literatura:

[...] vorazmente lida na detenção, nos centros de vadiagem, por homens primitivos, balbuciada à luz dos candeeiros de querosene nos casebres humildes, piegas, hipócrita e mal feita, é a sugestionadora de crimes, o impulso à exploração de degenerações sopitadas, o abismo para a gentalha [...] Tudo quanto é inferior — a calúnia, o falso testemunho, o ódio — serve de entrecho a esses romances mal escritos (RIO, 1995, p.49).

Objetivando compreender sob outra perspectiva o fenômeno apreendido por João do Rio enquanto a difusão de romances nos quais “tudo quanto é inferior serve de entrecho”, buscamos entender o aparente fascínio exercido no público por esses romances de brochura barata, assim como suas conexões com a produção de notícias sensacionais. Recorremos para tal, ao já citado livro da pesquisadora Alessandra El Far (2004), *Páginas de Sensação: Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*.

Na obra, a pesquisadora centra análise na literatura popular da virada do século XIX para o XX, verificando tal como João do Rio (1908), nesse contexto, a

proliferação de 'livros baratíssimos'. A autora ressalva, no entanto que como a proposta editorial de atingir um público de caráter mais amplo, “o povo”, teria representado uma estratégia até então pouco explorada pelos editores (EL FAR, 2004, p.11), que antes concentravam seus investimentos na produção de belas encadernações visando o consumo de uma limitada elite letrada. El Far (2004) percebe assim o gradual processo pelo qual:

[...] as belas encadernações vindas da Europa e os textos assinados por intelectuais de rara erudição, tão apreciados pelas elites ilustradas brasileiras, foram cedendo espaço, nas prateleiras das livrarias, às brochuras baratas, que carregavam consigo tramas mirabolantes, narrativas audaciosas, de tirar o fôlego (EL FAR, 2004, p.11).

Transformação que El Far (2004) associa, sobretudo, às mudanças de caráter social, que em finais do século XIX, já impactavam a realidade da então capital federal:

[...] o contingente cada vez maior de homens livres, a vinda de imigrantes europeus, o aumento de profissionais liberais, o estabelecimento de uma população assalariada, dentre outros fatores, contribuíram para fazer do volume impresso um produto comercial lucrativo. Nessa nova lógica, o melhor livro já não era aquele que deixava transparecer um estilo refinado de escrita, mas o que mais vendia (EL FAR, 2004, p.12).

A autora destaca ainda o papel dos avanços tecnológicos no processo de fomento ao mercado livreiro. Segundo El Far (2004), outro fator que viabilizou a produção de exemplares mais baratos. A autora adverte, entretanto, que a despeito da expansão de um potencial público com menor poder aquisitivo, quando um editor divulgava sua intenção de prover obras a gosto do “povo”, não, necessariamente, se referia apenas às camadas pobres e de baixa renda (EL FAR 2004, p.13). De forma semelhante à que Bittencourt propôs a categoria “povo” no artigo de apresentação da sua folha, os editores da rua do Ouvidor também tinham o intuito de, acima de tudo, alcançar o público mais amplo possível. E como tal, extrapolar as fronteiras econômicas e sociais, “que antes limitavam a compra de livros aos grupos endinheirados, a fim de expandir tal possibilidade a toda e qualquer pessoa livre das amarradas do analfabetismo” (EL FAR 2004, p.13). De modo que:

[...] as obras populares não eram aquelas direcionadas a um público específico, e sim as que recebiam um tratamento editorial interessado em baixar seu custo de produção e dinamizar seu consumo. Diante de um anúncio intitulado “Livros para o povo” as pessoas sabiam se tratar de

volumes baratos, de leitura fácil e, em muitos casos, ilustrados com várias estampas (EL FAR, 2004, p.13).

Além da crescente edição de acessíveis manuais e livros infantis, nesse contexto, verificar-se-ia de forma ainda mais proeminente, o investimento na impressão dos “romances de sensação”. Estilo literário de origem francesa (EL FAR, 2004, p.116) e que cada vez mais, ganhava visibilidade no interior do amplo universo de livros destinados ao povo da virada do século XIX para o XX (EL FAR, 2004, p.113). Romances esses, promovidos enquanto histórias singulares, “capazes de provocar o leitor emoções pouco experimentadas na previsível rotina do cotidiano” (EL FAR, 2004, p.113). Logo nas suas primeiras páginas:

[...] as personagens, vítimas de alguma fatalidade, viam-se obrigadas a abandonar a segurança e a tranquilidade de uma vida pacata para mergulhar numa sucessão de acontecimentos dramáticos, repentinos, cheios de aventura, surpreendentes, injustos e sanguinolentos (EL FAR, 2004, p.113).

Percebemos, nesse sentido, que tais narrativas sensacionais, ao vincularem aquilo que João do Rio entenderia como “tudo quanto é inferior”, ou seja, crimes, intrigas, calúnias, tudo isso deflagrado por sentimentos arrebatadores. Evidenciavam, sobretudo, a potencialidade da leitura de qualidades além da erudição, como a “do entretenimento fácil” e “satisfação efêmera” (EL FAR, 2004, p.69). Constituídos por uma série de situações inusitadas, postulamos a partir de El Far (2004), que de forma semelhante aos *faits divers* (MEYER, 1996, p.100) os enredos desses romances podiam também proporcionar aos seus consumidores um escape: convidando seus leitores através de um exercício de imaginação a viver aventuras ou transgressões nada cotidianas. Experimentando no virar de páginas, através da descrição das melodramáticas dos feitos de seus protagonistas, sensações alheias a sua rotina. Ainda segundo El Far (2004), esses romances, apesar de apresentarem um estilo literário próprio, não fizeram parte de uma escola específica (EL FAR, 2004, p.133) de forma que:

Mais do que um conceito bem definido, essa expressão, de uso bastante alargado indicava estar ali um texto repleto de situações inusitadas, escrito numa linguagem vertiginosa. Em finais do século XIX, qualquer pessoa alfabetizada que visse escrito sobre um título de um livro a palavra “sensação” reconheceria de imediato o teor do enredo que estava por vir (EL FAR, 2004, p.113-114).

Também ao analisar o teor dessas brochuras populares, a autora detectaria indícios do imaginário social carioca da época, sobretudo no que diz respeito aos códigos públicos que permeavam seus padrões sociais. Inferimos, nesse sentido, aportados por El Far (2004, p.174-175), que embora tais histórias fossem construídas em torno de episódios de transgressão, marcadas pelo excesso e o exagero, de forma geral, os conflitos que movimentavam seus enredos eram narrativamente resolvidos de maneira que os valores da ordem social vigente fossem reiterados. Constatação proposta por El Far (2004) a partir da análise e comparação de três títulos *Elzira, a Morta Virgem, Maria, a desgraçada* e *Casamento e Mortalha*. Segundo a autora:

Para além das especificidades de cada um, os três romances acima analisados seguiram um roteiro narrativo bastante parecido. Partiram de uma realidade permeada de valores morais compartilhados por todas as personagens para depois mergulharem em situações de completa anomalia, por essa razão, propícias à exarcebação de sentimentos e ao desenrolar de ações repudiadas no dia-a-dia das convenções sociais. Nesse estágio, em que as regras encontravam-se temporariamente suspensas, as jovens e delicadas heroínas degolavam seus carcereiros, abandonavam o comportamento recatado, passavam por experiências corporais de grande intensidade [...]. Era nesse ínterim, visto que o fim das histórias acabava sempre por restaurar a ordem perdida, que essas meninas, tão protegidas no ambiente doméstico e do lar, viam-se expostas à imprevisibilidade dos acontecimentos e a uma vasta realidade de novas “sensações” (EL FAR, 2004, p.178).

Roteiro narrativo proposto geralmente de maneira que os malfeitores, suas maldades, ou mesmo as transgressões de suas mocinhas, fossem bem delimitados. De modo que os reveses sofridos pelos personagens, em especial dos malfeitores, assumissem caráter punitivo e de certa forma, didáticos¹². Propondo assim, o papel de determinados comportamentos e condutas no constante embate entre o bem e o mal. Característica tal, típica daquilo que Oliveira (2014) denomina como um sistema ficcional melodramático, e que El Far (2014) define nos seguintes termos:

No Melodrama, em que tudo se caracteriza pelo excesso e nada é poupado ao leitor, que recebe informações de maneira exagerada. Os representantes do bem são descritos, repetidas vezes, como detentores de qualidades estimáveis, da mesma forma que os contraventores da ordem ou da felicidade do próximo surgem sob a máscara do egoísmo, da inveja e de uma incansável obsessão pela maldade. Os atos criminosos, quase sempre sanguinolentos e cruéis, aparecem inseridos numa intensa dimensão dramática, revelando ao leitor a antítese existente entre a virtude e as forças

¹² Em especial no que diz respeito a normas centradas a conduta feminina, como no caso das histórias centras em mulheres “desgraçadas” (EL FAR, 2004, p.146)

que procuram obscurecê-la. Nesse espetáculo maniqueísta, os sujeitos, dotados de uma rasa intensidade psicológica, assumem valores exteriores e em nome deles iniciam o embate, que só termina diante do reconhecimento do bem e do restabelecimento da ordem e dos princípios morais (EL FAR, 2004, p.137).

Para compreender esse modo de representação, ambas as autoras citam a obra *The Melodramatic Imagination. Balzac, Henry James, and the Mode of Excess* de Peter Brooks (1995). No livro, diante da constatada permanência em produções ocidentais do melodrama, o autor o percebe como um modo de imaginação e concepção que, de forma bastante ambiciosa, pode ser entendido também enquanto uma forma de acessar os dramas fundamentais da vida moral, achando formas de expressá-los através do exagero e da antítese do bem contra o mal (BROOKS, 1995, p.5).

Modo de construção de universos ficcionais caro também à produção dos folhetins do início do século XX (MEYER, 1996). De consumo amplo e presente nos rodapés das principais folhas cariocas da época, esses romances fatiados também teriam surgido na França (MEYER, 1996, p.57-59). E segundo nos elucida a pesquisadora Marlyse Meyer (1996), em sua obra "*Folhetim – Uma história*" aportaram no Brasil ainda em meados do século XIX (MEYER, 1996, p.281). Para a autora já entre "1839 e 1842 os romances folhetins são praticamente cotidianos no *Jornal do Comércio*, embora os autores ainda não sejam os mais modernos" (MEYER, 1996, p.283). Não somente, com o passar das décadas, o "fenômeno folhetinesco" tomara os rodapés das outras folhas da capital, constando-se às portas do século XX, praticamente "indispensável" para as novas empreitadas jornalísticas. Afirmação que Meyer (1996) aporta observando o lançamento da folha *Jornal do Brasil* em 1891. Periódico que acolherá grandes "nomes da política e das letras, mas não escapa à regra. Publica no jornal e na coleção "Biblioteca do Jornal do Brasil" muitos folhetins de Montépin e autores do gênero" (MEYER, 1996, p.297).

O formato consagrado pelo folhetim francês era caracterizado sobretudo pela sua extensão. Em função disso, seu enredo, dividido em sucessivas edições, dispunha de consecutivos acontecimentos sensacionais e peripécias sentimentais que objetivavam incitar o leitor a adquirir o próximo número do periódico em que a história era publicada. Sendo, segundo Meyer (1996) marcado, portanto, em todas as suas versões, quer de aventura, até judiciário-policialesca, quer sentimental-realista, ou a comum mistura de tudo isso, sempre pelo suspense (MEYER, 1996,

p.303). Exigindo de seu leitor “o coração na mão” e “um lençinho não muito longe” para acompanhar “o ritmo ágil de escrita que sustentasse uma leitura às vezes ainda soletrante, e adequada utilização dos diversos macetes que amarrassem o público” (MEYER, 1996, p.303). Modelo que, para Meyer (1996) influenciaria mesmo os literatos brasileiros, hoje consagrados, e que ocuparam o espaço dos rodapés dos jornais sob a epígrafe “Folhetim” para publicar algumas de suas histórias, adaptando-as.

Por meio da leitura de alguns desses textos a autora percebe:

[...] influências concretas do folhetim à francesa na elaboração do romance “oficial” brasileiro. Desde as influências temáticas, em Macedo, *O moço loiro* ou *Os dois amores*, por exemplo, até o senso do corte dos capítulos, que Alencar conseguiu com tanto brio em *O guarani*, sabendo manter acesa a atenção diária do público. E, no mesmo *O guarani*, a elaboração do herói ou do vilão Loredano é tão folhetinesca quanto são folhetinescas as relações de lealdade e traição, estas não muito diferentes daquelas relações patriarcais que regem o mundo de d. Antônio de Mariz. (MEYER, 1996, p. 311).

Também atenta para a mobilização sentimental deflagrada pelas elaborações folhetinescas, a pesquisadora e crítica literária Beatriz Sarlo, em sua obra *El imperio de los sentimientos -- Narraciones de circulación periódica en la Argentina, 1917-1925*, destrincha alguns dos simbolismos que compunham esses textos de hiperbólicas afetações. E ainda que sua análise seja centrada no fenômeno folhetinesco argentino, sobretudo a partir da primeira década do século, Sarlo (1985) analisa o gênero traçando um pertinente panorama dos artifícios narrativos pelos quais seus enredos foram construídos. Segundo a autora:

Textos pensados en términos de maniqueísmo moral, social o ideológico propenderían a crear las condiciones para una lectura identificativo-emocional. Si estos textos tienen, al mismo tiempo, un armazón fuerte apoyado sobre la peripecia, abrirán la perspectiva de una lectura fáctico-fenomenica. Los textos producen sus lectores, incluyéndolos en un proceso de adquisición de hábitos retóricos y temáticos. Es sabido: la lectura educa al lector y desarrolla ciertas disposiciones que conforman también una idea sobre lo que debe ser la literatura, sobre lo que el lector puede esperar de un relato y sobre cómo este debe, en consecuencia, ser leído. La lectura colabora en la creación de un horizonte de expectativas simbólicas. Naturalmente unida al continuum de mensajes y experiencias sociales, se incluye en un ámbito ideológico (diferenciado social y culturalmente) dentro del cual los lectores *viven* su relación con la lectura (SARLO, 2011, p. 44).

Nos parece pertinente, nesse sentido, destacar a percepção daquilo que a autora caracteriza como “um horizonte de expectativas simbólicas”. Partindo da

apreensão de Sarlo (2011, p.44) de que textos são capazes de incluir seus leitores em um processo de aquisição de hábitos retóricos e temáticos, o que por sua vez, influiria também naquilo que esse leitor espera de determinados relatos. E ao voltarmos-nos à conjuntura de consumo de narrativas sensacionais do início do século, extrapolamos tal inferência do âmbito, necessariamente, literário. Uma vez que percebemos que os *faits divers* publicados diariamente pelas folhas cariocas do início do século XX, tal como os folhetins em seus rodapés e os romances de sensação promovidos em seus anúncios, compartilhavam elementos no que diz respeito a sua construção narrativa, majoritariamente de caráter sensacional e melodramático.

No que toca aos folhetins, Meyer (1996) chega a listar alguns desses “pontos comuns”. Postulando que, em muitos casos, a narrativa folhetim, a despeito de sua extensão, se aproximaria daquilo que caracteriza como “totalidade imanente do *faits divers*”. Referindo-se a como, semelhantemente aos *faits divers*, a repetição estrutural dos folhetins também produziria um sentido misterioso, “o grude que mantém preso o leitor, que “sabe” perceber as “coincidências” habilmente montadas pelo autor-Providência” (MEYER, 1996, p.100). Nada obstante também destaca o comum “patético das situações e dos personagens” e “o gosto pelo excesso melodramático, os contrastes” de ambas as formas produções (MEYER, 1996, p.100). Muitos desses elementos narrativos que podemos verificar também na produção de *romances de sensação*, muitas vezes propostos a partir do uso de antíteses, contrastes entre o bem e o mal, tal como de noções como a fatalidade, coincidência e destino (EL FAR, 2004, p.146).

Inferimos, portanto, em função dos artifícios comuns pelos quais essas narrativas construíam seu caráter sensacional, a possibilidade de que o leitor dessas produções no início do século as apreendesse, nos termos de Sarlo (2011) as *vivesse*, a partir de horizontes de expectativas simbólicas muito próximas. Expectativas do público a que, tanto livreiros quanto jornalistas impelidos pelo caráter comercial de suas produções, pareciam atentos, ainda que limitados pelas especificidades dos produtos que disponibilizavam. Evocamos como aporte para tal percepção, novamente a tese de Oliveira (2014), na qual a autora verifica o termo “sensação” apropriado também na caracterização de notícias de crime, o que na sua

perspectiva, denotaria uma compreensão comum entre seus leitores de determinado “estilo narrativo”:

A grande recorrência deste termo, tanto em romances populares como nas notícias da imprensa, evidenciava uma compreensão comum do que se consistia este estilo narrativo que se dizia capaz de despertar diferentes emoções a partir de sua leitura (OLIVEIRA, 2014, p.14).

Não somente, aportamos uma conexão entre a citada produção literária sensacional e a produção jornalística centrada em crimes, também em virtude das apropriações temáticas operadas pelos autores desses romances e folhetins que, regularmente, se inspiravam nos “casos do dia”, os *faits divers*. Se em *Recordações Floc* sugere o uso do título de um “romance popular”, El Far (2004) e Meyer (1996) nos subsidiam que muitos autores dos romances de sensação e folhetins recorriam ao noticiário policial atrás de suas “sensações”. Meyer (1996, p.309) chega a mencionar alguns folhetins produzidos ainda no Segundo Reinado, embasados em *faits divers* que narraram a prisão de dois homens que roubaram as joias da coroa e foram descobertos, mas supostamente liberados. O motivo: um dos envolvidos era um laçao do imperador d. Pedro II e organizava e acobertava suas indiscrições extraconjugais (MEYER, 1996, p.309).

El Far (1996) também defende que:

No Rio de Janeiro de finais do século XIX, os “casos do dia” não só rechearam as páginas dos principais periódicos da cidade como também serviram de inspirações para os escritores que construíram suas histórias intercalando o drama vivido pela personagem central com inúmeras outras cenas de caráter inusitado. Questões relevantes na sociedade brasileira daquele tempo, [...] apareciam em meio a enredos atraentes e cativantes (EL FAR, 2004, p.180).

Subsidiando-nos com um caso descrito no terceiro capítulo do seu livro, no qual El Far (2004) comenta uma crônica publicada por Orestes Barbosa na *Gazeta da Tarde*, e que conta a história de uma prostituta que teria aprendido a ler para “saborear” as narrativas produzidas a partir do “*Crime de Rocca e Carletto*”. Episódio criminoso que, segundo El Far (2004) teria abalado a cidade, inspirando “[...] escritores empenhados em fazer sucesso às custas das descrições minuciosas sobre os horrores daquela tragédia” (EL FAR, 2004, p.70). Contudo, a partir da leitura da pesquisa de El Far (2004), percebemos como esse fenômeno da apropriação temática, realizada por autores de ficções sensacionais de elementos a

relatos centrados em crimes reais, não era algo necessariamente novo. Segundo a autora, as origens das histórias sensacionais e do noticiário criminal são muito próximas, verificando desde o “invento da imprensa no Ocidente” a presença de histórias de teor sensacional circulando em folhetos de ocasião que também divulgavam “eventos espantosos, fatos curiosos e informações de última hora”. Para a pesquisadora:

Na França do século XVIII, essas publicações foram extremamente abundantes e receberam o nome de *canard*. Ao privilegiarem o “individual ao geral”, “o concreto ao abstrato”, “a imaginação à realidade”, fizeram grande sucesso, disseminando escândalos da nobreza, fofocas reais e crimes escabrosos envolvendo pessoas comuns. Esses panfletos, na verdade, preconizavam o nascimento dos diários, que, mesmo tratando com especial dedicação as notícias políticas e econômicas, nunca deixaram de ceder considerável espaço aos *faits divers*, ou seja, aos casos do dia. O “romance de sensação”, na iminência de sucesso, absorveu com perspicácia a narrativa desses acontecimentos de feitio curioso e inusitado, obrigando seus heróis e heroínas a enfrentarem sem descanso, situações que quebravam, para a satisfação do leitor, o ritmo previsto de todos os dias (EL FAR, 2004, p.180).

Meyer (1996), se referindo ao começo do século XIX, observa que no espaço dos jornais no qual surgiria o folhetim, o “*le feuilleton*”, não somente contava com “várias formas e modalidades de diversão escrita”, incluindo histórias, piadas e charadas, mas também a descrição de crimes e monstruosidades (MEYER, 1996, p.57). O *feuilleton* localizado na primeira página no “*res-de-chussée – rés-do-chão, rodapé*”, tinha como finalidade o entretenimento, e a vocação primeira de “chamariz aos leitores afugentados pela modorra cinza a que obrigava a forte censura napoleônica” (MEYER, 1996, p.57). Conquanto, evidenciando outra dimensão dessa proximidade, Meyer (1996) postula também que, com o passar das décadas, e em função do desenvolvimento de uma imprensa popular na França, o folhetim e os *faits divers* teriam desenvolvido uma séria concorrência na feitura do jornal de tostão. O que por sua vez:

[...] traz como consequência a agilização e o encurtamento do folhetim, ainda que a série o prolongue tecnicamente. E anuncia, com seu apelo ao “verdadeiro”, o folhetim posterior a 1870, que examino adiante: o romance que visa aderir ao real, mais verossímil o que levará a acompanhar o naturalismo então vigente. Momento em que se multiplicam outras formas de divulgação daquilo que vai definitivamente se chamar de romance popular: coleções, edições populares e, principalmente, fascículos, os quais tenderão outra vez, para atender as necessidades do novo mercado, a espichar em milhares de páginas distribuídas aos poucos de casa em casa as tributações de todas as virgens seduzidas, casadas, solteiras que haverão de se suceder no que chamo de folhetim do “desgraça pouca é bobagem” (MEYER, 1996, p.102).

Já Guimarães (2013), ao analisar os desdobramentos dos *faits divers* em terras brasileiras, verifica que em meados do século XIX no Rio de Janeiro a secções de *Varietades*, de *Miscelânea* e congêneres enquanto lugares pouco definidos no jornal, onde se confundiam crônica, folhetim e *faits divers*. Indefinição que segundo Guimarães (2013) teria legado “uma associação entre os leitores destes gêneros” (GUIMARÃES, 2013, p. 53), observação que também subsidia nossa hipótese da proximidade pela qual, historicamente, os horizontes de expectativas simbólicas referentes a essas produções foram desenvolvidos.

De forma que, ao verificarmos da convergência de determinados elementos narrativos, e em muitos casos, das influências mútuas estabelecidas na produção dos citados *faits divers*, os folhetins e toda uma gama da literatura popular, os chamados *romances de sensação*, visualizamos um contexto no qual narrativas compostas por episódios de transgressão, sejam elas literárias ou jornalísticas, faziam uso de artifícios narrativos muitas vezes similares para mobilizar o público, recorrendo ao tensionamento de preceitos morais de forma a entreter.

Cabe destacar nesse sentido, que tal como os *romances de sensação* nos permitem acessar discursos a respeito do inusitado, e, portanto, das normas e do cotidiano se utilizando de uma estética melodramática, os *faits divers* também atuam de forma a conformarem discursos a respeito da anomalia que, enquanto uma categoria construída socialmente, está intrinsecamente relacionada às normas que regem o seu contexto histórico. Conforme El Far (2004), em função da sua construção centrada na transgressão e no desafio do funcionamento das normas e convenções,

[...] os *faits divers* contaram com um público extenso e cativo. [...]. No entanto, essa característica universal dos *faits divers*, capaz de despertar nas pessoas um súbito interesse pelos acidentes, assassinatos, raptos, catástrofes, mortes passionais, etc., poderia ganhar um significado particular quando relacionado ao contexto específico de cada sociedade. Nele, as anomalias em sintonia com os aspectos locais revelariam uma série de problemas e conflitos existentes, nem sempre visíveis na mesmice do cotidiano (EL FAR, 2004, p.180).

De forma que, para compreender de que maneira esse gênero jornalístico nos permite refletir a respeito do imaginário social que permeava o cotidiano da cidade do Rio do Janeiro, nas entrelinhas de seus problemas e conflitos, precisamos primeiramente realizar algumas considerações a seu respeito.

2.3 *Faits Divers*

Analisando-o diacronicamente, o termo francês *faits divers*, em tradução livre, “fatos diversos” foi utilizado pela primeira vez em 1863, no jornal de Moïse Polydore Millaud (1813-1871), *Le Petit Journal* (MEYER, 1996, p.97). No entanto, como já havíamos adiantado, o relato melodramático de crimes reais não era, necessariamente, uma novidade entres os impressos franceses, já sendo verificado amontoado juntos a pequenas histórias, receitas e dicas de beleza no “*feuilleton*” dos eruditos e sisudos jornais do Primeiro Reinado (MEYER, 1996, p.57).

Observamos, nesse sentido, que as matrizes desse fenômeno comunicacional, conforme Guimarães (2013) e Meyer (1996), demonstram-se anteriores mesmo ao surgimento propriamente dito de jornais, remetendo-nos a antigas tradições orais de sociabilização de informação. Tradições cujas afetações características da sua oralidade foram cooptadas e adaptadas inicialmente pela produção de folhetos populares, como os *occasionales* franceses, que segundo a definição de Guimarães (2013, p.52) teriam surgido no século XV “constando os primeiros registros de 1488” e traziam “relatos nos quais predominavam o exagero e a invenção”. Modelo que teria permanecido com sucesso no século XIX:

[...] em pequenos jornais populares de uma só página, estampados apenas em uma face, com o nome pejorativo de *canard* que, metaforicamente, significa “falsa notícia”. [...] o *faits divers* é herdeiro direto dos *canards*. Todos esses tinham sua raiz nas *nouvelles*, histórias contadas oralmente por um *nouvelliste* em praça pública desde tempos remotos. (GUIMARÃES, 2013, p.56).

Meyer (1996) também apreende o grande trunfo de Millaud e seu *Petite Journal* ao adaptar de tradições impressas oriunda da *nouvelle*. Prática essa, que a autora caracteriza a partir da recepção do público, na sua perspectiva, ativamente responsável na sua composição:

Antes de ser aprisionada nas páginas do jornal, a crônica ou *nouvelle* era uma forma de informação oral, transmitida por um *nouvelliste*, em cima de um pequeno palanque, nas ruas da cidade [...] ou na praça da aldeia, que contava para o público à sua volta as últimas histórias, verdadeiras ou fantasiosas, que corriam pelo campo ou pela cidade. Estas eram repetidas de *nouvelliste* em *nouvelliste*, o que implicava sucessivas modificações, fixando-se numa versão que correspondia à demanda da audiência que também intervinha, modificava, comentava, passava-as adiante. Mesmo impressas nos *canards* ou *occasionnels*, as notícias veiculadas nos meios populares guardavam forte marca de oralidade. O público tinha portanto um

papel ativo na confecção dessas notícias, de tal modo, que “a informação feita para ele não se fazia também sem ele, era o fruto de um diálogo em suma” (MEYER, 1996, p.101).

De forma que, além de ancorar cultural e historicamente o “gosto quase nacional por ficção e verdade romanceada” verificado na França em seu Segundo Reinado, Meyer (1996) também atribui o processo de “aprisionamento” da *nouvelle* à inovação técnica que marcou a produção impressa do período. Conjugação de fatores que, na perspectiva da autora, acarretariam em “uma nova revolução jornalística que prolonga a de Girardin” (MEYER, 1996, p.97), e expressa pelo surgimento e o sucesso de folhas como *Le Petite Journal* (MEYER, 1996, p.97), protótipo e sinônimo de toda a chamada *petite presse*. Uma nova forma de fazer jornal que multiplicaria diários baratos e de fácil divulgação, e que foi consolidada também devido aos investimentos de Millaud em estabelecer um sistema de distribuição nacional rápido e eficiente (MEYER, 1996, p.97).

Le Petit Journal, encontrado em todas as cidades da França, inaugura a fórmula da venda avulsa, abaixa o preço para um *sou* (um tostão) e diminuiu o formato em relação aos outros jornais, o que o tornou mais acessível. Odiado pela corajosa imprensa política da qual Jules Vallès foi um dos maiores porta-vozes, invejado pela imprensa burguesa, suas tiragens confirmam o acerto financeiro da proposta: em julho de 1863, ano da fundação, 33 mil exemplares, em fevereiro de 1866, 262.369. Grandes acontecimentos (como o caso Troppmann, autor de seis assassinatos e condenado à pena capital) ou bom folhetim podiam elevar a 300 mil, até 400 mil a tiragem, o que é enorme até para hoje (MEYER, 1996, p.97).

Diante de tiragens tão expressivas, Meyer (1996) postula a “genialidade” de Millaud em reconhecer como entreter seu público ao propor um aporte impresso versátil e acessível. *Le Petite Journal* suportava tanto a adaptação de antigas tradições de informação popular, como a vinculação de novidades, demonstrando assim:

[...] cuidado e sensibilidade à demanda do novo público específico que queria atingir. Não só pelos aspectos materiais do jornal – preço, formato, distribuição –, como por seu conteúdo. Ele soube aliar uma novidade, o folhetim, cujo consumo fora amplamente confirmado pelo sucesso da fórmula do jornal-romance, o qual, aliás acabou suplantando pelo novo jornalismo de massa, a uma tradicional modalidade de informação popular, reinterpretando-a e rebatizando-a. Trata-se da *nouvelle*, ou *canard*, ou *chronique*, a que deu novo nome: *faits divers*, ou seja, uma notícia extraordinária, transmitida em forma romanceada, num registro melodramático, que vai fazer concorrência ao folhetim e muitas vezes suplantá-lo nas tiragens (MEYER, 1996, p.97).

Devido ao sucesso do *Petite Journal*, a conseqüente difusão da *petite presse*, e do gênero do *faits divers* em si, a expressão começa a figurar reconhecidamente nas décadas finais do século XIX, enquanto rubrica sob a qual eram noticiados fenômenos diversos, mas que de alguma forma desafiavam a ordem cotidiana, e/ou natural das coisas. Percepção nos indicada pela definição concedida à expressão, pelo dicionário de ambições enciclopédicas de Pierre Larousse, *Grand Dictionnaire Universel du XIXe siècle*:

Sob esta rubrica, os jornais reúnem com arte e publicam regularmente notícias de todo tipo que correm o mundo: pequenos escândalos, crimes horrendos, suicídios por amor, pedreiros caindo do quinto andar, assaltos à mão armada, chuva de gafanhotos ou de sapos, naufrágios, incêndios, inundações, aventuras burlescas, raptos misteriosos, execuções capitais, casos de hidrofobia, antropofagia, de sonambulismo e de letargia. Ampla gama de atos de salvamento e fenômenos da natureza, como bezerros de duas cabeças, sapos de quatro mil anos, gêmeos xifópagos, crianças de três olhos, anões extra-ordinários, etc. (LAROUSSE, Pierre. *Grand Dictionnaire Universel*, 1872, apud ANGRIMANI, 1995, p.25).

Ressalvamos que, mais que uma rubrica, a expressão *faits divers* recorre a outros sentidos. Conforme o prefácio do catálogo da exposição sobre esse gênero jornalístico organizada em 1982, pelo Museu Nacional de Artes e Tradições Populares de Paris:

O termo *faits divers* tornou-se hoje de uso tão banal que nem nos ocorreria interrogar-nos sobre a realidade do que ele recobre. É utilizado todos os dias como se designasse um conceito bem definido que nos viria naturalmente ao espírito. Trata-se, no entanto de expressão relativamente recente. Surgiu em *Le Petit Journal*, em 1863 e não consta que tivesse sido utilizada anteriormente. Até então falava-se, como diziam Balzac ou Nerval, de “*canards*”, ou de “*faits Paris*”, ou de “*nouvelles*” que são qualificadas de “curiosas”, “singulares” ou “extraordinárias”. [...] O conceito de *faits divers* não se impõe, portanto per si. É uma noção aproximativa que deve ser manejada com cautela. A própria expressão *faits divers* não designa, portanto somente uma atividade de distribuição das notícias entre as rubricas de um jornal, ou um tipo de informação, mas também, com uma conotação explicitamente pejorativa, uma categoria particular de acontecimentos (Musée National des Arts et Traditions Populaires de Paris apud MEYER, 1996, p.98).

Categoria particular de acontecimentos que o semiólogo Roland Barthes, em seu livro *Ensaio Crítico* (1977), caracterizaria enquanto procedente da “classificação do inclassificável”, localizando a conotação pejorativa a qual o catálogo se refere, na natureza abnormal dos acontecimentos objetos desse gênero jornalístico:

Eis um assassinato: se é político, é uma informação, se não o é, é uma notícia. Por quê? Poder-se-ia acreditar que a diferença é aqui a do particular e do geral ou, mais exatamente, a do nomeado e do inominado: a notícia geral (pelo menos a palavra francesa *faits divers* parece indicá-lo) procederia de uma classificação do inclassificável, seria o refugio desorganizado das notícias informes; sua essência seria privativa, só começaria a existir onde o mundo deixa de ser nomeado, submetido a um catálogo conhecido (política, economia, guerras, espetáculos, ciências, etc.); numa só palavra, seria uma informação monstruosa, análoga a todos os fatos excepcionais ou insignificantes, em suma inomináveis, que se classificam em geral pudicamente sob a rubrica dos Varia, tal como o ornitorrinco que deu tanto trabalho ao infeliz Lineu (BARTHES, 1977, p.271).

Barthes (1977) procura estabelecer de uma tipologia básica do *faits divers*, analisando a relação estabelecida entre a “forma” e “conteúdo” dessas narrativas (BARTHES, 1977, p.271). Análise que resulta na organização de tal tipologia a partir de duas categorias, e suas correspondentes subdivisões. Sendo a primeira delas a Causalidade, subdividia em Causa Perturbada e Causa Esperada; e a segunda a Coincidência, também subdivida em Repetição e Antítese (BARTHES, 1977, p.271-274). Empreendimento analítico, segundo nos subsidia Valéria Guimarães (2010), em seu artigo “A Revista Floreal e a recepção aos *faits divers* na virada do dezenovevinte”, que resulta na preposição “de uma fórmula pautada pela universalidade, pela causalidade aberrante, pela ação providencial e composta de oposições” (GUIMARÃES, 2010, p.275). Fórmula a partir da qual Meyer (1996, p.98) sintetiza que:

O relato desse tipo de crônica se caracteriza por sua intemporalidade e constitui uma informação “imaneante”, total, que contém em si mesma todo seu saber. É uma narrativa construída sobre uma relação que visa provocar espanto, e este nasce da estrutura própria ao *faits divers* (MEYER, 1996, p.99).

Cabe ressaltar nesse sentido, que não objetivamos uma análise dos *faits divers* vinculados pelo *Correio da Manhã* em função de uma percepção fundamentalmente estrutural dessas narrativas. Nos alinhando nesse sentido à aproximação aos *faits divers* proposta por Guimarães (2009; 2010; 2013; 2014) em sua extensa produção a respeito do gênero. Incitados sobretudo pela percepção da autora em como as trajetórias humanas propostas nessas reportagens se relacionam a aspectos coletivos da sociedade em que foram produzidas, especialmente devido à sua veiculação por órgãos da imprensa que, em alguma

instância, respondiam a expectativas de legibilidade e verossimilhança (GUIMARÃES, 2013, p.60).

[...] tanto *faits divers* como os folhetins aparentam não requer referências dadas de antemão ao leitor, não exigir um contexto. São narrativas que, a um primeiro olhar, dão a impressão de encerrarem em si mesmas, pois são bastante legíveis em qualquer situação, ainda que muitos anos se passem após o ocorrido. Mas como já foi dito, a notícia tem uma historicidade. Menos que uma relação direta com a realidade, o que importa é entender a construção destes tipos sociais. E é aí que o elemento universal dá lugar para a história (GUIMARÃES, 2013, p.64).

Objetivamos empreender, portanto, o mapeamento de alguns dos elementos do imaginário social das primeiras décadas do século XX, percebendo as representações, a construção de tipos sociais, contidas nesses textos. Para tal, nos embasamos também em algumas considerações de Marc Ferro (1983) autor que Guimarães (2010) caracteriza enquanto um dos primeiros autores das “abordagens dos últimos decênios” que teriam continuado o:

[...] o estudo do *faits divers* sob um ponto de vista transdisciplinar, com tratamento serial das fontes, resgatando sua historicidade. Um dos textos inaugurais foi o de Marc Ferro (1983) que questiona a classificação de meramente essenciais atribuída aos *faits divers*, ou seja, fatos sem história (GUIMARÃES, 2010, p.275).

Aportados pelo citado artigo de autoria do historiador Marc Ferro (1983), publicado como apresentação do número da *Revista dos Annales* centrada ao *faits divers*, percebemos tal gênero jornalístico como um sintoma “cujo significado pode variar ao longo do tempo e através das culturas” (FERRO, 1983, p.822). Não somente, Ferro (1983) propõe ainda que mesmo a história do *faits divers* comportaria muitas variáveis e que sua natureza “pode igualmente se modificar” tal como a sua relação com o corpo social, sua função e seu funcionamento (FERRO, 1983, p.822). A título de exemplo, cita a suspensão do *faits divers* no período da Revolução Russa, em 1917. Tempos de transição no qual toda a informação acabava sendo reavaliada, classificada de outra forma:

Uma vez que a lei não é mais a lei, um crime não é mais um crime. As fronteiras desaparecem entre o cotidiano, ordinário e extraordinário. Um mundo oscila - nesta sociedade que se transforma, é o preso que diz para o guarda «Eu estava lá para você se tornar um homem livre» (FERRO, 1981, p.823, tradução nossa).

À luz da experiência de tal ruptura, o autor observa o seu reestabelecimento em outros termos, resultantes da experiência do novo regime político da União Soviética. Nesse sentido, Ferro (1983) apreende embora que os *faits divers* possuísem uma rubrica nesse contexto social (a *khronika*), sua natureza apresentava desvios daquela observada no Ocidente em função justamente das especificidades do funcionamento social de tal conjuntura (FERRO, 1983, p.823). Incitados pela percepção da importância de tais contextualizações, julgamos necessárias também algumas considerações a respeito do aparecimento desse gênero jornalístico na imprensa nacional.

Ressalvamos nesse sentido que o fenômeno do sensacionalismo impresso, aportado pela vinculação de narrativas melodramáticas de transgressão, não foi exclusivo do desenvolvimento da imprensa francesa. De maneira que, segundo Guimarães (2013) “os *faits divers* tiveram predecessores por todos os países em que a imprensa se desenvolveu, seja desde a invenção na Europa, seja nos séculos seguintes na América”. Teriam sido constatados, portanto, movimentos similares nas tradições impressas de outros países, merecendo especial ênfase a anglo-saxã, na qual ganharia proporções expressivas (GUIMARÃES, 2013, p.57). Embasados pelo artigo “Sensacionalismo e modernidade na imprensa brasileira no início do século” também de autoria de Valéria Guimarães (2009), percebemos que o *faits divers* chegam à imprensa brasileira na passagem do século XIX para o XX pela via francesa, mas já “com características da americanização” (GUIMARÃES, 2009, p.239).

Para a pesquisadora, “apesar do estilo americano de se fazer jornal chegar com força ao Brasil somente após os anos 20, ele já estava presente antes disso, indiretamente e sob moldes franceses, no *faits divers*” (GUIMARÃES, 2009, p.239). Não minimizando o papel da hegemonia cultural francesa durante o século XIX e o seu fundamental papel na formação das elites letradas brasileiras, Guimarães (2013) postula tal influência aportada pela própria historiografia francesa, que segundo a pesquisadora:

[...] admite que os diálogos entre a imprensa francesa e anglo-saxã eram intensos, tendo esta última, imprimido seu estilo sensacionalista a toda imprensa ocidental. Na tentativa de definir os *faits divers*, portanto, temos um conceito fugidio, que soma o escândalo e o absurdo dos canards com as enquetes de base anglo-saxã (que ficou na Europa como “jornalismo”) criando por fim, uma “reportagem à francesa” que é a característica precisa de um momento em particular, o fim do século XIX (GUIMARÃES, 2013, p.58).

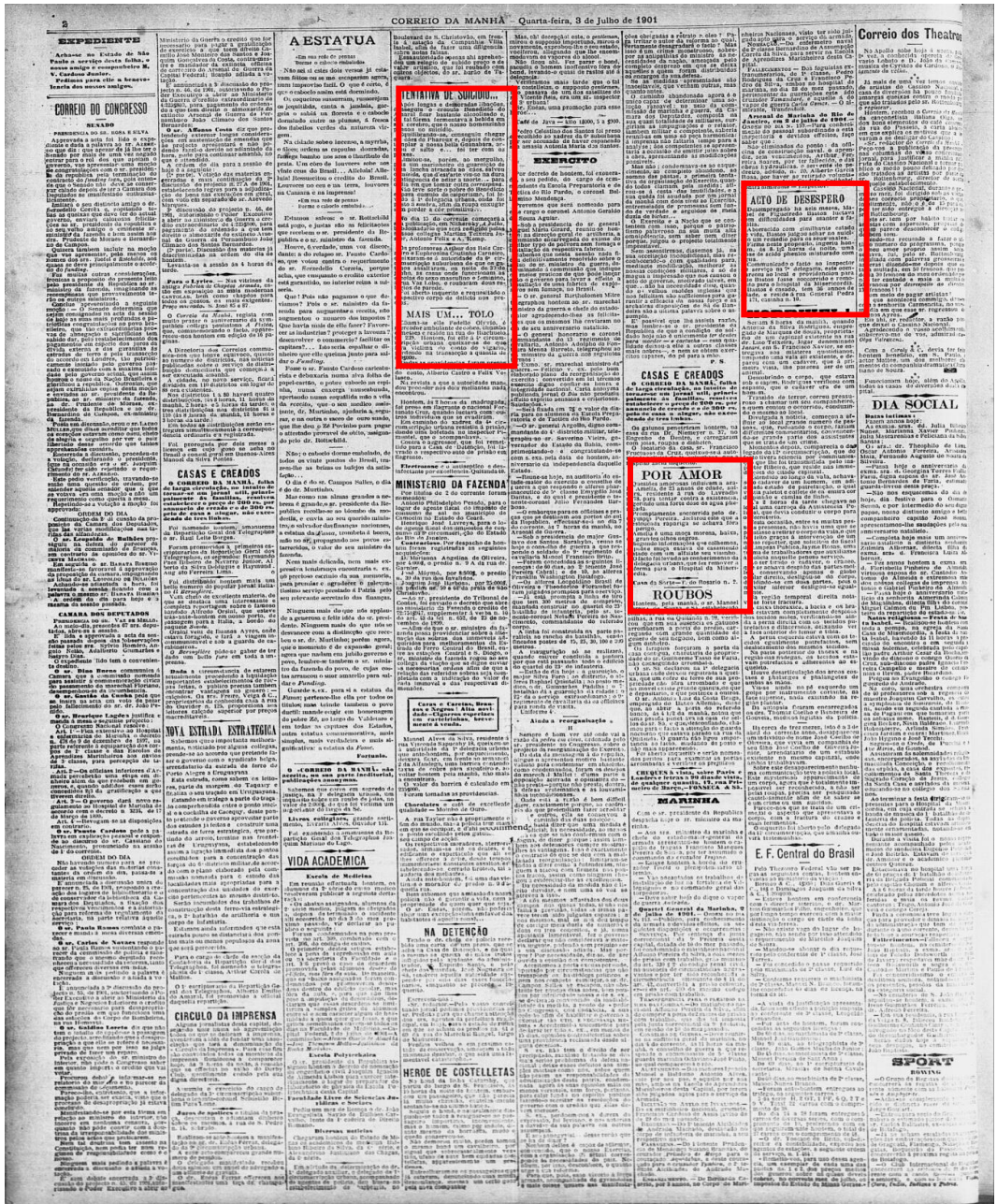
Ainda no que diz respeito às especificidades nacionais do *faits divers*, Guimarães (2010, p.285) também nos aponta que, no Brasil, os jornais cariocas foram os primeiros a publicá-los. No que toca a sua disposição na superfície das folhas, Guimarães (2010) alerta que os jornais cariocas não entrariam em uma fase mais profissional até 1910, período a partir do qual os *faits divers* ganhariam seções exclusivas em quase todos os diários (GUIMARÃES, 2010, p.286). Contudo, a autora verifica, mesmo antes desse marco, o *Correio da Manhã*, enquanto recheado de “casos de crimes e eventos cotidianos contados à maneira de romances” (GUIMARÃES, 2010, p.286), percebendo no diário vários *faits divers* soltos pelas suas páginas e escandalosamente anunciados por títulos tais como “Suicídio”, “Queda Mortal” e “Em Abandono – pobre enfermo!” (GUIMARÃES, 2010, p.286). Conforme observamos ao longo da pesquisa, a partir de setembro de 1902, tais reportagens já passariam a ser concentradas sob uma epígrafe própria na folha intitulado “Na Polícia e Nas ruas”.

Em um artigo mais recente, “Primórdios da história do sensacionalismo no Brasil: os *faits divers* criminais” Guimarães (2014) chega a caracterizar o *Correio* enquanto “muito sensacionalista”, afirmando que os *faits divers*, ainda no primeiro ano do *Correio*, chegaram a ocupar 40% de sua superfície (GUIMARÃES, 2014, p.124). Diante de tais constatações, percebemos o *Correio da Manhã*, jornal de pretensões populares (BARBOSA, 2007; GARZONI, 2009, 2011) e oposicionismo virulento, como um pertinente aporte para a percepção do imaginário social dessa virada, no que toca à transgressão e criminalidade. Em função justamente do aparente expressivo investimento criativo e material disposto pelo seu corpo editorial em produzir *faits divers*. Narrativas que interpretamos enquanto sintomáticas de crises da malha social e dos sistemas de valores da sociedade em que são produzidos (FERRO, 1983). Interpretando-as também por aquilo que Guimarães (2013) caracteriza de papel moralizador, sua:

[...] função de termômetro do que é ou não é admitido por esta sociedade específica. A volta exaustiva e diária a uma mesma estrutura narrativa serve para reafirmar esse imaginário que, presente na sociedade projeta nas representações. Em torno dos personagens existem convenções que os circunscrevem a papéis preestabelecidos. E cada uma das ocorrências, [...], resultam em narrativas ao mesmo tempo muito parecidas e que consolidam tais papéis (GUIMARÃES, 2013, p.63).

Percepção que foi de fundamental importância ao nos depararmos com a segunda página de edição do *Correio da Manhã* de número 19, publicada em 3 de julho de 1901.

Imagem 2- Disposição dos faits divers

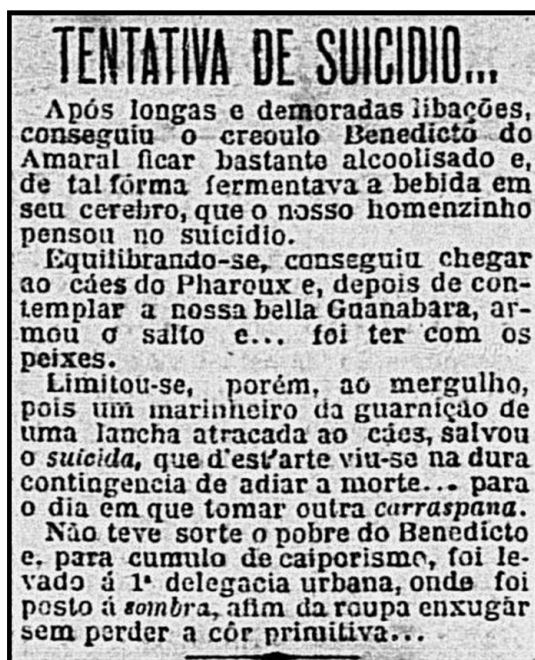


Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.19, p.2. Rio de Janeiro, 3 de julho de 1901.

Na página em questão, distribuídos de maneira próxima, verificamos três *faits divers* centrados em tentativas de suicídio. Cada uma das ocorrências, em função também das convenções sociais da época, resulta em narrativas cujas especificidades nos permitem vislumbres de algumas lógicas que orientavam certas idealizações de padrões normativos referentes aos seus protagonistas. Assim, nesse primeiro momento, mais do que realizar análises profundas a respeito dessas lógicas, vincularemos esses *faits divers*, de forma a explicitar sua potencialidade

enquanto aporte de representações do corpo social carioca na virada do século XIX para o XX.

Imagem 3 - Tentativa de Suicídio...



Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.19, p.2. Rio de Janeiro, 3 de julho de 1901.

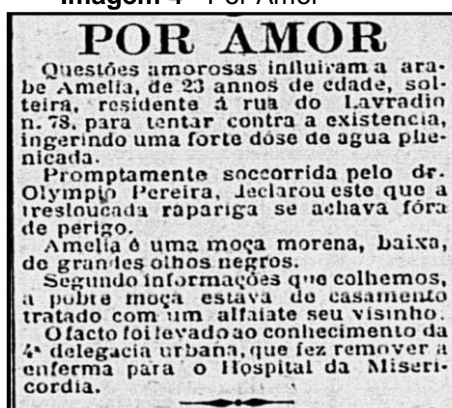
Observando o texto acima, percebemos que na narração da tentativa de suicídio do “creoulo” Benedicto do Amaral, a suposta “fermentação da bebida” no seu cérebro é proposta enquanto causa explicativa do ocorrido. Julgamento tal, que nos permite o vislumbre de uma concepção do consumo de álcool ligada ao contexto histórico/social da virada do século. A partir da qual tal substância também era concebida como um deflagrador da degeneração, em especial entre as classes mais pobres (ADIALA, 2011, p.93-100). Não somente, ao analisarmos a série de escolhas narrativas instrumentalizadas no texto de forma a repetidamente diminuir Benedicto, percebemos que tal desqualificação também é aportada, narrativamente, pela sua condição de homem negro.

O comentário a respeito da cor da sua “roupa”, não nos parece, nesse sentido, uma simples observação quanto ao estilo do suicida, mas uma ironia que, não por acaso, evoca o termo “primitivo”. Terminologia que nos parece relacionada a todo um imaginário, então embasado também por uma série de teorias científicas de caráter evolucionista, e como tal racistas, que, a partir de 1870, já eram constatadas nos centros de produção de conhecimento científicos brasileiros (SCHWARCZ,

2015, p.57). Centros esses, dentre os quais destacamos as faculdades de Direito e Medicina do Rio de Janeiro, nas quais muitos dos jovens repórteres e redatores envolvidos na produção dessas notícias estudavam (BARBOSA, 1997, p.91).

Por sua vez, o segundo *faits divers* na ordem de leitura, ao contrário daquele centrado na tentativa de suicídio de Benedicto do Amaral, elenca, já no seu título, a suposta motivação por trás da tentativa de suicídio protagonizada por uma jovem de 23 anos.

Imagem 4 - Por Amor



Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.19, p.2. Rio de Janeiro, 3 de julho de 1901.

Apesar de breve, tal narrativa também nos indica alguns dos elementos pelos quais se constituíam o arcabouço imagético e cultural que influenciou no imaginário da mulher e também do amor no contexto de transição do século XIX ao XX. Embora no corpo da reportagem não sejam utilizados tantos artifícios, necessariamente sensacionalistas para descrever o ocorrido – com exceção do adjetivo “tresloucada”, do qual vamos tratar posteriormente – o título, com suas letras garrafais e maiúsculas, explicita a intencionalidade de chamar a atenção do leitor. E não apenas, como já foi colocado anteriormente, também antecipa as supostas motivações de Amélia, possibilitando-nos inferir a presença da vinculação do relato a um imaginário romântico do suicídio. Cabe destacar que o suicídio, especialmente o feminino, se fez presente em várias produções culturais do período. Artifício utilizado por autores canônicos dos Oitocentos como José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo, mas que também pode ser verificado após a temporalidade convencional da predominância do Romantismo. Sobretudo em romances de sensações e folhetins, narrativas sensacionais que vinculavam a tragédia de mulheres que tiravam sua vida de forma ativa ou desistiam dela se entregando a morte passivamente. De forma que suas mortes tanto causavam a mobilização de

sentimentos, a comoção, mas em alguns casos também alertavam para impossibilidade ou impropriedade de determinadas personagens femininas, em atingirem aquele que era lido enquanto o único espaço de realização da mulher: o casamento (EL FAR, 2004, p.140-146).

A loucura feminina demonstra-se também fator de mobilização emocional, não apenas por frequentemente figurar narrativas sensacionais, mas sobretudo em virtude das tensões que marcaram as disputadas de diferentes atores sociais pelos significados do feminino e do papel social da mulher nessa sociedade em transformação. O último *faits divers* sobre tentativas de suicídio disposto na citada página, “Acto de Desespero”, evidencia outra forma de abordagem do suicídio, não necessariamente repreensiva, mas especialmente se comparada à primeira reportagem, consideravelmente mais indulgente.

Imagem 5 - Acto de Desespero



Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.19, p.2. Rio de Janeiro, 3 de julho de 1901.

O sofrimento de Manoel é pautado, narrativamente, em motivações ligadas a uma realidade mais ou menos apreensível a todos e não por um ímpeto de embriaguez ou tresloucado sentimento. O relato chega a afirmar que Manuel teria visto a morte enquanto “um remédio” para seus males, referindo-se às supostas dificuldades com as quais o suicida desempregado lutava para manter a família havia seis meses.

E ainda que uma visão pejorativa de si em virtude de seu desemprego, não tenha, necessariamente, motivado à ação de Manuel, a presença desse elemento enquanto justificação na narrativa de sua tentativa de suicídio em um *faits divers*, gênero que tem entre suas características o apelo ao sentimentalismo para atrair

leitores, nos permite inferir que a representação do desemprego masculino mobilizava o público. Seja porque o mesmo em certo nível concebesse o trabalho em termos moralizantes e/ou por conhecer a repressão e o estigma que afligia cotidiana e expressivamente àqueles que fossem considerados vadios. Destacamos, nesse sentido que representação da desocupação e da vadiagem, tal como sua (in)definição legal não atingiu a sociedade sem contradições¹³, incidindo de forma distinta entre diferentes grupos que compunham o corpo social.

Podemos perceber alguns elementos dessa conjuntura, pelo tratamento conferido às notícias das tentativas de suicídio de Benedicto e Manoel. Visto como a tentativa de suicídio do “creoulo” Benedicto é caracterizada pela notícia como “capoeiragem”, termo fortemente associado à prática da vadiagem na conjuntura histórica da época, enquanto Manoel, um homem sem ocupação, tem sua tentativa de suicídio caracterizada enquanto uma atitude desesperada perante sua luta diária pela manutenção da sua família. Manoel é redimido, narrativamente, pelo seu papel social de pai, pela sua inconformidade perante o desemprego. Benedicto execrado por seu consumo alcoólico, fator catalisador para a emersão de julgamentos a respeito de sua cor. Demonstrando que nas páginas do *Correio da Manhã*, é possível acesso a diferentes formas de representar transgressores e suas transgressões, mesmo entre aqueles do mesmo “sexo”.

De forma que, para apreender alguns dos aspectos do imaginário coletivo subentendidos nas narrativas jornalísticas das trajetórias transgressoras de mulheres, entre suicidas, desordeiras e vítimas de algozes sedutores. No capítulo subsequente, centraremos a análise nos *faits divers* vinculados pelas primeiras 1000 edições do *Correio da Manhã*, objetivando perceber também, a dimensão dessas histórias enquanto empreendimentos narrativos de seu corpo editorial para assim, cativar o público e se afirmar no mercado editorial carioca. Não almejando, entretanto, limitar a produção dos *faits divers* à manipulação, buscando nesse

¹³ Segundo o aporte de Garzoni (2007) o artigo que definia a contravenção “vadiagem” era um tanto indefinido afinal “[...] quem definiria, e com quais critérios, o que era ocupação “ofensiva da moral e dos bons costumes”? Se os homens que forjavam as leis pareciam autorizados a ignorar essas questões, aplainando uma realidade da qual não participavam diretamente, aqueles responsáveis pelo policiamento direto nas ruas estavam em situação mais delicada. Não apenas porque deveriam responder a essas questões cotidianamente através de sua prática, mas também por compartilharem em grande parte as condições de vida das classes trabalhadoras. Ao seu lado tinham a lei, a indefinida lei, com a possibilidade de interpretações a mais variadas, tanto no sentido de reforçar, quanto no de contestar, sua autoridade enquanto policiais” (GARZONI, 2007, p.13).

sentido, mais do que atestar a veracidade dos casos que analisamos e compreender as disputas simbólicas nas entrelinhas de suas narrativas.

CAPÍTULO 3: OS CONTEXTOS DO FEMININO: “MARIA” E “EVA” REVISITADAS POR JURISTAS, MÉDICOS E JORNALISTAS.

Uma vez apontada as potencialidades dos *faits divers* em mobilizar experiências e projetos de diferentes atores sociais, julgamos oportuno, antes de analisar a construção sensacional de narrativas de tragédias e crimes envolvendo mulheres na virada do século XIX para o XX, contextualizar algumas das especificidades dos discursos então produzidos a respeito dessa parcela da população. A produção de idealizações sobre o feminino não foi uma novidade desse período. Tendo mobilizado ao longo de séculos inúmeros esforços de significação e representação, as mulheres e seus corpos aparecem como temáticas recorrentes do pensamento ocidental (LAQUEUR, 1992; MARTINS, 2004; SCOTT, 1994,1995). Compreendemos, portanto, que a análise de discursos produzidos a respeito de corpos sexuados, de mulheres, mas também de homens, permite considerá-los como elementos fundamentais para a percepção de muitas das disputas e transformações que estruturaram as relações sociais de seus contextos históricos.

Adotamos, portanto, uma abordagem da mediação proposta por *faits divers* da experiência feminina no início do século XX que recorre à conceituação de gênero proposta pela historiadora estadunidense Joan Wallach Scott (1994; 1995). De maneira que, ao apreendermos o gênero como um “elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 86), não objetivamos uma negação de toda e qualquer diferença entre os corpos sexuados, mas sim, afirmar a historicidade implicada na construção dos significados atribuídos a tais diferenças. Afinal, segundo nos subsidia Scott (1995) em seu ensaio “Gênero uma categoria útil para análise histórica”, o gênero como um saber, uma forma “de significar as relações de poder” se verificaria uma “dimensão decisiva da organização da igualdade e desigualdade” (SCOTT, 1995, p.26).

Conforme a historiadora nos apontaria no prefácio de seu livro *Gender and Politics of History*, os sentidos construídos aos gêneros masculino e feminino

[...] variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determina

univocamente como a divisão social será definida. Não podemos ver a diferença sexual a não ser como função de nosso saber sobre o corpo e este saber não é "puro", não pode ser isolado de suas relações numa ampla gama de contextos discursivos (SCOTT, 1994, p.13).

A despeito disso, com o intuito de contextualizar algumas das significações investidas a diferença sexual no início do século XX, consideramos alguns dos pressupostos de Thomas Laqueur (1990) em seu livro *Making Sex. Body and Gender from the Greeks to Freud*. Esse historiador norte-americano analisa o percurso histórico da elaboração científica da distinção entre os sexos biológicos tal qual a concebemos na atualidade. Segundo o autor, contrapondo o antigo modelo de conhecimento sobre o corpo humano baseado da homologia sexual¹⁴, a concepção de dois sexos biológicos com diferenças físicas irreduzíveis, teria emergido há pouco mais de duzentos anos (LAQUEUR, 1990, p.149-245). Assim sendo, teria sido no século XVIII, que:

Organs that had shared a name — ovaries and testicles — were now linguistically distinguished. Organs that had not been distinguished by a name of their own — the vagina, for example — were given one. Structures that had been thought common to man and woman — the skeleton and the nervous system — were differentiated so as to correspond to the cultural male and female (LAQUEUR, 1990, p.149).

Não somente, ao longo desse processo:

As the natural body itself became the gold standard of social discourse, the bodies of women — the perennial other — thus became the battleground for redefining the ancient, intimate, fundamental social relation: that of woman to man. Women's bodies in their corporeal, scientifically accessible concreteness, in the very nature of their bones, nerves, and, most important, reproductive organs, came to bear an enormous new weight of meaning. Two sexes, in other words, were invented as a new foundation for gender (LAQUEUR, 1990, p.149-150).

Numa perspectiva de *longa duração* e compreendendo que as contemporâneas construções sociais referentes aos gêneros estão atreladas também ao processo de teorização das distinções entre os dois sexos biológicos, Laqueur (1990, p.63-149) não nega a hierarquização presente nos modelos

¹⁴ Anteriormente era predominante um modelo teórico sobre o corpo humano no qual o que hoje chamamos de diferença sexual era percebido em termos hierárquicos e explicado por princípios cósmicos. [...]. Neste pensamento o que diferenciava o homem da mulher não eram as características sexuais do corpo, mas uma noção de perfeição baseada no calor vital. O corpo feminino era a expressão da imperfeição porque seus órgãos sexuais eram invertidos, por não ter calor suficiente para exteriorizá-los como o homem. Assim, foi construída uma poderosa imagem do corpo feminino que perdurou até mesmo no século XIX, época do predomínio das idéias sobre as diferenças radicais entre os sexos: é a imagem da mulher imperfeita – a versão imperfeita do homem, tomado como medida e padrão da perfeição humana e de todos os seres vivos (MARTINS, 2004, p.27)

anteriores a tal concepção. Ressalva, nesse sentido, que a diferenciação sexual colocada em curso a partir de meados do século XVIII não deve ser encarada simplesmente como um desdobramento natural do progresso da ciência, mas compreendida de forma situacional, ou seja, também considerando as disputas nas relações entre gênero e poder (LAQUEUR, 1990, p.11). De forma que:

The ways in which sexual difference have been imagined in the past are largely unconstrained by what was actually known about this or that bit of anatomy, this or that physiological process, and derive instead from the rhetorical exigencies of the moment (LAQUEUR, 1990, p.11).

Embasada pelas percepções de Laquer (1990), Ana Paula Vosne Martins (2004) em seu livro *Visões do Feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*, enfatiza o papel da medicina e das ciências biológicas nos esforços daquilo que concebe como uma inventariação das diferenças sexuais no contexto nacional. Alinhada com a advertência de Laqueur (1990) das implicações sociais e culturais desses exercícios interpretativos, Martins (2004) também sustenta que a partir do século XVIII, cientistas teriam contribuído para a legitimação e justificação das desigualdades de gênero na vida pública e privada ao teorizarem e interpretarem as singularidades do corpo feminino, suas patologias e sistema reprodutivo (MARTINS, 2004, p.31). Nas palavras da autora:

Para onde olhavam, os homens da ciência do século XVIII só viam um avolumar-se de diferenças, fosse entre os minerais, fosse entre as plantas e os animais, fosse entre os seres humanos. Entre estes, a nova ciência biológica do sexo mostrava como homens e mulheres eram diferentes e como as diferenças físicas e até mesmo químicas eram determinantes na vida social de ambos. Fortalecia-se a convicção de que à forma correspondia a função, só que este princípio anatomofisiológico, ao ser ressignificado socialmente, estabelecia uma relação indelével entre o corpo e os papéis sociais. No entanto, as diferenças humanas não se restringiam ao sexo. Na mesma época, os naturalistas davam os primeiros passos para explicar as diferenças raciais, constituía-se um outro conjunto de discursos científicos voltados para a questão da variação humana (MARTINS, 2004, p.32).

Com efeito, Martins (2004) interpreta tais processos como resultantes de um amplo empreendimento intelectual de inventário das diferenças humanas, pelo qual:

Sexo e raça passaram a ser categorias biológicas cada vez mais inter-relacionadas no discurso científico do final do século XVIII em diante, numa nítida resposta da comunidade científica às pressões sociopolíticas colocadas pela questão das desigualdades de gênero e pelo colonialismo. Conforme Pierucci (1999), o final do século XVIII foi pródigo na produção das diferenças, especialmente por parte do discurso de intelectuais

conservadores. Procede-se, portanto, inventariando as diferenças para, posteriormente, nos embates políticos, rejeitá-las no interior de formulações discursivas sexistas e racistas (MARTINS, 2004, p.33).

Não somente, segundo Martins (2004) o interesse científico pela inventariação das diferenças humanas avançaria ao longo do século XIX, período no qual a produção científica sobre raça e sexualidade se intensificaria de forma expressiva. Nesse contexto, médicos e cientistas teriam mantido “suas buscas a respeito das diferenças sexuais, especialmente a respeito das diferenças do corpo feminino” (MARTINS, 2004, p.36). Formular-se-ia a partir daí “[...] o conhecimento necessário para subsidiar outros discursos igualmente interessados na mulher e na sua diferença” (MARTINS, 2004, p.36).

Segundo a autora:

Este saber acumulado e constantemente renovado ao longo de todo o século XIX não ficou restrito aos bancos das faculdades de medicina e às publicações especializadas. A escrita masculina a respeito da diferença feminina é um notável exemplo da apropriação do saber médico e científico pelos intelectuais envolvidos com a questão da mulher, traduzindo para o público leigo as descobertas dos doutores (MARTINS, 2004, p.43).

De forma que, extrapolando os limites de laboratórios e clínicas e, portanto, difundida também entre intelectuais dos mais variados campos: filósofos, sociólogos, psicanalistas e literatos, percebe-se a vitalidade de uma construção ambígua da natureza feminina ao longo do século XIX e XX (ENGEL, 2006, p.333; MARTINS, 2004, p.41). Natureza essa, ora redimida pela sua “natural” função reprodutora e, como tal, exaltada pela sua suposta aptidão para a maternidade. Ora condenada, compreendida como fator engendrador da maldade e do vício, da desordem social, facilmente ultrapassando “a tênue fronteira entre a normalidade e a patologia, como tão incansavelmente os médicos vão alertar ao abordar temas como masturbação e, prostituição” (MARTINS, 2004, p.41).

Nas palavras de Magali Gouveia Engel (2011) em “Psiquiatria e Feminilidade”, capítulo de sua autoria do livro *História das Mulheres no Brasil*:

Vista como uma soma desarrazoada de atributos positivos e negativos, cujo resultado nem mesmo os recursos científicos cada vez mais sofisticados poderiam prever, a mulher transformava-se num ser moral e socialmente perigoso, devendo ser submetida a um conjunto de medidas normatizadoras extremamente rígidas que assegurassem o cumprimento do seu papel social de esposa e mãe; o que garantiria a vitória do bem sobre o mal, de Maria sobre Eva. Se a mulher estava naturalmente predestinada ao exercício desses papéis, a sua incapacidade e/ou recusa em cumpri-los

eram vistas como resultantes da especificidade da sua natureza e, concomitantemente, qualificadas como antinaturais. Sob a égide das incoerências do instinto, os comportamentos femininos considerados desviantes - principalmente aqueles inscritos na esfera da sexualidade e da afetividade - eram vistos ao mesmo tempo e contraditoriamente como pertinentes e estranhos à sua própria natureza. Nesse sentido, a mulher era concebida como um ser cuja natureza específica avizinhava-se do antinatural. (ENGEL, 2011, p.332)

Diante dessa ambiguidade, o pensamento masculino a respeito da mulher teria, de forma geral, se dividido em duas correntes predominantes durante todo o século XIX: enquanto alguns acreditavam que “a educação correta e bem orientada da menina, visando à boa formação moral e à contenção do corpo, iria resultar na mulher saudável, de caráter dócil e submissa ao seu esposo” (MARTINS, 2004, p.42) e outros, “desconfiados da natureza ambígua da mulher, temiam a sexualidade feminina e seus efeitos desestabilizadores”. Tendências que Martins (2004) verifica tanto no discurso científico e filosófico “quanto na literatura, nas artes plásticas e nos textos de caráter sociológico, tão típicos da segunda metade do século” (MARTINS, 2004, p.42). Para a autora de “Comte a Engels, de Michelet a Schopenhauer, de Flaubert a Zola, além da extensa produção médica que atravessa o século XIX, nunca se falou tanto da mulher”, o que por sua vez expressaria “o problema da definição da mulher para os homens cultos da sociedade europeia” (MARTINS, 2004, p.42).

Tal problema que não ocupava apenas os homens cultos europeus, tendo em vista como empreendimentos intelectuais com esse propósito e a partir de interpretações das supostas características intrínsecas dos sexos biológicos, também marcaram o contexto brasileiro. De tal modo que, já a partir da metade do século XIX, verificar-se-ia a incidência desses esforços interpretativos, sobretudo entre as classes altas e médias (SOIHET, 1989, p.40; ENGEL, 2004, p.42; MARTINS, 2004, p.177), auxiliando a emergência de um clima intelectual de caráter interventor nos hábitos e corpos da população brasileira. Médicos demonstravam-se desfavoráveis à notável reclusão das mulheres da elite local, e de forma ainda mais expressiva à vida “desregrada” das mulheres de setores populares (MARTINS, 2004, p.177; ESTEVES, 1989 p.27-43).

Com efeito, ao observamos a bibliografia voltada à análise da experiência histórica de mulheres em finais do século XIX e início do XX (ESTEVES, 1989; SOIHET, 1989; ARAÚJO, 1995) percebemos que, como projetos explicativos da

sociedade, as interpretações biologizantes dos sexos, teriam exercido um papel importante na idealização das atribuições sociais, e como veremos adiante, até mesmo legais, de homens e mulheres cariocas considerados ordeiros. Com o selo da medicina, não somente foi divulgada uma suposta disposição biológica das mulheres para com os cuidados de seus filhos, mas segundo nos evidencia a pesquisadora Rachel Soihet (1989), em seu livro *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e a ordem urbana 1890-1920*, os doutores do início do século XX também postulariam cientificamente a impropriedade do exercício da mulher de qualquer outra função. Difundido uma imagem do feminino que:

[...] destacava a sua fragilidade física, de onde decorriam sua delicadeza e debilidade moral. Por injunções da natureza, era considerada como inferior ao homem, inferioridade que se manifestava pelo predomínio das "faculdades afetivas", tornando-a mais "sentimental" que "filósofa". Sua imaginação viva, fértil, mas fugaz indisponha-a para os trabalhos do espírito e para as atividades intelectuais (SOIHET,1989, p. 114).

A despeito dos empreendimentos científicos pela definição do papel social feminino, de modo geral, a realidade concreta da maioria das mulheres fugia ao olhar desses intelectuais (SOIHET, 1989, p.166). De forma que esses homens da ciência nem sempre consideravam a pluralidade de vivências femininas em relação as suas diversas localizações na estrutura social. A título de exemplo dos pontos cegos desses doutores, Soihet (1989) constata que, ainda que divulgassem a impropriedade feminina ao mundo laboral, na época:

[...] a utilização do trabalho da mulher se constituía num elemento essencial na organização social e na acumulação da riqueza tanto do ponto de vista do trabalho doméstico, como na sua participação no processo produtivo (SOIHET,1989, p. 178).

Com efeito, “apesar de trabalharem e muito”, sobretudo em atividades tradicionalmente "femininas" como “lavadeiras, costureiras, rendeiras, serviços domésticos, prostituição e, também, no pequeno comércio de bens produzidos em casa” (SOIHET, 1989, p.169) a rotina laboral dessa parte da população era bastante invisível. Nesse contexto histórico, subsidia-nos Soihet (1989) que, não somente muitas dessas ocupações não constavam nos censos oficiais, mas também:

Por força da ideologia de que a função essencial da mulher prende-se ao lar, muitas mulheres, mesmo exercendo uma outra atividade, ao serem inquiridas, declaram apenas o exercício do serviço doméstico, conforme foi por nós observado em alguns processos criminais (SOIHET,1989, p. 169).

Nesse sentido, como nos indica a análise da literatura das experiências femininas desse período (ESTEVES, 1989; SOIHET, 1989, p.191, CHALHOUB, 2004, p.173-213) vigorava o imperativo da luta cotidiana pela sobrevivência, fato esse que impediu os processos de dissidência e mesmo ressignificação dos modelos de feminilidade oriundos das camadas médias e altas. Todavia, as experiências afetivas, sexuais e mesmo laborais, entre mulheres pertencentes aos setores populares demonstram-se significadas pelas leituras jornalísticas do *Correio* também em virtude de idealizações que essencializavam o feminino, circunscrevendo-o ao mundo privado, dos sentimentos e do lar.

3.1 LEITURAS DO INTENTO SUICIDA FEMININO: VIRGENS, ÉBRIAS E TRESLOUCADAS DE AMOR

Tratar do desejo pela morte autoinfligida não é tarefa fácil. Um leitor atual, desacostumado com detalhadas coberturas jornalísticas desses episódios, pode ser surpreendido ao se debruçar sobre um jornal do início do século XX e constatar sua seção criminal repleta de reportagens que, já nos seus títulos garrafais, anunciavam os intentos pela interrupção da vida de homens e mulheres cariocas. O *Correio da Manhã*, mesmo antes de possuir uma única epígrafe para concentrar seus *faits divers*, em sua primeira edição, em 15 de junho de 1901, já disporia uma notícia dessa natureza sob o título garrafal “Suicídio de uma Menor – Envenenamento” na sua segunda página.

Faits divers referente à morte de D. Lydia Bastos, jovem carioca de família abastada, que atentou contra sua própria existência envenenando-se com ácido fénico:

Imagem 6 - Suicídio de uma menor

Suicídio de uma menor
ENVENENAMENTO

Muito moça ainda, quinze annos apenas— extraordinariamente sympathica, olhos grandes e negros, cabelos da mesma cor, era D. Lydia Bastos, considerada typo de belleza.

Vivendo na abundancia, rodeada do carinho da familia, que a adorava, parecia a mocinha destinada a uma existencia feliz e invejavel.

Assim não era, entretanto. Desde algum tempo mostrava-se presa de profunda tristeza e de nada lhe valiam os cuidados de sua mãe, que mais de uma vez lhe pedira a confissão dos motivos daquella magua.

Ha dias, o chefe da familia, capitão Antonio Carlos de Araujo Bastos Junior, ex-pagador da Estrada de Ferro Central, resolveu transferir residencia desta capital para a estação de Lorena, onde comprara a fazenda, denominada Boa Vista.

Deixaram então a casa da rua Alzira Valdetaro, n. 7 A, na estação do Sampaio e se transportaram para Lorena.

D. Lydia seguiu com seus paes, uma outra irmã e um irmão, ambos menores.

Durante a breve estadia na nova vivenda, a moça não deixou perceber o pensamento que já a dominava.

Apparentava alegria e assim conseguiu illudir as apprehensões de sua mãe.

Apoz uma demora de oito dias na fazenda, d. Maria Julia da Silva Bastos, a mãe da menor, como se seguisse affectada em sua saude e tivesse piorado devido á baixa temperatura do local, resolveu voltar novamente para o Rio, onde chegaram ante-hontem, indo habitar a mesma casa.

Hontem, pela manhã, d. Julia pediu a Lydia que lhe preparasse um sudorifico, ao que esta accedeu promptamente.

Depois de agasalhar sua mãe, tomando todas as precauções necessarias, a menina afastou-se do aposento dirigindo-se a um commodo escuro, da casa, onde se deteve algum tempo.

Alvaro, irmão mais moço de Lydia, notando que sua irmã se demorava demastadamente, dirigiu-se á porta da castiça, ouvindo então os gemidos que dali partiam.

A creança correu ao quarto de sua mãe, a quem communicou o que se passava.

D. Julia, embora sob a acção do sudorifico, levantou-se do leito, em auxilio da menina.

Deacabada com a porta trancada, gritou por soccorro, sendo ouvida por alguns vizinhos.

Procedeu-se então ao arrombamento da porta, sendo a infeliz Lydia encontrada de bruços, de olhos congestionados, já agonisante!

E foi neste momento que d. Julia, o coração despachado, verificou que a sua boa Lydia, que a sua meiga companheira havia ingerido acido phenico, que como desinfectante, era usado em sua casa.

Foram chamados varios facultativos para tractar da enferma, comparando promptamente os drs. Arthur Imbasahy e Bello de Amorim, que nada puderam fazer, a despeito dos grandes esforços empregados.

A 1 h2 hora da tarde, Lydia expirava, sendo seu cadaver collocado em um caelão, na sala de jantar, onde permaneceu até que lhe fosse feito o exame cadaverico, pelos medicos legistas da policia.

Communicado o facto á delegacia da 11ª circumscripção, compareceu no local o inspector Nabuco, que encontrou no bolso da victima uma oração, uma capsula de revolver, um espelho, e a quantia de 105000.

Como a familia quizesse evitar que o corpo fosse ter ao necroferio, o inspector Aquilino Salles, que estava de dia, communicou o pedido ao dr. 3º delegado auxiliar.

A suicida, que não deixou declaração alguma, usava blusa de cassa de cores branca floreada de azul e saia de casimira preta.

A sua cabeceira ardiãam dois cirios.

O enterramento terá lugar hoje, ás 4 horas da tarde, sahindo o feretro da rua Alzira Valdetaro n. 7 A, para o cemiterio do Carmo, onde está o jazigo da familia Bastos.

O sr. Bastos que ainda está em Lorena foi chamado por telegraphia.

Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.1, p.2. Rio de Janeiro, 15 de junho de 1901.

Empregando a metáfora de Machado Assis, o “banquete pantagruélico”, minuciosamente disposto em função da morte de D. Lydia Bastos, nos incita a percepção, não apenas do fascínio exercido por narrativas dessa natureza entre os “famintos” leitores do início do século XX, mas também algumas das operações simbólicas pelas quais a prática do suicídio de mulheres fora então concebida e

significada. Afinal, conforme nos subsidia Guimarães (2013), o discurso jornalístico é dotado de “permeabilidade”, enquanto uma construção intelectual composta também em função das referências daquele que lida com as informações (GUIMARÃES, 2013, p.37).

De forma a iniciar nossa análise dos sentidos investidos pelos jornalistas do Correio ao desejo suicida feminino, retomamos primeiramente algumas das percepções Guimarães (2013) no que diz respeito à composição dos *faits divers*. Conforme já havíamos indicado, para a autora, um dos fatores fundamentais para análise dessas composições jornalísticas é a percepção da articulação narrativa de elementos que evidenciem apreensões sobre os lugares sociais dos seus protagonistas (GUIMARÃES, 2013, p. 38). Embasados por Guimarães (2013, p.38-39) reiteramos, portanto, a importância da análise das expectativas sociais implícitas na evocação de imagens referentes à aparência física dessas suicidas, seus hábitos, tal como nas descrições dos espaços geográficos em que eles circulavam antes de suas mortes. Classificações, que nos subsidiam também, a compreensão de algumas das lógicas narrativas que orientavam a abordagem jornalística dessas transgressões.

À caráter de demonstração, observemos como Lydia Bastos, mesmo que “muito moça, ainda quinze anos”, é descrita como alguém destinada a uma “existência feliz e invejável”, colocação antecedida pela caracterização da família da jovem como carinhosa e “abastada”. Logo no primeiro parágrafo, são enfatizados os atributos físicos de Lydia, “um typo de beleza” de aparência “extraordinariamente symphática, de olhos grandes e negros, cabelos da mesma cor”. Evidencia-se uma postura de lamentação diante da perda do valor social um dia representado por essa moça da sociedade que, à despeito da pouca idade, é referida pela folha como “Dona”.

Teor de lamento, que pautamos, também em virtude da descrição do corpo sem vida da jovem disposto em um colchão no meio da sala de jantar. Não somente, a opção narrativa pelo contraponto entre o destaque inicial à beleza de Lydia em vida e a descrição cênica da acomodação do seu cadáver à espera do “exame cadavérico” no final da reportagem, nos indica a influência na construção desse *faits divers* de um fenômeno potente no imaginário oitocentista: a idealização das moças mortas virgens. Conforme nos aporta El Far (2004, p.140) tal idealização teria sido

difundida também por romances populares do início do século, e segundo observa Gilberto Freyre (2004), em seu livro “*Sobrados e Mucambos*”, implicou em especial entre os membros da elite na realização de sepultamentos diferenciados para moças virgens, nos quais a tinham direito:

[...] a capela de flor de laranja, véu de noiva, bouquet de cravos, caixão azul-claro ou branco. Foi outra idealização mórbida, baseada, sem dúvida, nos mesmos motivos que a idealização do anjo: a compensação psíquica, sob forma teológica, da perda do valor social representado pela moça morta (FREYE, 2004, p.236).

A abnormalidade do suicídio é proposta na narrativa de forma que, a potencialidade trágica da transgressão de Lydia pauta-se justamente na interrupção autoinfligida não apenas de sua existência, mas de uma vida “invejável” devido também a sua condição social. Ruptura, cuja carga dramática é acentuada também pela descrição do desespero de sua mãe, que, de acordo com a reportagem, mesmo já tendo manifestado sua preocupação com a tristeza da filha, não conseguiu impedir seu suicídio, tendo seu “coração despedaçado” diante da perda de sua “meiga companheira”. O papel disposto da mãe na narrativa suscita-nos ainda outras possibilidades interpretativas, sobretudo uma vez que a imagem proposta da família Bastos pela reportagem transparece uma demarcação bastante específica dos papéis sexuais de seus membros.

O pai da família, Capitão Antônio Carlos de Araújo Bastos Junior, não apenas é referido como o “chefe da família”, mas descrito estando fora durante o ocorrido em função de seus negócios, tem que ser notificado posteriormente da morte da filha. Já D. Maria Julia da Silva Bastos, por sua vez, é proposta, narrativamente, como envolvida de forma direta com o cuidado dos filhos. A sua figura demonstra-se, nesse sentido, central tanto na construção do clímax da notícia, que enfatiza o seu desespero diante da perda da filha, mas também na constituição dos antecedentes do ocorrido, propostos também a partir das suas apreensões e cuidados diante da aflição que D. Lydia vinha demonstrando.

Visão de configuração doméstica que demonstra alinhamento com algumas das idealizações da época referentes à organização familiar, difundida pela medicina, pelas ciências biológicas e também por pensadores sociais, delegando o cuidado dos filhos à figura da mãe, então concebida como naturalmente disposta para tal (MARTINS, 2004, p. 255, SOIHET, 1989, p.86). Conforme nos adverte

Martins (2004, p.225), embora o enaltecimento da maternidade não fosse, em termos históricos, uma inovação de autoria dos homens da ciência oitocentistas, afinal, desde os tempos coloniais, religiosos e mesmo médicos concebiam uma imagem “normalizada da mulher e do exercício da sexualidade tentando impor às populações femininas o modelo da santa Mãe” (MARTINS, 2004, p.225), a partir do século XIX, muitos intelectuais revisitariam seu posicionamento de valorização da maternidade, investindo a essa construção novos significados:

[...] Mais do que responsáveis pela transmissão dos valores morais do catolicismo e da obediência à autoridade paterna, a mulher devia tomar para si a missão de criar os filhos, formar novos indivíduos, assumir integralmente sua função natural, empregando suas forças e todo seu tempo no exercício da maternidade. Embora não se possa subestimar a importância da religião na formulação dos discursos médicos sobre a maternidade, foram as ‘leis naturais’ que sustentaram sua visão sobre o papel da mulher-mãe (MARTINS, 2004, p.225).

Diante do atribulado contexto urbano do Rio de Janeiro da época e em função das tensões sociais oriundas das transformações populacionais e habitacionais que já tratamos anteriormente, Magali Engel (2004), em seu livro “*Meretrizes e Doutores: Saber Médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*”, reforça o já indicado posicionamento da categoria médica carioca como um segmento da intelectualidade empenhado na tarefa de transformar a capital em um espaço civilizado (ENGEL, 2004, p.39). Ponto em que sua análise também converge com hipótese defendida por Martins (2004), de que:

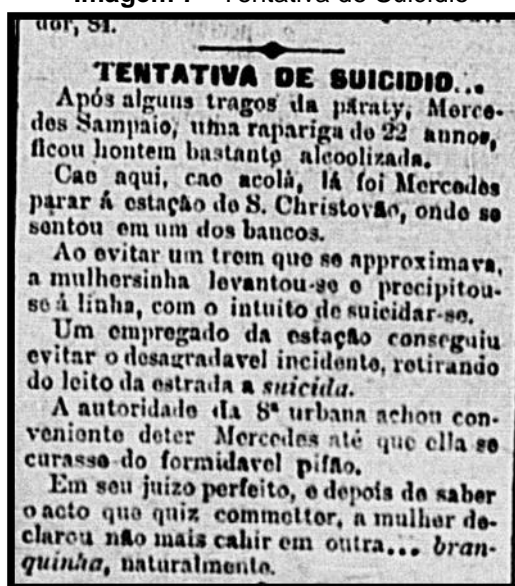
[...] médicos brasileiros de meados do século XIX tiveram um destacado papel na formulação de projetos com a finalidade de intervir numa organização social que lhes parecia imprópria e inadequada aos seus padrões de civilização. Portadores do conhecimento científico, estavam convictos de seu papel junto às autoridades imperiais visando a transformar as principais instituições e os indivíduos em agentes de uma nova ordem social, fundada nos princípios da higiene e nos interesses econômicos e políticos do jovem Estado brasileiro (MARTINS, 2004, p. 223).

Ao analisar publicações vinculadas à Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro e à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, entre 1845 e 1890, Engel (2004, p.46) observa que, no seu universo temático, abordagens que situavam a então capital como uma *cidade doente*, eram expressivas. E na empreitada de curar essa adoentada urbe, doutores oitocentistas passariam a idealizar uma série de atribuições sociais para a mulher. De forma que, nas publicações das citadas instituições médicas:

A mulher e a criança figuravam como as personagens centrais no tratamento das questões de ordem higiênica, o que pode ser observado na recorrência de temas como gravidez, o aborto, o aleitamento, a mortalidade infantil, a educação da mulher e da criança. Usando argumentos de autoridade, respaldados na sua formação universitária e científica, o médico passava a opinar sobre tudo que dissesse respeito à mulher desde os aspectos relacionados a sua constituição física e mental até a conveniência do vestuário e dos hábitos de moda – como o uso de espartilhos, a frequência de bailes etc.– para a sua saúde (ENGEL, 2004, p.43-44).

Opiniões essas, que localizavam a noção do exercício adequado da maternidade como uma possibilidade de difusão de hábitos de ordenamento e higiene (ENGEL, 2004, p.43-44). Assinalamos ainda, embasados por Martha Abreu Esteves (1989, p.28), que, a partir da primeira metade do século XIX, devido a incidência da tutela médica entre as famílias de elite, características físicas, sexuais e comportamentais dos indivíduos considerados “higiênicos” e “ordeiros” passam a ser constatadas insígnias de diferenciação social. De forma que, não objetivando o acesso a realidade da experiência afetiva dessa família, nos parece pertinente à observação do posicionamento implícito na reportagem pela não responsabilização do ambiente familiar ou a falta de cuidados e vigilância materna na tragédia. Pelo contrário, descreve-se que diante da apreensão da mãe, Lydia teria fingido uma melhora, supostamente iludindo sua progenitora. Nesse sentido, a composição da imagem de uma família zelosa e ordeira parece-nos acentuar a abnormalidade do suicídio de Lydia perante a ruptura com sua existência, ao mesmo tempo em que também pode exprimir certo cuidado da folha com a imagem daqueles que conviviam com a jovem antes do ocorrido. Lógica bastante distinta daquela que orienta a composição da narrativa da tentativa de suicídio de Mercedes Sampaio, noticiada em 6 de abril de 1902:

Imagem 7 - Tentativa de Suicídio



Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n. 296, p.2. Rio de Janeiro, 6 de abril de 1902.

Se os esforços pela mobilização sentimental da composição referente ao suicídio de D. Lydia, podem ser interpretados a partir da proposição narrativa de uma ruptura, que implicou na perda, não explicada, de uma bela moça de sociedade, então, verificamos que a causa da transgressão de Mercedes é bem delimitada: o seu consumo de água-ardente. Relação de causalidade que não apenas propõe a apreensão de Mercedes como uma mulher desregrada, de hábitos aquém da idealização da mulher ordeira, mas também nos evidencia elementos de demarcação de sua condição como mulher *pobre* transgressora.

O consumo da cachaça, bebida destilada de baixo custo, mas alto teor alcoólico, então conhecida também como *branquinha* ou *Paraty*¹⁵, verificava-se, no início do século XX, bastante expressivo, tendo sido disseminado notadamente em quiosques e bares de esquina, longe dos cerimoniais abastados dos salões imperiais (BARBOSA, 2014, p.36). Apesar disso, em função do seu apelo popular e do caráter nacional da sua criação, à imagem da bebida foi objeto de operações de significação e representação. Nas palavras de Albino Barbosa (2014), um tanto “pendulares”: “ora como referência pejorativa de pobreza e de falta de requinte, ora como parâmetro de genuinidade à definição do que seria brasileiro” (BARBOSA, 2014, p.37).

Conforme nos aponta Barbosa (2014, p.34) no capítulo “Alimento, bebida e droga: uma abordagem histórica sobre a imagem e o uso da cachaça” do livro

¹⁵ Cidade carioca que então se destacava na produção da bebida.

“*Engenho de cana-de-açúcar na Paraíba: por uma sociologia da cachaça*”, a aguardente teve sua produção liberada oficialmente apenas a partir do século XVII, quando foi integrada como moeda de troca no comércio transatlântico, principalmente com países africanos. Especificidade comercial que também teria contribuído para as interpretações depreciativas dessa substância enquanto:

Instrumento de desagregação social, perturbador, desse modo, da ordem de pretensão civilizada. Cachaça é sinônimo de escravo, de marginalidade, moeda valiosa àqueles *bárbaros* da África, devendo ser controlado a todo custo seu consumo, pois o país, embora povoado por tantos negros, não poderia ser confundida como extensão do “continente negro”, mas sim, da Europa, nos modos de etiqueta ou etiquetagem de um mundo civilizado, pelo menos como projeto de elite (BARBOSA, 2014, p.34).

De forma que, no século XIX, o Brasil era “considerado o país da cachaça, mas não de cachaceiro” (BARBOSA, 2014, 35), sendo a sobriedade um valor de distinção social pautado no “hábito da nobreza de não consumir bebida alcoólica, a exemplo de D. João VI e dos Imperadores, seus descendentes, D. Pedro I e D. Pedro II” (BARBOSA, 2014, p.35). Assim, embora em momentos de exaltação do sentimento nacional, a cachaça pudesse ser valorizada como produto da terra¹⁶, o seu consumo entre os segmentos populares, frequentemente objeto de preocupação e repreensão, pautando interpretações que vinculavam:

[...] uma imagem estereotipada sobre a cachaça, tornando-a fonte de desejo e exaltação pelo entorpecimento exclusiva a negro e a pobre. Ninguém se impõe socialmente embriagado. Assim sendo, beber cachaça, ainda mais, embriagar-se com ela, nunca foi bem-visto pela etiqueta dominante das elites ciosas a aparentarem ares europeus. Cachaça, portanto, para esse mito da sobriedade, não é coisa de homem de bem, educado, mas sim, própria aos rudes destemperados e alheios à ordem social (BARBOSA, 2014, p.35).

Notemos, nesse sentido, como naquele contexto histórico, colocava-se em curso uma atualização do imaginário depreciativo do consumo alcóolic, então ressignificado à luz de leituras científicas da embriaguez, como uma patologia de desdobramentos sociais. Nas palavras de Ana Carolina Verani e Sergio Dumas dos Santos (2010), em seu artigo “Alcoolismo e medicina psiquiátrica no Brasil do início do século XX”, nesse contexto:

¹⁶ Segundo Barbosa (2014, p.37), dentre outros episódios, “surtos de brasilidade apoiados em insurgências tupiniquins no período da Independência foram comemorados com cachaça”.

[...] o tema do alcoolismo esteve amplamente presente nos debates e produções médicas, tendo sido objeto de estudos e pesquisas de muitos psiquiatras. A associação entre alcoolismo e estados de demência, alcoolismo e moléstias mentais, era frequente, identificando o vício da bebida como responsável pelo surgimento da loucura em alguns indivíduos. Em alguns textos, publicados entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, encontramos uma diferenciação entre a loucura denominada constitucional e a loucura alcoólica, sendo que esta última seria produzida (ou desencadeada) por uma intoxicação alcoólica e por isso foi incluída na categoria de 'psicose tóxica' (SANTOS, VERANI; 2010, p.402).

Santos e Verani (2010) destacam ainda que, especificamente, o alcoolismo feminino teria despontado, nessa conjuntura,

[...] como um episódio gravíssimo. Sob este prisma, as mulheres vinham descumprindo seu papel de ponto do equilíbrio moral e emocional da família, e, portanto, pilares da sociedade burguesa, sucumbindo ante os prazeres do álcool e faltando com seus deveres de mães. Segundo Barros, se a mulher, durante a gravidez, não se resguardasse da intemperança, os riscos e as consequências seriam imprevisíveis, pois “a tara é mais fatal e profunda se o alcoolismo congênito depende da progenitora” (Barros, 1908, p.54). De forma geral, era a fragilidade do organismo feminino que se destacava diante do álcool e do perigo da concepção dos filhos em estado de embriedade, em função da hereditariedade das características degenerativas adquiridas. Também o risco da transmissão da ‘tara alcoólica’ pelo aleitamento materno era bastante ressaltado. O doutor Cunha Cruz fez alarde do perigo representado pelas mulheres alcoólatras, ao tratar do “problema do alcoolismo no Brasil” (SANTOS, VERANI; 2010, p.405).

Assim sendo, a citação da “*branquinha*” na reportagem, não estando relacionada com evocações de cunho nacionalistas, nos parece servir, narrativamente, como elemento deflagrador da depreciação de Mercedes. Afinal, teria sido sob efeito da bebida que, supostamente, a moça teria perambulado embriagada pelas ruas da cidade para então atentar contra própria vida na estação. Retenhamo-nos nesse sentido, a advertência de Martha de Abreu Esteves (1989, p.43) ao afirmar que no período estudado, o “horário, em companhia de quem, e o destino [ao sair de casa] eram as grandes referências de honestidade que recaiam sobre a mulher”. Embora o horário do ocorrido não tenha sido especificado, a ausência da menção de qualquer acompanhante no trajeto de Mercedes até a estação, explícita, portanto, outro possível demarcador de sua impropriedade, fator muito provavelmente também agravado pelo seu consumo alcóolico.

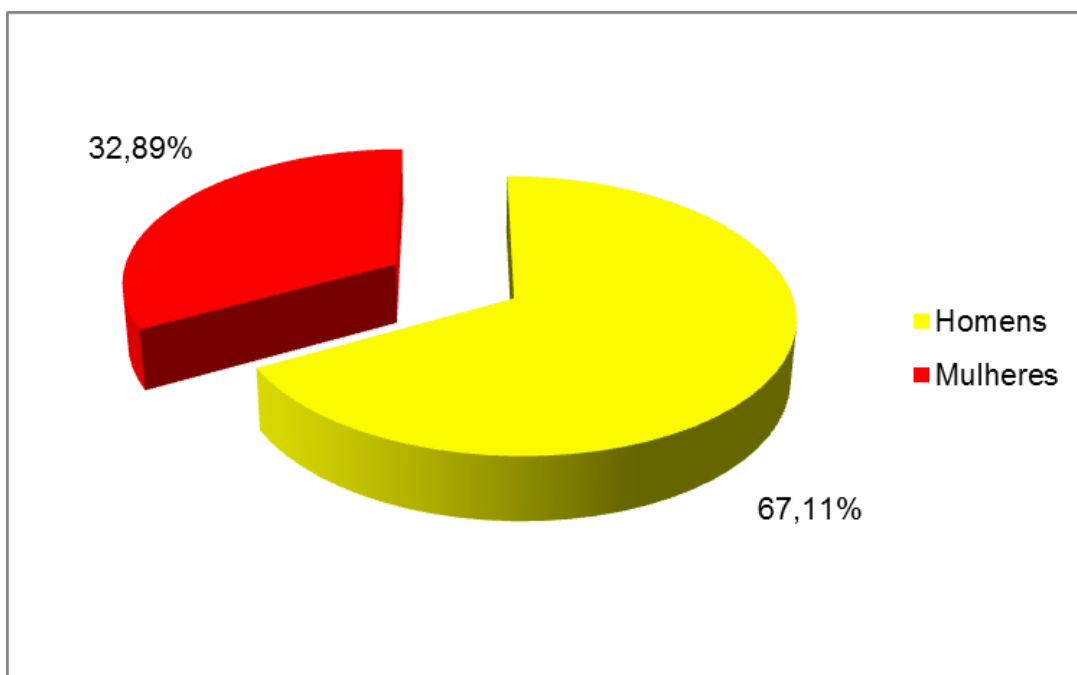
De acordo com Esteves (1989), as idealizações sobre os limites da autonomia feminina ao sair na rua impactaram a interpretação mesmo das experiências cotidianas das mulheres pobres. Ignorava-se, flagrantemente, as especificidades da

luta diária pela sobrevivência dessa porção feminina da população, que muitas vezes tinha na rua o seu local de trabalho (ESTEVES, 1989, p.47). E ainda que muitas dessas mulheres e suas comunidades tenham ressignificado sua circulação nas ruas da cidade em função justamente da imperatividade desse hábito, muitos médicos e juristas, nos finais do século XIX e início do XX, sustentariam a interpretação dessa relativa autonomia como demarcador de marginalidade (ESTEVES, 1989, p. 43-47). O que pensariam então os repórteres do *Correio*, em sua maioria oriundos de setores médios e altos, de uma “rapariga” que perambulava sozinha pela cidade, caindo “ali” e “acolá” entorpecida pelos efeitos da “branquinha”? Como interpretariam seu intento suicida?

Ao que nos parece, por meio de uma desqualificação sucessiva do valor social de Mercedes, o empregado da estação de trem, ao supostamente impedir a referida “muherzinha” de tirar a própria vida, teria, nas palavras do jornal, impedido um “desagradável incidente”. Ou seja, mesmo conjecturada, a possibilidade da morte de Mercedes, uma vez associada ao seu consumo alcóolico, é esvaziada de tragicidade, reduzida a um acontecimento desagradável. Observação que corrobora a hipótese de Guimarães (2013) de que os subterfúgios narrativos empregados nessas reportagens para mobilizar seus leitores, entretendo-nos, seja pela tragédia ou mesmo pelo escárnio, permitem-nos o acesso a algumas das idealizações sociais do seu contexto histórico.

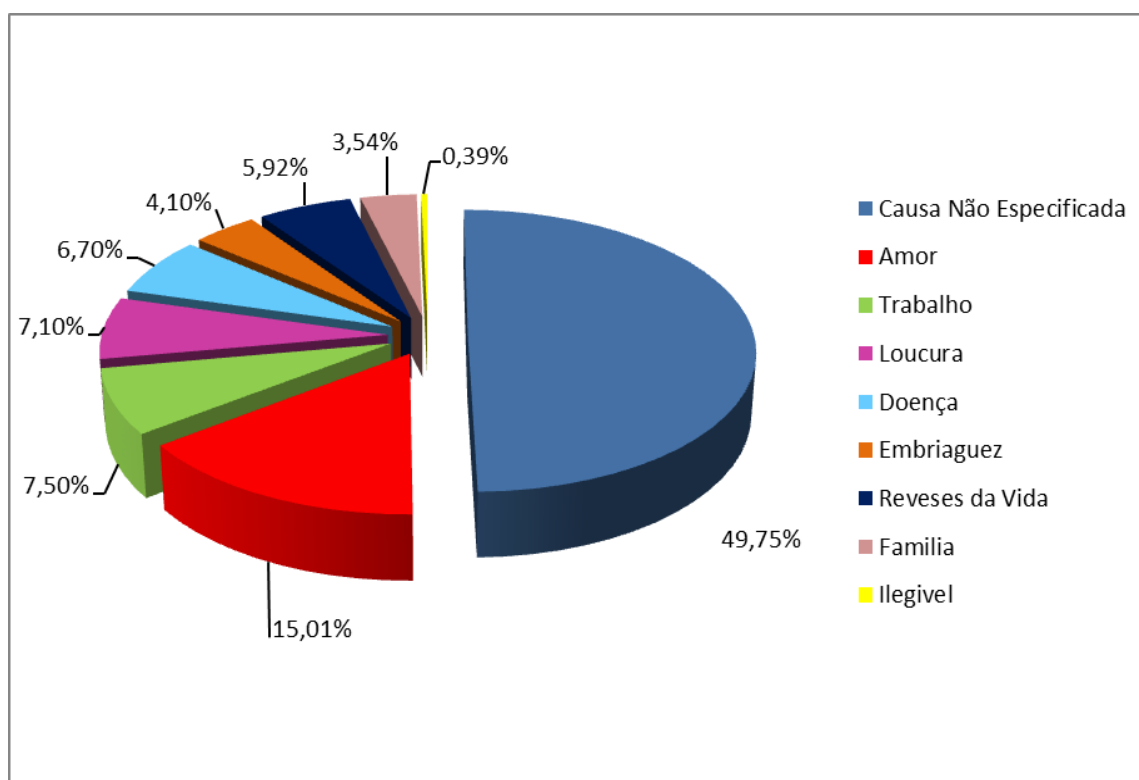
Não obstante, a análise de ambas as reportagens, “Suicídio de uma Menor - Envenenamento” e “Tentativa de Suicídio” nos incita ainda à observação de uma especificidade comum: a não interpretação do desejo de morrer de suas protagonistas como resultado de amores tresloucados. Característica que as distingue, uma vez que como podemos observar no gráfico a seguir, os intentos suicidas de mulheres cariocas foram propostos nas páginas do *Correio* durante o período abordado pela presente pesquisa, em sua maioria, atribuídos a questões amorosas:

Gráfico 1 - Proporção de *faits divers* de suicídios e tentativas protagonizadas por homens X mulheres



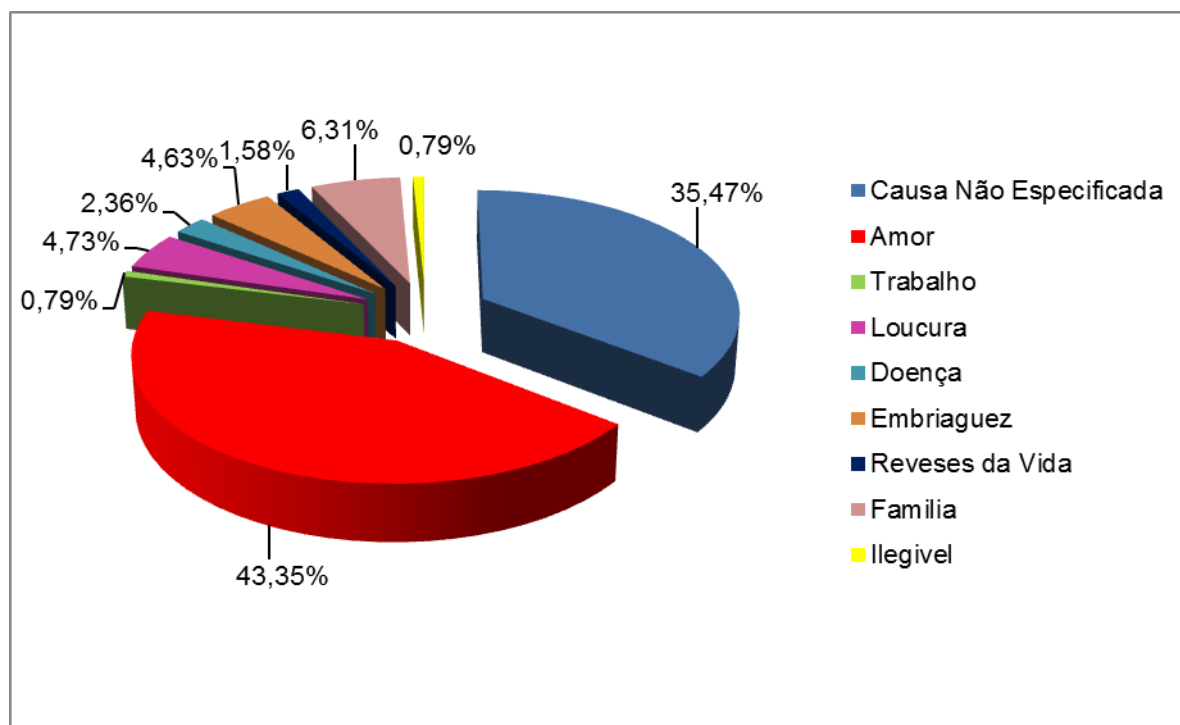
Fonte: Dados colhidos nas primeiras 1000 edições do *Correio da Manhã*.

Gráfico 2 - *Faits divers* de suicídios e tentativas protagonizadas por homens



Fonte: Dados colhidos nas primeiras 1000 edições do *Correio da Manhã*.

Gráfico 3 - *Faits divers* de suicídio e tentativas protagonizadas por mulheres



Fonte: Dados colhidos nas primeiras 1000 edições do *Correio da Manhã*.

O primeiro aspecto que nos permite identificar algumas características da cobertura de suicídios e tentativas, veiculadas pelas primeiras mil edições do *Correio*, refere-se às relações entre o sexo dos suicidas e a qualificação das suas motivações. Os dados relativos aos 380 *faits divers* publicados pela folha entre 15 junho de 1901 e 13 março de 1904, apontam uma maior incidência de suicídios e tentativas protagonizadas por homens, no total, 255 (ou 67,11%). Dentre esses casos, é expressiva a diferença entre o número de reportagens que não atribuem a nenhuma motivação específica os intentos suicidas de seus protagonistas, 126 (ou 49,43%), e os *faits divers* que apontam como causa problemas relativos ao amor, 38 (ou 14,91%). Por sua vez, o trabalho figuraria como causa em 19 dessas narrativas (ou 7,45%), a loucura em 18 (ou seja, 7,05%), e os problemas de saúde em 17 (ou 6,66%). Sendo que dentre esses 255 casos, apenas 15 (5,88%) teriam sido atribuídos à reveses da vida¹⁷, 12 (4,70%) à embriaguez e 9 (3,52%) à problemas familiares.

¹⁷ A categorização referente aos “reveses da vida” foi estipulada tanto para narrativas que faziam uso dessa expressão, mas também para os *faits divers* que localizavam como motivações de intentos suicidas a uma intersecção de adversidades simultâneas, exemplo: a morte de familiares somada à perdas financeiras e problemas de saúde.

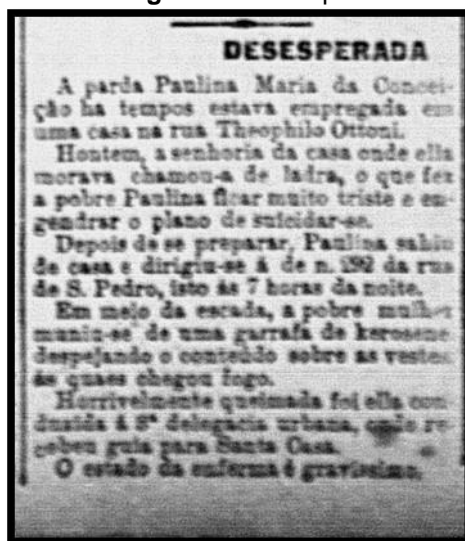
Dentre os 125 casos protagonizados por mulheres (32,89% do total de reportagens levantadas), o número de narrativas que não especificariam causas para os intentos suicidas de suas protagonistas, 45 (ou 36%), foi menor que o número de *faits divers* que atribuiriam tais tragédias à questão amorosas, 55 (ou 44%). Divergindo da tendência verificada na cobertura do intento suicida masculino, na qual problemas familiares figurariam como a causa menos frequente, 8 (ou 6,4%) das reportagens dessa natureza protagonizadas por mulheres localizariam como motivação problemas familiares. Com efeito, a loucura em 6 (ou 4,8%) narrativas despontaria como motivação pressuposta, enquanto em 4 (ou 3,2%) *faits divers* tal papel narrativo seria investido à embriaguez. 3 (ou 2,4%) notícias atribuiriam os empreendimentos auto infligidos pelo fim a doenças; 2 (ou 1,6%) localizariam como causa reverses da vida. Somente uma reportagem (ou 0,8%) no período levantado atribuiria o intento suicida de uma mulher à problemas que envolviam seu cotidiano laboral.

Se por um lado, a maior recorrência de motivações relacionadas a questões amorosas e a problemas familiares nas reportagens protagonizadas por mulheres, pode expressar indícios da reprodução de valores que divulgavam a imagem da mulher como essencialmente sentimental e a base da organização familiar. Por outro, a significativa ocorrência de questões amorosas como motivos de tentativas e suicídios de homens, evidencia-nos que o sentimentalismo exacerbado não foi, necessariamente, um código exclusivo da mediação das vivências da porção feminina da população. Nesse sentido, por mais que a análise desses dados nos aporem a percepção do impacto de idealizações de gênero na apreensão jornalística de episódios de transgressão, o exame dessas narrativas também nos permite a interpretação de que tais valores poderiam ser vividos, significados de maneiras que extrapolavam tais modelos.

A título de exemplo, podemos retomar a única narrativa referente a um intento suicida protagonizado por uma mulher por motivos relacionados a seu cotidiano laboral. Segundo essa narrativa, após ser acusada de ladra pela senhoria da casa onde estava empregada, a parda Paulina Maria da Conceição teria ficado “muito triste” passando a “engendrar” o plano de suicidar-se. Com tal propósito a “pobre mulher” deixou a residência, munindo-se de uma garrafa de querosene, com qual ensoparia suas vestes, antes de atear fogo em si mesma na rua São Pedro, as 7

horas da noite. Nesse sentido, ainda que a singularidade dessa ocorrência possa ser interpretada levando em consideração um contexto então sintomático de invisibilidade do trabalho feminino, em contrapartida à descrição da atitude de Paulina Maria da Conceição atribuindo-a a um episódio de desqualificação de sua conduta laboral, nos aponta que a interpretação de que, então, era concebível que o trabalho também pudesse representar um importante valor na construção da autoimagem e autoestima de mulheres.

Imagem 8 - Desesperada



Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.245, p.2. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1902.

De forma a analisar tais reportagens, voltamos nossa atenção também a alguns mapeamentos oficiais referentes aos suicídios e tentativas na primeira década do século XX, visualizando a dimensão oficial conferida ao fenômeno do intento suicida entre mulheres do Distrito Federal. Para Guimarães (2013, p.44) com o fim do Império houve uma maior “sistematização nas políticas repressivas com a criação do aparato estatal de controle republicano, o que inclui desde a colaboração de estatísticas e relatórios, até a estruturação da polícia”. Ressalvamos que, a despeito do reconhecimento da mediação estatística como “instrumento de progresso e civilização” (SENRA, 2006, p.65), a atuação da Diretoria Geral de Estatística amargaria dificuldades nas primeiras décadas de República.

Conforme no aponta o segundo volume da coleção *“História das Estatísticas Brasileiras”*, *“Estatísticas Legalizadas (1899 -1936)”* do ibgeano Nelson Senra, embora já no governo provisório do Marechal Deodoro de Fonseca a Diretoria tenha sido restituída e reorganizada (SENRA, 2006, P.64), a ação dessa diretoria foi bastante limitada devido à desatenção de alguns governos estaduais e municipais no

levantamento e conversação de dados (SENRA, 2006, p. 151). Assim sendo, e em função justamente dessas dificuldades institucionais, mas também das crises políticas e administrativas do novo regime, o primeiro número do Anuário Estatístico do Brasil, só seria publicado em 1916.

Dividido em três partes, o citado anuário compila dados referentes aos anos de 1908-1912. Sendo proposto por seus organizadores diante de um quadro nacional ainda “falho de estatísticas bem orientadas e elaboradas” (BRASIL, 1916, p.3), como uma possibilidade de prestação de esclarecimentos que elucidassem pontos da organização do país “cujo progresso muito depende dessas informações” (BRASIL, 1916, p.3). Sendo um desses pontos o suicídio, fenômeno sistematizado no volume “Território e População”, apreendido como matéria de justiça e como tal, disposto como um subtítulo do capítulo intitulado “Justiça Civil e Criminal”. Capítulo onde também constam tabelas e listagens referentes a ocorrências como prisões, julgamentos, e a expulsão de estrangeiros.

A seguir a primeira imagem de tabela sobre essa temática, referente ao coeficiente de suicídios nos estados a cada 100.000 habitantes:

Imagem 9 – Coeficiente de suicídios nos estados a cada 100.000 habitantes

216		DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA				
Suicídios — Suicides (1908 - 1912)						
I — Coeficientes por 100.000 habitantes (*)						
Coefficients pour 100.000 habitants						
ESTADOS ÉTATS	1908	1909	1910	1911	1912	MÉDIA MOYENNE 1908 - 1912
Alagoas.....	0,5	0,5	1,1	1,2	0,4	0,7
Amazonas.....	—	4,8	2,2	2,8	3,5	2,7
Bahia.....	2,6	2,3	1,1	1,5	3,0	2,1
Ceará.....	0,2	0,7	0,4	0,9	0,7	0,6
Distrito Federal.....	11,4	11,6	8,8	12,6	13,7	11,6
Espírito Santo.....	1,0	1,0	0,7	1,7	5,0	1,9
Goyaz.....	1,4	0,7	0,9	0,5	1,0	0,9
Maranhão.....	0,5	0,5	1,9	0,5	1,6	1,0
Matto Grosso.....	—	1,5	1,9	1,1	—	0,9
Minas Geraes.....	1,8	2,0	1,9	2,7	3,2	2,3
Pará.....	0,8	3,5	3,3	0,5	4,6	2,5
Parahyba do Norte.....	1,3	2,7	2,1	1,7	1,6	1,9
Paraná.....	8,9	10,4	6,2	4,9	4,3	6,9
Pernambuco.....	0,6	2,8	1,9	1,8	2,0	1,8
Piauí.....	0,9	2,0	0,6	0,8	0,3	0,9
Rio de Janeiro.....	0,5	1,9	0,8	1,8	2,8	1,5
Rio Grande do Norte.....	0,6	1,1	1,6	2,5	0,9	1,3
Rio Grande do Sul.....	7,2	9,7	9,5	10,6	8,8	9,2
Santa Catharina.....	1,7	1,9	5,7	2,3	3,4	3,0
São Paulo.....	3,2	4,3	4,0	6,0	4,0	4,3
Sergipe.....	1,3	—	0,9	1,2	1,5	1,0
Territorio do Acre.....	—	12,7	12,1	2,5	—	5,5
BRAZIL.....	2,7	3,6	3,1	3,7	3,8	3,4

(*) Coeficientes calculados sobre a população dos municípios informantes, no total de 719, em 1908; 855, em 1909; 937, em 1910; 1.052, em 1911 e 1.000, em 1912; o que corresponde, proporcionalmente, a 61,82, em 1908; 73,26, em 1909; 79,94, em 1910; 86,01, em 1911 e 82,65, em 1912.

Extraída de Anuário Estatístico do Brasil de 1912.

Observando a tabela, nos deparamos com um coeficiente expressivo e crescente dessa ocorrência na cidade do Rio de Janeiro. Ressalvamos, no entanto,

que tal percepção deve ser contextualizada, sobretudo, em função das especificidades da cidade que, historicamente, foi um espaço privilegiado no desenvolvimento de mecanismos de sistematização dos fenômenos populacionais. Marco Aurélio Martins Santos (2006), assistente de pesquisa do já citado segundo volume da coleção *“História das Estatísticas Brasileiras”*, infere que a preocupação em dotar o Distrito Federal de um órgão produtor de boas estatísticas, pode ser constatada já na administração de Joaquim Xavier da Silveira Júnior, prefeito nomeado por Campos Salles e que governou a cidade de outubro de 1901 a setembro de 1902 (SANTOS, 2006, p. 177).

Santos (2006) também enfatiza o “apetite por números” de Francisco Pereira Passos, prefeito que sucederia a Silveira Júnior, tendo sido nomeado pelo presidente Rodrigues Alves com a missão de sanear a cidade do Rio de Janeiro. Concebendo as estatísticas como importante instrumento do governo, o prefeito dos “bota-baixos”, diante de uma Directoria Geral da Estatística impossibilitada de prestar com eficiência os serviços a que lhe estavam destinados, teria dado cabo na municipalidade do que não estava sendo feito em escalas nacionais (SANTOS, 2006, p.174-208). Como objeto de intervenções que ambicionavam a reformulação das ruas e dos hábitos de seus habitantes, a então capital da República também experimentou no início do século uma situação um tanto atípica do restante do país, no que diz respeito aos mecanismos de mediação estatística dos fenômenos de sua população, inclusive quanto aos seus desvios sociais.

Desvios que então também eram compreendidos levando em consideração as teorias de diferenciação sexual, que na época já aportavam inclusive as explicações científicas locais das transgressões. Observemos nesse sentido a imagem da tabela seguinte, que apresenta os números absolutos das tentativas e suicídios, distribuídas por estados e sexo:

Imagem 10 - Números absolutos das tentativas e suicídios, distribuídos por Estados e sexo.

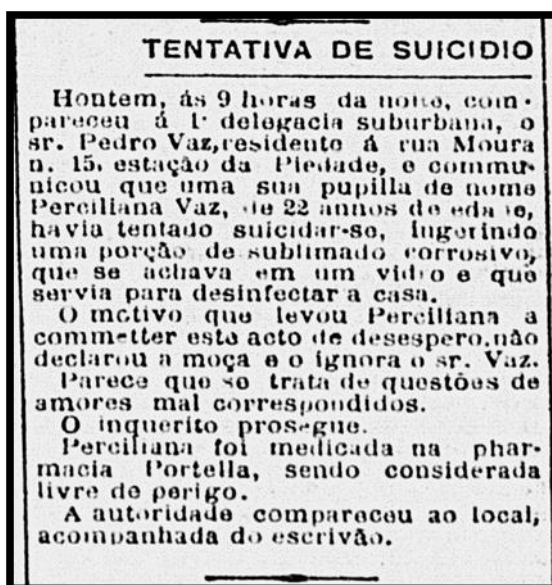
SUICÍDIOS E TENTATIVAS DE SUICÍDIO											217
II — Suicídios e tentativas de suicídio, por Estados (1908-1912)											
Suicides et tentatives de suicide, par État											
ESTADOS ÉTATS	1908		1909		1910		1911		1912		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
	Hommes	Femmes	Hommes	Femmes	Hommes	Femmes	Hommes	Femmes	Hommes	Femmes	
SUICÍDIOS — SUICIDES											
Alagoas.....	2	—	2	—	3	3	4	5	3	—	
Amazonas.....	—	—	8	3	6	—	9	—	6	6	
Bahia.....	18	7	21	6	14	4	19	12	35	22	
Ceará.....	1	—	2	—	1	2	6	3	6	1	
Distrito Federal.....	66	28	60	38	45	32	71	45	80	54	
Espirito Santo.....	2	—	2	1	1	1	4	1	11	4	
Goyaz.....	3	1	2	—	3	—	1	1	4	—	
Maranhão.....	1	1	2	—	3	7	3	—	8	1	
Matto Grosso.....	—	—	1	—	2	—	1	—	—	—	
Minas Geraes.....	29	10	53	20	34	19	61	28	69	28	
Pará.....	2	—	6	5	8	3	2	—	14	4	
Parahyba do Norte.....	3	2	7	4	3	8	1	8	4	5	
Paraná.....	20	4	26	7	17	3	19	3	16	6	
Pernambuco.....	3	2	25	10	14	8	15	11	17	15	
Piauhy.....	2	—	2	3	2	—	3	—	1	—	
Rio de Janeiro.....	3	—	14	5	8	2	16	5	15	4	
Rio Grande do Norte.....	1	1	3	1	4	2	2	8	—	4	
Rio Grande do Sul.....	31	15	85	31	94	36	110	58	84	61	
Santa Catharina.....	1	2	6	—	15	4	5	2	6	4	
São Paulo.....	68	17	104	33	90	45	140	69	104	37	
Sergipe.....	1	1	—	—	2	1	3	1	3	2	
Territorio do Acre.....	—	—	2	—	2	—	2	—	—	—	
SOMMA.....	257	91	453	171	371	180	497	260	486	258	
TOTAL.....	348		624		551		757		744		
TENTATIVAS DE SUICÍDIO — TENTATIVES DE SUICIDE											
Alagoas.....	—	—	2	—	2	2	2	—	2	—	
Amazonas.....	1	—	4	—	1	1	1	1	7	5	
Bahia.....	—	—	7	3	6	1	6	3	3	5	
Ceará.....	1	—	2	—	—	1	2	1	3	—	
Distrito Federal.....	101	120	94	139	83	132	94	150	112	172	
Espirito Santo.....	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—	
Goyaz.....	—	—	1	—	—	—	1	—	1	—	
Maranhão.....	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Matto Grosso.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Minas Geraes.....	1	—	5	1	5	5	21	1	13	9	
Pará.....	1	1	4	3	4	—	1	1	11	6	
Parahyba do Norte.....	—	—	1	—	—	—	2	2	4	2	
Paraná.....	2	—	5	1	—	—	4	2	4	4	
Pernambuco.....	1	—	8	9	7	10	—	8	11	4	
Piauhy.....	3	—	—	—	1	1	—	—	1	—	
Rio de Janeiro.....	1	—	9	10	—	—	1	—	11	12	
Rio Grande do Norte.....	—	—	1	—	—	—	—	1	—	1	
Rio Grande do Sul.....	8	3	35	35	18	37	27	62	22	47	
Santa Catharina.....	1	—	2	—	1	—	—	—	3	—	
São Paulo.....	15	5	39	28	45	43	85	108	35	17	
Sergipe.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Territorio do Acre.....	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	
SOMMA.....	137	129	219	229	172	233	249	335	257	280	
TOTAL.....	266		448		405		584		517		

Extraída de Anuário Estatístico do Brasil de 1912.

Diante da observação dos números absolutos, um dado nos chama a atenção: a quantidade estipulada expressiva de mulheres cariocas que atentaram contra a própria vida nos primeiros anos do século XX. Nesse sentido, embora homens tenham morrido mais em decorrência de suicídios, o ano de 1908 foi o único em que o número de atentados contra a própria existência, somando as tentativas e os suicídios, protagonizadas pela porção masculina da população superou o número de empreendimentos femininos pelo fim. Quadro agravado, se tomarmos em perspectiva que no período as mulheres representavam uma minoria demográfica na capital (CHALHOUB, 2001, p.45).

Desvelamos, portanto, uma profusão expressiva de intentos pela morte voluntária protagonizada por mulheres. Fenômeno diante do qual, o corpo editorial do *Correio da Manhã* parece-nos ter frequentemente optado pela reconstrução jornalística de narrativas, cujos elementos sensacionais tivessem supostamente sido desencadeados pelo amor. Mesmo na reportagem abaixo, na qual, a despeito motivo da tentativa de suicídio de Perciliana Vaz não ter sido oficialmente declarado pela suicida ou mesmo por seu responsável, atribui-se a sua tentativa de suicídio a “questões de amores mal correspondidos”.

Imagem 11 – Tentativa de Suicídio

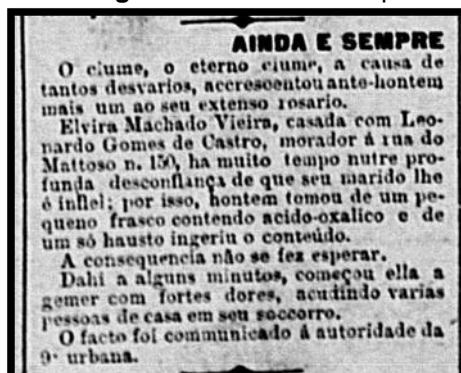


Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n. 191, p. 2. Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1901.

Perante a constatada prevalência dessa interpretação no que diz respeito aos suicídios protagonizados por mulheres e da opção jornalística em especular mesmo sobre tentativas de suicídios como a de Perciliana, nos deparamos com subentendidas concepções de uma potencialidade fatal de sentimentos como o

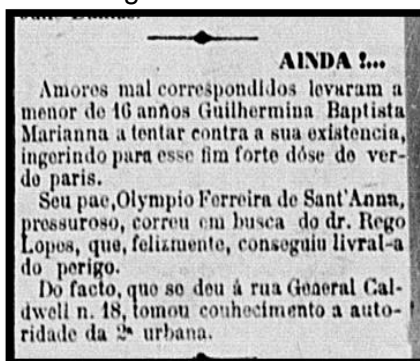
amor e/ou a paixão. A título de exemplo podemos observar as quatro reportagens abaixo, todas publicadas no ano de 1902:

Imagem 12– Ainda e Sempre



Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.335, p.2. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1902.

Imagem 13 – Ainda?...



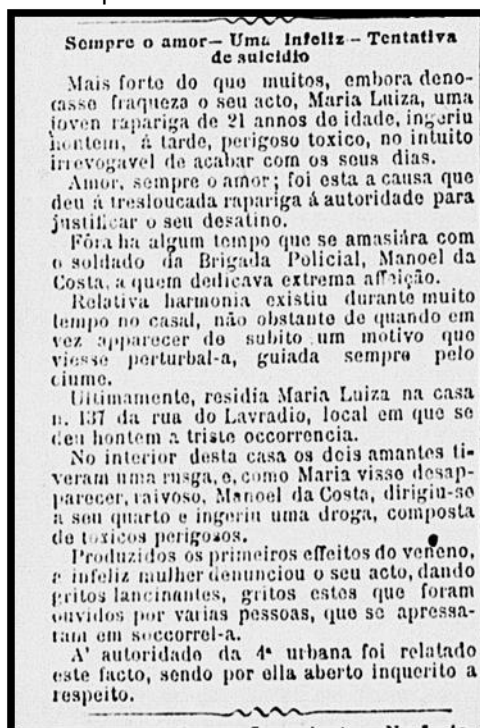
Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n. 426, p. 2. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1902.

Imagem 14 – Tentativa de suicídio - Ainda o amor



Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n. 465, p.2. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1902.

Imagem 15 – Sempre o amor - Uma Infeliz tentativa de suicídio



Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.511, p.2. Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1902.

A primeira reportagem, publicada em 15 de maio de 1902, descreve brevemente o suicídio de Elvira Machado Viera, que afligida por ciúmes, essa “causa de tantos desvarios”, ingeriu ácido-oxálico tentando se matar. Reparemos no título do *faits divers* em questão, “Ainda e sempre”, que sugere que transgressões causadas por questões amorosas seriam recorrentes. De forma semelhante, no título da reportagem seguinte “Ainda...?”, de 14 de agosto de 1902, descreve brevemente a tentativa de suicídio de Guilhermina Baptista Marianna, uma menor de 16 anos, que teria ingerido forte dose do inseticida “verde de paris”, ato supostamente motivado por “amores mal correspondidos”.

O *faits divers* a seguir, publicado em 22 de setembro de 1902, traz o dizer “Ainda o amor” também em seu título, reiterando a apreensão de questões amorosas enquanto um recorrente fator de perturbação da razão. Cabe observar também como esse *faits divers*, ao narrar o “desatino” cometido por Izabel Maria da Conceição que, não correspondida na sua “ardente paixão”, atentou contra a própria vida consumindo uma dose de “mercúrio vivo”, aproxima as noções de amor, termo presente no título e paixão, palavra no corpo do texto, tomando-os como sinônimos. Por sua vez, o quarto *faits divers*, publicado no dia 6 de novembro de 1902, traz em seu cabeçalho o dizer “Sempre o Amor”. Mais detalhada que os dois *faits divers*

anteriores, a narrativa sobre a tentativa de suicídio de Maria Luiza apresenta uma construção consideravelmente mais melodramática. Descreve-se sensacionalmente o sofrimento infligido ao corpo da suicida, que ao ingerir tóxicos perigosos teria sofrido dores terríveis, produzindo “gritos lancinantes”. “Desatino” que a jovem “rapariga” de 21 anos teria cometido devido dos ciúmes que nutria pelo seu companheiro Manoel, um amor que a teria deixado “tresloucada”.

Aproximemo-nos, nesse sentido, de alguns elementos históricos pelos quais buscaremos localizar o conjeturado potencial tresloucador dessas experiências amorosas. Para tal, partimos da percepção de que, embora apreendam experiências subjetivas, as formas como as categorias amor e paixão são significadas, também podem ser compreendidas historicamente e como tal, em relação com seus contextos sociais e culturais. Com efeito, cabe observar que a interpretação de um caráter perigoso e, mesmo fatal, dessas experiências não foi uma novidade do início do século XX. Inseridas em uma longa tradição ocidental de repreensão da sexualidade, interpretações que percebiam a faceta passional e erótica do amor como deflagrador de alterações prejudiciais à constituição biológica dos indivíduos, já podem ser verificadas desde o fim do Renascimento (DEL PRIORE, 2006, p.99-102)

Segundo nos aponta a historiadora Del Priore (2006) em sua obra “*A História do Amor no Brasil*”, nesse período, já eram publicados

[...] longos tratados médicos são escritos sobre o sentimento: *O antídoto do amor*, de 1599, ou *A genealogia do amor*, de 1609, são bons exemplos desse tipo de literatura. Seus autores interessam-se tanto pelas definições filosóficas do amor quanto pelas técnicas, pelos diagnósticos e pelos tratamentos envolvidos em sua cura. Todos, também, recorrem a observações misturadas a alusões literárias, históricas e científicas para concluir que o amor erótico, amor-hereos ou melancolia erótica, era o resultado dos humores queimados pela paixão. E mais... que todos os sintomas observados nos amantes e cantados em prosa e verso poderiam ser explicados em termos de patologia.(DEL PRIORE, 2006, p.100).

Ainda, segundo a autora, já no século XIX, contexto no qual a medicina se tornava cada vez mais uma instituição de policiamento de costumes e repressão moral, a interpretação da potencialidade patológica do amor se refinaria ainda mais a uma longa série de doenças, que seriam atribuídas a esse sentimento, tais como febres, congestões e mesmo a chamada “loucura amorosa”, doença inflamatória que causaria a retenção de líquidos (DEL PRIORE, 2005, p.103). Condições que

acometeriam sobretudo os celibatários e solteiros, e que poderia ser teoricamente remediadas com o casamento.

É também nesse período histórico que, importado da Europa, o modelo de experiência amorosa conjugal a partir da unidade de sentimento e sexualidade, passa a ser, aos poucos, difundida entre a elite letrada brasileira. Segundo nos aponta Rosa Maria Barbosa de Araújo (1995) em seu livro *“A vocação do prazer: A cidade e a família no Rio de Janeiro republicano”*:

A partir do século XIX, o ideal do amor romântico chega ao Brasil, através da influência europeia, redefinindo as estratégias de casamento e as formas de contato entre os futuros casais através do namoro e do noivado. O interesse social no casamento passa a concorrer com razões individuais de ordem afetiva na escolha dos cônjuges [...] O desejo, a paixão, e a vontade pessoal passaram a contar na economia do casamento (ARAÚJO, 1995, p.98).

Processo esse, localizado pela autora a partir de uma potencialização de valores individualistas consonantes com os novos desdobramentos do capitalismo e como tal, com uma progressiva desarticulação da estrutura patrimonialista de base necessariamente patriarcal (ARAÚJO, 1995, p.103). Nada obstante, Araújo (1995) ressalvaria que, do casamento, não teriam sido simplesmente desvinculados ou totalmente suplantados:

[...] os elementos tradicionais que faziam da instituição um negócio de família. O velho e o novo existiram simultaneamente, com maiores ou menores avanços, dependendo do tipo de organização familiar dos diferentes setores sociais (ARAÚJO, 1995, p. 103-104).

Sustentando um posicionamento convergente a tal perspectiva, Soihet (1989, p.125), também infere que o individualismo começaria a se fazer sentir no também no terreno afetivo, “tendendo a crescer a participação dos cônjuges na escolha de seus parceiros”. A pesquisadora destaca ainda, em meio aos tensionamentos entre as diferentes concepções de casamento, o papel da luta dos médicos e intelectuais higienistas contra os citados tradicionais valores patriarcais em prol do direito da escolha afetiva e pessoal dos conjuges. Notemos nesse sentido, que embora uma faceta sexual passasse a ser projetada de forma atrelada aos amores entre homens e mulheres que constituiriam famílias legalmente e espiritualmente legitimadas, o sexo foi um fenômeno então também concebido a partir de seus desdobramentos sociais, verificando-se, portanto, igualmente como objeto de preocupação, controle e repreensão.

O matrimônio figuraria no discurso médico e jurídico como uma possibilidade de regulação e controle desse âmbito da experiência humana, sobretudo devido ao papel a ele conferido na temida cadeia de efeitos perversão-hereditariedade-degenerescência (ESTEVES, 1989, p.27; LOPES, 2003, p.138-139). Como já havíamos indicado antes, um suposto remédio para o controle dos males sociais. Nesse sentido, o ideal de amor, que aos poucos vai sendo divulgado com o aval científico, evidenciaria certo caráter pragmático, implicando na proposição de uma sexualidade conjugal que mantivesse, não somente a coesão entre o casal, evitando a dissolução da família, mas que garantisse também uma hereditariedade profícua e a regulação dos hábitos dos indivíduos.

Também nos corroborando tal hipótese, Jacqueline Cavalcante Chaves (2006), em seu artigo “Os amores e o ordenamento das práticas amorosas no Brasil da *Belle Époque*”, verificara-se nesse contexto histórico, a difusão de um ideal de amor romântico domesticado, e como tal:

[...] não na sua faceta defensora da experimentação e da mudança, no seu lado subversivo, transgressor, crítico dos valores, normas e regras dos moralistas e puritanos da era vitoriana. O amor romântico que passou a servir de alicerce para o casamento burguês era marcado pela ênfase dada ao amor eterno, à liberdade de escolha, à unidade entre sexualidade e amor no casamento, à exclusividade e reciprocidade dos parceiros. A promessa deste amor era a de acesso à felicidade, uma felicidade proveniente da realização da expectativa de satisfação sentimental e sexual, da possibilidade de se ter maior, ou alguma, liberdade individual. Felicidade que iria re-energizar, fortalecer, o homem que se confrontava cotidianamente com as adversidades da vida laboral, pública, e que chegava em seu “lar” necessitando do amparo, da compreensão e do amor de sua esposa (CHAVES, 2006, p.838).

Novos parâmetros a partir dos quais para a autora surgia “uma mistura de expectativas e de práticas que, todavia, não deixavam de ser vigiadas e reguladas culturalmente, socialmente e politicamente” (CHAVES, 2006, p.844). Ou seja, embora no corpo social fossem experimentadas defasagens entre as emergentes “normas culturais e as práticas afetivo-sexuais individuais” (CHAVES, 2006, p.844), seria preciso levar em consideração a existência de um poder organizador do coletivo sobre o individual. O ideal positivo de sexualidade associado à manutenção do bem-estar dos indivíduos e defendido pelos homens da ciência, esteve, portanto, condicionado às novas funções da família como unidade de regulação da sociedade. A paixão não deixava, portanto, de ser objeto de apreensão, sobretudo quando

interpretada pelo viés do erotismo intenso, desregulado e como tal, potencialmente perigoso e desordeiro.

Especificamente no que diz respeito ao suicídio, segundo observa Fabio Henrique Lopes (2003) em sua tese “*A experiência do suicídio: discursos médicos no Brasil, 1830-1900*”, as reflexões médicas brasileiras oitocentistas que relacionavam as paixões à interrupção voluntária da vida, teriam sido especialmente influenciadas pela medicina francesa. Mais especificamente, pelos postulados do médico Jean-Étienne-Dominique Esquirol (Lopes, 2003, p. 119), intelectual francês cujos postulados estipulavam que:

Quando a alma é fortemente perturbada por uma afecção violenta e súbita - como alguma paixão - as funções orgânicas são desordenadas, a razão é alterada e o homem perde a consciência de si mesmo. Em um verdadeiro estado de delírio provocado pelas perturbações citadas, o homem comete as ações mais irrefletidas, mais contrárias a seus instintos e interesses. Entende-se aqui, o suicídio (LOPES, p.121-122).

Diante da exposição dos postulados de Esquirol e de alguns cientistas brasileiros por ele inspirados, Lopes (2003, p.120) percebe uma tendência nos estudos que tematizam as paixões para se entender as causas de suicídio “de utilizar principalmente os efeitos considerados nocivos à ordem, à saúde e à sociedade”. Assim sendo, todas essas obras destacariam:

O perigo das paixões, a possibilidade de desordem e descontrole que elas representam. Por assim pensar, vários médicos colocaram-na em lista de perigo, juntamente com outras forças sentimentos e inclinações que deveriam para o bem público, ser domado, disciplinado e controlado (LOPES,2003, p.120).

Conquanto, o meio social também figuraria nessas explicações como um elemento facilitador ou indutor de paixões fatais, uma vez que, de acordo com Esquirol (Lopes, 2003, p.122), “muitas paixões são criadas na e pela sociedade”. De forma que os grandes centros e as cidades, em contraposição ao campo, representavam também, para pesquisadores brasileiros como Dr. Nicoláo Joaquim Moreira, um espaço privilegiado para a proliferação de paixões impiedosas e nocivas, tal como todo tipo de “alienação mental e o suicídio em grande número” (LOPES, 2003, P.122). Outro ponto importante sublinhado por Lopes (2003, p.124) referente às interpretações a respeito da incidência dessas paixões patológicas, é que segundo a concepção de vários médicos, essas seriam supostamente mais

frequentes entre a porção feminina da população, na qual “*a paixão se tornaria mais viva, mais animada, e principalmente, mais erótica*” (LOPES, 2003, p.124)”.

A título de exemplo dessa interpretação entre médicos brasileiros, Lopes (2003, p.129) subsidia-nos com alguns postulados de autoria do Dr. Alexandre José de Mello Moraes, que em uma publicação de 1854, teria caracterizado as mulheres enquanto sentimentais por “constituição” e “poucos acostumadas a pensar”, de forma que, quando arrastadas pela torrente dos sentimentos facilmente poderiam se tornar “fanáticas”. De maneira semelhante, o célebre jurista Francisco José Viveiros de Castro, o primeiro a produzir uma monografia voltada a aprofundar os conhecimentos sobre os desvios sexuais, também sustentou na citada produção, “Attentados ao Pudor” de 1894, uma maior predisposição feminina ao suicídio por amor (CASTRO, 1934, p.114). O autor compreenderia o amor enquanto “o efeito de uma espécie de afinidade electiva, multiplicada pelos órgãos reprodutores e fortificada depois pelo costume” (CASTRO, 1934, p.116), e pautando-se em um artigo de Cesar Lombroso, “Escriptos de Polemica”, Viveiros de Castro (1934) defenderia que:

[..] o numero de mulheres que se suicidam por amor é quatro ou cinco vezes mais numeroso do que a cifra fornecida pelos homens, cousa enfim natural, porque o amor na vida de um homem é ordinariamente um passatempo, um episódio, enquanto é o successo mais grave, toda uma historia para a pobre mulher. No homem, tem freqüentemente raiz mais vigorosa e potente a amizade, que em compensação é para o bello sexo menos do que uma anedota, uma simples cerimonia (CASTRO, 1934, p.114).

Perspectiva pela qual o autor nos parece reiterar, pautado por discursos das diferenças sexuais, uma suposta tendência à excitação sentimental entre as mulheres. De maneira que, ainda que conceba o amor sob um prisma biológico, o jurista investe a predisposição pela sua exacerbação perniciosa na frágil composição do “bello sexo”. Atribuindo caráter biologizante a sua leitura de que entre as mulheres, a experiência amorosa representaria o seu “sucesso mais grave”. Viveiros de Castro (1934) denota nesse sentido certo alinhamento com as interpretações dos doutores brasileiros que ao analisarem os suicídios

[...] (re)criaram reforçaram e impuseram distinções entre o campo do masculino e do feminino. Identificaram o masculino com as imagens de força, resistência, trabalho, intelecto, razão e todo tipo de atividade produzida em espaço público do trabalho e da vida social. Ao feminino, ligaram imagens de fraqueza, debilidade, limitação, sentimentos

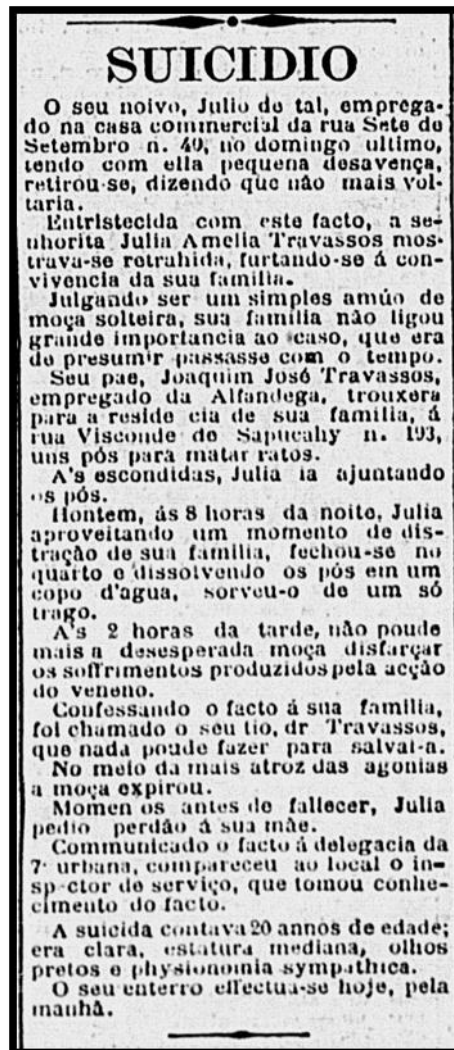
incontroláveis, emoção, docilidade, inferioridade física, mental e intelectual, frivolidade, atitudes e comportamentos considerados próprios do espaço privado - a casa o lar (LOPES, 2003, p.131).

Descontrole sentimental supostamente perigoso até para moças que recebiam boa educação, principalmente entre as solteiras, que enquanto “celibatárias” mais facilmente poderiam ser inflamadas por paixões e desejos impetuosos (LOPES, 2003, p.136). Não estando casadas, essas moças eram consideradas por muitos médicos como impossibilitadas de apropriadamente dar cabo de suas supostas obrigações naturais, tendo em vista como a mulher apenas:

Ocupando-se de suas tarefas de "esposas-dona-de-casa-mãe-de-família", ou seja, ocupada com o cultivo da domesticidade, dos deveres de ser esposa, tendo ainda que cumprir sua finalidade reprodutora, e em seguida responsabilizar-se dos cuidados e supervisão da educação dos filhos, afastar-se-ia do suicídio por respeitar e cumprir o que lhes era esperado (LOPES, 2003, p.138).

Retenhamos, nesse sentido, no *faits divers* a seguir, intitulado “Suicídio” e centrado na morte da senhorita Julia Amélia Travassos, de 20 anos, pele clara e “physionomia symphathica”, que teria tirado a própria vida ao consumir pó para matar rato:

Imagem 16 - Suicídio



Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.203, p.2, Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1902.

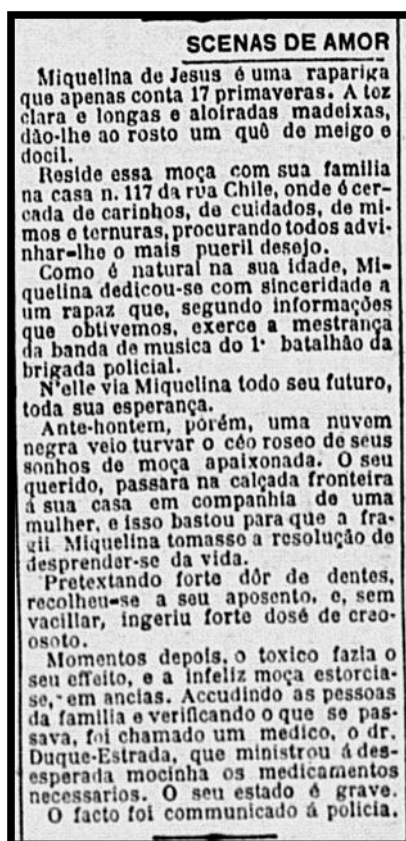
Novamente cobrindo o suicídio de uma senhorita de “boa” família, a reportagem apreende a motivação da jovem em tirar sua vida em função de uma briga com seu noivo, referido como Júlio de tal. Nesse sentido, embora mencione que em decorrência desse conflito o rapaz teria ameaçado não voltar mais, a reportagem minimiza a desavença adjetivando-a como “pequena”. O que por sua vez, nos parece indiciar uma leitura de Julia enquanto alguém exasperadamente emocional e que teria tomado uma atitude extrema diante de um episódio aparentemente trivial, pequeno.

Opção narrativa que, por sua vez, nos permite visualizar um artifício amplificador do aspecto repentino e incompreensível da atitude de Julia e como tal, da tragicidade conferida à sua morte, mas também nos incita o questionamento de uma possível ligação entre a caracterização da emotividade desmedida à condição

de moça solteira de Julia. Observemos, nesse sentido, que, segundo o *faits divers* em questão, Julia, entristecida depois da briga com seu noivo, teria passado a se furtar da convivência da família. Retração que seus familiares não teriam dado importância, julgando se tratar de um “amuo de moça solteira”. Colocação a partir da qual inferimos no imaginário desse período, a possibilidade de interpretação de episódios de aborrecimento e mesmo tristeza entre jovens moças, explicando-os a partir do seu estado civil.

Uma vez idealizadas enquanto desequilibradas e demasiadamente emocionais, subentende-se que a concepção de realização pessoal dessas senhoritas solteiras de classes médias e altas, era então, projetada no casamento. Instituição essa que, ao legitimar o exercício da maternidade, nos parece que deveria dar conta de equilibrar as supostas disposições femininas aos sentimentalismos exagerados. Tal como aqueles que supostamente teriam incitado as protagonistas dos dois *faits divers* abaixo a atentar contra a suas existências em virtude de questões amorosas:

Imagem 17 – Scenas de Amor



Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.158, p. 2. Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1901.

A primeira reportagem, publicada em 19 de novembro de 1901, sob o título “Scenas de Amor”, descreve o intento suicida de Miquelina de Jesus. Descrita como branca, aloirada e de ar meigo e dócil, a jovem contava com “apenas 17 primaveras” quando ingeriu forte dose de creosoto com o intuito de acabar com a própria vida. Segundo a narrativa, embora criada cercada de carinhos, “mimos e ternuras”, Miquelina teria atentado contra própria existência depois de se decepcionar com um amor ao qual vinha se dedicando “com sinceridade”. A reportagem dispõe que moça via em seu amado “toda sua esperança e futuro”, leitura dos fatos que, mediante o agravado estado de saúde que acometera Miquelina depois do ocorrido, nos parece uma inferência do repórter que cobriu o ocorrido.

Tal apreciação aproximaria ainda a protagonista dessa tragédia das sentimentais mocinhas solteiras de amores inflamados que povoavam a literatura da época, figurando também nos tratados e teses de doutores de finais do XIX. Tal como ocorrera no *faits divers* anterior, a causa que, supostamente teria motivado a tentativa de suicídio de Miquelina, parece narrativamente diminuída, enquanto suas disposições sentimentalistas de “frágil” “moça apaixonada” são enfatizadas. Uma

vez que, segundo a reportagem, teria “bastado” ver seu amado andando acompanhado de outra mulher para que ela tivesse cedido ao funesto impulso de se envenenar.

A partir da análise dessa narrativa, percebemos aquilo que Barbosa (2010a) denomina *fluxo sensacional*. Característico das reportagens policiais das primeiras décadas do século XX, tal fluxo interpelaria o público leitor através de construções narrativas que mesclariam o ficcional com a suposição de um real presumido (BARBOSA, 2010a, p. 55). Tais narrativas pertenciam ao mundo do jornalismo e como tal, tudo aquilo de ficcional e imemorial, já carecia de ser ancorado por elementos que aportassem uma pretensa realidade objetiva (BARBOSA, 2010a, p. 54). De forma que, na produção de narrativas de crimes, a presença de elementos ficcionais/fantásticos implicava também no uso de artifícios que apelassem ao real como forma de conformar um lugar autorizado de fala, daí a menção de elementos como a substância ingerida, tal como do endereço, nome e sobrenome dos envolvidos. Não obstante, cabe observar que a objetividade jornalística, conforme já havíamos indicado, foi uma construção que ocorrera em uma perspectiva de longa duração. De maneira que, os artifícios empregados na construção desses discursos e que aportam entre os seus leitores tal noção, transformar-se-iam ao longo do tempo.



Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.174, p.2. Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1901.

O outro *faits divers* publicado em 11 de dezembro de 1901, sob o título, “*Por Amor...*” enfatiza, de forma ainda mais aguda, a descrição do mundo sentimental em que viveria sua protagonista, Marta Salomé. Tendo sua existência circunscrita a um universo de “sonho”, “contentamento e de ventura”, Marta Salomé é caracterizada como alguém que passava os seus dias com o pensamento povoado por ideias cor-de-rosa. A senhorita, exaltada como dona de “um coração romântico e amoroso”, não teria aguentado a “transição violentíssima” ao estado de ciúmes, sendo ferida com o “farpão cruel das desilusões”. De forma que, tomada por uma dor profunda, mas “exagerada”, a jovem teria resolvido “por termo as suas dezoito primaveras”.

Moça, romântica, inocente, os atributos investidos a Marta Salomé, propõem uma representação de feminilidade que a aproxima das protagonistas dos melodramáticos folhetins e romances populares. Subsidiando-nos tal perspectiva, Jesús Martín-Barbero (1997, p.164), em sua obra “*Dos meios as mediações: comunicação, cultura e hegemonia*”, sintetiza de forma bastante oportuna, o papel da vítima/heroína dentro da estrutura dramática do melodrama. Segundo o autor, o

dispositivo catártico das narrativas melodramáticas, funcionaria justamente fazendo cair à desgraça sobre uma personagem, cuja debilidade reclama o tempo todo proteção, mas que a virtude é uma força que causa admiração (BARBERO, 1997, p.164).

Notemos, nesse sentido, que a construção da reportagem, em um primeiro momento, exalta Marta Salomé e seu coração, estabelecendo-a como terna e doce, apenas para então, descrever sensacionalmente sua “desgraça”, dispondo com detalhes os “horrorosos efeitos do hediondo tóxico” que teriam afligido a jovem a ponto que ela não conseguiu suportar em silêncio tamanho “martyrio”. A idealização de moças solteiras, jovens, bonitas, mas demasiadamente sentimentais e frágeis demonstra-se, portanto, um código para compreensão do feminino, recorrentemente utilizado por repórteres do *Correio* para mobilizar emocionalmente seus leitores em suas narrativas sobre os intentos suicidas de moças das classes altas e médias. Código que nos parece integrar o *horizonte de expectativas simbólicas* pelo qual a experiência da mocidade feminina era idealizada também nas formas melodramáticas de literaturas populares.

Diante da repetição de algumas operações narrativas e adjetivações nas abordagens melodramáticas que apreendem os intentos pelo fim de jovens como Julia, Miquelina e Marta Salomé, observamos que uma intersecção de elementos relativos às leituras de sua performance de gênero (menção de meiguice, docilidade, sentimentalismo), tal como demarcadores de seus atributos físicos (tez clara, medeixas aloiradas, fisionomia simpática), que, somados a alguns indicativos de da sua classe (tios médicos, mimadas por famílias legalmente estabelecidas, não integrarem regimes de trabalho), condicionam a apreensão jornalística de suas transgressões, justamente por também demarcarem seus lugares sociais. Explicitando assim, aquilo que Guimarães (2013) observa ao analisar a repetição de temas fixos e fórmulas prontas na vinculação de *faits divers*:

[...] A volta exaustiva e diária a uma mesma estrutura narrativa serve para reafirmar esse imaginário que, presente na sociedade projeta nas representações. Em torno dos personagens existem convenções que os circunscrevem a papéis preestabelecidos. (GUIMARÃES, 2013, p.63).

Ainda no que diz respeito ao papel moralizador dos *faits divers* e a forma como as idealizações a respeito da conduta feminina de suas protagonistas também condicionam a construção de suas narrativas, podemos nos analisar a notícia

disposta a seguir. Publicada em 4 de dezembro de 1902, a análise dessa reportagem explicita como, em função das leituras jornalísticas das condutas sociais dos indivíduos, mesmo em alguns casos de suicídio, os códigos e padrões presentes na sociedade podem influir para determinação do grau de responsabilidade dos envolvidos.

Imagem 19 – Amor funesto, triste fim. Suicídio de uma jovem

Amor funesto – Triste fim – Suicídio de uma jovem

Era no meio do maior contentamento que, todos os dias, á porta de sua casa, á rua Luiz Barbosa n. 17, em Villa Isabel, d. Henriqueta Martins Ferreira aguardava a chegada do seu noivo Ernesto Honorio de Oliveira.

Com um sorriso nos labios, desfazendo-se sempre em amabilidades, toda docura e encanto, Henriqueta prodigalisava-lhe as maiores attenções, rodeando-o de todo o carinho.

Tinha ella apenas 22 annos, era brasileira e filha do sr. João Martins Ferreira e de d. Gertrudes Martins Ferreira.

Dotada de nobres sentimentos, captivava com a sua graça a todos que della se acercavam, tendo sempre desenhada no meigo semblante uma expressão de bondade.

Longe, muito longe estava de suppor que uma rajada imprevista viria, cruelmente, desfazer a felicidade que sonhára!

Como de costume, Henriqueta ergueu-se hontem do leito, muito cedo, e, depois de preparar a sua *toilette*, dispoz-se a cuidar dos arranjos domesticos.

Nesse momento foi procurada por uma mulher de nome Alice Guimarães de reputação duvidosa que, intitulado-se amasia de seu noivo, procurou dissuadi-la acerca do casamento e terminou finalmente dizendo oppor-se tenazmente ao enlace, para o que não recuaria ante qualquer obstaculo.

A pobre moça ouviu-a silenciosa, contendo a custo a repugnancia que lhe inspirava semelhante creatura, que tão impiedosamente lhe torturava o coração repleto de um amor ardente e puro.

Henriqueta Ferreira, nada relatou á familia e, ás 4 1/2 horas da tarde, dirigiu-se á casa de seu noivo Ernesto, á rua Boulevard 28 de Setembro n. 39.

Do que se passou entre os amantes ninguém teve conhecimento.

Henriqueta, aproveitando-se de uma pequena ausencia de Ernesto e demais pessoas da familia deste, retirou bruscamente da gaveta de um movel, um revolver, imitação de Smith Wesson e guardou-o consigo.

Feito isso, despediu-se de todos e, ao passar em frente quasi ao Instituto Profissional, na mesma rua, sacou da arma e fel-a detonar uma vez sobre o thorax, indo o projectil alojar-se-lhe no peito, interessando o pulmão direito.

Pessoas que passavam na occasião acudiram e com ellas a praça n. 111 da 2ª companhia do 3º batalhão de policia.

Conduziram-na em braços para a casa n. 39 daquelle rua, residência da familia do noivo, onde o dr. Alexandre Calaza, apesar de todos os esforços da sciencia não conseguiu salvá-la, vindo a desventurada Henriqueta a fallecer ás 7 e 40 minutos da noite, devido a abundante hemorrhagia consecutiva ao ferimento recebido.

Ahi ficou depositado o seu cadaver que será inhumado hoje, pela manhã.

O luctuoso facto foi communicado á policia da 10ª urbana, zona em que elle se deu, tendo a autoridade tomado as providencias que o caso exigia.

Na delegacia depuzeram Alvaro Coelho da Rocha, Eusebio de Queiroz e Henrique Chaves.

No local em que se deu o facto, esteve o inspector Virgilio, acompanhado de praças.

Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.174, p. 2. Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1901.

Henriqueta, tendo se suicidado aos 22 anos, é proposta como uma moça afeita aos “arranjos domésticos”, que cativava com sua “graça” a todos que dela se

acercavam, tendo sempre desenhado no seu meigo semblante uma “expressão de bondade”. Dedicada ao seu noivo, a moça o esperava diariamente na porta de sua casa, desfazendo-se em “amabilidades” e sorrisos. Notadamente, proposta como outra meiga senhorita que via no casamento seu futuro. Isso até que uma rajada imprevista do destino desfez a tão sonhada felicidade: uma “criatura” se intitulando amasia de seu noivo, teria buscando dissuadir Henriqueta do seu casamento, afirmando que não desistiria do seu relacionamento com o rapaz.

A caracterização de bondade, graça e dedicação da jovem noiva aproxima-a de um arquétipo feminino sensível e doméstico, bastante próximo aos padrões de comportamento então idealizados para as mulheres por muitos literatos, doutores, juristas e pensadores sociais. Por sua vez, Alice, a referida “criatura” que rompeu com sua felicidade, tem sua postura descrita como repugnante. Sendo referida como “mulher” e não “moça” como Henriqueta, a suposta amásia de Ernesto é removida de juventude e afastada do ideal de virgindade e passividade por estar ativamente confrontando uma jovem de família com o objetivo de manter um relacionamento então, juridicamente e espiritualmente, não reconhecido. Dotada de poucas nuances ou mesmo descrições mais aprofundadas dos seus antecedentes, Alice figura na narrativa de forma semelhante a uma antagonista clássica do melodrama.

Como nos aponta Oliveira (2014):

Nos melodramas clássicos, o vilão seria a negação da virtude, uma pessoa essencialmente má, por dissimular, trair e desfazer a ordem moral. Esta personagem enquanto uma personificação do mal era inibida de uma complexidade ou nuances psicológicas capazes de explicar seus atos. Pelo contrário, este seria reduzido a alguns traços sumários que sinalizam sua posição frente à vítima (OLIVEIRA, 2014, p.99).

Explicita-se, portanto, que uma vez inscrito em uma lógica narrativa de contornos melodramáticos e, como tal, moralizantes, o vocabulário utilizado nesse *faits divers* evidenciam-nos tensões e disputas referentes às leituras das condutas femininas, sobretudo naquilo que diz respeito às suas vivências amorosas e sexuais. Daí a positivação de Henriqueta Martins De Oliveira, moça “dotada de nobres sentimentos” e a desqualificação de Alice Guimarães, adjetivada como “mulher de reputação duvidosa”.

Conforme aprofundaremos mais adiante, embora os valores de honra e virtude feminina, então difundidos pela Justiça, Igreja e pela Medicina influíssem na sociedade como um todo, mulheres, em especial das classes populares,

significassem de formas distintas valores como virgindade (física e moral), casamento e honestidade (ESTEVES, 1989, p. 118). O que em absoluto, não significava que aqueles amasiados concebem seus relacionamentos sob uma perspectiva necessariamente provisória ou mesmo temporária. Mesmo nas páginas dos *Correio* somos subsidiados com narrativas que reconstruíam intentos suicidas deflagrados em nome de experiências amorosas não legitimadas perante a ciência, a lei ou Santa Igreja Católica.

Imagem 20 – Tentativa de Suicídio



Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.425, p.2. Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1902.

Moradora de uma casa de cômodos, a protagonista do *faits divers* acima, Olympia teria vivido com Emygdio Souza por muito tempo, supostamente tendo começado a demonstrar vontade de morrer quando seu companheiro se tornou esquivo, evitando-a. Após ser abandonada pelo “ingrato companheiro”, que a trocou por uma mulher de nome Maria, Olympia teria então ingerido parte do conteúdo de um frasco de ácido fénico. Notemos que na construção dessa narrativa, a reputação de Olympia não é, necessariamente, desclassificada devido a sua condição de amásia. Conjecturamos, portanto, que mesmo entre o corpo editorial do *Correio* o amasiamento podia ser reconhecido como uma forma de relacionamento recorrente e até certo ponto, cotidiana, comum. Posicionamento que localizamos a partir de um contexto histórico no qual, segundo Esteves (1989, p.182), amancebar-se era uma opção real de vida conjunta para uma expressiva parcela da população, se fazendo

presente no rol dos comportamentos apreendidos por diversos jovens das camadas populares no seu processo de educação cotidiana (ESTEVEES, 1989, p. 179-190)

O que por sua vez, não implicava que os indivíduos investidos nesses amores amasiados não fossem objeto de críticas, pelo contrario, uma vez que eram condenados pela medicina, pela Igreja e tinham seu *status* conjugal desprovido de reconhecimento jurídico. Contudo, e provavelmente em decorrência da larga ocorrência de concubinatos, essas negativas nas páginas do jornal, em muitos casos, eram condicionadas também por outros demarcadores de “impropriedade”, tal como a postura ativa de Alice ao tentar manter seu amasiamento interpelando a virgem e “legítima” noiva de Ernesto. No caso de Olympia, não apenas ela teria protagonizado uma tentativa de suicídio, permitindo a construção sensacional de uma narrativa de seu martírio mediante um abandono, mas também teria se dedicado a um relacionamento de longa data com seu companheiro, nas palavras da folha “como casados”, o que de certa forma aproximaria sua conduta de um ideal ordeiro.

Conduta essa, bastante diferente daquela atribuída narrativamente à Izabel Brum, mulher casada, mas adúltera e cujo suicídio fora noticiado no *faits divers* a seguir.

SUICIDIO

Um pequeno *chalet*, edificado no centro de terreno na rua Vieira, na estação de dr. Frontin, foi o theatro da scena que vamos narrar.

Este *chalet*, que tem o n. 19, é dividido em dois aposentos: uma sala, modestamente mobiliada, a qual serve de dormitorio geral, e uma cozinha.

Pouco mais ou menos, ha seis mezes, alugou este *chalet* o sr. Fortunato Manoel de Meneses, casado com d. Izabel Angelica Bruui e tendo dois filhos menores, Luiza, de 14 annos, e Elpidio, de 18 annos de idade.

Neste casal, ha 15 annos reinava a boa harmonia; mas, ultimamente algo concorreu para que esta fosse deserta, tendo desfecho na scena de hontem.

Um dia appareceu naquella casa um amigo de Fortunato, o qual conseguiu obter a sympathia de Izabel.

Esta deixava-se levar pelas seducções do miseravel, até que Fortunato, sendo sabedor, reprehendeu sua esposa, e, ao mesmo tempo, cortou as relações com o seu falso amigo, prohibindo-o de penetrar em sua residencia.

Izabel não ficou contente com aquella resolução e d'ahi por diante demonstrou tristeza, deixando mesmo transparecer as suas sinistras intenções, por ter já ha dias tentado contra a sua existencia, o que não foi levado a effeito, porque seu marido a soccorria em tempo.

Hontem, a hora do costume, reconciliou-se o casal, mas Izabel, tendo premeditado o seu plano, levou para a sala uma faca de cozinha.

Passou-se o tempo, até que no relógio soaram tres da madrugada.

Izabel levantou-se, e, pegando da faca, com toda a calma, deu profundo golpe no pescoço, o que affectou a carotida, e cahiu entre a parede e uma commoda, sendo ali encontrada morta.

Uma hora depois, Fortunato despertou e dispunha-se a sair para o seu trabalho, deparando-se-lhe então horrivel quadro — sua esposa banhada em sangue, morta!

Fortunato, logo ante aquella scena, gritou por soccorro, accorrendo ao local varios vizinhos, que já nada puderam fazer.

Os filhos da suicida despertando, começaram tambem a gritar, atirando-se Luiza, como uma louca, sobre o cadaver de sua querida mãe.

Um dos vizinhos aconselhou então a Fortunato que fosse communisar o occorrido á policia, o que elle fez, tendo scienciar do facto o Inspector Nolasto.

Ao chegar ao local, esta autoridade encontrou o cadaver deitado ao chão, no lugar acima referido, tendo a mão direita semi-fechada e a esquerda sobre o coração, conservando-se a faca guberna da espada esquerda.

Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.224, p.2. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1902.

De acordo com narrativa proposta na reportagem, entre a suicida e seu marido, há 15 anos reinava a boa harmonia. Outro casal cuja vida é, em um primeiro

momento, descrita sob uma perspectiva positiva. Opera-se, portanto o artifício narrativo de ruptura, estabelecendo um cenário de felicidade prévio à ocorrência instrumentalizada como deflagradora do ocorrido: a chegada, na vida do casal, de um amigo de Fortunato que conseguiria captar a “*sympathia*” de Izabel.

A oposição entre uma suposta vida de harmonia com os eventos trágicos que se sucederiam, uma vez que Izabel se aproximasse do amigo do marido, não apenas denota a apropriação do estilo narrativo melodramático por instituir, e exacerbar a antítese entre a virtude, a harmonia versus a tragédia e o sofrimento, como também situa a noção da ruptura desse cenário partindo da construção narrativa da suposta corrupção moral de Izabel. A mesma é narrativamente responsabilizada pelo adultério, e como tal pela decadência da vida conjugal, ao deixar-se “levar pelas seduções do miserável” amigo de Fortunato. A partir da descoberta de seu relacionamento ilícito pelo marido que teria repreendido a esposa e afastando-a do amigo, segundo o *faits divers*, Izabel teria passado a demonstrar tristeza, chegando a em outras vezes, atentar contra a própria vida.

Justificada a catarse transgressora de Izabel, a narrativa vincula uma reconstrução dramática de tragédia já anunciada pelo título da reportagem. Mediante a análise do modo vertiginoso e minucioso com que a cena do suicídio e da descoberta do corpo pela família é descrito, novamente percebemos o atrelamento uma série de elementos potencialmente ficcionais. Voltemo-nos, portanto, novamente a reportagem analisada de forma a perceber alguns dos artifícios instrumentalizados de forma tanto a chocar como conferir “distinção” aos *faits divers*.

O suicídio de Izabel, que segundo a reportagem não foi testemunhado por ninguém, uma vez que a família toda dormia, foi reconstituído enquanto uma ação realizada depois que no “relógio soaram três horas da madrugada”. Tal ato teria sido perpetuado pela dona de casa com “toda calma”. Inferências que denotam a inventividade do repórter que cobriu o ocorrido e que, diante da tragédia concreta, a localização de um corpo de uma suposta suicida, buscou preencher as lacunas do ocorrido, optando por fazê-lo também com elementos que atribuíram a sua narrativa mais dramaticidade. A imagem de uma mãe infligindo em si mesma um corte na carótida diante dos filhos adormecidos, uma vez que todos dividiam um mesmo cômodo para dormir, é por si só uma cena chocante. Característica tal,

exponencialmente ampliada com a descrição da suposta calma com a qual Izabel teria se ferido fatalmente.

Para equilibrar a presença de elementos fictícios e de forma a legitimar sua narrativa e carregá-la de veracidade, e como tal, certo nível de objetividade e distinção, o autor se utiliza de elementos que evocam a ciência criminalista, que então dava os primeiros passos no país. Logo após a descrição dramática dos filhos encontrando o cadáver da mãe, o jornal narra a chegada da autoridade policial no local do ocorrido, passando então a descrever alguns dos sinais encontrados na cena. Sendo eles: a posição do corpo no chão “tendo a mão direita semifechada e a esquerda sobre o coração”, às feições de Izabel, “de cor parda, bastante *sympathica*, e trajava na ocasião saia e paletot brancos, com flores roxas, achando-se os cabelos soltos e descalça”, descrevendo também as marcas na cômoda, “o signal de uma mão ensanguentada, fazendo presumir ter Isabel nella se apoiado, antes de cair” e no assoalho “diversas pegadas, ainda frescas, sendo reconhecidas como de Izabel”. Por fim, a reportagem ainda informa que o corpo de Izabel “foi enviado ao Necrotério onde deu entrada às 3 horas da tarde” detalhando que o corpo foi então colocado na primeira mesa à direita local onde seria realizado o necessário exame.

A presença de tais elementos na narrativa, conferindo as suas análises relevância para a reconstituição do ocorrido, permite-nos postular sua aproximação, não somente com os recursos utilizados por toda uma gama de histórias de crimes centradas na resolução de casos sensacionais, mas também com novas abordagens científicas pelos quais crimes e criminosos passaram a ser compreendidos a partir do final do século XIX. No que diz respeito à influência dessas teorias em narrativas jornalísticas, Oliveira (2014, p.38-39) ressalva que a chegada destes conhecimentos às narrativas dos “crimes de sensação” obedecia a uma lógica distinta e assim sendo, as análises de manchas de sangue perdiam detalhes das discussões teóricas presentes nos debates especializados para ganharem ares sensacionais nas folhas jornalísticas.

Segundo essa perspectiva, a presença desses elementos não implica em uma pura transposição, mas uma apropriação de termos, de forma que estes ocupassem papéis definidos dentro das narrativas sensacionais. No contexto específico da reportagem, publicada no primeiro quinquênio do século, podemos

inferir ainda a respeito da ambição do repórter em permitir ao leitor, o acesso a uma espécie de visualização da disposição da cena da tragédia, tendo em vista como nesse período, em especial no periódico *Correio da Manhã*, era incomum o uso de imagens em espaços outros daqueles destinados aos anúncios publicitários. Todavia, ainda que haja uma ambição pela construção de uma visualização, a mesma atende a uma lógica narrativa que privilegia aspectos específicos ao construir o cenário do “theatro” onde se desdobrara o ocorrido. São privilegiadas, portanto, descrições dos objetos que trariam indícios que evocariam o ocorrido, permitindo que o repórter tecesse teorias a seu respeito.

Destaca-se nesse sentido, a descrição da arma do crime: “vimol-a na delegacia, é bastante ordinária, de cabo preto, tendo a lâmina cheia de dentes, nada cortando, o que denuncia o extraordinário esforço para com Ella conseguir a vítima o sinistro intento”. Ao enfatizar as características físicas da faca, o repórter opta por adicionar uma nova dimensão sensacional ao ocorrido. A partir da análise da arma do crime, infere-se a respeito do esforço “extraordinário” supostamente despendido para Izabel em ordem de cumprir seu “sinistro intento”. Comentário que evidencia a instrumentalização das análises dos objetos da cena do crime de forma a operar uma ampliação do caráter sensacional da narrativa.

Em uma segunda reportagem que deu continuidade à cobertura do suicídio de Izabel, publicada na edição de número 225, em 25 de janeiro de 1902, mais elementos de cunho moralizantes são adicionados ao esforço pela reconstituição do crime. Utilizando-se dos depoimentos dados por vizinhos e os filhos da vítima, o repórter revisita a sua narrativa da “fraqueza moral” da vítima e ao fazê-la, evidencia outras das tensões que marcavam as representações das feminilidades transgressoras no período.

Imagem 22 - Suicídio



Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n. 225, p. 2. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1902.

Os *faits divers* ao melodramaticamente centrarem-se na narrativa de episódios de anormalidade, em muitos casos protagonizados por indivíduos desviantes em relação à idealização de comportamentos ordeiros, também instigariam seus leitores a perceber formas de vida consideradas impróprias. Não coincidentemente, à narrativa de “fraqueza moral” plasmada no primeiro *faits divers*, nessa segunda reportagem são adicionadas informações que evocam a alienação mental, reforçando uma perspectiva patológica do suicídio de Izabel Brum. Os supostos episódios de embriaguez do casal citados pela reportagem, vêm de encontro com essa perspectiva. Tendo em vista, como já adiantamos, a repressão ao seu consumo ostentou contornos científicos, patológicos, assumindo também novas implicações legais. Com efeito, embora Fortunato também tenha sido citado dando-se a episódios de embriaguez, a segunda reportagem majoritariamente, enfatiza a construção da “fraqueza moral” de Izabel. Uma vez que, já nos primeiros parágrafos em contraposição aos episódios de embriaguez de Fortunato, há a

declaração dos filhos para os quais, segundo a reportagem, o homem os dispensava bom tratamento. No que toca a Izabel, além do uso expresso do termo “alienação mental”, o jornalista enfatiza também a assiduidade com a qual a mulher supostamente frequentou sessões espíritas.

Colocação que além de evocar ao sobrenatural, artifício celebre do *faits divers* para mobilizar a atenção do leitor, chama-nos a atenção em função do estigma que na época envolvia as religiões espíritas, associando-as a loucura e a degeneração. Em seu trabalho “O olhar dos psiquiatras brasileiros sobre os fenômenos de transe e possessão”, Angélica A. Silva De Almeida, Ana Maria Oda e Paulo Dalgalarondo, postulam que, ao longo das primeiras décadas do século XX, em especial na comunidade psiquiátrica do eixo Rio de Janeiro/São Paulo, produções científicas enfatizaram o papel das religiões mediúnicas como causa de loucura (DE ALMEIDA et al., 2007, p. 35), conferindo-lhes caráter patológico e perigoso do ponto de vista social.

De encontro a tal perspectiva, Roberta Muller Scafuto Scoton (2007), em sua tese de mestrado “*Espíritas enlouquecem ou Espíritos curam? Uma análise das relações, conflitos, debates e diálogos entre médicos e kardecistas na primeira metade do século XX*”, destaca o processo pelo qual, ainda no século XX, as posições expressas nas conferências, publicações e teses sobre a natureza prejudicial do espiritismo cresceram nas escolas de medicina, progressivamente radicalizando-se (SCOTON, 2007, p. 45). A reportagem se faz, portanto, do mistério característico de um tema que evoca ao sobrenatural, tão caro às narrativas folhetinescas, mas que também carrega sentidos então relacionados à alienação e comportamentos potencialmente patológicos. Corroborando-nos a percepção que na composição de seus *faits divers*, jornalistas faziam uso de um vocabulário de categorias sensacionais cujos sentidos poderiam evocar a diversas camadas de significação dentro do imaginário da época.

3.2 “EXUBERÂNCIAS” E “ABERRAÇÕES” DO INSTINTO SEXUAL: ENTRE SEDUTORES, ALGOZES E HEDIONDOS CRIMES

Em 1884, o já citado jurista Viveiros de Castro, na introdução da também referenciada monografia “Attentatos ao pudor”, afirmaria que mesmo para um

“observador superficial” era óbvia a “propensão do brasileiro à sensualidade e ao amor” (CASTRO, 1934, p.8). O autor localizaria seus empreendimentos intelectuais sobre as aberrações do instinto sexuais diante de um contexto nacional, na sua visão, peculiarmente marcado pela mestiçagem (CASTRO, 1934, p.8). Fenômeno entendido por Castro (1934) a partir da formação do tipo nacional pela “fusão de três raças diferentes, o português, o africano e o índio” (CASTRO, 1934, P.8), sendo a Capital Federal um espaço privilegiado para a observação dessa complexa conjuntura devido à “[...] concorrência de estrangeiros, vindos de toda a Europa, que aqui se demoram nas explorações da industria e do commercio” (CASTRO, 1934, p.7). Nada obstante para jurista, assistia-se a mais:

[...] uma confirmação da lei de Darwin, a raça mais forte suplantando a mais fraca na lucta pela existência. Os negros tendem a desaparecer, absorvidos na raça branca e desse cruzamento surge o typo genuinamente nacional, influenciado pelo clima, o mulato, desde o bem escuro até o que se diz descendente de barões feudaes, trahindo porém a origem nos lábios e nas unhas (CASTRO, 1934, p.7).

Adotando uma perspectiva marcadamente evolucionista e referenciando a Gustavo Le Bom, autor francês que abertamente condenava a mistura das raças, Castro (1934) não consegue, todavia, definir um posicionamento mediante as possíveis consequências da mestiçagem. Questiona-se assim se os brasileiros estariam condenados e seria mesmo “[...] certo que as épocas de mestiçagem se distinguem pela corrupção dos costumes?”(CASTRO, 1934, p.8). Ou seja, mesmo que acreditasse no eventual desaparecimento/absorção das raças fracas, leia-se negros e índios, o autor demonstrava receio mediante a possibilidade da difusão de características inferiores entre os “typo genuinamente nacional”. Impasse que o jurista tentaria responder “colhendo factos sobre as aberrações do instinto sexual” (CASTRO, 1934, p.7). No entanto, como o próprio admitira, não alcançaria, por meio de sua inventariação de perversões, resolver o problema se, na raça mestiça brasileira, ocorreria apenas uma “exhuberancia do instinto sexual” ou se a mesma já estaria em estado de “degenerescência” (CASTRO, 1934, p.8). Insucesso que atribuía à dificuldade de tratar de assuntos convencionados como “obscenos” e aos quais muitos “respondiam com anedotas picarescas”, outros “mentiam tão cynicamente que não podiam merecer credito” e, por fim, alguns recusavam conceber “informações, temendo que debaixo das iniciaes fossem reconhecidas as pessoas” (CASTRO, 1934, p.7-8).

Diante dos esforços intelectuais empreendidos em “Atentados ao pudor”, podemos vislumbrar tanto o tabu que cercava a temática da sexualidade na época, especialmente no que diz respeito às suas expressões desviantes, como também inferir a cerca de sua escolha em centrar análise nos desvios sexuais, objetivando dimensionar a corrupção daquilo que concebia como a “raça” brasileira. Corroborando percepções anteriormente elencadas e que destacam o sexo como um aspecto da existência humana, visado por projetos de ordenamento social (ESTEVES, 1989; SOIHET, 1989, ARAÚJO, 1995) a abordagem de Castro (1934) nos indica algumas das especificidades do contexto nacional no que diz respeito às idealizações referentes à produção e controle da sexualidade.

Afinal, se conforme indica Esteves (1989), nesse contexto, a temida cadeia de efeitos perversão-hereditariedade-degenerescência passaria a impregnar todas as instâncias de controle social, cabe observar como no país, o temor aos supostos efeitos perniciosos dessa cadeia, estiveram pautados também por teorias científicas, que divulgavam as supostas predisposições aos vícios e a perversão daqueles pertencentes as tidas “raças inferiores”. De acordo com a literatura voltada ao citado recorte temporal (CHAULHOB, 2004, p.67-69, ESTEVES, 1989, p.27, SCHWARCZ, 2015, p.27), ligada a debates da identidade nacional, discursos racistas com embasamento científico e bastante ecoantes nas esferas de poder, então percebiam com preocupação a constituição da população nacional, significativamente marcada pelo elemento negro. Conforme sintetiza Schwarcz (2015), a partir de 1870:

Em meio a um contexto caracterizado pelo enfraquecimento e final da escravidão, e pela realização de um novo projeto político para o país, as teorias raciais se apresentavam enquanto modelo viável na justificação do complicado jogo interesses que se montava. Para além dos problemas mais permanentes relativos à substituição da mão de obra ou mesmo à conservação de uma hierarquia social bastante rígida, parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania (SCHWARCZ, 2015, p.24).

Razões pelas quais, o tema racial se transformaria em um novo argumento de sucesso para o estabelecimento das diferenças sociais (SCHWARCZ, 2015, p.24). Instrumentalização que, aportados por Chalhoub (2004) e Esteves (1989), verificamos sintomática nas discussões decorrentes da apresentação do projeto de repressão a ociosidade do então ministro, Ferreira Viana, em julho 1888. Na ocasião e em vista da recente aprovação da lei Aurea, os deputados presentes teriam

expresso posicionamentos favoráveis ao disciplinamento e vigilância dos recém libertos. Conforme prescreveriam os ilustres legisladores a essa parcela da população, então associada a “depravação” de costumes”, aos baixos padrões morais e aos vícios, a mesma deveria ser inculcada do gosto pelo conforto e uma valorização positiva do trabalho (CHAULHOU, 2004, p.67-69, ESTEVES, 1989, p.27).

Com efeito, segundo nos aponta Esteves (1989) nessa discussão, ao serem referidas a moral e os costumes, constatar-se-iam implícitas também referências ao imperativo pelo ordenamento familiar. Para a pesquisadora, o regime republicano se notabilizaria pela vigilância e repressão sobre o liberto e o imigrante, assim como a construção de uma ideologia positiva do trabalho (ESTEVES, 1989, p.26). Processos que implicariam em intentos pela normatização da família, das condutas, dos prazeres e dos papéis relegados a homens e mulheres, tendo em vista como:

A construção de uma ideologia positiva do trabalho veio acompanhada, além de um comportamento laborioso propriamente dito da difusão de regras higiênicas para os habitantes da cidade e de “bons” costumes morais. Famílias organizadas, dentro dos padrões médicos seriam fundamentais para a formação do trabalhador, pois incentivariam valores como a assiduidade e responsabilidade. O trabalhador ideal seria aquele que já saísse de casa com hábitos de rotina doméstica, com as responsabilidades do lar e sem vícios sexuais (ESTEVES, 1989, p.27).

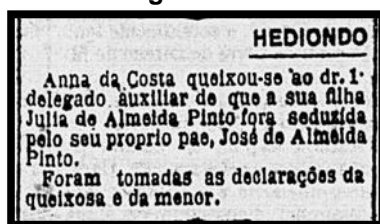
Uma vez projetadas à mãe/esposa/mulher as responsabilidades sobre o comportamento familiar e como tal, também implicitamente ao controle da degeneração da nação brasileira, entre juristas intelectuais e cientistas, divulgaram-se idealizações do feminino que o circunscreviam, às incumbências da vida privada, da domesticidade e da maternidade. Entretanto, no que tange as experiências cotidianas e as diferentes sociabilidades, como já havíamos indicado anteriormente, muitas mulheres cariocas integrariam a cadeia produtiva, desempenhando papéis ativos no sustento e comando de suas famílias e comunidades, vivendo também experiências sexuais e afetivas de maneiras não necessariamente adequadas ao modelo então legal, científico e espiritualmente respaldados (ESTEVES, 1989; SOIHET, 1989).

De maneira que no presente segmento da pesquisa, ao retermos nossas análises aos *faits divers* vinculados pelo *Correio da Manhã*, centrados em episódios de crimes sexuais, deparamo-nos, de forma ainda mais aguda, com os tensionamentos entre as citadas idealizações do feminino e as práticas que

marcavam o cotidiano afetivo e sexual das mulheres no início do século. Narrando situações limites entre indivíduos dos dois gêneros e empregando categorias como rapto, sedução, amor e paixão, tais narrativas de transgressão conferiam ares sensacionais a questões e disputas muito caras a sociedade carioca na época, mobilizando experiências e projetos de diferentes sujeitos e atores sociais.

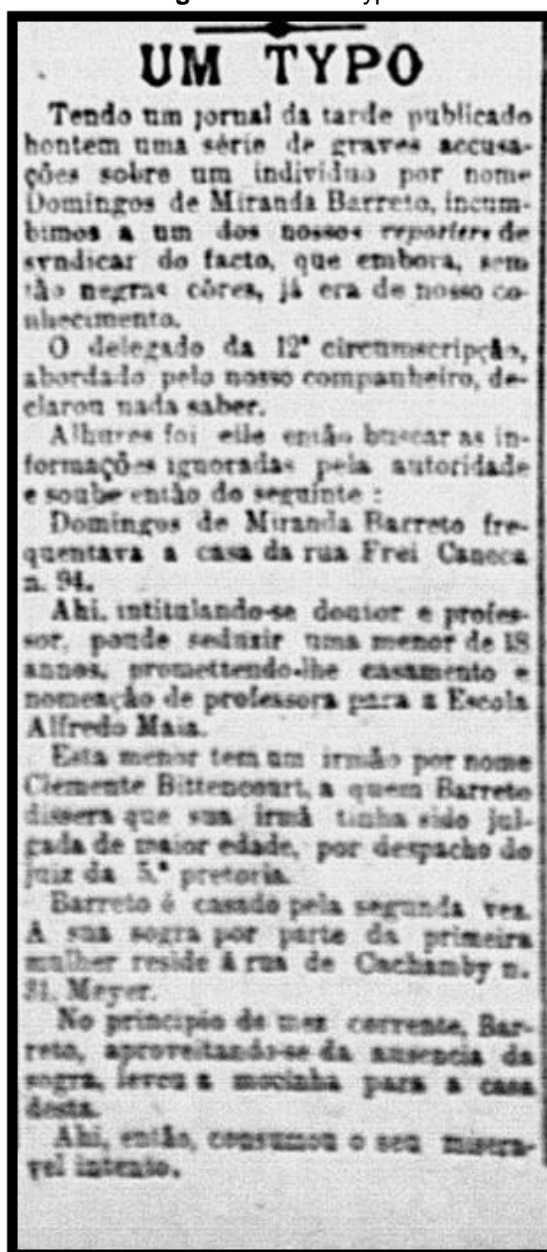
Nada obstante, também reiteramos a percepção da forma como algumas das categorizações, mobilizadas por essas narrativas, verificariam-se objeto de disputa por diferentes sujeitos nesse contexto histórico. A título de exemplo, podemos nos reter no verbo “seduzir” e o substantivo dele derivado, “sedução”. Ambos figurariam em coberturas de desvirginamentos consumados em vista de promessas de casamento, mas também estupros e até mesmo, supostos incestos.

Imagem 23 - Hediondo



Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.170, p.2. Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1901.

Imagem 24 – Um Typo



Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.226, p. 2. Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1902.

Imagem 25– Sedução e dinheiro – Violência carnal

Sedução e dinheiro – Violência carnal – O sr. Cavanellas e a Policia - Mau pau

Em segredo de justiça, pela 2.^a delegacia auxiliar, corre um inquerito contra Manoel Barreiro Cavanellas, pelos factos que abaixo publicamos e que conseguimos saber, apesar do empenho com que o accusado e seu advogado procuravam occultal-os á publicidade.

Eis o que a respeito já consta na policia:

Atrahido por um annuncio, o francez Maurice Henri Caunard, no anno proximo passado, levou sua filha menor Blanche Emilie Caunard á rua do Ouvidor n. 148, casa de chapéos e luvas pertencente a Manoel Barreiro Cavanellas, afim de empregal-a.

Apresentada a menor e combinado o seu ordenado, Maurice Caunard deixou-a no estabelecimento commercial, onde foi aceita.

Rapariga sympathica, bastante insinuante, Blanche Emilie foi desde logo tratada com desusada distincção pelo negociante Cavanellas, que prometeu dispensar-lhe toda a sua protecção.

Propostas vantajosas e muitos offerecimentos foram feitos então pelo referido negociante á menor Blanche, afim de seduzil-a com facilidade.

Pobre, creança e inexperiente, Blanche deixou-se vencer afinal por aquelle que se inculcava seu protector, e em dias do dezembro do anno proximo passado conseguiu Cavanellas o seu intento.

Committida a seducção e satisfeitos os seus desejos, Cavanellas levou a menor Blanche para a sua residencia, á rua Costa Bastos n. 18 e com ella viveu até principios do mez corrente.

Não desejava tão sómente o seductor furtar a honra dessa sua empregada, mais ainda, a obrigava a ceder aos seus instinctos bestiaes para a pratica de actos libidinosos.

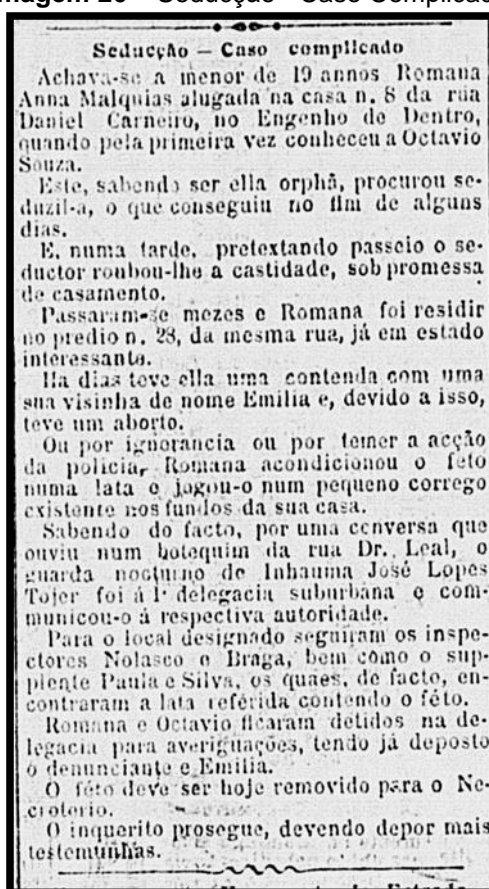
Depois de muita reluctancia, mais uma vez a victima foi vencida por seu algoz, e com tal brutalidade que julgou urgente a sua sahida da casa de Cavanellas, indo tudo communicar a seu velho paé e com o mesmo residir á praia do Flamengo n.8.

Este, indignado, procurou o dr. 2.º delegado auxiliar a quem no dia 11 do corrente apresentou sua filha Blanche, narrando-lhe todo o episodio.

A referida autoridade, tomando por termo as declarações do queixoso, determinou que a menor fosse examinada pelos medicos legistas da policia, o que foi feito no mesmo dia, sendo affirmativo o exame, que corroborou *in totum* as allegações de Maurice.

Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.465, p.2. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1902.

Imagem 26 – Sedução - Caso Complicado



Extraída de: *Correio da Manhã*, Edição n.617, p. 2. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1903.

Caracterizados como “seduções” em “Um typo” e “Sedução – Um caso complicado” são descritos supostos defloramentos colocados à cabo por meio do engano das vítimas com falsas promessas de casamento. Já o breve *faits divers* “Hediondo”, noticia a denúncia de Anna da Costa de que sua filha teria sido “seduzida” pelo próprio pai. Por sua vez, sob o título “Sedução e Dinheiro” foi disposta a narrativa de um dono de loja de luvas que, uma vez encantado por uma menor levada ao seu estabelecimento pelo pai, teria persuadido, seduzido a moça a com ele manter relações sexuais, fazendo propostas “vantajosas”.

Sendo a perda/comprometimento da virgindade de menores o fator comum das citadas narrativas, desvelamos um dos significados da “sedução”, atrelado ao desvirginamento colocado em prática fora dos laços do matrimônio, podendo assim se referir tanto a consumação do ato em si, mas também aos artifícios empreendidos com tal fim. Hipótese essa, que pautamos também a partir da definição conferida ao verbo “seduzir” no “*Novo Dicionário da Língua Portuguesa – Compreendendo:*

Além do Vocabulário comum aos mais modernos dicionários da Língua” publicado em 1899 e de autoria de Cândido Figuerreiro que definia tal prática como:

Desviar do caminho da verdade; fazer cair em erro ou culpa; enganar arditosamente; persuadir à prática do mal ou ao desvio dos bons costumes; deshonrar; Subornar para fins ilícitos; (fig.) atrahir, incantar, fascinar, dominar a vontade de (lat. Seducere, de se + ducere) (FIGUERREIRO, 1900, p.514).

Ao que tudo indica, tal verbo estaria associado, no imaginário da época, ao fascínio, ao domínio da vontade, mas também ao desvio de princípios subjetivos, como os “bons costumes” e o “caminho da verdade”. A sedução também fora citada no Código Penal de 1890 como meio de consumação dos tipos penais de Defloramento (art.267) e rapto (270-276). Todavia, ainda que citado, tal termo não teve seu sentido e conteúdo definidos com exatidão no referido Código. Imprecisão essa, que Castro (1936) tentaria suprir em “*Delictos contra a honra da mulher*”, ao propor que a “sedução” teria “no seu sentido jurídico por seu indispensável substractum o engano” (CASTRO, 1936, p.75). Esforço de significação que compreendemos partir também das ressalvas do jurista, sobre os “sentidos” conferidos à palavra “na linguagem vulgar”:

A mulher, que na linguagem vulgar, chamar-se seduzida, porque seu pudor foi vencido pelos rogos, pelas lágrimas, pelas assíduas atenções, pelos affagos de insistente apaixonado, ou então por impulsos de ambição e de avidez, ou de excitada exaltação dos sentidos não póde dizer-se seduzida no sentido jurídico [...]. A mulher que rendeu-se à vista do ouro ou de supplicas, não póde dizer que não consentio e que não dipoz de seu direito: póde, porém, dizel-o a mulher a que foi feito acreditar uma certa cousa, que a levou a consentir, mas que não teria consentido si conhecesse que era falsa a mesma a cousa (CASTRO, 1936, p. 75-76).

De acordo com tal perspectiva, apenas as protagonistas de “Um Typo” e “Seducção – Um caso complicado”, poderiam ser consideradas “juridicamente” seduzidas, pois teriam “cedido” as investidas de seus “sedutores” em nome de promessas de matrimônio. Com efeito, a delimitação proposta por Castro (1936) da “verdadeira sedução” perante possíveis apropriações discursivas, que beneficiassem mulheres que consentissem por motivos outros que não a promessa de casamento, evidencia-nos não apenas que várias experiências poderiam então ser “vulgarmente” apreendidas no imaginário da época, significadas a partir de tal categoria. Também fica evidente o caráter disciplinador pelo qual esse proeminente jurista concebia a sexualidade feminina, positivada apenas quando submetida à

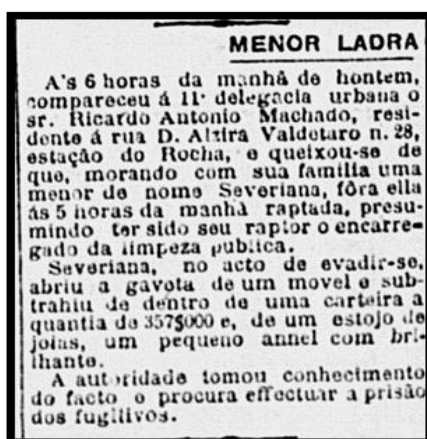
instituição do matrimônio. A respeito da postura de Castro (1934; 1936), Esteves (1989) observaria que o jurista era então, tido como um representante do:

[...] que de melhor o conhecimento jurídico poderia produzir sobre infrações sexuais para que fosse possível um controle dos comportamentos amorosos populares. Suas obras também evidenciavam a necessidade de novos métodos de punição. Deixavam claro que não cabia mais ao aparelho jurídico simplesmente castigar os que eram considerados delinquentes e desviantes, mas punir melhor as delinquências e os desvios, não apenas perseguir e afastar os rotulados de desordeiros, mas passar imagens positivas de ordem sexual; não só punir o homem criminoso, mas ensinar-lhe novos comportamentos (ESTEVES, 1989, p.35).

Com tais objetivos, além de precisar os dados materiais dos crimes (cópula carnal, virgindade física, defloramento, idade etc.), a jurisprudência produzida pelo advogado carioca, teria orientado a delimitação dos caminhos para a análise do subjetivo (honestidade, promessa de casamento, virgindade moral, honra etc.) (ESTEVES, 1989, p.37). Nada obstante, a despeito dos empreendimentos intelectuais de juristas como Castro (1934; 1936) pela fixação de preceitos que positivassem determinadas práticas, detectamos nos *faits divers* referentes à crimes sexuais, apropriações e mesmo estratégias populares que subvertiam os princípios divulgados por tais discursos. O próprio caráter conferido juridicamente a tais tipos penais, como crimes contra a honra, poderia servir, por exemplo, para que apaixonados compelissem a legitimação de suas uniões por meio de raptos.

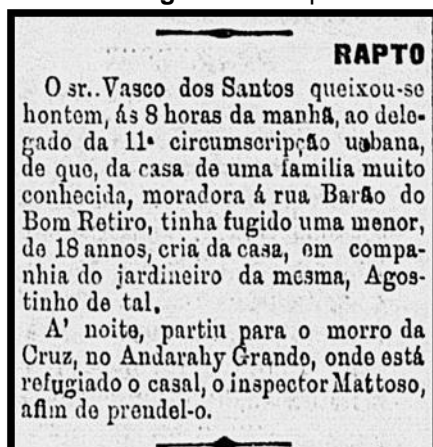
Ressalvemos nesse sentido, que tal prática não necessariamente se referia a abduções forçadas, como podemos constatar a partir das narrativas das duas reportagens dispostas a seguir.

Imagem 27 – Menor ladra



Extraída de *Correio da Manhã*. Edição n.166, p. 2. Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1902.

Imagem 28 - Rapto



Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.235, p. 2. Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1903.

No primeiro *faits divers*, a menor Severina, ao ter supostamente fugido consensualmente junto com um rapaz, foi caracterizada, ao mesmo tempo, como “ladra”, por ter ativamente furtado o local em que vivia e como “raptada”. Ou seja, simultaneamente infratora e, de certa forma, objeto de infração. O segundo *faits divers* intitulado como “Rapto”, também narra outra evasão aparentemente consensual, inclusive referida como “fuga” no corpo da reportagem. De acordo com a reportagem, uma moça de 18 anos, descrita como “cria” da casa de uma reconhecida família carioca teria fugido com Agostinho, o jardineiro da referida residência.

Para compreender o emprego da palavra rapto nessas narrativas e, posteriormente, as possíveis estratégias populares estipuladas a partir de tal prática, recorreremos primeiramente ao Código Penal de 1890, mais especificamente os seus artigos 270 a 276. Neles se previa que, para todo homem que tirasse do “lar doméstico, para fim libidinoso”, qualquer “mulher honesta, de maior ou menor idade, solteira, casada ou viúva”, atraindo por “sedução” ou obrigando-a por meio de violência, e desde que não se verificasse a satisfação dos “gosos genesicos”, seria imputado a pena prisão celular de 1 a 4 anos. Estipulando também, caso as raptadas com mais de 16 anos, mas menores de 21, consentissem com o “rapto”, penas para o raptor de 1 até 3 anos.

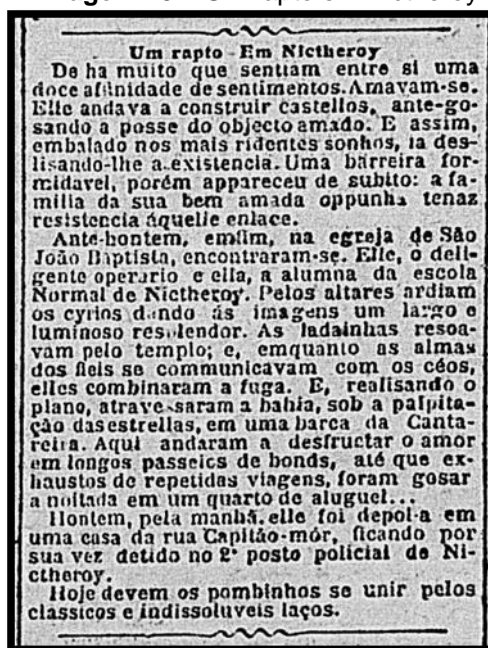
Sendo que, para as demais, caso ocorresse atentado ao pudor, defloramento ou violência carnal, o rapto incorreria nas penas correspondentes a esses crimes. Notemos como o rapto, mais do que um crime infligido ao indivíduo, a pessoa da mulher, implicava em mácula da honra, uma violação do poder pátrio. Daí a pífia

diferença entra as penas previstas aos raptos forçados e aqueles que se referiam, na prática, a fugas consentidas. Também era prevista no citado capítulo do Código Penal, a possibilidade de que as penalidades referentes ao crime de rapto fossem suspensas caso fosse realizado o casamento entre raptor e raptada:

Parapho unico. Não haverá logar imposição de pena si seguir-se o casamento a aprazimento do representante legal da offendida, ou do juiz dos orphãos, nos casos em que lhe compete dar ou supprir o consentimento, ou a aprazimento da offendida, si for maior. (CÓDIGO PENAL, 1890, art. 276).

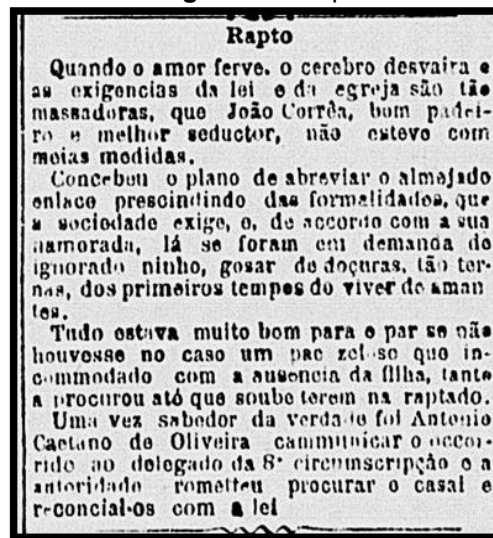
Quanto ao possível emprego dessa prática como uma estratégia de apaixonados para compelir uniões, que não necessariamente seriam aprovadas pelas famílias dos envolvidos, observemos as reportagens a seguir:

Imagem 29 – Um rapto em Nictheroy



Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.718, p.2. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1903.

Imagem 30 - Rapto



Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.994, p.2, Rio de Janeiro, 8 de março de 1904.

Em “Um rapto – em Nictheroy” é narrada, de maneira bastante romantizada, a fuga entre um “operário” e “uma alumna da escola normal”. Decisão que ambos teriam tomado, uma vez que a “doce afinidade de sentimentos” que compartilhavam tinham como “formidável” obstáculo a família da moça que “opunha tenaz resistencia aquelle enlace”. Depois de se encontrarem em uma igreja, escaparam juntos e após desfrutarem “o amor com longos passeios de bonds” “foram gosar a noitada em um quarto de aluguel...”. Tendo sido detido pelo rapto, o operário e a alumna teriam conseguido compelir sua união pelos “clássicos e indissolúveis laços” do casamento. A reportagem tem um tom bastante folhetinesco: se faz do tema do amor proibido, usa floreios narrativos ao descrever os locais de encontro entre o operário e alumna, inclusive insinua a consumação carnal do amor dos protagonistas fazendo uso de reticências no final da frase, artifício clássico da literatura popular sensacional.

Implícita na reconstrução do ocorrido, percebemos a defesa de um ideal de amor baseado na afinidade dos cônjuges, o operário não é desmerecido por ter “raptado” uma menor, mas descrito como um indivíduo “diligente” e, assim, positivado como um homem trabalhador, alguém que cumpriria seu papel de provedor, apesar de sua condição social. Descreve-se assim, um rapto a partir do qual ambicionou-se a realização de um casamento, ou seja, como uma estratégia para viabilizar sua união. Instrumentalização apenas concebível nesse contexto, em virtude precisamente da compreensão dessa infração como um crime contra a honra e que como tal, cabível de reparação pelo casamento.

Em contrapartida, notemos como o rapto descrito na segunda reportagem, não tem o mesmo teor romântico. Muito pelo contrário, é proposto como resultado de um plano de João Corrêa, “bom pedreiro e melhor sedutor”, que, querendo abreviar “o almejado enlace prescindido das formalidades” e “gosar de doçuras, tão ternas, dos primeiros tempos de viver de amantes”, teria raptado uma jovem. Plano frustrado pelo pai da moça, que descobrindo o rapto, procurou as autoridades que prometeram “reconciliar” o casal com a “lei”. Ao contrário do “diligente operário” do primeiro *faits divers*, João Corrêa é desqualificado como um homem cujo amor fervente teria “desvairado” seu cérebro. O elemento comum de ambas as reportagens é a forma como o casamento figura como um meio de reparação da honra, valor que parece dizer respeito mais as famílias das raptadas que das jovens propriamente ditas.

Segundo Soihet (1989) a honra da mulher esteve vinculada a defesa da virgindade ou da fidelidade conjugal, sendo um conceito sexualmente localizado, da qual o homem é o legitimador, já que este é dado pela sua ausência através da virgindade ou pela sua presença legítima com o casamento. Ideia que extrapolaria a própria mulher, abrangendo toda a família (SOIHET, 1989, p. 303). Observemos que a associação entre as categorias honra e família são pautadas pelo próprio título do Código Penal, sob o qual eram previstas as penalidades dos tidos crimes sexuais, “*Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje ao poder público*”, no qual verificam-se também mobilizadas as categorias honestidade e poder público. Nesse segmento, além do rapto, estiveram dispostos os seguintes tipos penais: no artigo 266, atentado contra o pudor, no artigo 267, defloramento. Os artigos de 268 e 269 por sua vez, referem-se ao estupro, enquanto os artigos 277 e 278 ao lenocínio, os artigos 279 a 281 ao adultério e o artigo 282, ultraje público ao pudor.

De forma geral, a gravidade investida aos citados crimes estava diretamente relacionada com a consumação ou não da conjunção carnal fora do casamento. Nesse sentido, semelhantemente ao Código Penal anterior, promulgado em 1830, e no qual os crimes sexuais foram estipulados como “*Crimes à segurança da Honra*”, verifica-se que, cinco décadas depois, os crimes sexuais continuariam a ser dimensionados pelo prisma da honra, como uma infração contra a família e a sociedade. Enquanto a questão da segurança, integridade física e dos direitos

individuais da vítima manter-se-iam relegadas a um segundo plano. Como oportunamente sintetiza Boris Fausto (1984), em sua obra “*Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo 1880-1924*”, nesse contexto,

[...] não se trata precipuamente de proteger a “honra” como atributo individual feminino e sim como apanágio do marido ou da família. Desvenda-se deste modo o pressuposto de que a honra da mulher é o instrumento mediador da estabilidade de instituições sociais básicas – o casamento e a família. [...] Talvez nada expresse melhor os objetivos da legislação penal do que o ponto de vista até hoje muitas vezes aceita na doutrina e na jurisprudência de que o marido “não pode ser considerado réu de estupro, quando mediante violência constrange a esposa a prestação sexual” (FAUSTO, 1984, p. 175-176).

Explicitando tal ponto de vista, observamos que entre os postulados do já citado Castro (1936), o sexo conjugal figura como um direito do marido e um dever da esposa. Justamente em sua segunda obra “*Delictos contra Honra da Mulher*”, na qual o professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro centrou seus esforços interpretativos na produção de uma jurisprudência orientadora das punições aos crimes sexuais (ESTEVES, 1989, p.27). O mesmo afirmaria mediante a possibilidade de uma mulher dar queixa por crime de estupro contra o marido que seria:

[...] preciso distinguir se houve apenas a consumação do matrimônio, a cópula natural, qualquer que tenha sido a resistência da mulher, qualquer que seja os meios empregados pelo marido, para vencer essa resistência, a queixa não pôde ser aceita em juízo. Não houve crime e sim o exercício de um direito. Casando-se, livre e espontaneamente, a mulher sujeita-se às consequências de seu acto. Contrae obrigações aqui não pode furtar-se por um capricho ou um arrependimento tardio. O marido, que tem deveres e ônus a cumprir tem também o gozo de certos direitos. A cópula não é o fim único e exclusivo do casamento, mas é indispensável, inerente, à instituição, que tem como um de seus mais nobres fundamentos a propagação da espécie, a criação e educação da prole (CASTRO, 1936, p.124-125).

A sexualidade feminina é investida de legitimidade desde que submetida ao cumprimento de seus deveres para com o marido e conseqüentemente também para com a sociedade, uma vez que, um dos mais “nobres fundamentos” da instituição do casamento seria justamente a propagação, criação e educação adequada da prole, futuro da nação. Posicionamento consonante com um contexto histórico marcado, não somente por uma misoginia profundamente enraizada no convívio social, mas regulado por uma tradição jurídica e de caráter marcadamente patriarcal, sustentando, até o início do século XX, no âmbito civil, a disparidade entre maridos e suas esposas.

Consoante com o imperativo da submissão sexual defendido por juristas e médicos no início do século, a subordinação feminina ao marido, então idealizado como “chefe da família”, pautava-se também no conteúdo do Decreto de nº 181 que promulgou o casamento civil em 24 de janeiro de 1890. No seu Capítulo VII, “Dos Efeitos do Casamento”, mas especificamente no artigo 56, é mantido ao marido a representação legal da família e a administração dos bens comuns, salvo aqueles resguardados anteriormente por contrato antenupcial. Deste modo, caberia legalmente ao marido o direito de fixar o domicílio da família, de autorizar a profissão da mulher e dirigir a educação dos filhos, ou seja, o monopólio do poder pátrio. Sendo que os direitos sobre a pessoa e os bens dos filhos menores, só se sucederiam à mulher, segundo o artigo 94, em caso de morte do marido e enquanto ela se conservasse viúva.

Cabe a ressalva que direitos investidos pelo citado decreto ao homem a partir do casamento civil, no geral, não representaram nenhuma novidade no âmbito do direito privado, mantendo aqueles anteriormente assegurados ao “cabeça do casal” nas Ordenações Filipinas. Conjunto de leis que aqui atracaram junto com os portugueses ainda no período colonial e uma vez reorganizadas em 1858 pelo jurista Teixeira de Freitas, na chamada Consolidação das Leis Civis, pautariam acrescidas por eventuais decretos, às relações jurídicas de ordem privada no país até a homologação do primeiro Código Civil¹⁸, em 1916. Nas ordenações, à mulher também era vedado o pátrio poder, de exclusividade do marido, sendo que também apenas as viúvas poderiam exercê-lo sob os filhos, e desde que “vivessem honestamente”, não podendo manter-se tutora ou curadora dos bens da família uma vez que contraíssem novas núpcias ou que um filho homem atingisse a maioridade.

Já no que concerne aos direitos das mulheres e em seu reconhecimento enquanto cidadã passível de proteção legal, cabe pontuar que o Código Penal de 1890, sustentaria, estruturaria e respaldaria juridicamente uma dicotomia entre as tidas mulheres “honestas” e as “prostitutas”. Classificação que pautaria a diferença, por exemplo, nas punições estipuladas aos estupros de tidas “mulheres honestas”, virgens ou não, prisão celular por um ou seis anos. E das tidas mulheres “prostitutas”: prisão de seis meses a dois anos. Dicotomia também reminiscente de

¹⁸ Código esse que manteria a limitação do acesso de mulheres casadas ao emprego e a propriedade, estabelecendo o marido como o chefe da sociedade conjugal, outorgando-o comando exclusiva da família, tendo em vista como a mulher, ao casar, perderia sua plena capacidade civil, tornando-se apenas “relativamente capaz”.

códigos anteriores, mais especificamente do Código Penal de 1830, cujo artigo 231 estipulava como punição da cópula carnal por meio de violência ou ameaça com qualquer mulher honesta, pena de prisão por três a doze anos, sendo que se a violentada fosse “prostituta” determinava-se prisão de um mês a dois anos (CÓDIGO PENAL, 1830, art. 231).

Com efeito, o ser prostituída, em finais do XIX e início do XX, não se referia apenas a prática em si do meretrício. Conforme nos aponta Esteves (1989) em sua análise de 99 processos referentes a crimes sexuais, tal categorização frequentemente era estipulada em tribunais a partir de uma gama de comportamentos femininos como andar só, sair à noite, embriagar-se, relacionar-se de formas ilícitas, fantasiar-se ou mesmo atender a festas populares (ESTEVES, 1989 p.52). Nesse sentido, na questão da “honestidade”, medida através da conduta, passada ou presente, verificava-se um elemento subjetivo fundamental para que se completasse o conceito legal do delito de defloramento, ou mesmo de estupro (ESTEVES, 1989, p.41). A fim de se provarem cabíveis de proteção legal, vítimas propriamente ditas, as mulheres do início do século XX tinham que antes provar não se tratarem de sedutoras, mulheres prostituídas cuja conduta poderia *deflagrar* a violência sexual a elas infligida. Segundo Esteves (1989):

[...] as ofendidas se tornavam mais que os acusados, o centro da análise dos julgamentos. Os juristas avaliavam se mereciam, ou não, sofrer o crime; se os comportamentos e os atos facilitavam a justificavam a ocorrência de uma agressão. A transformação da ofendida em possível culpada correspondia à posição da mulher como principal alvo da política sexual: sua conduta tornou-se objeto de conhecimento científico (médico e jurídico) e construíram-se verdades universais em relação a ela (ESTEVES, 1989, p.41).

De posicionamento sintomático dessa tendência jurídica, Castro (1936) partiria da perspectiva de que o “respeito pela honra da mulher não é um sentimento innato ao homem, e sim uma conquista da civilização, a vitória das ideais moraes sobre a brutalidade dos instintos” (CASTRO, 1936, p.11). Todavia, o autor observaria que mesmo na Europa se constava uma marcha ascendente dessas ocorrências e de forma que, ao buscar compreender as causas desse fenômeno, atribuíra-o em primeira instância, ao próprio comportamento feminino:

É de justiça responsabilizar em primeiro lugar a propria mulher, dominada pela idea erroena, subversiva, de sua emancipação, ella faz tudo que de si depende para perder o respeito, a estima e a consideração dos homens. A antiga educação da mulher recatada e tímida, delicada sensitiva evitando os

contatos ásperos e rudes da vida, foi desprezada como coisa anachronica e ridícula; e temos hoje a mulher moderna, vivendo nas ruas, sabendo tudo, discutindo audaciosamente as mais escabrosas questões, sem refreio religioso, avida unicamente de luxo e sensações, vaidosa e fútil, preza fácil e muita vez até espontaneamente oferecia à conquista do homem (CASTRO, 1936, p.21-22).

Deste modo, criticaria aquilo que designa como “educação da mulher moderna”, que segundo o jurista, não prepararia “mães de família, mulheres para viverem na intimidade silenciosa do lar, e sim bonecas de salão, vaidosas e fúteis, ávidas de bailes, theatros e concertos” (CASTRO, 1936, p.22). Nada obstante, sua apreciação a conduta feminina não se limitaria apenas as “bonecas” das altas classes. Em teor de lamentação, o jurista comentaria ainda a integração feminina na cadeia produtiva, percebendo tal fenômeno como uma ameaça à instituição da família, por supostamente deflagrar a corrupção do caráter angélico da mulher que, uma vez engajada nas “batalhas pela vida”, perderia as “brancas ilusões, a timidez, o recato”, tornando-se uma “rosa fanada e murcha, sem viço e sem perfume” (CASTRO, 1936, p.23). Castro (1936) não somente opõe as noções de beleza e delicadeza, implícitas na sua metáfora da rosa, mas também o recato, ou seja, a própria decência, ao mundo laboral.

O mesmo autor (1936) chegaria a, explicitamente, associar o trabalho feminino à prostituição,

Nas classes proletárias a fábrica matou a família, dissolvendo os laços que a prendem e unem. O marido trabalha em fabrica, a mulher em outra, separada d'elle, exposta a todas as seduções. Meninas de quinze anos, vão sósinhas aos ateliers de costuras, voltam a noite sós para casa, tentadas, perseguidas. Já o Dr. Ferraz de Macedo, em sua notável these sobre a prostituição no Rio de Janeiro, observa por esse motivo as costureiras fornecem um dos mais numerosos contingentes da prostituição clandestina. Nas classes médias, na burguesia, a mulher atira-se valentemente ao acesso de todas as carreiras. Pelo lado econômico pode ser vantajosa; mas pelo lado moral redundando inquestionavelmente em prejuízo a mulher. O homem não vê nesta o ente fraco que precisa de sua proteção e sim o comcurrente na luta pela vida, perde-lhe o respeito acostuma-se a tratar como um colega, um igual, senão um inimigo que é preciso suplantar e vencer (CASTRO, 1936, p. 22-23).

Ou seja, diante da ameaça da “educação feminina moderna”, que, na sua visão, resultava em mulheres cada vez mais transgressoras, destituídas de brancas ilusões e do respeito masculino, caberia aos magistrados se atentar para as:

[...] duas espécies de mulheres apresentam-se perante a justiça como victimas de atentados contra sua honra. Umas são em verdade, dignas da proteção das leis e da severidade inflexível do juiz. Tímidas, ingênuas, incautas, foram realmente victimas da força brutal

do estuprador ou dos artifícios fraudulentos do seductor. Mas há outras corrompidas e ambiciosas que procuram fazer chantage, especular com a fortuna ou a posição do homem, atribuindo-lhe a responsabilidade de uma sedução que não existiu, porque ellas propositalmente a provocaram, ou uma suposta violência, imaginaria, fictícia. Conhecer bem os elementos característicos do delicto; apreciar com perspicácia o valor das provas, para bem distinguir estas duas classes de mulheres, umas as que sofrem, outras que especulam, é dever imprescindível do magistrado (CASTRO, 1936, p.24).

Posicionamento que interpretamos a partir da observação de Soihet (1989) ao inferir que ante uma sociedade machista que via a agressão sexual como própria ao homem, ao mesmo tempo que desconfiava da mulher violentada, a crença na convivência da mulher responsável por instigar o desejo do homem demonstrar-se-ia tônica (SOIHET, 1989, p. 304). De forma que analisar as adjetivações mobilizadas em *faits divers* referentes à episódios de violência sexual implica também reter-se nas relações implícitas dessas categorias com toda uma gama de idealizações do comportamento feminino a partir dos quais diferenciavam-se sedutoras e seduzidas. Retenhamo-nos nesse sentido na primeira grande cobertura referente a esses tipos penas publicadas pelo *Correio*, em 1901:

Imagem 31 I – Seductor e Algoz - uma série de crimes

SEDUCTOR E ALGOZ

UMA SERIE DE CRIMES

Era um lar honesto e puro, onde o affecto congregava algumas criaturas, unidas todos pelo amor, todas ligadas pela amizade. O casal, pobre mas laborioso, dedicava-se de coração aos filhos que o cercavam. Reinava ali a ordem, a paz, a felicidade e, desde que o sol surgia até que mergulhava no occaso, atirando os ultimos raios, prestes a morrer, havia na modesta casinha o encanto do trabalho, todo em harmonia.

Muitos annos assim viveu a familia. Um dia, inesperadamente, a morte veio trazer áquelle lar a nota da dôr, até então nunca experimentada. Foi o chefe da familia o escolhido.

A febre amarella levou-o ao leito e em pouco atirou-o á sepultura, arrancando-o para sempre aos meigos carinhos da esposa e ás doces consolações das infelizes crianças.

Mezes depois, não tinham ainda despido as vestes negras que contrastavam com a pallidez das suas faces e voltavam as innocentes a lamentar a morte de um outro ente estremecido. Dessa vez era aquella que as emballára, que, com caricias, enxugava-lhes as lagrimas.

Era a mãe idolatrada que desapparecia arrebatada pela morte. A febre palustre consumiu-lhe aos poucos o organismo, envenenou-lhe o sangue lentamente, deixando-a entre estertores, balbucando apenas a ultima benção, lançada sobre os filhinhos, como o derradeiro beijo de uma mão que parte para sempre.

Mudou-se a familia e ninguém mais soube o rumo que haviam tomado os orphãos.

Mauricio Triger e Guillermina Triger, chamavam-se os dois esposos. Eram allemes. Pobres como eram, nada deixaram aos filhinhos, entre os quaes havia uma interessante menina, Clara, de lindos cabellos loiros, que emmolduravam um rostinho sympathico, de olhos azues e fina tez esbranquiçada.

Desappareceram do logar, em procura de subsistencia.

Numa dessas ultimas tardes de verão, quando o sol começava adescambar do zenith, num céu azul claro, quem passasse pela estação de Cupertino, da Estrada de Ferro Central, depararia com um quadro tristemente impressionador.

Dentro de longo lençol, carregado por diversas pessoas, contoreia-se nas

Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.105, p.2. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1901.

Imagens 31 II e III - Seductor e Algoz - uma série de crimes

garras de um forte ataque, uma moçinha de cerca de 17 annos de idade. Assustados, os que a cercavam—levavam-na, apressados, para uma casa proxima. Essa moça era a menina Clara de outra ora.

No seu rosto notava-se o soffrimento continuo, a dor incessante.

Vinte e quatro horas depois já não residia no Cupertino a infeliz moça. Na casa a que se recolhera, residencia de uma sua irmã, já não estava a pobre Clara. A visinhança não lhe sabia o paradeiro, ninguém, enfim, conhecia o destino desse desapparecimento, disputando a nossa curiosidade, e, no interesse de bem cumprir a nossa missão, de tudo informar os nossos leitores, para que a sociedade fique expurgada dos elementos máos, encaregámos um dos nossos compa. nheiros de indagar o que havia sobre o facto.

De tudo vão ficar scientes os nossos leitores, chegando, como nós, á conclusão de que se trata de um crime repugnante que manchou para sempre uma infeliz orphã, inutilisando-lhe o physico e o moral.

Eis o facto, desde o seu principio : « Foi ha cerca de tres annos. Conduzida por seu irmão, Antonio Triger, casado, foi levada á presença do sr. capitão José Candido de Barros, em sua residencia no Boulevard Vinte e Otto de Setembro, em Villa Izabel, a menor Clara Emma Triger, que então contava 14 annos de idade. »

O irmão da moça foi solicitar d'aquelle official o obsequio de collocar a irmã em uma casa, atim da mesma se habituar a trabalhar.

Levado pela sua reconhecida bondade, o capitão Barros depositou Clara em casa de um sr. Almeida, de nacionalidade portugueza, casado e associado numa casa commercial.

A principio tratada com certa delicadeza, começou em pouco a menina a ser maltratada, fazendo-se-lhe exigencias de toda a ordem, principalmente o dono da casa, a quem a pobre Clara temia como um algoz. Fugia-lhe as caricias que, repudiadas, transformavam-se rapidas em cezurras. Procurava esconder-se quando presentia que ia ficar a sós com o seu patrão.

Uma manhã houve em que, inteiramente transformado, Almeida começou a tratar a menina de outra forma. Já não tinha mais o olhar rancoroso e as palavras de reprehensão; era todo delicadeza, emquanto a pobre Clara deixava ver na physionomia a dor que lhe ia a alma, o martyrio que soffera. O seu patrão havia, á força de pulso e de ameaças, saciado os seus instinctos bestiaes, reubando á triste orphã a virgindade e a honra.

Passaram-se os dias, accumularam-se os mezes, e, naquella mesma casa, onde o primeiro crime fóra perpetrado, outro crime se ia consumir.

Clara começou a ingerir, medicamentos emmenagogos, por ordem de seu patrão, que assim queria encobrir o resultado do seu crime. No fim de poucos dias produziam os medicamentos os effeitos desejados e, cercado de todo o segredo, poucos tiveram sciencia do feticidio. Duas outras vezes, Almeida, com applicações criminosas, conseguiu os fins que desejava.

O terceiro abortio provocado trouxe á infeliz creatura febra intensa e ataques consecutivos. Almeida levou-a á casa do dr. Souza Lemos, em Nitheroy, onde moravam o clinico e o seductor com a sua victima.

Apos algumas consultas foi Clara internada no hospicio de S. Sebastião da visinha cidade.

Ahi, no hospicio, tendo um novo ataque, a infeliz ficou desvairada, e por diversas vezes manifestou desejos de suicidar-se, atirando-se ao mar, enforcando-se cu ingerindo um toxico qualquer. E' que a pobre creatura media bem a immensidade de sua desventura. Via-se só no mundo, perdida para sempre, por todos abandonada e atrada, como louca, a um hospicio. Avaliava bem a pobre Clara o quanto pôde ser perversa a alma humana. Queria morrer, desaparecer para sempre do mundo, onde após a morte de seus paes, só tinha conhecido a dor e o soffrimento. E, apavorada, num isolamento que mata, sem uma palavra de consolação que lhe viesse minorar a magua, a infeliz debatia-se como louca.

Chegou porém, o dia da sua liber-

como louca.

Chegou, porém, o dia da sua liberdade. Tendo alta do hospicio de S. Sebastião, foi Clara habitar com sua irmã casada Anna Maria Rosa, residente á rua Valerio n. 17, estação de Cupertino, de onde se afastou, no dia 13 do corrente, indo para a casa de mme. Regina Kopper, parteira, residente á rua Visconde do Rio Branco.

Chegando ao nosso conhecimento que Clara havia sido internada no Hospicio Nacional de Alienados, tendo estado alguns dias em casa da parteira acima referida, procurámos esta senhora.

As nossas palmas attendeu uma senhora de soltaque estrangeiro, declarando ser a pessoa que procurávamos.

— Pretendemos saber si reside aqui uma menor de nome Clara, disse-mos.

— Clara? Não, senhor. Esteve aqui um dia, como me pedissem que a levasse a delegacia, conduzi-a á 3.ª aqui, na praça da Republica. De lá, sei, foi ella transportada para a policia central, atim de ser internada no hospicio, respondeu-nos mme. Kopper.

Continuando as nossas pesquisas, fomos á 3.ª delegacia, onde descobrimos ter a menor ali comparecido, sob o nome do corrente, sendo effectivamente enviada á Central da Policia.

Depois de verificarmos que Clara Triger havia tido guia para o hospicio, para este estabelecimento nos dirigimos, hontem, no intuito de interrogal-a.

Chegadas á Praia Vermelha fizemos annunciar e declaramos a razão da nossa visita ao administrador, que nos declarou não nos poder franquear a visita, por estar a enferma em observação e entregue aos cuidados do sr. Henrique Roxo, que não estava mais ali.

Sahimos á procura de um medico, encontrando-o attendendo á sua clientela em uma pharmacia, onde dá consultas.

Feita a apresentação, o distincto medico depois de nos informar que o estado da doente era satisfatorio, tendo melhorado muito com o emprego da electricidade, prontamente accedeu ao pedido, fornecendo-nos uma autorização escripta para visitarmos a menor Clara.

Voltando novamente ao Hospicio, fomos conduzidos ao parllhar de observação, onde gentilmente nos recebeu o interno de dia, dr. Redoval Freitas, que attentosamente nos fez sentar ao seu lado.

Foi-nos presente a menor Clara Emma Triger.

Ella tem olhos azues, loura, conta 17 annos e diz-se allemã. Veste uma blua de algodão azul e saia do mesmo tecido, notando-se na blua o distincto «Hospicio Nacional» escripto a tinta preta de marcar. Calçava chinelas de panno escuro. Bastante sympathica, Clara apresenta uma palidez de quem muito soffreu.

Ao enfrentar-nos, a moça teve esta exclamação:

— Pois que, éo sr. que me vem visitar? Eu o não conheço...

— Sim, sou-lhe estranho, mas não se esqueça, sou um amigo.

E para captar a sympathia e a confiança da moça, continuámos:

— Venho aqui a mando de mme. Kopper, que deseja saber do seu estado de saúde.

— Oh, sim! Diga-lhe que estou melhor, que não estou doida, não; que aqui me acho por soffrer de uns ataques nervosos.

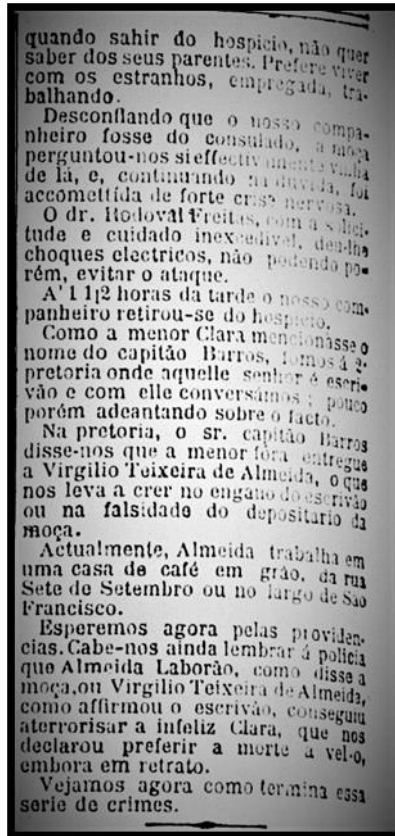
Cumprindo a nossa missão, começamos a interrogar a moça que, depois de confirmar as nossas suspeitas e os dados que havíamos colhido, accreditou que Almeida, a que nos referimos, é Almeida Fabrão, que actualmente reside no Meyer, e que, no tempo em que se deram os factos, era socio de Carraxedo, em uma casa de commissões de café.

Perguntada onde tem residencia, respondeu-nos que morou algum tempo em Nitheroy, á rua Tranden's n. 41, onde então residia Almeida; que foi para a casa de mme. Kopper por ouvir sua irmã, em casa de quem residia, dizer a uma comadre que ia metter á no hospicio.

Em suas declarações Clara fez as seguintes referencias a Almeida, principalmente sobre o modo por que adquiriu a fazenda de Santo Antonio, nas proximidades do Meyer. Accrescentou que tem sido muito infeliz e que,

Extraída de: *Correio da Manhã*, Edição n.105 p. 2. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1901.

Imagem 31 IV – Sedutor e Algoz - uma série de crimes



Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.105, p.2. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1901.

A reportagem inicial referente à suposta série de crimes cometidos contra a menor Clara Triger, foi publicada em setembro de 1901. Sob o título garrafal “Sedutor e Algoz” e dispondo de uma narrativa marcadamente melodramática, o *faits divers* em questão ocupou um espaço considerável da referida edição: quase dois oitavos da sua segunda página. Disposição espacial que nos indica o potencial de mobilização sensacional conferido a reportagem pelo corpo editorial do *Correio*, tendo em vista como a reconstrução jornalística da história de jovem “alemãzinha” tomaria boa parte do espaço, onde então o periódico concentrava suas narrativas de transgressão.

Estruturada em quatro partes, a narrativa da citada reportagem não atende necessariamente a uma linearidade temporal. Se em um primeiro momento o *faits divers* introduz um panorama de felicidade estipulado a partir da descrição do lar Triger, logo contrapõe tal cenário à descrição vertiginosa de um “forte ataque” psicótico, protagonizado pela caçula Triger em uma Estação de trem logo antes de desaparecer. Apenas então, é vinculada a descrição da suposta “série de crimes” aludidos pelo subtítulo do *faits divers*.

Atentemo-nos, portanto, as especificidades conferidas a algumas das categorias mobilizadas nessa narrativa, sendo a primeira delas a família, elemento privilegiado pelo jornal nos antecedentes do ocorrido. Segundo a folha, Clara “uma menina de lindos cabelos loiros, que emolduravam um rostinho sympathico, de olhos azues e fina tez esbranquecida” nasceu sobre a proteção de um lar honesto e puro, onde “o afeto”, “o amor” e a “amizade” uniam uma família onde “reinava a paz e a felicidade”. Ambos os pais são descritos como laboriosos, sendo o pai referido como “chefe de família” e a “idolatrada” mãe, proposta como uma figura compassiva, atenta as necessidades emocionais dos três filhos, “embalando-os” e “com carícias enxugando suas as lágrimas”. É somente a partir do abandono da casa onde residia a família, após as mortes consecutivas do Sr. e da Sra. Triger, que a “interessante” menina Clara teria se encontrada desprotegida.

A orfandade é, portanto, estabelecida como fator deflagrador da vulnerabilidade dessa jovem que, posteriormente, seria vítima de um “Sedutor Algoz”. Subentende-se, portanto, uma leitura da família e do poder pátrio como instituições fundamentais na salvaguarda da honra. Não somente, tal artifício narrativo somado a desonra que macularia sua protagonista, aproximaria tal narrativa de outras formas populares de literatura, sobretudo aquelas pautadas por aquilo que El Far (2004) denominaria a temática das meninas “desgraçadas”. Segundo a pesquisadora:

Incontáveis páginas de literatura oitocentista aludiram à trágica vida de moças que tiveram sua virtude imolada e perseguida pelo capricho e tirania de pessoas vis e criminosas. Em muitos casos, ludibriadas pelos encantos de um conquistador, perdiam a virgindade, em outros conferiam sua desgraça ao fato de estarem sozinhas no mundo, órfãs de família, da solidariedade alheia e de um futuro promissor. Eram, em resumo, vítimas inocentes de um destino injusto, impelidas, portanto, a verdadeiros tormentos e aflições (EL FAR, 2004, p.146).

De tal forma que, tanto o seu teor melodramático, como a opção da folha em cobrir os supostos crimes infligidos contra Clara, estabelecendo na “cabeça” da reportagem, um cenário de felicidade e harmonia, aproxima a composição da referida reportagem daquelas empregadas em fictícias narrativas sensacionais orientadas pela temerosa noção da “fatalidade”. Noção a partir da qual, segundo El Far (2004), vítimas de um destino impiedosa, virtuosas protagonistas se viam imersas “numa sucessão de acontecimentos trágicos que maculavam a candura de

seu caráter”, impedindo-as de “desfrutar de um futuro venturoso à altura de sua honestidade” (EL FAR, 2004, p.147).

Nas palavras da autora:

[...] “desgraça” atribuída a essas jovens donzelas vinha do “infortúnio da vida”, da “fatalidade” que ocorria a algumas, “por culpa da maldade ou do vício de outros, ou mesmo pelas forças divinas”. Em razão disso, perdiam a pureza de seus corpos e a ingenuidade de suas almas, estando assim entregues às mais diversas desventuras elaboradas pela imaginação dos escritores. Esses percalços despertavam comoção nos leitores e, ao mesmo tempo, alertavam as moças e seus familiares sobre os perigos existentes em qualquer sociedade (EL FAR, 2004, p.146).

Demonstrando a profusão dessa fórmula, verificamos que algumas das ficções melodramáticas vinculadas pelo jornal também se utilizariam dessa estrutura narrativa. A título de exemplo podemos elencar o conto “Evandra”, publicado na edição de número 143, no dia 4 de novembro de 1903. Narrativa centrada na “desgraça” de uma jovem órfã, dócil, que seduzida pelo filho de seu patrão, teria engravidado sendo forçada pela família do rapaz a abortar. Depois disso, Evandra, como uma típica “desgraçada” “atacada pela violência no físico e moral”, passaria a denotar fisicamente sua condição, definhando ao ponto de parecer “cadavérica”. Semelhantemente, Clara Triger também seria descrita, na visita do repórter ao hospício, como detentora de uma “palidez de quem muito sofreu”. O desfecho de Evandra, no entanto não seria acabar em um hospício, mas sim assombrar a casa de seus patrões após atentar contra sua vida, suicidando-se por envenenamento com láudano. Por sua vez, o rapaz que a desgraçou acabaria casando-se com uma moça da sociedade, que na noite de núpcias revelar-se-ia já deflorada.

sensacionais de caráter popular. Nesse sentido, a própria opção pela cobertura da “série de crimes”, supostamente perpetrados contra Clara Triger, pode ser justificada pela potencialidade de comoção implícita na história de defloração de uma menor órfã, uma “desgraçada” da vida. Com efeito, forma a equilibrar o teor melodramático da reportagem e sustentar a distinção de tal narrativa como um discurso jornalístico, essa mesma narrativa evocaria a aspiração de intervenção social pela qual, como já indicamos anteriormente, o corpo editorial do *Correio* continuamente pleiteou a legitimidade de seu empreendimento jornalístico em seus artigos de opinião. Importante elemento na negociação da confiabilidade do citado relato, a ambição da folha em supostamente “desvendar” o ocorrido, foi proposta em virtude da alegada missão de tudo informar aos leitores para que a sociedade ficasse expurgada de elementos maus.

Conquanto, de forma a sustentar sua representação de um importante comerciante como um “algoz sedutor”, não coube ao corpo editorial da folha apenas reiterar um posicionamento interventor mediante os males do corpo social. Ao optar, narrativamente, pela mobilização de um vocabulário cujas adjetivações enfatizaram Clara como uma menor passiva, recatada, branca, simpática e de uma família pura e boa, a reportagem nos parece negociar junto aos seus leitores uma imagem de feminilidade passível de proteção mediante se defloração. Ou seja, a representação uma moça cuja honra foi “roubada” por um homem vil, e não entregue por motivos de excitação ou ganância. Segundo Esteves (1989) o papel conferido ao elemento moral na apreciação desses crimes não era apenas disputado no âmbito cotidiano, mas se se constava subentendido no próprio Código Penal, uma vez que a sedução, engano ou fraude, embora sistematizados,

[...] seus significados e conteúdos não estavam definidos no Código e ligavam-se diretamente ao conceito honestidade, um valor não codificável, as exigências do crime envolviam-se em questões subjetivas. Mais uma vez foi Viveiros de Castro o primeiro a tentar delimitar e organizar esses conceitos e, conseqüentemente, as imagens da mulher honesta. Para comprovar sedução, engano ou fraude, definidores da culpabilidade do réu, a mulher que procurasse reparar uma ofensa teria então, que articular um discurso convincente sobre sua honestidade, dentro dos parâmetros esboçados pelo saber jurídico e também médico (ESTEVES, 1989, p.38).

Com base na análise de casos criminais Esteves (1989), constataria ainda outro elemento que dificultava a apreensão da culpabilidade de réus de crimes sexuais: a cor das ofendidas. O que por sua vez pode auxiliar-nos a compreensão

de algumas das idealizações pelas quais socialmente se concebiam feminilidades passíveis de proteção. Segundo a autora:

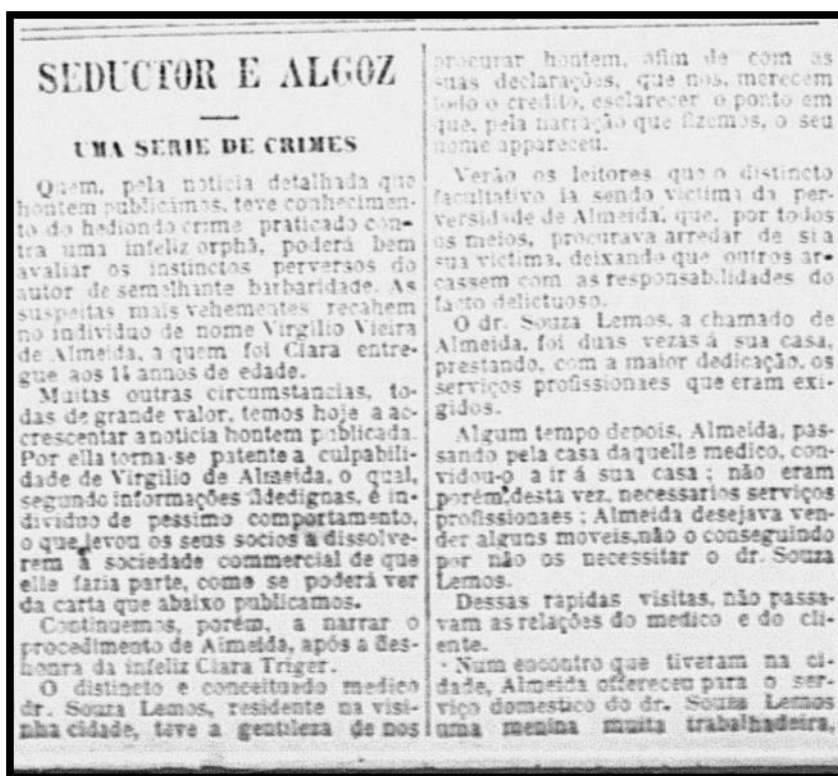
[...] constata-se a maior dificuldade das jovens pobres de "cor", principalmente as pretas, de conseguir algum benefício ao procurarem a Justiça por crime sexual. Quanto mais distantes da elite em termos de "cor", mais as moças pobres deveriam sentir-se discriminadas e marginalizadas pela Justiça, mais difícil seria provar sua honestidade e, conseqüentemente, a culpa do acusado (ESTEVEZ, 1989, p. 111).

Assim sendo, em um contexto histórico no qual a honra era um conceito sexualmente localizado, em que produções de respaldo científico e caráter racista divulgavam idealizações a respeito da conduta feminina para diferenciar as verdadeiras "seduzidas" das tidas mulheres "sedutoras", o apelo dramático da reportagem "Sedutor e Algoz" pode ser apreendido também como produto da representação de sua protagonista, atendendo tanto parâmetros raciais, como uma jovem aloirada de família alemã e também comportamentais, afinal, mesmo tendo supostamente tentado proteger sua honra, fugindo das carícias de seu algoz, ainda que essas uma vez repudiadas, se transformassem "rápidas em censuras", a "sympatica" "alemã" não teria conseguido impedir que seu patrão, um homem primitivo, satisfizesse seus "instintos bestiais" à força de pulso e de ameaças. Clara, que não teria tirado vantagem de sua "sympathia" tendo sido forçosamente tomada de sua virgindade, distanciava-se, portanto, das temidas especuladoras da honra. Categoria de mulheres a que advertiria Castro (1936), ao recomendar o interrogatório das ofendidas em casos de crimes sexuais, sobretudo no caso dos réus se tratavam de senhores de "fortuna" e "boa posição social", fatores que para o jurista tornavam os homens mais suscetíveis aos "laços" da "especulação" e da chantagem (CASTRO, 1936, p.88-89).

Não tendo especulado ou chantageado seu patrão, Clara, fora afirmada narrativamente como uma moça roubada de sua "virgindade e a honra", tendo a "infeliz órfã", supostamente, sido vítima de outros crimes. Compelida pelo seu patrão a consumir substâncias abortivas, a menor teria cometido três "fetícidios". O que teria ocasionado que Clara passasse a sofrer de febres e ataques nervosos, sendo eventualmente internada em um hospício pelo doutor Souza Lemos. Instituição para qual a jovem retornaria, mesmo após sua liberação, ao voltar a sofrer ataques como aquele testemunhado por transeuntes na Estação Cupertino.

Em entrevista supostamente concedida no hospício, onde o jornal a encontrou, a jovem teria declarado preferir a morte a ver o retrato de seu antigo patrão. Clara teceu ainda as “piores referências” a seu respeito, “principalmente sobre o modo porque adquiriu a fazenda de Santo Antonio”, dando a entender irregularidades no negócio em questão. A caracterização de Almeida como um homem de conduta irregular no âmbito dos negócios seria aprofundada em uma reportagem publicada no dia 27 de setembro e que daria continuidade à cobertura ao caso. Tal qual, podemos observar no excerto a seguir, onde é referido o desligamento do comerciante de sua antiga sociedade comercial por motivo de “péssimo comportamento”.

Imagem 33 I – Seductor e Algoz - uma serie de crimes



Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.106, p.2. Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1901.

Se o modelo ideal de mulher era idealizado circunscrito o mundo doméstico, tendo como principais índices de moralidade sua fidelidade ao marido e sua dedicação à maternidade, as idealizações referentes à masculinidade eram definidas pela conduta do homem no que tange ao mundo no trabalho, em virtude da sua natural “obrigação” de prover honestamente a subsistência da sua família (SOIHET,1989, p. 279). Para Esteves (1989), mesmo em tribunais, esse era um

elemento frequentemente evocado para o estabelecimento da “inocência” de réus no julgamento desses tipos penais.

Na formação da inocência de um homem e culpa de uma mulher, eles eram julgados prioritariamente pelo seu trabalho e elas, pela conduta moral. As mulheres deveriam controlar seu sexo e os homens suas indisposições para o trabalho. Os homens nem necessitavam de muitas qualificações, simplesmente era citado o fato de serem trabalhadores. Era o bastante (ESTEVEES, 1989, p. 79).

A desqualificação de Virgílio como alguém de comportamento inadequado e de negócios duvidosos, nesse contexto histórico, poderia implicar também na mobilização, entre os leitores, de visões depreciativas que povoavam o imaginário da época no que tange aos imigrantes portugueses. Conforme nos aponta Chalhoub (2001), as divisões nacionais e raciais se constatavam profundamente arraigadas na mentalidade popular do Distrito Federal. De forma que, referir Virgílio como “português”, poderia implicar também em demarcá-lo em função de seu pertencimento a um determinado grupo social, então significado também em função de rivalidades “[...] reativadas e até reelaboradas pela classe trabalhadora dentro do contexto mais amplo da transição para a ordem burguesa na cidade no período pós-Abolição” (CHALHOUB, 2001, p.61).

Chalhoub (2001) atribui esse fenômeno à “concorrência da força de trabalho”, e como tal, aos “ajustamentos” dos populares às condições concretas da luta pela sobrevivência. Nesse sentido, o já citado Luiz Edmundo (2004) ironizaria, em “*Rio de Janeiro do meu tempo*”, a preferência dos imigrantes lusitanos pelo trabalho no comércio, em mercearias, padarias e quitandas. Na citada obra, o poeta também lamentaria o suposto destino de jovens vindos de pequenas vilas portuguesas que, empregados como caixeiros, não tardariam a aprender a trapaça com seus patrões compatriotas, vendendo “o podre por bom. Carne-seca ardida por fresca. Café com mistura de milho” (EDMUNDO, 2004, p.220).

Observemos ainda como nesse contexto, a despeito da crise econômica verificada nos anos iniciais da Primeira República no Rio de Janeiro, eram os portugueses a maioria dos proprietários de “imóveis e do comércio a varejo; também eram responsáveis pela maior quantidade de capital aplicado na indústria e eram concorrentes dos nacionais na luta por um emprego” (RIBEIRO, 1994, p.637). De acordo com Chalhoub (2001), os lusitanos ainda mostravam “uma acentuada preferência” por seus patrícios na contratação de empregados (CHALHOUB, 2001,

p.144). Fatores esses que colaboraram para a conjuntura verificada por Gladys Sabina Ribeiro (1994) em seu artigo “Por que você veio encher o pandulho aqui? Os portugueses, o antilusitanismo e a exploração das moradias populares no Rio de Janeiro da República Velha”, no qual a pesquisadora observa que sobre esse grupo social:

[...] recaía o adjetivo de «explorador» e eram associados, quase como sinónimos, aqueles de «mesquinho» «avaro» e «ladrão». Era nas suas mãos que os populares compravam o arroz com feijão do dia a dia, alimentavam-se precariamente de iscas ou caldos d'unto nas casas de pasto e tomavam a goles o copázio de paraty. À noite, já bem tarde, recolhiam-se exauridos nos pequenos cómodos sujos e sem higiene das estalagens, hospedarias, casas-de-cômodos e/ou cortiços do centro da cidade e adjacências. É a partir deste monopólio que se foi construindo e reforçando o antilusitanismo. O português era acusado de roubar de todas as formas possíveis e de enriquecer às custas do nacional, tanto na cidade quanto no campo (RIBEIRO, 1994, p. 637).

Antagonismo que pode ter potencializado a desqualificação de Virgílio Viera Almeida, comerciante lusitano cuja honestidade dos negócios também é colocada em dúvida em meio a denúncias de crimes sexuais. Todavia, se por um lado são tecidas insinuações sobre a reputação profissional de Almeida, como podemos observar a seguir, o restante da reportagem publicada no dia 27 de setembro de 1901, parece proposta de forma a salvaguardar as carreiras de alguns homens de importância anteriormente citados.

muito docil e delicada, uma allemã-sinha.

Era Clara Triger.

Como era de esperar, nada foi resolvido. O facultativo desejava consultar sua esposa.

Accepta a offerta, foi a menor Clara levada, por Almeida, no dia 17 de dezembro de 1900, á casa do dr. Souza Lemos.

Ahi chegados, o conductor da menina fez a esta os maiores elogios, rogando á distincta familia que não a deixasse sahir á rua, pois que, accrescentou Almeida, tratava-se de uma orphã virgem.

Nos primeiros dias nada houve de extraordinario, a menina portou-se com a maior dorrecção, mostrando-se realmente dedicada ao trabalho.

Cerca de quinze dias depois da sua entrada, começou Clara a accusar fortes dores no ventre, as quaes augmentando, provocaram-lhe um ataque. Abundantes hemorragias acompanhavam as dores. Impossivel de ser conservada no leito, devido ás convulsões, foi a menina collocada sobre varios colchões, estendidos num dos quartos da casa. Ahi debateu-se ella durante horas, preza sempre do ataque.

No dia immediato foi chamado o dr. Antonio Domingues de Sá, illustre operador e parteiro, considerado em extremo pela sua alta competencia scientifica.

De exame, e tendo em vista as observações do dr. Souza Lemos, parecia tratar-se de uma ovarite, em vista do tumor que se notava no lado esquerdo do ventre.

Não cessaram, porém, os ataques.

Medice pratico, começou o dr. Souza Lemos a desconfiar do pudor da menina, e, no dia seguinte, perguntou-lhe repentinamente quem lhe havia feito mal.

Clara não vacillou e, baixando os olhos, disse: Foi o sr. Virgilio Vieira de Almeida.

Podem bem calcular aquelles que têm familia, os que prezam o lar onde se acolhem os entes mais caros, a indignação que empolgou o illustre medico.

Chamado immediatamente, Almeida a principio negou-se, mas afinal escreveu e assignou uma declaração, concebida mais ou menos nos seguintes termos

«Declaro que tinha perfeito conhecimento de que a menor Clara Triger, quando foi entregue ao dr. Souza Lemos, já não era, desde ha muito, virgem. Faço essa declaração por me ser exigida por aquelle doutor.»

Corriam entao os primeiros dias de janeiro do corrente anno. Ao datar a declaração, Almeida escreveu o anno de 1900, razão porque nesse documento, após a primitiva data, se nota a phrase—altas de 1901.

Na presença de Almeida e testemunhada pelo dr. Domingues de Sá, a menor Clara sustentou a accusação que havia formulado contra o seu depositario.

Continuou a molestia na sua marcha, sendo Clara preza de delirios impulsivos e somnolencias profundas, o que fazia crer n'uma hystero-epilepsia. Dia houve em que a desgraçada, aproveitando-se da distancia da familia, correu á praia, atirando-se ao mar. Interrogada sobre o seu procedimento, disse que qualquer coisa a empurrava para o mar; queria fugir mas não o conseguia.

Posteriores manifestações dessa ordem levaram o dr. Souza Lemos a collocar-a em observação no hospicio, sendo para ahi acompanhada de um attestado firmado pelo dr. Domingues de Sá.

Sendo de praxe, no Hospicio, o exame das recolhidas, o que não se dá quando estas sahem de casas de familia, foi Clara dispensada desse exame. Levado, porém, pelo dever de lealdade, o dr. Souza Lemos entregou ao dr. Continentino, director do Hospicio, o documento exigido por Virgilio de Almeida.

Algum tempo depois, a irmã de Clara retirou a do Hospicio de S. Sebastião, tendo o destino que já conhecem os leitores.

Por diversas vezes tentaram os parentes da infeliz recolhida de novo ao Hospicio de S. Sebastião, não o conseguindo.

A pedido da irmã de Clara, conseguiu o dr. Souza Lemos, do director do Hospicio, um attestado da estada da menor naquelle estabelecimento.

Ainda esse documento, quem o foi procurar foi Virgilio Vieira de Almeida, o mesmo homem sobre quem pesavam as suspeitas.

Clara Triger, a victima infeliz da bestialidade humana, a desgraçada que durante tanto tempo esteve sob a influencia perversa de um monstro, não soffre ainda de alienação mental. A palavra insuspeita d'um distincto psychiatra assim o affirma.

No firme proposito de tudo informar aos nossos leitores, esperando tambem as providencias da autoridade para a punição do delicto, procurámos hontem o dr. Teixeira Brandão, distincto lente da Faculdade de Medicina.

Disse-nos s. ex. que Clara Triger está no pavilhão de observação e que é uma hystérica de forma convulsiva.

Em aula, o dr. Teixeira Brandão affirmou aos seus alumnos que a menor Clara não está soffrendo de alienação mental.

São porém preciso 15 dias de observação, razão por que continua ali a menor Clara Triger.

Deante de todos esses dados, indicados com a maior precisão, com a certeza de que se trata de um crime barbaro, de que cogitou o legislador penal, é de esperar que as providencias sejam tomadas, ahi de que não fique sem punição o autor de tamanha crueldade.

—

Eis a carta a que alludimos acima e que nos foi enviada pela firma Almeida, Laborão & C., ora em liquidação:

«Sr. director do *Correio da Manhã*.

—A noticia inserida no *Correio da Manhã* de hoje, sob a epigrapha—*Seducitor e algoz—Uma serie de crimes*, precisa de rectificação para evitar confusão a que podem chegar os que não conhecerem as pessoas de que se trata.

A pessoa a que se refere o *Correio da Manhã* chama-se—*Virgilio Vieira de Almeida*—e até 20 de novembro de 1900 foi socio de nossa firma, que em tal data entrou em liquidação.

ESTES FACTOS TINHAM SIDO EM TEMPO TRAZIDOS AO NOSSO CONHECIMENTO, CONSTITUINDO UMA DAS RAZÕES QUE INFLUIRAM PARA RETIRADA DO SR. VIRGILIO VIEIRA DE ALMEIDA.

Um outro socio, que ainda faz parte integrante da nossa firma, chama-se Virgilio Americano Laborão e não tem a minima parte nos factos alludidos.

Centrada no depoimento de Dr. Souza Lemos, que na primeira reportagem foi apontado como o responsável pelo internamento de Clara, a narrativa dessa segunda reportagem desvincula-o de qualquer responsabilidade pelas atrocidades sofridas pela moça, embora o médico admita ter empregado a menor por um período breve de tempo. Segundo seu depoimento, a moça teria sido entregue aos seus cuidados pelo próprio Almeida, que na ocasião não apenas assegurou que a órfã ainda era virgem, mas chegou a aconselhar Souza Lemos que não deixasse a menor sair sozinha na rua em virtude disso.

Apenas tempos depois, uma vez examinada por um colega do doutor em decorrência de fortes dores abdominais, que o desvirginamento de Clara teria sido descoberto por Souza Lemos. Diante dessa descoberta, o médico teria prontamente tratado de impelir Almeida a escrever uma declaração de que a jovem havia sido levada a sua residência já deflorada. Atitude a partir da qual, verificamos a preocupação desse homem da sociedade em se blindar de possíveis desdobramentos desse defloramento.

A repercussão de casos como esses parecem representar também ameaças a reputação dos acusados, em especial, quando expostas publicamente nas páginas do jornal. Nesse sentido, embora a reportagem indique que Dr. Souza Lemos não tenha contatado a polícia, mesmo depois que Clara atribuiu sua “desgraça” ao seu antigo patrão, o doutor parece ter prontamente entrado em contato com o *Correio* quando seu nome foi associado ao internamento da jovem na primeira reportagem, concedendo a sua versão dos fatos para a edição que seria publicada já no dia seguinte. Uma carta anexada também no final da reportagem enviada pela companhia onde Virgílio de Viera de Almeida já fora associado, reiterando o desligamento do comerciante português de seus empreendimentos, ocorrência atribuída dentre outras coisas, também ao defloramento de Clara Triger, aparentemente, fato já conhecido por membros da companhia. O comunicado afirmaria ainda a inocência de outro associado, Virgílio Americano Laborão, cujo nome foi mencionado na primeira reportagem sob a justificativa de que os seus responsáveis não tinham certeza qual Virgílio teria alegadamente deflorado Clara.

Por sua vez, a terceira reportagem publicada sobre o título “Seducitor e Algoz - Uma série de crimes”, vincularia uma contraposição do depoimento do Dr. Souza Lemos, com o da esposa de Virgílio, Ilda Almeida e de Mauricio Triger, irmão de

Clara, que juntos foram a redação para prestar esclarecimentos sobre as acusações anteriormente publicadas. Na ocasião, Ilda Almeida teria atribuído o escândalo a uma conspiração de inimigos de Virgílio, devido à sua saída de sua antiga companhia, a mesma que, na reportagem anterior, o teria acusado de “péssimo comportamento”. A senhora também teria assegurado que Clara foi entregue com perfeita saúde à residência do Dr. Souza Lemos, alegadamente referido no seu depoimento como amigo da família.

Ainda segundo a reportagem, Ilda garantiu que tentou vigiar Clara enquanto a jovem residiu em sua casa, chegando a afirmar que a moça possuía um aposento próprio com chave. Todavia, a Sra. Almeida teria afirmado não poder “absolutamente garantir o pudor da menina” por, em mais de uma ocasião, ter encontrado Clara na companhia de tropeiros. Já Maurício Triger, o irmão da suposta ofendida, teria alegado que a moça era mais velha, contando com 16 anos quando foi trabalhar na residência da família Almeida, já tendo passado por outras casas das quais teria saído por “portar-se mal”.

SEDUCTOR E ALGOZ

UMA SÉRIE DE CRIMES

Não ha palavras que bem possam caracterisar o nobre procedimento que teve hontem, vindo á nossa redacção, a exma. sra d. Ilda Gomes de Almeida, esposa de Virgílio Vieira de Almeida, contra o qual pesam suspeitas graves da autoria do crime praticado contra a menor Clara Triger.

Como era do nosso dever, ouvimos a senhora com o maior respeito, deixando-a falar sem a menor interrupção, para em seguida fazer-lhe as objecções que a nossa missão exigia.

Desejamos apenas de tudo informar os nossos leitores, esclarecer o intrincado caso de que foi victima uma menor, orphã. O nosso fim é chegar á verdade, para que com a punição do culpado, não se repitam casos desta ordem, que tanto degradam os costumes.

Já que a autoridade policial esquece o cumprimento dos deveres que lhe impõe a tel do paiz, já que ella consente na corrupção, olvidando os encargos que lhe foram confiados pela sociedade, vamos procurando syndicar dos crimes que são perpetrados para que a sociedade, com o desprezo, puna os verdadeiros criminosos.

D. Ilda Gomes de Almeida fez-se acompanhar de um seu parente e de Mauricio Triger, irmão de Clara.

Disse-nos a respeitavel senhora que todos os dados que temos publicados, não passam de intrigas formuladas por inimigos contra seu marido; que o procedimento da firma Almeida, Laborão & C., é fructo de prevenção nascida com a sahida do Virgílio de Almeida daquelle firma que, ao sair a menor Clara da casa de sua residência, foi em perfeito estado de saude, tendo tido, durante dois annos, apenas, duas vezes, dores nevralgicas; que em sua casa a menor Clara tinha um aposento separado, e cujas chaves ficavam em seu poder.

Disse-nos mais a senhora que não podia absolutamente garantir o pudor da menina, pois que, na fazenda de Santo Antonio do Outeiro, onde residia, por mais de uma vez encontrou-a em companhia de tropeiros, que alliam: que, tendo filhos pequenos não podia fiscalisar tambem os passos da orphã, e que, quanto aos ataques, ella começou a tel os depois que de sua casa sahio.

Afirmou-nos d. Ilda de Almeida que o seu marido assignou o documento a que hontem alludimos, e em o qual declara ter sciencia da desvirgindade de Clara, por ter ouvido essa affirmacção do proprio irmão da moça, Mauricio Triger, acrescentando que eram as mais amistosias as relações mantidas com o dr. Souza Lemos, clinico de Nietheroy a que hontem nos referimos.

H feriu-se ainda d. Ilda a uma correspondencia mantida pela orphã depois do seu afastamento, correspondencia que não era escripta por Clara, pois que esta não sabe escrever.

D. Ilda declarou ainda que o medico de sua casa não era o dr. Souza Lemos mais sim o dr. Azevedo Sá.

Ouvimos ainda o sr Mauricio Triger. Laes, porém, foram as contradicções em que cahiu, tal a desfagetez com que por vezes se desmentia, que não levamos em conta as suas declarações. Contemporaneamente quanto á sua propria pessoa. Conhecemos bem os seus principios e a sua vida. Sabemos de varios incidentes da sua existencia e o seu passado depois contra elle.

Sem o mínimo valor, ainda assim não deixamos de publicar as declarações do irmão da victima.

Disse-nos Mauricio que, após a morte de sua mãe foi Clara entregue a uma familia residente á rua Visconde de Itamaraty n. 2 C., que tinha ella então 16 annos e pouco de idade, que d'alli foi para a Casa L. port, á rua dos Ourives, onde esteve oito ou nove mezes; que dessas casas Clara sahio por portar-se mal, que passado alguns mezes entregou-a ao capitão Barros, tendo d'alli o destino que todos conhecem.

As datas indicadas por Mauricio, somradas, dão á Clara Triger, uma idade que ella não tem. Disse Mauricio que, era o conductor de Clara para as casas onde ella se ia empregar, mas ao mesmo tempo dizia que nunca esteve com ella e que passou uma vez dois annos sem vel-a.

A verdade é que Clara Triger conta actualmente 17 annos de idade, completos no dia 9 de agosto do corrente anno.

Ha manifesta contradicção entre as declarações da senhora ó as do dr. Souza Lemos.

Ambos merecedores de todo o credito procuremos apenas salientar os pontos controversos.

Assim é que, segundo declarava d. Ilda, Mauricio Triger havia dito ao seu marido que Clara não era mais donzella. Almeida, como disse o dr. Souza Lemos, ao entregar a este facultativo a menor Clara, pediu-lhe todo o cuidado, por se tratar de uma menor virgem. A conclusão a tirar é que Virgílio Vieira de Almeida mentiu ao explicar o documento ou ao entregar a menina.

Disse-nos d. Ilda que o dr. Souza Lemos não ia á sua casa a serviços profissionais, mas sim como um amigo; affirmou-nos aquelle medico que á casa de Almeida foi apenas tres vezes, duas das quaes como medico.

Virgílio Vieira de Almeida, disse ao dr. Souza Lemos, segundo este nos declarou, que Clara Triger era, de tempos a tempos, accommettida de ataques. D. Ilda nos affirmou que Clara soffreu apenas de dores nevralgicas.

Muitas outras discordancias se notam entre as duas declarações.

O certo é que o caso precisa ser esclarecido e para isso não pouparemos esforços.

Cartas temos recebido em que accusações sérias são formuladas contra Virgílio Vieira de Almeida, actualmente em viagem pelo interior de Minas, a serviço da casa commercial em que é empregado.

Os proprios socios da firma de que Almeida fazia parte declararam-nos que estão promptos a dizer perante a autoridade competente tudo que sabem a respeito do seu ex-socio. De uma outra pessoa, actualmente empregada na casa de distincta familia e que foi vizinha de Almeida, soubemos que este maltratou a menor Clara por diversas vezes.

São todas essas questões e dados que a autoridade policial cumpre colher, comparal-as, estudal-as attentosamente, affirm de que, com a verdade, se possa chegar á punição severa, castigo justo que merece o autor do hediondo crime.

Não é impunemente que se hade abusar da innocencia e manchar a pureza de uma virgem orphanada; o perverso responsavel pela desgraça da infeliz Clara precisa ser castigado tão severamente quanto cruelmente elle perpetuou o revoltante delicto.

Vinho Villar, Edição da Real Com.

Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.106, p. 2. Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1901.

Pontuemos as alegações supostamente elencadas nos depoimentos de Ilda e Mauricio em contraponto à representação de Clara como uma virtuosa menor desgraçada por seu patrão: ter sido flagrada na presença de “tropeiros” fora vigilância de sua patroa, ser maior de 16 anos quando residiu na casa dos Almeida e

já ter se portado mal em empregos anteriores. Como já havíamos indicado anteriormente, a circulação de moças além dos limites da vigilância de sua família ou de seus patrões, foi um elemento frequentemente aludido em tribunais como um indicador de impropriedade das ofendidas (ESTEVES, 1989, p.43-44). O que por sua vez, evidencia-nos que, pelo menos entre os setores médios e altos da sociedade, tal prática poderia ser interpretada como uma infração dos padrões de conduta, então idealizados para a porção feminina da população, e como tal, um elemento que poderia ser instrumentalizado de forma a desqualificar possíveis vítimas de crimes sexuais.

Já a suposta alegação de Maurício Triger, no que diz respeito idade de Clara, embora não assuma uma dimensão de elemento desqualificador moral, subentende implicações no que diz respeito à gravidade que poderia ser conferida ao suposto crime. Daí a forma enfática com o qual a folha classificou como mentirosa a afirmação do rapaz, caracterizando-o como alguém de má reputação, cujo próprio “passado” contra ele deporá. Com efeito, mesmo que contanto com 16 anos, Clara ainda fosse considerada legalmente menor de idade, uma prerrogativa para o enquadramento do crime de defloramento, o art. 272 do Código Penal estipulava como pressuposto “cometido com violência” o crime de rapto, violência carnal e defloramento, se a pessoa ofendida for fosse “menor de 16 annos” (CODIGO PENAL, 1890, art. 272).

De tal modo que, a idade da vítima, como um elemento fundamental para a apreensão jurídica de crimes contra honra, pode ter sido instrumentalizada pelo jornal em sua primeira reportagem com o objetivo de sustentar um agravante aos alegados abusos. Assim como também a afirmação do irmão pode ter sido empregada em uma tentativa de atenuar as acusações contra Virgílio, tal como a terceira reportagem de “Sedutor e Algoz” insinua ao colocar em cheque a reputação de Maurício.

Outra afirmação atribuída ao irmão da menina, a de que Clara teria tido problemas em empregos anteriores, desvela-nos algumas especificidades desse contexto histórico no que diz respeito à apreciação da índole de mulheres empregadas no serviço doméstico. Mesmo que discursos médicos e jurídicos alertassem contra os supostos males do trabalho feminino, ao que tudo indica, foi somado ao enredo da desqualificação de Clara, justamente o fato da moça

alegadamente ter sido dispensada de outras casas em que havia trabalhado por ter se portado mal. Depreciação a partir da qual concebemos a hipótese de que, no caso de mulheres pobres, especialmente as que exerciam atividades ligadas ao serviço doméstico, a subordinação à vigilância e a autoridade dos seus patrões, em alguns casos até mais do que a atividade laboral em si, poderia ser discursivamente positivada como indicador de boa conduta.

Para contextualizar historicamente tal proposição, recorreremos ao livro *“Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910”*, no qual a historiadora Sandra Graham (1992) defende que as “ameaças” da abolição e do contágio entendido, tanto em seu sentido epidêmico, mas também moral, tornaram a conduta de empregados domésticos um objeto debatido mesmo em âmbitos institucionais em finais do século XIX (GRAHAM, 1992, p.133). Inquietude experimentada por patrões que mesmo “dependentes dos criados para fornecer a suas casas todos os serviços imagináveis, básicos ou triviais” (GRAHAM, 1992, p.134) desconfiavam da transitoriedade experimentada por criada/os que cada vez mais tomavam as ruas, chegando inclusive a habitar moradias populares, os temidos cortiços ou casa de cômodos (GRAHAM, 1922, p.133-147).

Nesse sentido, Sônia Roncador (2007) em seu artigo “O demônio familiar: Lavadeiras, amas-de-leite e criadas na narrativa de Júlia Lopes de Almeida” sustenta que as idealizações que pautaram a renovação/modernização da vida doméstica, iniciada no segundo Império, “mas levada a cabo nos anos da Primeira República”, contribuiriam para aumentar a desconfiança dos patrões com respeito a seus empregados domésticos. Uma vez associados às doenças, sujeira, criminalidades e outros males da classe baixa, os empregados domésticos “tornaram-se uma espécie de classe incômoda, ou pior, inimiga do projeto de modernização, ou civilização da vida e espaço domésticos, idealizado pelas elites na virada do século” (RONCADOR, 2007, p.114). Assim, à medida em que os padrões sociais e culturais se transformavam para acomodar as mudanças deflagradas pelo fim da escravidão e as apropriações de novos sentidos para a família e o lar, novas dimensões também eram acrescidas ao medo social de que eram objeto as tidas classes perigosas e, por tabela, os domésticos, possíveis focos de incivilidade e insubordinação, cuja presença era imprescindível para a manutenção do modo de vida dos sobrados da elite.

Com efeito, Roncador (2007) nos aponta que:

Em parte, como resposta a essas tensões domésticas sucessivas ao fim da escravidão, na última década do século XIX e início do XX, ou seja, nos anos da chamada Belle Époque brasileira, diversos manuais domésticos surgiram e logo se popularizaram no Brasil. Dirigidos a um público exclusivamente feminino, tais manuais se propunham “normalizar” o serviço doméstico segundo padrões burgueses de higiene, eficiência, ordem, etc., e uma visão, também burguesa, da casa enquanto “lar,” ou seja, associada aos valores de privacidade, aconchego, harmonia. Cabia à dona de casa, de acordo com esses guias domiciliares, zelar pelo lar doméstico, e, assim sendo, sua relação com os empregados, ou sua habilidade para torná-los dóceis, obedientes, servis, constituiu-se num dos temas prediletos desses manuais (RONCADOR, 2007, p.95).

Diante do direcionamento desses manuais para as senhoras donas de casa e retomando a versão publicada pelo jornal do depoimento de Ilda Almeida, concebemos a idealização da incumbência dessas mulheres de controlar e disciplinar seus empregados, também como um desdobramento dos já citados projetos que buscavam fixar a imagem da mulher como baluarte da instituição familiar. Desse modo, em uma narrativa em que Ilda parece tentar se desvencilhar da responsabilidade do controle de sua criada, enquanto simultaneamente desqualifica a conduta sexual/moral da jovem, fica explicitado como a responsabilidade pelo controle da sexualidade atravessava primeiramente os corpos e a vivência feminina.

Então também imaginadas como elementos reguladores da sexualidade de seus maridos, às donas de casa cabia zelar ainda pela honra de suas empregadas, uma vez que estas compartilhavam do convívio com sua família. Daí a suposta justificativa de Ilda de não ter conseguido vigiar Clara por que precisava cuidar de seus filhos pequenos. Adendo, a partir do qual, localizamos a importância concedida à vigilância nas idealizações das dinâmicas entre patroas e suas empregadas, ao ponto que, a impossibilidade de exercer tal controle figurou investida de relevância na apreensão jornalística de um crime sexual.

Publicado no dia 29 de dezembro de 1901, o quarto segmento de “Seducitor e Algoz” já em seu primeiro parágrafo afirma que o *Correio* vinha recebendo “diversas” cartas onde eram “formuladas as mais graves acusações contra Virgílio Viera de Almeida”. A partir daí vincula novas declarações do Dr. Souza Lemos. Como podemos constatar a seguir, a narrativa do *faits divers* enaltece o médico, cujo “modo de proceder” é caracterizado como “o mais forte testemunho da veracidade

de sua palavra”. Nada obstante, a folha dispõe de seu depoimento de forma tendenciosa: antecedido pela alegação de cartas que corroborariam a culpa de Virgílio, e sucedido por um parágrafo que especula sobre o “incomodo moral” que o “distinto” médico estaria experimentado diante da situação, segundo o jornal um estado “perfeitamente justo e digno de louvor” por se tratar de “um monstruoso crime, de cujas minúcias só tomou conhecimento agora com os dados que temos publicado”.

Imagem 35 - Seductor e Algoz - uma serie de crimes



Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.107, p.2, Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1901.

Esse *faits divers* investe veracidade e distinção ao depoimento de Dr. Souza Lemos, ao mesmo tempo, se faz de tal valorização justamente para sustentar uma leitura do comerciante português como um “Sedutor Algoz”. Procedimento de inventividade jornalística que parece ter contrariado o “distinto” doutor. Ou pelo menos é o que indica a carta de sua autoria vinculada pelo jornal no dia seguinte, na

penúltima parte da cobertura jornalística da suposta série de crimes perpetrados contra Clara Triger.

Imagens 36 I e II - Seductor e Algoz - uma serie de crimes

<p style="text-align: center;">SEDUCTOR E ALGOZ</p> <p style="text-align: center;">UMA SÉRIE DE CRIMES</p> <p>A proposito do monstruoso crime de que foi victima a menor Clara Triger, publicamos hoje uma extensa carta do distincto e illustrado clinico dr. Souza Lemos, residente em Niteroy, em a qual são confirmadas as declarações daquelle medico e esclarecidos outros pontos a que verbalmente já se tinha referido o missivista de hoje, pontos estes que foram olvidados na nossa primeira noticia.</p> <p>Eis a carta :</p> <p>* S. Domingos — 29 — 9 — 1911. — Sr. redactor do <i>Correio da Manhã</i>. — De regresso a casa, depois de ter estado nessa redacção, de cuja visita destes noticia em vosso numero de hoje, em termos que cordalmente vos agradeço, e, ainda sob a impressão do desgosto que me tem causado todo esse escandalo, em que, inopinadamente, me vi mettido, resolvi dirigir-vos esta carta para esclarecer pontos que, em vossa narrativa, ficaram insufficientemente elucidados.</p> <p>Entendo que é de meu dever manter de pé, inalteravelmente, tudo quanto referi nessa illustrada redacção, peço-me embora ter de contradictar a uma senhora respeitavel.</p> <p>Como já foi referido, Virgilio de Almeida trouxe á minha casa a menor Clara, afim de collocal-a como criada, e, ao entregal-a, fez-me recommendações sobre sua honestidade, pedindo para ella todos os cuidados, e referindo-me, então, que ella era, em certas épocas, acommettida de ataques.</p> <p>Mais ou menos, quinze dias depois (o que se póde verificar pelo documento, — a que já fiz referencias, e hoje existente no archivo do hospital de S. João Baptista) começou a menor a accusar fortes dores no ventre, acompanhadas de grandes hemorragias, e, incontinenti, foi entregue aos cuidados do dr. Antonio Domingues de Sá.</p> <p>Quatro dias depois de iniciado o tratamento, deu-se a revelação do estado da menor, que não foi affirmado desde logo, apezar de suspoitado, por se tratar de uma supposta donzella.</p> <p>A' confissão da menor feita em presença do dr. Domingos de Sá, seguiu-se immediato exame confirmativo.</p> <p>Chamado por dois telegrammas successivos, veio afinal Virgilio de Almeida, a quem lancei em rosto sua má fé, e, interrogando a menor de ante delle e do dr. Sá, esta accusou-o energicamente, como autor de sua deshonra, apezar dos protestos de Virgilio.</p>	<p>Nesta emergencia, para salvar a respeitabilidade de minha casa, exigi, sob a ameaça de entregar a questão á policia, que esse individuo me passasse uma declaração, de que tinha sciencia do estado da menor, quando, ha quinze dias passados, m'a entregára. Essa imposição foi acatada por Almeida, ainda na presença do dr. Domingues de Sá, que passava visita á doente.</p> <p>Dia depois appareceu-me o mesmo individuo, dizendo trazer provas de sua innocencia. Interrogada novamente a menor, esta desmentiu-se da primeira accusação, a outro attribuindo a autoria, confirmando, todavia, que mantivera relações, durante muito tempo, com Almeida e com empregados subalternos de sua casa.</p> <p>Dessa entrevista, de que guardo asquerosa memoria, ficou-me a convicção de que a menor Clara era uma perdida.</p> <p>A' vista de tudo quanto ouvi a menor lançar em rosto a Virgilio, pensei ser uma crueldade restituir-lh'a, tanto mais quanto ella insistia em não voltar para sua companhia.</p> <p>Collocado em um ponto de vista superior, querendo, como já disse, salvaguardar a respeitabilidade de minha casa e de modo algum tornarme um accusador de Virgilio, por uma falta de que não fiquei convencido ser elle o culpado, á vista das contradicções da menor, hesitei tornar publico semelhante escandalo, e entre entregal-a a um juiz ou á familia della, preferi este ultimo alvitre.</p> <p>Qua me atira a primeira pedra aquella que, podendo, em <i>taes circumstancias</i>, evitar um escandalo, imprudentemente o proyoca.</p> <p>Fui obrigado a conservar em casa a menor ainda doente, reclamando, entretanto, de Virgilio, incessantemente, que me mandasse alguem da familia della para leva-la.</p> <p>Nesse interim, Clara voltou a reproduzir contra esse individuo a primeira accusação que lhe fizera. Seus incommodos aggravaram-se: era presa de successivos ataques histero-epilepticos, seguidos de impulsões, amnesias, ausencias, somnolencias prolongadas; accentuaram-se phenomenos morbidos especiaes que calo por constituirem melindroso segredo profissional.</p> <p>Nestas condições, a conselho do eminente clinico dr. Domingues de Sá, foi Clara admittida no hospital de S. João Baptista, acompanhada de attestado firmado pelo mesmo clinico.</p> <p>Foi, apoz uma crise nervosa, que ella sahio de casa para lançar-se ao mar. Mais tarde, no hospital, por duas vezes tentou ainda suicidar-se.</p> <p>Durante a sua permanencia no hospital, a molestia conservou o mesmo caracter.</p> <p>Apoz a entrada de Clara para o hospital, mandei dizer a Virgilio que</p>
--	--

Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.108, p.2. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1901.

Imagem 36 III - Seductor algoz- uma serie de crimes

avisasse a sua familia de seu paradeiro para que fosse buscá-la.

Só muitos dias depois é que me appareceu Virgilio com um irmão e com uma irmã de Clara, os quaes só então conheci.

Visitaram-n'a diversas vezes, e afinal retiraram-n'a do hospital a despeito de conselhos medicos.

Finalmente parecia acabada para mim tal situação, quando decorrido proximoamente um mez, apoz a retirada della do hospital, appareceu em minha casa, acompanhada da irmã para retomar o serviço, ao que se oppoz minha mulher, achando-me eu ausente.

Dias passados, volta novamente acompanhada de toda a familia, dizendo-se bôa e com o mesmo desejo de retomar suas antigas occupações.

Estando eu, felizmente desta vez, em casa, pude reconhecer que ella continuava doente, e, á observação de minha mulher de que ella estava bem disposta, respondeu Clara, com desfaçatez, que sua gordura era passageira, por estar grávida de um mez.

A essa resposta, que bom pinta o estado moral dessa infeliz, exarcebaram-se os animos dos que a acompanhavam e prorompem em queixas contra Clara, que fazem culpada dos mil incommodos que têm tido.

A irmã, declarando que não podia tel-a em casa, pediu-me que a fizesse entrar, de novo, para o hospital, a que respondi que nada tinha mais que ver com isso e que a puzessem em qualquer casa de saúde. Pediu-me, então, um attestado que neguei, prometendo-lhe, porém, obter um de sua permanencia no Hospital de S. João Baptista com o illustre director dr. Continentino.

Emprazei-a para vir procurar pelo attestado dois dias depois; mas, logo, no dia seguinte, apresentou-se-me Virgilio, acompanhado de um senhor que disse ser solicitador, em busca do referido attestado, que lhe foi entregue na presença de um amigo, que tinha vindo visitar-me, encontrando-me convalescente já de uma molestia, que me retinha em casa havia dias.

Eis, sr. redactor, quanto tenho de essencial a dizer sobre tão desagradavel assumpto; e, si roubei vosso tempo com esta longa carta, é porque desejo que não paire sobre meu procedimento, em toda essa questão, a minima duvida.

Não nutro contra Virgilio sentimentos de repulsa outros que não os derivados de sua conducta incorrectissima para commigo, illudindo-me em minha boa fé.

A omissão, em vossa narrativa, de certas circumstancias fazem de mim um accusador de Virgilio, da falta em que é por Clara incriminado, pápel que absolutamente não devo assumir.

Nessa intenção, fui a essa redacção pedir que esclarecessem alguns pontos que me pareciam insufficientes, e que, infelizmente, foram esquecidos, talvez por parecerem menos importantes, no correr de nossa conversação.

Reiterando meus agradecimentos, sou com toda a consideração, etc.

P. S. Peco-vos permissão para affirmar que, em hypotheso alguma, voltarei á imprensa para discutir mais esta questão.

Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.108, p.2. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1901.

Na referida correspondência, o médico mais uma vez apresenta sua versão dos fatos. Dessa vez, com o manifesto objetivo de esclarecer a “omissão” “de certas circunstâncias” das versões anteriormente publicadas de seus depoimentos pelo *Correio*, pois ao se ler tais elipses o fariam parecer “um acusador de Virgílio”. Nesse sentido, foi com “pesar” de contradizer uma “senhora respeitável”, que Souza Lemos mantém sua declaração de que Virgílio havia trazido Clara para sua residência fazendo recomendações sobre sua “honestidade”, ou seja, afirmando-a donzela. O médico reitera também que só teria descoberto que a jovem não era mais virgem após Clara passar mal, tendo dias depois, intimado Virgílio a assinar um termo assegurando que a moça já havia sido levada para sua residência desvirginada.

Apenas a partir daí, o médico dispõe dos episódios que supostamente teriam sido “omitidos”. Descreve primeiramente, o interrogatório no qual Virgílio teria inquirido Clara buscando provar sua inocência. Testemunha do ocorrido, Dr. Souza Lemos teria passado a perceber a moça sob uma perspectiva bem diferente daquela até então plasmada pela folha, adquirindo “convicção” de que Clara era uma “perdida”. Segundo a carta, na citada ocasião, a jovem teria atribuído seu desvirginamento a outro homem, afirmando, todavia, ter mantido relações com Almeida e outros subalternos da casa enquanto trabalhava na residência do comerciante. A “perdição” figura na narrativa do médico inversa, portanto, à noção de “honestidade”, atribuída à jovem pelo seu ex-patrão quando Almeida a entregou aos cuidados de Souza Lemos.

Diante da ameaça de uma sexualidade feminina desregulada, o médico ainda justificaria não ter envolvido as autoridades no assunto, optando por contatar a família da moça, com o intuito de “salvaguardar a respeitabilidade” da sua casa, não querendo de modo algum tornar-se “acusador de Virgílio”, “por uma falta de que não” ficou convencido ser ele “o culpado”. Em sua defesa, Souza Lemos apelaria à imprudência que significaria envolver o nome de chefes de família em tamanho escândalo, desafiando a atirar a primeira pedra aquele que, podendo evitar um escândalo, e imprudentemente o provoca.

Circunstâncias essas que podemos traduzir como um escândalo sexual envolvendo um homem de sociedade e uma criada supostamente perpetuadora de uma conduta sexual imprópria. Nada obstante, às suas ponderações sobre a moral de Clara, o médico somaria ainda a descrição de outro momento, no qual a jovem,

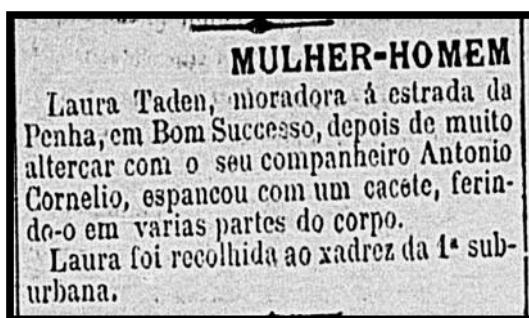
após um breve período de internação psiquiátrica, teria ido à sua residência pedindo, junto à sua família, para ser empregada novamente. Em tal ocasião, Clara supostamente teria admitido com “desfaçatez que estava grávida” ao ser questionada sobre seu aspecto físico. Resposta que para o médico pintaria “o estado moral dessa infeliz”.

De uma “infeliz órfã” de 14 anos cuja virgindade foi roubada forçosamente, e como tal uma deflorada passível de proteção, a uma também “infeliz”, mas “perdida” menor de 16 anos, que mantivera relações sexuais com múltiplos parceiros, incluindo seu patrão casado, ambas as representações da “symphatica” Clara disputadas por diferentes atores na cobertura de “Sedutor e Algoz”, evidenciam-nos leituras opostas, pelas quais a conduta sexual feminina poderia ser idealizada quando se tratando de crimes sexuais. Representações, a partir da qual interpretamos uma conjuntura histórica em que as duas experiências de feminilidades eram críveis, ainda que as significações a elas atribuídas pudessem assumir caráter antagônico, sobretudo uma vez mediadas por membros de setores médios e altos da sociedade. A última reportagem da série, publicada em 1 de outubro de 1901, manteria a acusação contra que Virgílio afirmando novamente que outras órfãs por ele desgraçadas teriam entrado em contato com a folha. No entanto sob a justificativa de não querer mais provocar asco aos seus leitores o jornal afirma que caberia a partir daí a polícia tomar as atitudes necessárias.

3.3 “Desordeiras”: “Mulheres-homem” e “Valentonas” de “Cabelinho nas ventas”.

No dia 27 de agosto de 1902, na segunda página da sua edição de número 439, sob a epígrafe “Na Polícia e nas Ruas”, foi disposta a seguinte reportagem, referente a um suposto espancamento perpetrado por Laura Taden:

Imagem 37 – Mulher- Homem

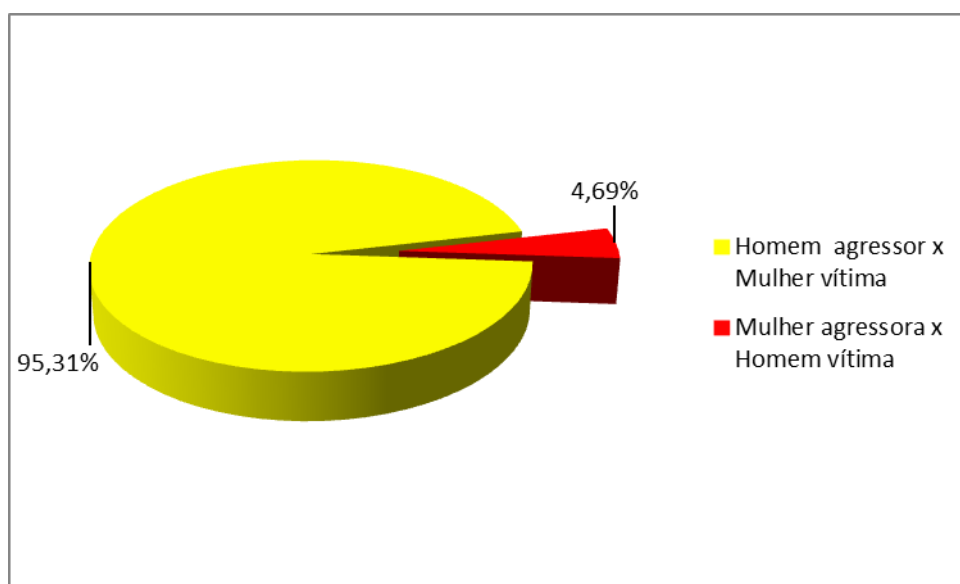


Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n. 439, p.2. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1902.

Segundo a reportagem, “depois de muito altercar” e armando-se com um cacete, a mulher teria ferido o seu companheiro, Antonio de Cornélio, “em várias partes do corpo”. Embora breve, a abordagem jornalística do ocorrido interpreta a suposta agressão de uma maneira bastante peculiar: investindo caráter masculino a atitude de Laura. Nesse sentido, a agressividade por ela desprendida, é subentendida como um elemento transgressor de sua condição como mulher, a tal ponto que essa categoria passa a ser acrescida de um hífen, seguido da palavra “homem” no título da reportagem.

Com efeito, para apreendermos a leitura proposta pelo *Correio* da transgressão de Laura, consideramos primeiramente, a própria predominância numérica de reportagens vinculadas pelo jornal, centradas em episódios de violência perpetuados contra mulheres por seus companheiros, sejam eles maridos, amásios ou amantes. O que por sua vez, também poderia sustentar a inversão de papéis narrativamente subentendida em “Mulher-Homem”. Como podemos observar no gráfico abaixo, os homens figuravam as páginas do *Correio* majoritariamente como agressores (95,31% de um total de 256 reportagens) em episódios de violência doméstica entre os sexos.

Gráfico 4 – Homens agressores x Mulheres Agressoras



Fonte: Dados colhidos nas primeiras 1000 edições do *Correio da Manhã*, referente a um total de 256 ocorrências, de agressão entre homens e mulheres por questões passionais.

Embora tal incidência não deve ser tomada pura e simplesmente como um reflexo da realidade, quando analisada à luz de levantamentos de outras pesquisas centradas nesse contexto histórico, tal dado nos aponta à percepção de uma maior ocorrência de casos de violência doméstica perpetrados por homens. Corroborando-nos tal hipótese, Chalhoub (2001) em sua análise de 140 processos criminais de homicídios datados de 1890 a 1911, também constataria mais comum à violência direta¹⁹ de homens contra suas companheiras CHALHOUB (2001, p.227). Fenômeno também verificado por Magali Gouveia Engel (2000), em seu artigo “Paixão, Crime e Relações de Gênero”, a partir do exame de 63 processos de homicídio, tentativa de homicídio e de lesões corporais envolvendo questões passionais. Casos estes, julgados na cidade do Rio entre meados da década de 1890 e início de 1930, e nos quais a autora detectou que um total de 82,53% dos acusados eram homens e, apenas 17,46% mulheres (ENGEL, 2000, p.154). Atendo-se ao mesmo recorte temporal, a autora também levantou reportagens sobre conflitos envolvendo relações amorosas e/ou sexuais publicadas no *Jornal do*

¹⁹ O autor refere-se à “violência direta” pois mediante o número de casos por ele analisados referentes à violência entre homens por motivações passionais Chalhoub (2001 p.230-231) concluiria que a mulher pobre poderia reagir aos maus-tratos do companheiro mudando de amásio e que essa “rotatividade” “atirava os homens uns contra os outros”, o que para o autor transformaria as mulheres de vítimas da violência machista em “manipuladoras indiretas, conscientes ou não”.

Commercio, n'A Noite e em *O Paiz*, verificando novamente os homens como a maioria absoluta entre os supostos agressores (ENGEL, 2000, p.152).

Segundo aponta Susan K. Besse (1989) em “Crimes Passionais: A Campanha Contra os Assassinatos de Mulheres no Brasil: 1910-1940”, ainda na década de 1910, constar-se-ia uma crescente “preocupação social” com os crimes da paixão perpetrados por homens contra suas companheiras. Processo que teria desencadeado, dentre outras manifestações, na “campanha moral” contra uxoricidas, organizada pelo Conselho Brasileiro de Hygiene Social, organização fundada na capital, em 25 de fevereiro de 1925, por quatro promotores públicos proeminentes: Roberto Lyra, Carlos Sussekind de Mendonça, Caetano Pinto de Miranda Montenegro e Lourenço de Mattos Borges (BESSE, 1989, p.182).

No que diz respeito ao conteúdo dessa campanha, Besse (1989) ressalva que implícitas no posicionamento de seus idealizadores contra o problema manifesto do assassinato de mulheres, desvelam-se aspirações pela consolidação de uma ordem social burguesa, estável e moderna. O que por sua vez, requeria a imposição de padrões modernos da vida sexual e familiar. Nas palavras da pesquisadora:

O objetivo da campanha era moralizar a sociedade, disciplinar as paixões e racionalizar o amor, a fim de torná-lo socialmente útil como base de relações familiares estáveis. Era a "defesa" e a "evolução" da comunidade ("ordem e progresso") que estava em jogo, não a elevação da condição social das mulheres (BESSE, 1989, p.195).

Análise, a partir da qual, reiteramos a conflituosa construção social, política e cultural dos gêneros, verificar-se-ia significada também, em função de projetos que ambicionavam o progresso da nação. Com efeito, outro elemento histórico a que recorreremos para apreender a composição de “Mulher-Homem”, diz respeito justamente as já referidas idealizações a respeito das supostas disposições naturais dos sexos. Nesse sentido, reiterando as concepções de estudos anteriormente citados (ESTEVES, 1989, SOIHET, 1969 e MARTINS, 2004), Chalhoub (2001) também percebe, nesse contexto histórico, a profusão de empreendimentos intelectuais, sobretudo na área da medicina, que objetivavam captar possíveis “diferenças de natureza” entre homens e mulheres. Segundo o autor, tais produções “de maneira bastante característica para a época”, interpretariam a origem de tais diferenças

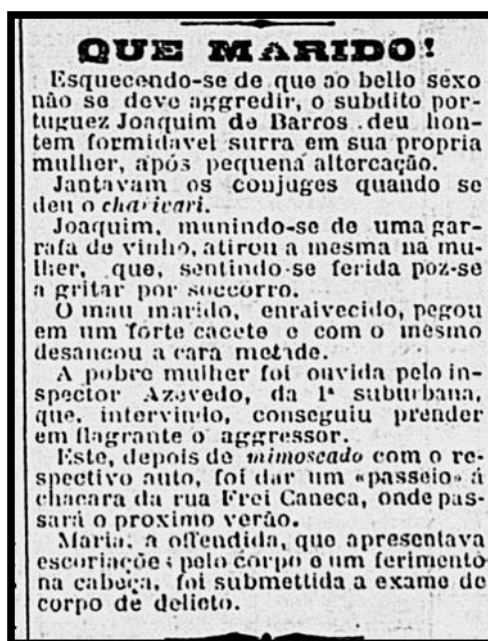
[...] em última análise, nas características anatômicas dos sexos. Estabelece-se, assim, uma correspondência direta entre "faculdades afetivas" e formas anatômicas que dá legitimidade científica ao discurso. Um dos nossos outros postula desta forma o pressuposto científico da natureza intrinsecamente afetiva da mulher (CHALHOUB, 2001, p. 177).

Ainda segundo Chalhoub (2001), divulgada essa “verdade científica”, desenrolou-se então um “processo de caracterização sentimental, construindo-se verdadeiros "catálogos de especificação sócio-sexual". Inventariações nas quais a mulher figuraria como uma:

Criatura fraca por natureza, as principais virtudes femininas passam a ser a sensibilidade, a doçura, a passividade e a submissão. A mulher, então, deve ser posta sob a proteção do homem, empenhando-se em cuidar do lar e dos filhos. Ela devia estar ligada ao homem como a "trepadeira a um tronco" e sua vida devia se resumir "em amar e ser amada". O homem, ao contrário, caracterizava-se pelo vigor físico e pela força moral. Dominado pela sua virilidade, o homem amava menos que a mulher e seu interesse estava mais voltado para o gozo puramente sensual. O homem era mais seco, racional, autoritário e duro (CHALHOUB, 2001, p. 178).

Idealizações essas, implicadas também em narrativas do *Correio* referente à episódios de violência doméstica perpetuados por homens, como podemos observar na composição dos *faits divers* a seguir. Contrariando ideais referentes ao casamento, que estipulavam como o esposo deveria proteger e tutelar sua esposa (CHALHOUB, 2001, p. 178), o “mau marido” Joaquim Barros teria agredido seu cônjuge e por isso desqualificado por “esquecer-se” da vulnerabilidade do “bello sexo”:

Imagem 38 – Que Marido!



Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.28, p.2. Rio de Janeiro, 12 de julho de 1901.

Desafiando essa imagem macia, e carente de proteção, então idealizada as integrantes do “bello sexo”, nossa “mulher-homem” Laura Taden, uma amasiada da zona norte, demonstrou-se mais agressiva e potencialmente mais desordeira que seu companheiro. Deste modo, a abnormalidade que sustenta narrativamente o caráter sensacional do breve *faits divers* “Mulher-homem”, mais até do que a infração da lei por si só, nos parece pautada também em virtude da transgressão de um ideal de feminilidade estipulado a partir de atributos como: fraqueza, sensibilidade, doçura, recato e submissão.

Corroborando tal leitura, Soihet (1989) observa que o fenômeno da criminalidade poderia então ser cientificamente interpretado também em virtude da inventariação de supostas diferenças sexuais. Hipótese que a pesquisadora sustenta a partir da análise da obra “*A mulher Delinquente, a Prostituta e a Mulher Normal*”, livro de 1893 de autoria Cesare Lombroso e Guglielmo Ferrero, ambos representantes conceituados da corrente evolucionista e de grande influência nos meios jurídicos e policiais. Ainda segundo a autora, desconsiderando possíveis condicionamentos históricos e sociais, na citada obra, Lombroso e Ferrero estipulariam uma série de comportamentos como desdobramentos da própria constituição biológica da mulher. Idealizaram, portanto: “inúmeras deficiências, infantilizando-a, além de atribuir-lhe características de extrema perfídia e

dissimulação” (SOIHET, 1989, p.81). Os criminologistas italianos, partiriam, nesse sentido, de predicados projetados à tidas mulheres normais, para então:

[...] analisar aquelas dadas como desviantes — as prostitutas e criminosas. Tais tipos apresentariam manifestações de degenerescência sendo representativas dos tipos mais primitivos da espécie humana, reconhecíveis pela peculiaridade de suas características biológicas. O delito seria, assim, consequência de um defeito atávico imanente à própria natureza de certas criaturas, o qual as levaria inevitavelmente à infringência da lei penal (SOIHET, 1989, p.81).

Mesmo a mulher normal apresentaria graves defeitos em proporção superior àqueles do homem, todavia “sua fraca inteligência, frigidez sexual, [...] dependência, unidos ao sentimento maternal, mantinham-na como uma "semicriminalóide inofensiva" (SOIHET,1989, p. 98). Por sua vez, as tidas criminosas natas, seriam investidas de atributos “masculinos”, em função justamente de uma suposta libido exacerbada:

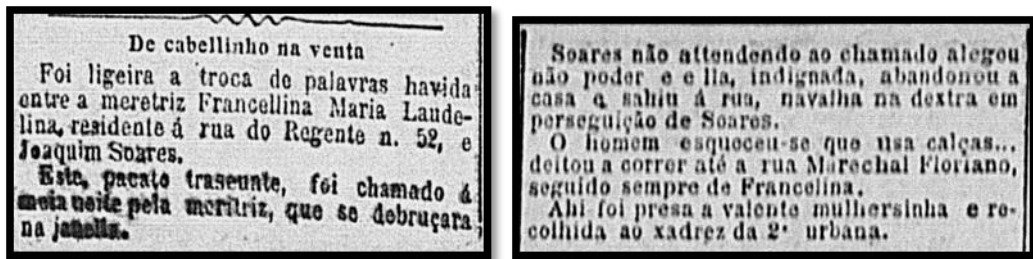
Seu erotismo se constituía no centro em torno do qual vinham grupar-se outros caracteres. Via de regra, unia-se uma grande impulsividade de desejos e de ações, junto a qualidades viris como a coragem, energia, etc., a gostos viris (licores e tabaco) e a uma incapacidade para as funções maternas, lembrando as fêmeas dos animais (gatos e novilhas) que se tornam perversas para com suas crias, durante o cio; para estas mulheres o ano todo seria época de cio (SOIHET,1989, p. 98).

Assim sendo,

Tais mulheres sentiriam pouco a maternidade, porque, psicológica e antropológicamente elas pertenceriam mais ao sexo masculino que ao sexo feminino. Sua sexualidade exagerada estaria "em antagonismo com a maternidade e bastaria para torná-las péssimas mães"; torna-se-iam egoístas, ocupando todo o seu espírito, visando satisfazer as necessidades exigentes e múltiplas que se ligam à sexualidade; seriam incapazes desta abnegação, desta paciência, deste altruísmo que caracterizam a maternidade (SOIHET,1989, p. 98-99).

Nada obstante, se a leitura de Laura, vinculada pelo *Correio*, a ironizaria masculina, como observaremos a seguir, homens também podiam ser objetos de desqualificações nas narrativas de sua masculinidade, caso suas condutas não correspondessem às idealizações de virilidade e força, projetadas a essa porção populacional. Tal como Joaquim Soares, protagonista da narrativa abaixo:

Imagens 39 I e II – De cabelinho na venta



Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n. 765, p.2. Rio de Janeiro, 16 de julho de 1903.

A notícia publicada em 16 de julho de 1903 narra, depreciativamente, à forma como, depois de ligeira troca “palavras” com a meretriz Francellina Maria Laudelina, Joaquim teria fugido correndo da “indignada” mulher que o perseguiu pelas ruas empunhando uma navalha na mão direita. Nesse sentido, o adendo de que Soares “esqueceu-se que usa calças”, dá a entender que se o mesmo tivesse se atentando a sua condição de homem, não haveria fugido. Desqualificação que não apenas põe em cheque a virilidade de Joaquim, mas também, diminui narrativamente a ameaça representada pela “valente” Francellina, subentendendo-a facilmente sobrepujável a despeito do fato de que carregava consigo um objeto cortante.

Outro aspecto a ser observado nessa reportagem é seu título. Como averiguaremos a seguir, Francellina não seria a única das “chamadas de cabelinho na venta” a figurar as páginas do *Correio*. Fazendo referência a pelos faciais, mais especificamente ao bigode/buço, tal expressão era então empregada aludindo a indivíduos temperamentais, explosivos. Nada obstante, se tratando da categorização de mulheres transgressoras e levando em consideração a popularização e longevidade de provérbios como “*Mulher de cabelo na venta, nem o diabo aguenta!*” e suas derivações “*Com mulher de bigode, nem o diabo pode!*”, ressalvamos que, dentro de uma tradição luso-brasileira, a pilosidade facial foi historicamente significada também em função de atributos associados a determinados modelos de masculinidade.

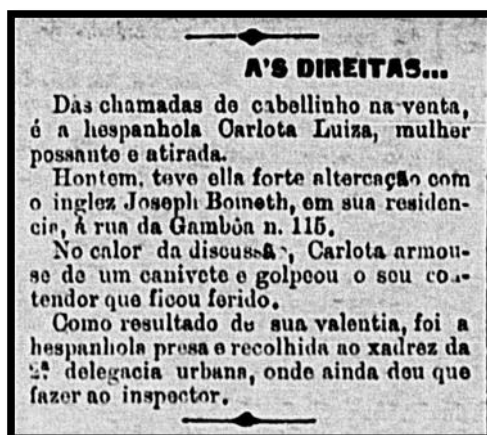
Conforme nos subsidia Patrícia Delayti Telles (2015) em um subtítulo de sua tese “*Entre Baionetas: Prestígio, Política e Saudades na Pintura do Retrato em Portugal e no Brasil entre 1804 e 1834*”, ao contrário das “mulheres barbadas” dispostas pela pintura espanhola dos séculos XVI e XVII como anomalias, a presença de buços e bigodes femininos em alguns retratos luso brasileiros nas primeiras décadas do século XIX, não visava causar o estranhamento. Investigando

o retrato oitocentista de mulheres ostentando pilosidade facial na pintura e também na literatura luso-brasileira, a pesquisadora percebe a inclusão dessas características não apenas como uma “marca” visual para facilitar a identificação de algumas retratadas, mas também como um demarcador de atributos tidos como “varonis”: à bravura, valentia etc. (TELLES, 2015, 319-328).

A inclusão de buços mais ou menos acentuados em alguns retratos de mulheres expressaria um espírito de combate que as invasões francesas, e depois as Guerras Liberais, tornava digno do apreço masculino, e uma sensualidade talvez bem-vinda em períodos de conflito – ambos mais tarde severamente reprimidos (TELLES, 2015, p.327).

Ressalvamos nesse sentido, que a menção jocosa de figuras históricas, conhecidas pela sua bravura e o uso irônico de termos como “heroe”, “valente” e seus derivados “valentão”, “valentona” etc., eram artifícios comumente empregados em narrativas referentes à agressões e desordens publicadas no *Correio*. De forma que a expressão “cabelo nas ventas” quando utilizada para categorizar mulheres transgressoras, nos parece implicar tanto na ironia desses episódios de “valentia”, quanto na demarcação da impropriedade dessas mulheres evocando a um arcabouço de características tradicionalmente convencionadas à construção da masculinidade: a impetuosidade, a agressividade etc. O uso de tal expressão categorizaria nos termos empregados pelos *faits divers* abaixo “mulheres perigosas”, “possantes”, “valentes” e “desordeiras”:

Imagem 40 – As Direitas



Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.306, p.2, Rio de Janeiro, 16 de abril de 1902.

Imagem 41 – De cabelinho na venta!

DE CABELLINO NA VENTA !

De cabelinho na venta é Marianna Ursula da Conceição, auctora de uma scena de sangue occorrida hontem, ás 8 horas da noite, no botequim da rua Senador Pompeu n. 95.

Aquella hora, entrou no botequim Thomaz José dos Santos, que se fez servir de um pouco de paraty.

Marianna não via Thomaz com bons olhos e aproveitou a occasião para desfeiteal-o.

Como o offendido reagisse, a mulherzinha armou-se de uma faca o investiu contra elle.

Procedendo como um habil desordeiro, Marianna feriu Thomaz com duas facadas, que attingiram o rosto e mão esquerda da victima.

A criminosa, que reside no andar superior do predio em que se deu a desordem, foi presa e recolhida ao xadrez da 2ª urbana.

Thomaz depois de medicado em pharmacia proxima, recolheu-se á sua residencia, á ladeira Madre de Deus n. 3 B.

Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n. 404, p.2. Rio de Janeiro, 24 de julho de 1902.

Imagem 42 – De cabelinho na venta! Mulher faquista

De cabelo na venta! --Mulher faquista.--Um fermento

Ha pouco tempo, romperam as boas relações em qua viviam Maria e Felismina Eufrasia Machado, ambas residentes na casa n. 3 da rua General Severiano, em Botafogo.

Maria,—uma verdadeira *Maria da Fonte*, é mulher perigosa e não se detêm quando quer commetter um desatino, o que fez hontem.

Armada de uma faca, Maria encaminhou-se para Felismina a quem aggreuiu.

Como esta fugisse, tentando evitar a furia da Maria, foi attingida pela lamina da faca na nadega esquerda.

A offendida queixou-se á poicia da 6ª urbana, onde recebeu guia para se internar no hospital da Misericordia, sendo recolhida á 24ª enfermaria,

Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.590, p.2. Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1903.

Imagem 43 – De cabelinho na venta! Mulher perigosa na rua Riachuelo

**De cabelinho na venta! – Mulher perigosa
Na rua do Riachuelo**

Chama-se Maria Amelia a terrivel mulher que nos fornece assumpto para esta local.

As suas façanhas já são conhecidas do publico, pois constantemente figura o seu nome no noticiario dos jornaes.

Hontem, Maria Amelia encontron-se, na rua do Riachuelo, com José Barboza, seu desaffectedo.

Num momento, a desordeira mulher, fazendo uso de seu vocabulario torpe, insultou o transeunte, chegando a ameaçal-o com uma faca.

Em seguida, munindo-se de um moringue, Maria Amelia deu forte pancada na testa de Barboza, que teve um grande ferimento no sobr'olho direito.

Emquanto o offendido procurava a policia da 4ª urbana, afim de se queixar, a insolita aggressora deu ás de «Villa Diogo»...

José Barboza foi medicado em uma pharmacia e recolheu-se á sua residencia, á rua Marechal Floriano.

Está aberto inquerito contra a nova Maria da Fonte da rua do Riachuelo.

Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n. 627, p.2. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1903.

Imagem 44 – Ciúmes e facada - De cabelinho na venta

**Ciúmes e facada – De cabelinho na
venta...**

Nutrido ciúmes de seu amante, Ambrozina Maria da Conceição, residente á rua de S. Christovão n. 48, sahiu hontem fóra do serio, e, armada de uma faca de mesa, aggredu Francisco Antonio Braga, —tal é o nome do amante.

Desviando com o braço esquerdo o golpe que lhe atirára Ambrozina, Braga recebeu um ferimento.

A «valentona» foi presa e recolhida ao xadrez da 12ª delegacia, sendo o offendido medicado e submettido a exame de corpo de delicto.

Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n. 731, p.2. Rio de Janeiro, 12 de junho de 1903.

Imagem 45 – Mulher furiosa – amante ferido- quatro facadas



Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.468, p.2. Rio de Janeiro, 24 de julho de 1902.

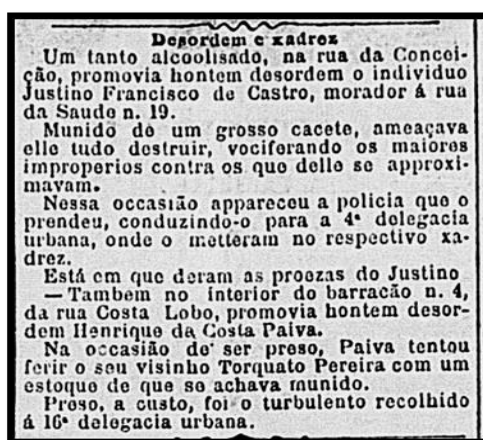
Publicado em abril de 1902, o *faits divers* “Às direitas” contribui nosso intento pela apreensão dos sentidos de “cabelinho nas ventas” ao descrever Carlota Luísa como uma “mulher possante e atirada”. Após protagonizar “forte altercação” em sua residência com Joseph Boineth, essa mulher de “cabelinho na venta” teria golpeado seu contendor com um canivete. Como resultado de sua “valentia”, Carlota foi presa sendo levada a quinta delegacia onde “ainda deu o que fazer ao inspector”. Também foi “recolhida ao xadrez”, Mariana Úrsula Da Conceição, a protagonista de “CABELLINHOS NA VENTA!”, reportagem publicada de 24 de julho do mesmo ano. “Auctora de uma scena de sangue”, Marianna teria esfaqueado duas vezes Thomaz José dos Santos, um antigo desafeto, sendo por isso acusada de ter agido como um “hábil desordeiro”. Ou seja, novamente, a violência desprendida por uma mulher serviria de pretexto para que ela fosse, narrativamente, investida de caráter masculino.

Já Maria, a “mulher faquista” “de cabelinho na venta” cuja agressão foi assunto de um *faits divers* publicado no dia 22 de janeiro de 1903, é referida como “uma mulher perigosa”. Segundo a reportagem, ela teria esfaqueado a nádega esquerda de sua companheira de casa, Felismina, depois de um desentendimento por causas não especificadas. Em virtude de tal ataque, Maria foi designada uma “verdadeira Maria da Fonte”. Referência à afamada portuguesa da aldeia de Fonte Arcada que, em 1846, começou uma insurgência popular posteriormente conhecida como a Revolta do Minho ou Revolução da Maria da Fonte.

Com semelhante ironia, em “*Cabelinho nas ventas – Mulher perigosa na Rua Riachuelo*” são aludidos como “façanhas” os episódios de transgressão passados de Maria Amélia, uma mulher categorizada “perigosa” e cujo nome já teria figurado as reportagens policiais anteriormente. Ocorrência que voltaria a se repetir em 28 de fevereiro de 1903, um dia depois da “desordeira mulher” supostamente insultar José Barbosa, ameaça-lo com uma faca e desferir uma pancada na sua testa com um “moringue”²⁰. Tendo aberto um corte a sobrancelha direita do seu desafeto, Maria Amélia deu “às villa diogo”, ou seja, fugiu do local do crime. Sorte não compartilhada pela “valentona” Ambrezina Maria de Conceição, protagonista de “*Ciúme e Faca – De cabelinho na venta...*”, que tendo atentado contra seu amante Francisco Antônio Braga utilizando uma “faca de mesa”, foi logo “recolhida ao xadrez”.

Contrariando ideais de feminilidade, ligados à fragilidade e docilidade, Carlota Luísa, Mariana e Ambrezina são acusadas de não apenas perpetuaram agressões, mas o de fazerem contra homens e utilizando-se de objetos cortantes. O que por sua vez, nos permite localizar a periculosidade investida a essas mulheres, também em função da sua desenvoltura em embates mais próximos e diretos com suas supostas vítimas. Algumas das adjetivações que pretendiam desqualificar tais mulheres, evidencia-nos ainda a categorização de alguns desses episódios como desordens. Para compreender por que Maria Amélia foi referida como “desordeira mulher” nos retermos a algumas reportagens referentes à desordem com o intuito de desvelar o que implicava nesse contexto de se portar como um “hábil desordeiro”.

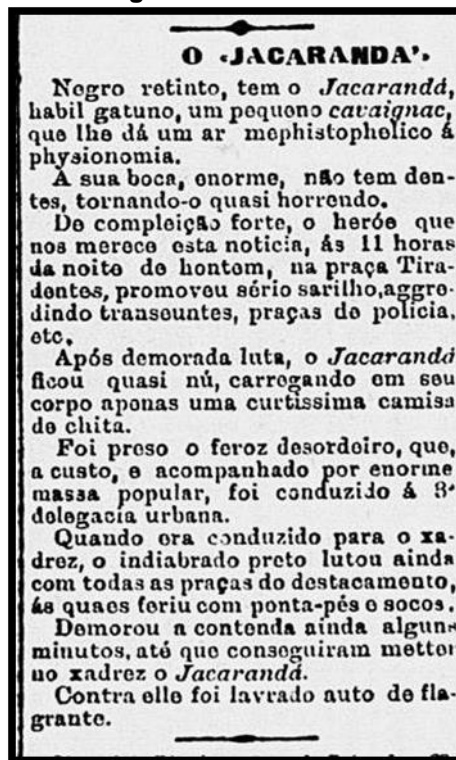
Imagem 46 – Desordem e xadrez



Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n. 594, p.2, Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1902.

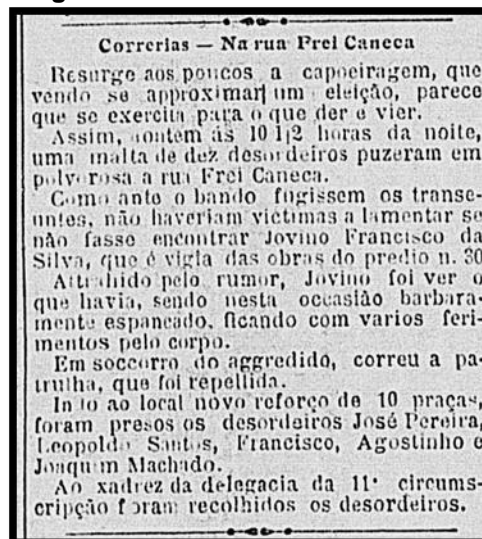
²⁰ Espécie de jarro de barro utilizado para manter água fresca.

Imagem 47 – O Jacarandá



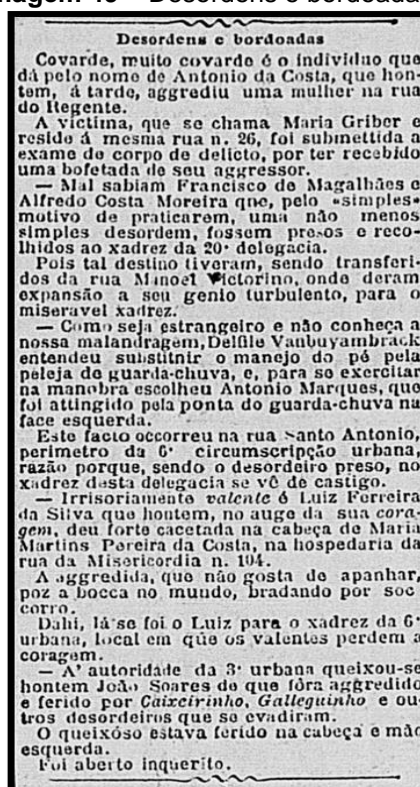
Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n. 252, p. 2. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1902.

Imagem 48– Correrias na rua Frei Caneca



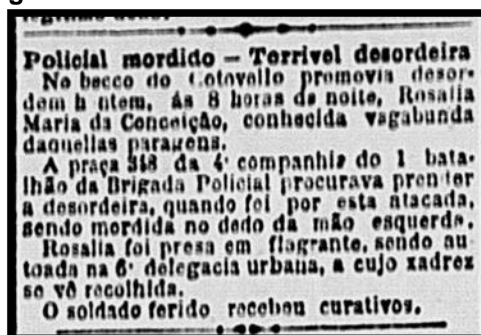
Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n. 784, p.2. Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1903.

Imagem 49 – Desordens e bordoadas



Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n. 784, p.2. Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1903.

Imagem 50 – Policial mordido – Terrível desordeira



Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n. 993, p.2. Rio de Janeiro, 3 de março de 1904.

Em “Desordem e Xadrez”, é referida como desordem a confusão protagonizada por Justino Francisco de Castro, que, um “tanto alcoolizado”, teria feito uso de um “grosso cassetete” para ameaçar transeuntes, vociferando improperios antes de ser preso. Na mesma reportagem Henrique da Costa Paiva é acusado de promover uma desordem e na ocasião de sua prisão, de ferir um vizinho com um estouque²¹. Já no *facts divers* intitulado Jacarandá, um homem negro é descrito como “feroz desordeiro” por promover um sério sarilho, agredindo transeuntes e praças da polícia. O relato proposto pelo *Correio* desse episódio é

²¹ Objeto pontiagudo, facão ou espada afiada apenas na ponta.

bastante sensacionalista, representando Jacarandá como um monstro de fisionomia “mephistophelica”, um “endiabrado preto” de “boca enorme” sem dentes “tornando-o quasi horrendo”. Imagem que evoca a uma longa tradição iconográfica ocidental-judaico-cristã que percebe na alteridade, monstros, figuras demoníacas e como tal, carregam sentidos relacionados ao comportamento considerado impróprio e perverso dentro de sua organização social. Nada obstante, alguns elementos nos indicam uma possível atualização biologizante da perversidade, tendo em vista a ênfase conferida ao jornal das características físicas do desordeiro, um “negro retinto” de “composição forte” e a menção de seu comportamento como “feroz”, ou seja, animalesco, primitivo.

A promoção de tumultos públicos e violentos figuram como um dos sentidos de desordem. Significação que podemos detectar, a partir do conjunto de pequenas notas referentes a esses episódios, agrupadas sobre o título de “Desordem e bordoadas”. Sob esse título em 4 de agosto de 1903, foram dispostas breves narrativas. A primeira delas protagonizada por Antonio da Costa refere o desordeiro como um “covarde” por ter agredido uma mulher. Já Francisco Magalhães e Alfredo Costa Moreira são zombados por praticarem uma “desordem”, “simples” motivo pelo quais seriam presos.

No mesmo apanhado de relatos de desordens, Delfile Vanbruyam, estrangeiro de nacionalidade não especificada é descrito ironicamente como alguém que não conhece os modos da nossa malandragem, tendo substituído o “manejo do pé”, provável referência às rasteiras características da capoeira. Vanbruyam teria optado pela “peleja” de guarda-chuva para agredir um desafeto. O relato da violência supostamente desprendia por Luiz Ferreira da Silva, também carrega certo tom de ironia, uma vez que seu protagonista foi repreendido no “auge de sua coragem”, quando agredia Maria Conceição Pereira da Costa com um cacete. Após o ocorrido o “irrisoriamente valente” homem teria sido conduzido ao xadrez, lugar, segundo o jornal, onde “os valentes perdem a coragem”. Destino de que não compartilhariam os agressores de João Soares, os “desordeiros” “Caixeirinho e Galleguinho”, que fugiram do local antes que a polícia pudesse prendê-los.

Sorte com a qual não contou Rosalinda Maria Conceição, protagonista de “Policia! Mordido – Terrível Desordeira”. Suposta “conhecida vagabunda” das paragens do “Becco do Cotovello”, Rosalinda promovia uma desordem na localidade

quando foi interpelada por um praça da polícia, cuja mão esquerda acabou sendo mordida pela “terrível desordeira” antes que ele pudesse sobrepuja-la e prendê-la. Por sua vez, “Correrias – Na rua Frei Caneca” descreve o “ressurgimento” da “capoeiragem”, narrando a correria promovida por uma “malta” de 10 desordeiros, tendo sido cinco presos depois de supostamente espancarem o vigia de obras Jovino Francisco da Silva.

De existência remota ao período colonial, em finais do século XIX e XX, a capoeira seria constatada presente em algumas das principais cidades brasileiras da época: Rio de Janeiro, Salvador, Recife etc. Considerada uma contravenção durante o Período Imperial, tal prática seria constituída como crime no Código de 1890, permanecendo como tal até 1930 (REIS, 1994, p.221-222). Segundo Letícia Vidor de Sousa Reis em seu artigo “A capoeira: de “doença moral” à “gymnastica nacional”, os significados sociais investidos a capoeira estariam diretamente ligados ao lugar social idealizado a população negra na sociedade brasileira (REIS, 1994, p.222).

Assim sendo e tendo em vista como essa porção da população seria divulgada em finais do século XIX e princípios do XX como um dos principais entraves ao “progresso” nacional, devido a sua “inferioridade atávica”, é sintomático o posicionamento do chefe de polícia do Rio de Janeiro, que em 1878 “imbuído dos pressupostos evolucionistas de sua época, considerava a capoeira como uma “doença moral que prolifera em nossa civilizada cidade” (REIS, 1994, p.222). Conforme ressalva o mesmo autor (1994), pautados pela interpretação original concebida aos paradigmas evolucionistas no Brasil, já no início do século XX, alguns intelectuais “informados pelos princípios da medicina higienista que propugnava o exercício físico como meio profilático para a “regeneração” da raça”, passariam a conceber a possibilidade de uma versão higienizada da capoeira ser cooptada como uma forma de “gymnástica” nacional (REIS, 1994, p.222-224).

Para a autora, a ambição na construção de um Brasil “moderno e civilizado”, implicava nesse contexto, na eliminação/supressão do tido “peso” secular da herança africana, conjuntura essa, flagrante no

[...] debate intelectual acerca da viabilização ou não da nação brasileira através da polémica que se instaura sobre a capoeira, a partir do momento de sua criminalização. Vozes discordantes serão ouvidas, surgindo aqui

uma nova representação social para a capoeira que será vista agora como "herança da mestiçagem" e, portanto, "nacional" (REIS, 1994, p.232).

Representação, portanto,

[...] produzida no interior de um processo de "embranquecimento" simbólico da capoeira, o qual é feito ressemantizando-se os elementos pré-existentes. Dessa forma, este e outros autores, pertencentes às elites brancas de fins do século passado e princípios deste [século XX], se apropriarão simbolicamente da capoeira, representando-a como "o esporte nacional". Inicia-se então a "obra de civilização" da capoeira - entendo aqui por "obra de civilização", a lenta operação de transformação da capoeira de um símbolo étnico em um símbolo nacional - que culminaria com a sua institucionalização como esporte em 1972 (REIS, 1994, p.232).

Nesse sentido, ainda que nos primórdios do século tenham sido colocadas em movimento ressemantizações dessa prática, as significações implicadas nesses processos ainda se constatavam condicionadas por interpretações higienistas da realidade local, reproduzindo, portanto, anseios elitistas e consideravelmente racistas pela superação de um suposto atraso nacional. Assim sendo e a despeito do surgimento dessas novas significações, as "maltsas", grupos de capoeiras representantes de sua vertente "bárbara", permaneceriam estigmatizados como ameaças, constatando-se um dos principais alvos da repressão policial (REIS, 1994, p.229). De fato, se observamos o Código Penal da época, a constatação do pertencimento à uma malta no momento da prisão por capoeiragem, era considerado circunstância agravante.

Conjuntura explanada pela autora à "medo branco", mas também pelo histórico "entre a ordem e a desordem" no tocante às "relações entre capoeiras e políticos, capoeiras e instituições militares e, finalmente, capoeiras e defensores da Monarquia". Incorporados durante o Império às forças regulares, devido às práticas clientelistas ou mesmo em função do recrutamento militar forçado, os capoeiras foram também associados ao movimento monarquista e sendo contratados, mesmo após a perseguição republicana, por diferentes grupos em disputas políticas (REIS, 1994, p.228). Ou seja, dentro de um regime republicano, pouco representativo, mas pretensamente igualitário, a "capoeira bárbara" (a capoeira-luta do século XIX), para existir, deveria "civilizar-se", isto é, renunciar de seu caráter de insubordinação política, assim como às suas origens étnicas negras e a seu aspecto combativo, tornando-se "mestiça" e "gymnástica nacional", a capoeira-esporte do século XX (REIS, 1994, p.234).

[...] a perseguição aos capoeiras, embora esteja inserida no projeto republicano "modernizador" mais amplo de disciplinarização das classes trabalhadoras, repressão às manifestações culturais populares e higienização do espaço urbano', configura-se também, nos primeiros tempos da República, como uma questão política onde estão em jogo a estabilidade do novo regime e a busca daquilo que mais faltava à frágil república militarista: respaldo popular (REIS, 1994, p. 229).

Capoeiras, imigrantes, valentões e vagabundas, a partir do cruzamento das representações dos protagonistas dessas narrativas percebemos classificados como “desordeiros” indivíduos que protagonizavam desde tumultos públicos até graves agressões. Ou seja, tal categoria figuraria como um adjetivo para classificar uma gama de comportamentos sociais indesejados que ameaçassem a ordem. Conquanto, de forma a compreender no que implicara tais comportamentos, é preciso pontuar algumas especificidades desse contexto histórico no que diz respeito à própria concepção de ordem, enquanto um sinônimo de “paz social”. Segundo Maria Helena Souza Patto (1999), em “Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres”, a República teria nascido sob o “signo da ordem pública”:

Herdeiros de concepções político-filosóficas de cunho evolucionista que naturalizavam o social, intelectuais e militares que fundaram a República defendiam a tese do progresso ordeiro. O caráter nada revolucionário do movimento republicano brasileiro já era visível no Manifesto Republicano de 1870: seus signatários apresentavam-se "como homens livres e essencialmente subordinados aos interesses da pátria", que não pretendiam convulsionar a sociedade, muito menos romper com a estrutura vigente. No Decreto nº1, de 15/11/1889, os membros do recém-criado Governo Provisório afirmam repetidas vezes a "defesa da ordem pública" como objetivo maior (PATTO, 1999, p.168).

Todavia, para a autora (1999), o medo da sublevação popular, “a oklocracia” não teria necessariamente representado uma novidade histórica desse contexto, mas sim, o desdobramento de longa tradição política, verificada também no Império:

Em 1831, dominados os motins de soldados que falavam em República, em destituição do governo e em Constituinte soberana, o Regente Feijó dizia: "o brasileiro não foi feito para a desordem, que o seu natural é o da tranqüilidade e que ele não aspira outra coisa além da Constituição jurada, do gozo de seus direitos e de suas liberdades". Portadores da vocação não-democrática inscrita num "liberalismo regressista", os intelectuais do Império tinham repulsa declarada à democracia e à revolução, e desde o Primeiro Império já falavam em "parar o carro revolucionário" (PATTO, 1999, p.168).

Analisemos as menções à “desordem” no Código Penal de 1890, afinal, conforme ressaltaria Patto (1999), seria “fundamental” a atenção aos termos usados

pelo aparato repressivo para “classificar pessoas e comportamentos sociais indesejados”, na tarefa de interpretar os mecanismos de controle social em ação na sociedade brasileira (PATTO, 1999, p. 175). Nesse sentido, observamos o título do primeiro capítulo em que a “desordem” seria aludida, “Dos Crimes Contra a Independência, Integridade e Dignidade da Pátria”. No art. 96 desse capítulo estipulava-se crime cabível de prisão celular por dois a seis meses: “Transgredir as ordens e decretos do Governo que proibirem, no territorio onde tiverem logar as operações de guerra, publicações e reuniões que puderem favorecer o inimigo, ou excitar a desordem” (CODIGO PENAL, 1890, art. 86).

O artigo 114 do terceiro capítulo do mesmo Código, “Dos Crimes Contra o Livre Exercício dos Poderes Políticos”, estipularia a mesma pena para aquele que “levantar motim, ou excitar desordem, durante a sessão de um tribunal de justiça, ou audiencia de juiz singular, de maneira a impedir, perturbar ou determinar a suspensão do acto”. Tal categoria seria citada novamente, apenas no sexto capítulo “Dos Vadios e Capoeiras” no artigo 402, que novamente previa a pena de prisão celular por dois a três meses a todo aquele que:

Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou inculcando temor de algum mal (BRASIL, 1890, art.402).

Não é por acaso que a “desordem” é mencionada em capítulos que objetivavam a punição de indivíduos que atentassem contra a “integridade e dignidade da pátria”, o “livre exercício dos poderes públicos”, sendo referida também em trechos voltados à repreensão dos “vadios”. Implícito na correlação entre essas categorias, verifica-se o anseio dos legisladores pelo ordenamento do corpo social por meio do combate de possíveis “motins”, focos de insubordinação com os rumos do novo regime e pela positivação do trabalho como princípio regulador/regenerador da sociedade, sobretudo, entre aqueles tidos como “atavicamente inferiores”.

Com efeito, ressaltamos que, implícita na mediação jornalística das “façanhas” de mulheres desordeiras, verifica-se tensionada a incompatibilidade entre a agressividade, a violência e o papel idealizado a essa parcela da população. Nesse sentido, embora as mediações jornalísticas do *Correio* de crimes protagonizados por “valentonas”, demarquem o caráter transgressivo de suas

condutas, chegando a instrumentalizar categorias como desordem, é perceptível certa ambiguidade nas apreensões dessas ocorrências.

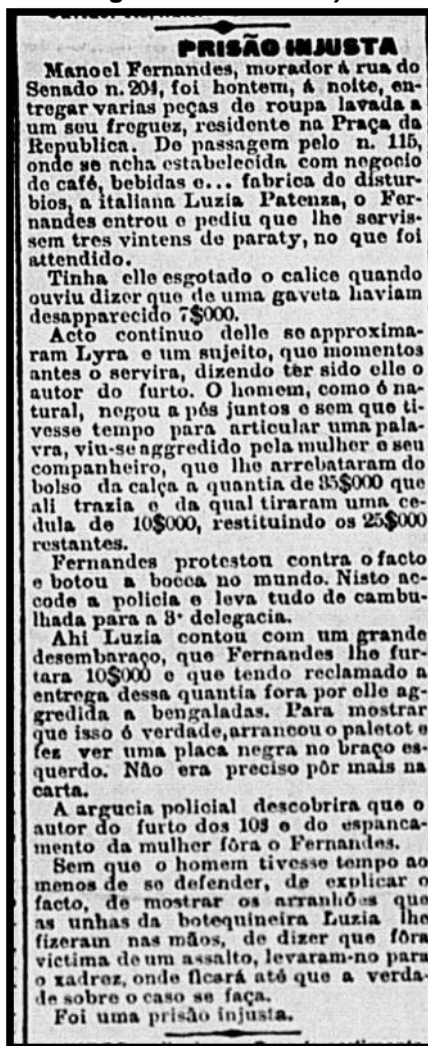
Se por um lado podiam ser reconhecidas como “terríveis”, tal como a “perigosa” Maria Amélia, famosa por suas façanhas na Riachuelo ou mesmo a “terrível desordeira” Rosalinda Maria da Conceição, “vagabunda conhecida” que não apenas promoveria uma desordem, mas feriria a mordidas o praça que a prendeu. Todavia, em função de idealizações do “bello sexo”, outras transgressões seriam praticamente esvaziadas de periculosidade, como pudemos observar no caso de Francellina, a “indignada” meretriz de “Cabelinho na venta” que teria perseguido um homem que esquecera que “usa calças”. Já outros casos a violência protagonizados por essas “cabelinhos nas ventas” seriam interpretados por um viés masculinizante, tal qual podemos constatar a partir da adjetivação de Laura Tarden como uma “mulher-homem” ou da colocação de que Marianna Úrsula da Conceição ao esfaquear Thomaz José dos Santos, teria se portado como um “hábil desordeiro”.

Oscilações representativas da própria dificuldade em definir o problema do lugar social das mulheres, o seu estatuto. Empasse emblemático de uma república legislada por homens ciosos pelo ordenamento social e conjecturada por intelectuais que ainda tentavam descobrir se encontrávamos em degenerescência, esquadrinhando e hierarquizando, a pluralidade da nossa composição populacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 4 de fevereiro de 1902, sob o título garrafal “Prisão Injusta” foi publicada o seguinte *faits divers*:

Imagem 51 – Prisão Injusta



Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n. 235, p. 2, Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1902.

Na noite anterior à publicação da matéria, o seu protagonista, Manoel Fernandes, um lavadeiro, foi preso sob a acusação de ter furtado 10\$000 e agredir Luzia Patenza. Segundo a reportagem, a caminho de fazer a entrega de algumas peças de roupas lavadas, Manoel teria parado no estabelecimento da italiana para tomar três vinténs de “Paraty”, cachaça. No local, referido no texto como uma “fábrica de desordens”, o lavadeiro foi acusado de furtar de uma gaveta 7\$000 por Luzia e um sujeito de nome não especificado, mas identificado como seu “companheiro”. Antes que pudesse articular muitas explicações Manoel teria sido agredido por seus acusadores, que lhe arrebataram das calças a quantia de 10\$000.

Mediante a confusão, a polícia teria aparecido e levado “a cambulhada” toda para a delegacia. Ao prestar sua versão do ocorrido, Luzia com “grande desembaraço” não apenas teria reiterado a acusação de que Manoel dela havia furtado 10\$000, como também afirmou que quando o confrontou a respeito da quantia furtada, Manoel a agrediu com bengaladas. Para mostrar verdadeiras suas palavras, Luzia teria chegado a arrancar o próprio paletó revelando hematomas no braço esquerdo. Diante de tal cena, não teria sido preciso muito para que “argúcia” policial concluísse Manoel culpado pelo furto e o espancamento da mulher. No fim e sem supostamente ter tido tempo de se defender ou mostrar os arranhões que Luzia teria causado em suas mãos ao agredi-lo, o suposto inocente homem foi jogado no xadrez.

Não é possível estabelecer se de fato Luzia e seu companheiro agrediram Manoel, afinal, a despeito da versão dos fatos publicados pelo jornal, é possível que homem possa ter causado os hematomas da italiana. É difícil mesmo estipular em que medida “o banquete pantagruélico” acima, não foi preparado mais na redação do *Correio*, do que em um botequim na rua n. 115. Como observamos no primeiro e segundo capítulo da presente dissertação, nesse período, a produção de reportagens criminais respondia a uma série de fatores, sendo influenciada não apenas por um horizonte de expectativas simbólicas compartilhadas com gêneros de ficção sensacionais, mas também condicionada por elipses e aparições empregados por repórteres de uma folha jovem e empenhada na conquista e manutenção de um público cativo.

Nada obstante, o objetivo da presente dissertação não é acessar o que de fato aconteceu nas ocorrências noticiadas, mas sim interrogar os elementos do imaginário da época, implícitos pelas representações vinculadas por narrativas como a de “Prisão Injusta”. Conforme pudemos observar no terceiro capítulo do presente trabalho, enquanto discursos permeáveis tanto a artifícios folhetinescos e elementos narrativos próprios de *romances de sensação*, nessas reportagens também é possível detectar os diálogos de jornalistas com projetos e teorias de diferentes atores sociais. Nesse sentido, para além da simples cobertura de tragédias cotidianas, a mediação jornalística do *Correio da Manhã* de episódios de transgressão envolvendo mulheres, seja como vítimas ou agressoras, se revelou, ao longo da pesquisa, perpassada por elementos de debates referentes tanto à

significação das diferenças sexuais, às formas de amor socialmente aceitáveis, mas também à mestiçagem e teorizações a respeito do controle da degenerescência do tipo nacional.

Apesar de tais reportagens ao reproduzirem desqualificações de certos tipos sociais e modos de vida, evidenciaram também os próprios limites de algumas das idealizações estipuladas por esses projetos, sobretudo no que diz respeito às concepções científicas sobre as supostas naturais disposições de homens e mulheres. Consideremos as representações de feminilidades como as das chamadas mulheres de “cabelinho nas ventas”, da italiana Luzia Patenza “dona de um fábrica de desordens”, de Alice, a “criatura” que recusou romper com seu amásio, supostamente ocasionando o suicídio da noiva do rapaz, ou mesmo de Severina, a “menor ladra” que teria roubado a casa em que morava e muito provavelmente trabalhava para fugir com um encarregado de limpeza acusado de raptá-la.

Em vários aspectos, as imagens propostas dessas mulheres burlam os parâmetros da boa conduta feminina divulgados por discursos de muitos juristas, médicos e intelectuais. Longe de atender, por exemplo, aos atributos da metáfora da delicada “rosa viçosa e perfumada” de Viveiros de Castro, a imagem proposta pelo jornal de Luzia, dona de “uma fábrica de desordens”, a caracteriza não apenas como uma figura nada dócil ou maternal, mas como alguém que podemos conjecturar ter instrumentalizado os valores associados ao tido “sexo frágil” para evitar problemas com a lei. O jornalismo ao metamorfosear dados, discursos e no caso dessas reportagens também esquemas folhetinescos e artifícios melodramáticos, comporia textos que tocariam em feridas sociais muito mais violentas que as tragédias por ele noticiadas.

Em virtude do recorte proposto e do volume de ocorrências levantadas nas primeiras mil edições do jornal, alguns objetos de pesquisa acabaram sendo privilegiados em detrimento de outros. De maneira que julgamos interessante também apontar outras possibilidades de análise, encontradas no desenvolvimento do presente trabalho. Um desdobramento possível seria uma investigação mais aprofundada da mediação proposta pelo jornal de transgressões protagonizadas por homens, em especial contra indivíduos do mesmo sexo. Um fator que poderia servir como ponto de partida, é que de maneira semelhante aos dados observados sobre

as motivações dos suicídios masculinos, questões ligadas ao trabalho também figurariam de maneira expressiva nas páginas do *Correio* entre as causas de episódios de violência entre homens. Deste modo, julgamos que o exame das representações vinculadas por essas narrativas, possibilitaria uma compreensão mais aprofundada de algumas das especificidades do processo de construção de uma nova ideologia do trabalho após o fim a abolição e os seus impactos na significação do masculino.

Outro caminho possível seria a análise de ocorrências ligadas ao culto de religiões de matriz africana. Embora essa temática não tenha sido explorada nessa dissertação, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, cruzamos com interessantes *faits divers* que sensacionalmente narravam, em detalhes, ocorrências como batidas policiais em “casas de batuques” ou que se referiam à fama de alguns “feiticeiros” que organizavam “sambas” pelos morros da cidade. Ao desenvolverem narrativas sensacionais que associavam tais religiosidades com o “charlatanismo” e o “primitivo”, tais representações nos parecem remeter a debates relacionados tanto ao estatuto da população negra na sociedade, mas também a consequente estigmatização de manifestações da sua cultura e ancestralidade.

Enfim, muitas são as possibilidades de pesquisa aportadas por essas fontes. Em uma conjuntura tensionadas por diferentes projetos e disputas inerentes à construção de uma nação republicana, mas arraigada de heranças coloniais, as classificações operacionalizadas nos citados *faits divers* revelam ambiguidades e contradições que então atravessam as vivências mesmo de trágicos anônimos.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **A vocação do Prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. Editora Rocco. Rio de Janeiro, 1995.
- ADIALA, Julio Cesar. **Drogas, medicina e civilização na primeira república**. 2011. 207 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Casa Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio do Janeiro, 2011.
- BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. São Paulo: Editora José Olympo, 2012.
- BARBOSA, José Luciano Albino. **Engenho de cana-de-açúcar na Paraíba: por uma sociologia da cachaça**. SciELO-EDUEPB, 2014.
- BARBOSA, Marialva. Imprensa, Poder e Público: Os Diários do Rio de Janeiro (1880-1920). In: **INTERCOM, Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, Vol. 20, Nº 2, p. 87-102, 1997.
- _____. **História Cultural da Imprensa: Brasil 1900-2000**. Rio de Janeiro: Maud, 2010.
- _____. **História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900**. Rio de Janeiro: Maud, 2010.
- _____. **História da Comunicação no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
- BARRETO, Lima. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Ática, 1995.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: Um Haussmann Tropical**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.
- BESSE, Susan K. Crimes passionais: a campanha contra os assassinatos de mulheres no Brasil: 1910-1940, **Revista Brasileira de História**, Vol. 9, n.18, ago./set. São Paulo, 1989, p. 181-197.
- BRASIL. **Anuário Estatístico do Brasil: 1908-1912**. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística e Typografia e Estatística, v.1, 1916.
- _____. Decreto nº 9.886, de 7 de Março de 1888. **Registo Civil de Casamentos**. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9886-7-marco-1888-542304-publicacaooriginal-50566-pe.html. Acesso: 24/02/2017.

_____. Decreto Nº 847, de 11 de outubro de 1890. **Código Penal dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23/7/2017.

_____. Lei de 16 de dezembro de 1830. **Código Criminal do Império do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm. Acesso em: 23/07/2017.

_____. Lei nº 3.071, de 01 de janeiro de 1916. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. Acesso: 24/07/2017.

BROOKS, Peter. **The melodramatic Imagination: Balzac, Henry James, Melodrama and the Mode of Excess**. New London: Yale University Press, 1995.

CASTRO, Francisco José Viveiros de. **Attentados ao Pudor**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, Freitas Bastos & CIA, 1934.

_____. **Os Delictos contra a honra da mulher**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, Freitas Bastos & CIA, 1936.

CHAGAS, Viktor Henrique Carneiro de Souza. **Extra! Extra!: os jornaleiros e as bancas de jornais como espaço de disputas pelo controle da distribuição da imprensa e da economia política dos meios**. 2013. 307 f. Dissertação (Mestrado em História), Curso de Doutorado em História, Políticas e Bens, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. 2ª ed – São Paulo: Contexto, 2006.

EDMUNDO, Luis. **Rio de Janeiro do meu tempo**. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, 2003.

EL FAR, Alessandra. **Páginas de Sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ENGEL, Magali Gouveia. "Psiquiatria e feminilidade". IN: PRIORE, Mary Del (org). **História da Mulheres no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. Paixão, crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930). **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 1, n. 1, p. 153-177, 2000.

_____. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FERRO, Marc. Présentation – dossier *Faits divers, faits d'histoire*. In: **Revue Annales: Histoire, Sciences Sociales**, vol. 38, n. 4, 1983.

FIGUEREIRO, Cândido de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1900.

GARZONI, Lericé. “Nós, em nome do povo, cuja causa defendemos”: o *Correio da Manhã* e a campanha contra as carnes verdes (1901). In: XXV Simpósio Nacional de História: História e Ética, Fortaleza. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História**, 2009.

_____. Disputas políticas e disputas por leitores: a criação do *Correio da Manhã* (1898-1901). In: **Topoi**, v. 12, n. 22, p. 158-177, 2011.

_____. **Arena de combate: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX)**. 2012. 292 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

GUIMARÃES, Valéria. Sensacionalismo e modernidade na imprensa brasileira no início do século XX. **Revista ArtCultura (UFU)**, v. 11, n.18, p. 227-240, jan-jun. 2009. Disponível em meio impresso e digital: < http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF18/v_guimaraes_18.PDF >. Acesso em 24/08/2017.

_____. Os dramas da cidade nos jornais de São Paulo na passagem do dezenovevinte. **Revista Brasileira de História**, v. 27, p. 323-349, São Paulo. 2007.

_____. **Notícias diversas: suicídios por amor, ‘leituras contagiosas’ e cultura popular em São Paulo nos anos dez**. São Paulo: Mercado das Letras, 2013.

_____. Primórdios da história do sensacionalismo no Brasil: os *faits divers* criminais. **Revista ArtCultura**, Uberlândia, v. 16, n. 29, p. 103-124, jul-dez. 2014.

LISBOA, Sílvia Saraiva de Macedo. **Jornalismo e a credibilidade percebida pelo leitor: independência, imparcialidade, honestidade, objetividade e coerência**. 2012. 122 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

_____. Credibilidade no jornalismo: uma nova conceituação. **Anais do 12º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Santa Cruz do Sul – UNISC – Santa Cruz**: Novembro de 2014.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Making sex: Body and gender from the Greeks to Freud**. Harvard University Press, 1990.

MARTINS, Ana Luiza; De LUCA, Tania Regina. **Imprensa e Cidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

_____. (orgs.) **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 21-43.

MARTINS, Ana Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

MEYER, Marylse. **Folhetim: uma História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MOREL, Marco. Os Primeiros Passos da Palavra Impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 21-43.

OLIVEIRA, Marília Rodrigues. **“A Tragédia da Rua Januzzi”: narrativas sensacionais, justiça, ciência e moral no Rio de Janeiro da Primeira República**”. 2014. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

OTTONI, Ana Vasconcelos. **O paraíso dos ladrões: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa**. (Rio de Janeiro, 1900-1920). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cultura e representações, uma trajetória. **Anos 90**, v. 13, n. 23-24, 2006. p.46-58.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos avançados**, v. 13, n. 35, p. 167-198, 1999.

PORTO, Ana Gomes. **Crime em letra de forma: sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa do prelúdio republicano**. 2003. Dissertação (Mestrado em História), Unicamp, Campinas, 2003.

REIS, Leticia Vidor Sousa de. A capoeira: de "doença moral" À "gymnástica nacional". **Revista de História**, São Paulo, n. 129-131, ago/-dez, p. 221-235, 1994.

RIBEIRO, Gladys Sabina. «Por que você veio encher o pandulho aqui?» Os portugueses, o antilusitanismo e a exploração das moradias populares no Rio de Janeiro da República Velha. **Análise Social**, p. 631-654, 1994.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995.

SANTOS, Myrian Sepúlvida. A Prisão Dos Ébrios, Capoeiras E Vagabundos No Início Da Era Republicana. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, jan./jun. p. 138-169, 2004.

SALES, Campos. **Da propaganda a presidência**. Brasília: Editora da Unb, 1983.

SARLO, Beatriz. **El imperio de los sentimientos**: Narraciones de circulación periódica en la Argentina, 1917-1925. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1985.

SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu: Desacordos, desamores e diferenças**. Campinas: Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero, n.3, 1994.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SCOTON, Roberta Müller Scafuto. **Espíritas enlouquecem ou espíritos curam?: Uma análise das relações, conflitos, debates e diálogos entre médicos e kardecistas na primeira metade do século XX (Juiz de Fora - MG)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas), Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2007.

SERAFIM, Jhonata Goulart; Azeredo, Jefferson Luiz de. A (des) criminalização da cultura negra nos Códigos de 1890 e 1940. In: **Amicus Curiae**. V.6. N.6. (2009), 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História de Imprensa no Brasil**. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

_____. **Lima Barreto** - Triste Visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TRAD, Sérgio. In: NERY FILHO, A., (et al. Orgs). **Toxicomanias**: incidências clínicas e socioantropológicas. Salvador: EDUFBA; 2009, p.97-113.

TELLES, Patricia Delayti. **Retrato entre baionetas: prestígio, política e saudades na pintura do retrato em Portugal e no Brasil entre 1804 e 1834**. Tese

(Doutorado em Historia da Arte), Departamento de História, Universidade de Évora, 2015.

ZEFERINO, Breno Martins. **A inventiva brasileira: modernidade, saúde e ciência na virada do século XIX para o XX**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde), Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2007.

FONTES

CORREIO DA MANHÃ. Suicídio de Uma Menor, Edição n.1, p.2. Rio de Janeiro, 15 de junho de 1901.

_____. Acto de Desespero. Edição n. 19, p.2. Rio de Janeiro, 3 de julho de 1901.

_____. Disposição dos *faits divers*. Edição n. 19, p.2. Rio de Janeiro, 3 de julho de 1901.

_____. Por Amor. Edição n.19, p.2. Rio de Janeiro, 3 de julho de 1901.

_____. Tentativa de Suicídio, Edição n.19, p.2. Rio de Janeiro, 3 de julho de 1901.

_____. Que Marido! Edição n.28, p.2. Rio de Janeiro, 12 de julho de 1901.

_____. Seductor Algoz - uma serie de crimes. Edição n.105, p.2. Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1901.

_____. Seductor e Algoz - uma serie de crimes. Edição n.105 p. 2. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1901.

_____. Seductor e Algoz - uma serie de crimes. Edição n.105, p.2. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1901.

_____. Seductor e Algoz - uma serie de crimes. Edição n.105, p.2. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1901.

_____. Seductor e Algo - uma serie de crimes. Edição n.106, p. 2. Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1901.

_____. Seductor e Algoz - uma serie de crimes. Edição n.106, p.2. Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1901.

_____. Seductor e Algoz - uma serie de crimes. Edição n.107, p.2, Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1901.

_____. Seductor algoz- uma serie de crimes. Edição n.108, p.2. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1901.

_____. Seductor e Algoz - uma serie de crimes. Edição n.108, p.2. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1901.

_____. Evandra. Edição n.143, p. 2. Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1903.

_____. Scenas de Amor. Edição n.158, p. 2. Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1901.

_____. Menor ladra. Edição n.166, p. 2. Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1902.

_____. Suicídio. Edição n.170, p.2. Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1901.

_____. Amor funesto, triste fim. Suicídio de uma jovem. Edição n.174, p. 2. Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1901.

_____. Por amor. Edição n.174, p.2. Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1901.

_____. Tentativa de suicídio. Edição n. 191, p. 2. Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1901.

_____. Suicídio. Edição n.203, p.2, Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1902.

_____. Suicídio. Edição n.224, p.2. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1902.

_____. Suicídio. Edição n. 225, p. 2. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1902.

_____. Um Typo. Edição n.226, p. 2. Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1902.

_____. Prisão Injusta. Edição n. 235, p. 2, Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 1902.

_____. Desesperada. Edição n. 245, p.2. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1902.

_____. O Jacarandá. Edição n. 252, p. 2. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1902.

_____. Rapto. Edição n.235, p. 2. Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1903.

_____. Tentativa de suicídio. Edição n. 296, p.2. Rio de Janeiro, 6 de abril de 1902.

_____. As Direitas. Edição n.306, p.2, Rio de Janeiro, 16 de abril de 1902.

_____. Ainda e Sempre. Edição n.335, p.2. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1902.

_____. De cabelinho na venta! Edição n. 404, p.2. Rio de Janeiro, 24 de julho de 1902.

_____. Tentativa de Suicídio. Edição n.425, p.2. Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1902.

_____. Ainda? ... Edição n. 426, p. 2. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1902.

_____. Mulher- Homem. Edição n. 439, p.2. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1902.

_____. Sedução e dinheiro – Violência carnal. Edição n.465, p.2. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1902.

_____. Tentativa de suicídio - Ainda o amor. Edição n. 465, p.2. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1902.

_____. Mulher furiosa – amante ferido- quatro facadas. Edição n.468, p.2. Rio de Janeiro, 24 de julho de 1902.

_____. Sempre o amor - Uma Infeliz tentativa de suicídio. Edição n.511, p.2. Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1902.

_____. De cabelinho na venta! Mulher faquista. Edição n.590, p.2. Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1903.

_____. Desordem e xadrez. Edição n. 594, p.2, Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1902.

_____. Mulher agredida – A navalha – Em Bemfica, Edição n.605, p.2. Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1903.

_____. Sedução - Caso Complicado Edição n.617, p. 2. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1903.

_____. De cabelinho na venta! Mulher perigosa na rua Riachuelo. Edição n. 627, p.2. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1903.

_____. Um rapto em Nictheroy. Edição n.718, p.2. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1903.

_____. Ciúmes e facada - De cabelinho na venta. Edição n. 731, p.2. Rio de Janeiro, 12 de junho de 1903.

_____. De cabelinho na venta. Edição n. 765, p.2. Rio de Janeiro, 16 de julho de 1903.

_____. Correrias na rua Frei Caneca. Edição n. 784, p.2. Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1903

_____. Desordens e bordoadas. Edição n. 784, p.2. Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1903.

_____. Policial mordido – Terrível desordeira. Edição n. 993, p.2. Rio de Janeiro, 3 de março de 1904.

_____. Rapto. Edição n.994, p.2, Rio de Janeiro, 8 de março de 1904.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Banquete Pantagruélico. Edição, 235, n.25 de setembro de 1892, p.1.